

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA HEBRAICA.**  
**LITERATURA E CULTURA JUDAICA**

**“IN DIFESA DELLA RAZZA”**  
**OS JUDEUS ITALIANOS REFUGIADOS DO FASCISMO**  
**E O ANTI-SEMITISMO DO GOVERNO VARGAS**  
**1938-1945**

**Anna Rosa Bigazzi**

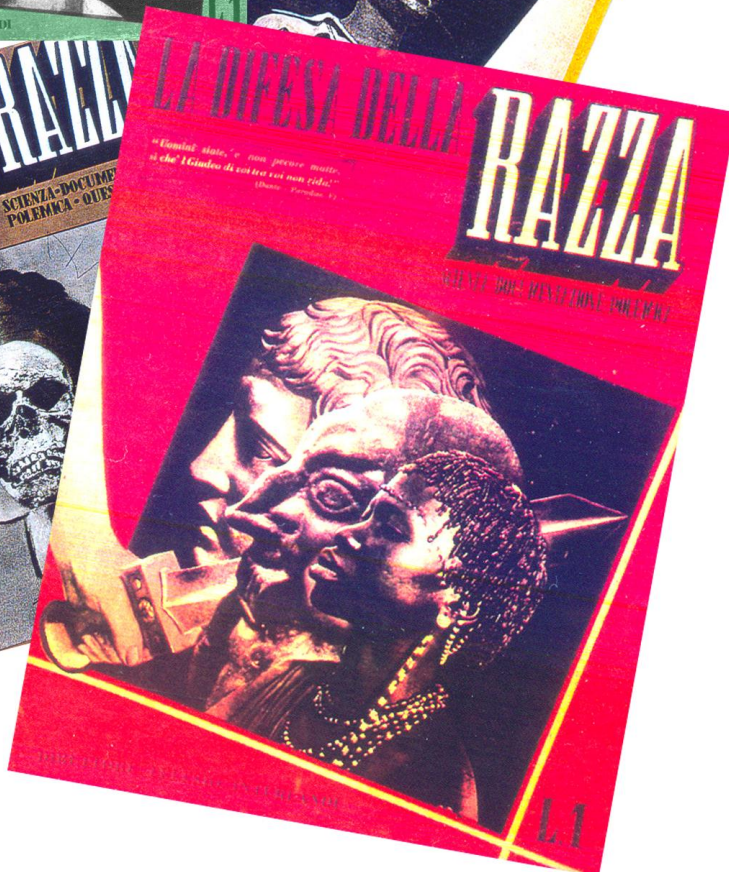
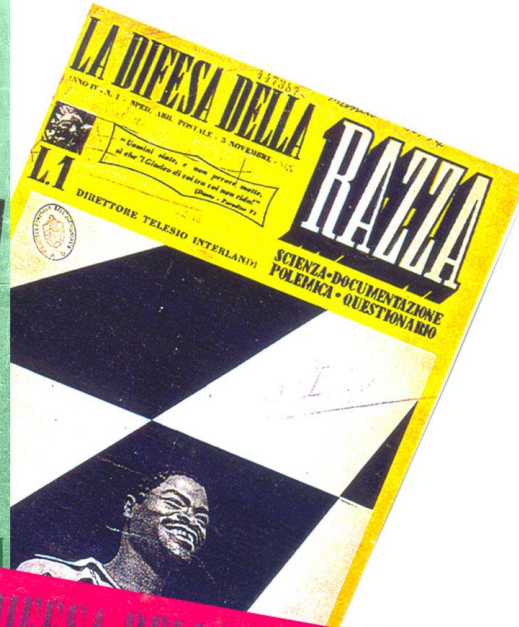
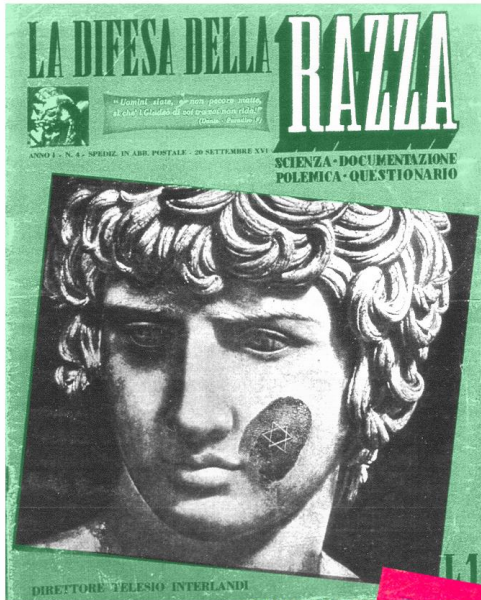
**Tese de doutorado apresentada ao Programa de  
Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica  
do Departamento de Línguas Orientais  
Programa de Pós-Graduação em Língua  
Hebraica, Literatura e Cultura Judaica**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Luiza Tucci Carneiro**

**v. 1**

**São Paulo**

**2007**



## SUMÁRIO

### VOLUME I

<b>RESUMO – ABSTRACT (português e inglês)</b>	5
<b>AGRADECIMENTOS</b>	6
<b>Siglas e abreviaturas</b>	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPITULO 1</b>	
<b>I – OS JUDEUS ITALIANOS: DA EMANCIPAÇÃO À EXCLUSÃO</b>	22
1.1 – Premissa	23
1.2 - Estado e Igreja: o discurso intolerante da revista <i>Civiltà Cattolica</i>	33
1.3 – Os judeus italianos diante do fascismo	38
1.4 – A Concordata de 1929	42
1.5 – O discurso racista a serviço do colonialismo italiano	44
1.6 – Mussolini diante dos judeus e do sionismo	52
<b>CAPITULO 2</b>	
<b>II – A DIPLOMACIA BRASILEIRA EM MISSÃO NA ITÁLIA</b>	81
2.1 – Premissa	82
2.2 – Latour, um anti-semita disciplinado	90
2.3 – Motivos e descrição dos relatórios	103
2.4 – O anti-semitismo na prática	125
<b>CAPITULO 3</b>	
<b>III – REFÚGIOS DOS JUDEUS ITALIANOS</b>	135
3.1. – Premissa	136
3.2 – Comunidades de destino	140
3.3 – Um Brasil fascista	149
3.4 – Discursos cruzados	163
3.5 – Frentes de resistência antifascistas	164
<b>CAPITULO 4</b>	
<b>IV – A “COLÔNIA MUSSOLINI”: HISTÓRIAS DE VIDAS CRUZADAS</b>	171
4.1 – Premissa	172
4.2 - Sob o impacto das leis raciais	180
4.3 – O trauma da emigração	184
4.4 – Brasil, comunidade de destino	192
4.5 – Redes de solidariedade	196
4.6 – De judeus apátridas a súditos do Eixo	203
4.7 – O retorno do “turista”	206
<b>CAPITULO 5</b>	
<b>V – TESTEMUNHOS</b>	209
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	270
<b>FONTES</b>	273
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	280

## **VOLUME II - DOCUMENTAÇÃO**

### **- ESTATÍSTICAS**

**- DOCUMENTOS HISTÓRICOS 1938-1945: As leis raciais na Itália.**

**- 1º RELATÓRIO** preparado pelo secretário Jorge Latour da Embaixada Brasileira em Roma e Ofícios de acompanhamento.

**-2º RELATÓRIO** preparado pelo secretário Jorge Latour da Embaixada Brasileira em Roma e Ofícios de acompanhamento.

### **- DOCUMENTOS DIVERSOS**

**-DOCUMENTOS** do Arquivo Diplomático do Ministério do Exterior em Roma.

**-Rescisão de contrato de trabalho por motivos raciais.**

**-Fragmento do Jornal Fanfulla de 17 de maio de 1950.**

### **- PESQUISAS:**

Listas de judeus italianos passageiros nos navios com destino ao Brasil entre 1938 e 1941.

Listas de vistos deferidos e indeferidos pelo Ministério do Exterior Brasileiro.

Lista de judeus italianos sepultados em cemitérios israelitas dos bairros da Vila Madalena e Butantã em São Paulo, até 1966.



## **RESUMO**

Estudo sobre a imigração judaica italiana no Brasil, em particular em São Paulo e no Rio de Janeiro, no contexto da política anti-semita do governo Vargas (1937-1945). Tem como base a relação dos judeus italianos que, a partir de 1938, foram obrigados a deixar seu país após a emissão das leis raciais fascistas (1938). Com destaque, analisa a postura de Jorge Latour, diplomata brasileiro, atento aos efeitos das leis de exclusão no território italiano. Os relatórios de Latour tinham como objetivo estimular os políticos brasileiros a seguir o mesmo caminho da Itália fascista. Investiga a concessão de vistos aos judeus italianos refugiados no Brasil, assim como suas estratégias de sobrevivência e formas de adaptação à comunidade brasileira em geral.

## **ABSTRACT**

We present the results of a research into the Italian Jewish immigration in Brazil, and particularly in São Paulo and Rio de Janeiro, in the face of the anti-Semitic policy of Getúlio Vargas's government (1937-1945). This research is based on a list of Italian Jews who were forced to leave their country after the issuance of the fascist racial laws in 1938. It especially analyses the position of Brazilian diplomat Jorge Latour, alert to the effects of the laws of exclusion in Italian territory. Latour's reports aimed at stimulating Brazilian politicians to follow the same path of fascist Italy. It investigates the concession of visas to Italian Jews who took refuge in Brazil, as well as the subterfuges they used to survive and their forms of adaptation to the Brazilian community in general.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é a concretização de uma idéia, de um projeto que tenho imaginado desde a minha volta ao judaísmo: levar ao conhecimento da comunidade judaica brasileira, e aos não judeus, a história dos judeus italianos e de sua emigração para o Brasil, impulsionados pelas leis raciais fascistas de 1938.

Por isso agradeço em primeiro lugar à Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, que me deu esta oportunidade, inserindo esta imigração em seu campo de pesquisa: a Era Vargas, o racismo e o anti-semitismo deste período como consequência do antijudaísmo dos séculos passados e das discriminações contra negros, japoneses..., enfim, contra o Outro, o Diferente, o Estrangeiro.

Em segundo lugar, meus agradecimentos a todos os judeus italianos entrevistados e àqueles que escreveram suas biografias, algumas ainda inéditas. Através de seus testemunhos foi possível reconstruir a história da emigração forçada pelas leis racistas italianas e conhecer a dor sentida por terem de deixar sua pátria-mãe. Através de seus relatos desvendamos os traumas, os medos e as esperanças investidas na nova pátria.

Agradeço também aos historiadores italianos estudiosos da era fascista italiana à luz de um julgamento histórico mais moderno. Dentre estes cumpre citar o Prof. Michele Sarfatti, diretor do CDEC em Milão; o Prof. Mario Toscano, da Università della Sapienza di Roma. Pela parte brasileira, meus agradecimentos aos historiadores da Era Vargas, novamente à Profa. Tucci Carneiro, Maria Celina de Araújo; Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, Jeffrey Lesser, Roney Cytrinowicz, João Fabio Bertonha, Viviane Teresina dos Santos e Fabio Koifman.

Sou grata também a Midory Kimura Figuti, ex-diretora do Memorial do Imigrante de São Paulo, e a Newman Caldeira, do AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty) do Rio de Janeiro, pela constante colaboração durante as pesquisas. Pelo mesmo motivo agradeço a Giselle Levy do *Istituto Bibliografico dell'UCEI* de Roma.

Agradeço ao Prof. Paulo Valadares pela leitura atenta dos meus textos preliminares, e à tradutora Flora Martinelli por traduzir partes deste trabalho. Ao amigo Saul Kirsbaum, pela leitura. À minha filha Maria Grazia, companheira de palestras e exposições, pelo estímulo contínuo ao meu trabalho; à Ana Cecília Água de Melo, revisora do meu português... muitas vezes italianizado. Agradeço a minha mãe,

Bruna Campagnano, pintora e escritora, enferma há muitos anos, por ter me passado sua herança judaica e a vontade de escrever.

Enfim, agradeço o carinho e a amizade de todos, que me querem bem e que têm me ajudado nos momentos difíceis deste trabalho.

Anna Rosa Campagnano Bigazzi

São Paulo, dezembro 2007.

*Ao Mario*

De teus mais caros bens a aventura  
tu perderás, e essa é a flecha fatal  
que, de primeiro, o arco do exílio lança

Tu provarás como tem gosto a sal  
O pão alheio e, descer e subir  
A alheia escada é caminho crucial

Dante Alighieri. *La Divina Commedia* - Paradiso XVII, 55-60

Tradução de Italo Eugenio Mauro - Editora 34

*Tu lascerai ogni cosa diletta  
più caramente; e questo é quello strale  
che l'arco de lo esilio pria saetta.  
Tu proverai sí come sa di sale  
lo pane altrui, e como è duro calle  
lo scendere e'l sair per l'altrui scale*

Dante Alighieri. *La Divina Commedia*  
Paradiso XVII, 55-60

## Siglas e abreviaturas

<b>AAVV</b>	Diversos autores
<b>AHI</b>	Arquivo Histórico do Itamaraty / RJ
<b>AHJB/SP</b>	Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro / SP
<b>CDEC</b>	Centro de Documentação Hebraica Contemporânea /Milano
<b>CIC</b>	Conselho de Imigração e Colonização
<b>CIP</b>	Congregação Israelita Paulista
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas / RJ
<b>DEOPS</b>	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
<b>DHBB</b>	Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro
<b>DIP</b>	Departamento de Imprensa e Propaganda
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social
<b>FGV</b>	Faculdade Getúlio Vargas
<b>GCF</b>	Grande Conselho Fascista
<b>HO</b>	História Oral
<b>ICA</b>	Ou JCA, Jewish Colonization Association
<b>INA</b>	Istituto Nazionale Assicurazioni
<b>ISTAT</b>	Istituto Centrale di Statistica del Regno d'Itália
<b>MER</b>	Ministero degli Esteri
<b>MI/SP</b>	Milano/São Paulo
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PNF</b>	Partito Nazional Fascista
<b>PPI</b>	Partito Popolare Italiano
<b>PROIN</b>	Projeto Integrado Arquivo do Estado de São Paulo
<b>RMI</b>	Rassegna Mensile Israele
<b>UCEI</b>	Unione Comunità Ebraiche Italiane
<b>UCII</b>	Unione Comunità Israelita Italiane
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo



## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto a imigração dos refugiados judeus italianos para o Brasil, em particular para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no período de 1938-1945. Minha hipótese de trabalho baseia-se no fato de que as leis raciais instituídas pelo governo fascista na Itália, em 1938, alteraram o cotidiano dos judeus, forçando milhares deles a emigrar. Consideramos este fato como um marco na história da imigração italiana, um “ponto de ruptura”. Para compreendermos o real significado desta postura política e intolerante do Estado governado por Benito Mussolini (1883-1945) se faz necessário retomar a vida dos judeus na Itália antes de 1938. Lembramos que de 1555 até a Unificação (1861-1870) eles viviam nos guetos.

Após 1870, a situação social, econômica e política das comunidades judaicas melhorou a tal ponto que os judeus passaram a ser reconhecidos como “italianos judeus” ou “italianos de fé mosaica”. Como tais, permaneceram na Itália, agradecidos pelas novas possibilidades de vida e trabalho, por meio das quais conquistaram lugares de destaque nas profissões, no comércio e até mesmo na vida política. Podemos considerar como casos esporádicos os judeu-italianos que optaram por sair da Itália após 1870, quando centenas de outros italianos, não judeus, começavam a emigrar para vários países da América, dentre os quais o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos.<sup>1</sup> Assim, podemos nos referir a dois momentos distintos da emigração judaica italiana para o Brasil, considerando a razão que levou a deixar a pátria-mãe:

- **1º momento** (1878-1938), quando algumas dezenas de judeus escolheram o Brasil como comunidade de destino, induzidos pela vontade de “fazer a América” e ter novas oportunidades de vida. Nos referimos àqueles que, por livre e espontânea

---

<sup>1</sup> “A primeira grande onda migratória da Itália aconteceu entre 1870 e 1920. Durante esses 50 anos, mais de 17 milhões de indivíduos, entre homens e mulheres, ultrapassaram as fronteiras nacionais, alguns por pouco tempo, outros para sempre (...)”. CAMPAGNANO, Anna Rosa Bigazzi. *Italianos. Histórias e Memória de uma comunidade*. Serie Lazuli. Imigrantes no Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2006, p.1; “Apesar da insistência com que o mundo agrário denunciava o fenômeno da emigração como provocado exclusivamente pela ação embusteira dos agentes, eram bem diferentes as motivações de fundo que levavam os camponeses a abandonar suas regiões natais pelas América. (...) Miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1888 e a Primeira Guerra Mundial...”

TRENTO, Ângelo. *Do Outro Lado do Atlântico. Um Século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel, 1989, p.30.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 2ªed. São Paulo, EDUSP, 2003.

vontade, deixaram a Itália em meio ao grande fluxo de emigrantes que viam as Américas como um trampolim para uma vida melhor. Se, entre 1884 e 1938, entrou no Brasil um total de 1.412.263 <sup>2</sup> italianos, os judeus não deviam ser mais de uma centena, ou seja, 0,007%. Como não existe uma estatística específica, chegamos ao número de 100 judeus identificados por seus sobrenomes evidentemente judaicos em estudos sobre a imigração italiana e, em particular, no livro *Italianos no Brasil* <sup>3</sup>, de Franco Cenni. A confirmação de que estes sobrenomes eram efetivamente de judeus foi realizada através do livro *I cognomi degli ebrei italiani*<sup>4</sup> de Samuele Schaerf. Precisamos, porém, levar em consideração que o sobrenome judaico não implica que a pessoa é um praticante religioso, apenas que tem ascendente judaico. Ainda, muitos sobrenomes italianos foram adotados por judeus e não judeus, e muitas vezes as raízes do sobrenome eram judaicas por tradição.

Para este período podemos citar os sobrenomes Lattes, Lopes, Levi, Mayer, dentre outros.

- **2º momento** (1938-1945): quando, impulsionados pelas leis raciais adotadas por Mussolini, centenas de judeus sentiram-se forçados a deixar o país por não terem mais garantias de vida e de trabalho. A aproximação de Mussolini com Hitler não deve ser aqui avaliada como “mera casualidade”. Esta situação de exclusão institucionalizada tem sua gênese no Estado fascista que, personificado em Mussolini, interrompeu qualquer forma de dialética política.

É este o momento que pretendemos estudar, tendo como foco de nossas investigações os judeus italianos que, a partir de 1938, buscaram refúgio no Brasil. Como tantos outros refugiados de nacionalidades distintas, este grupo inscreve-se no quadro político gerado por uma mentalidade anti-semita secular. Ainda que a Itália não tenha uma trajetória similar à da Alemanha e França – países reconhecidos por suas teorias e ações anti-semitas – temos que considerar que as leis raciais italianas atingiram seus objetivos por terem a seu favor a estrutura do Estado fascista. Importante também lembrar que uma parcela da população, em sua maioria católica, foi conivente com a prática anti-semita, que encontrava respaldo no ideário da Igreja Católica. O fato de o Vaticano ser um “Estado dentro do Estado italiano” e de ter à

---

<sup>2</sup> “Estatísticas de 500 anos de Povoamento” in *Brasil 500 Anos de Povoamento*. São Paulo, IBGE, 2000, p.226.

<sup>3</sup> CENNI, Franco, op. cit.

<sup>4</sup> SCHAERF, Samuele. *I Cognomi Degli Ebrei Italiani*. Firenze, Casa Editrice Israel, 1925.

frente um Papa com o perfil de Pio XII (1939-1958), tão próximo a Hitler, não podem ser desconsiderados.

Considerando que a prática das leis raciais forçou muitos judeus italianos a emigrar, nos interessa avaliar a postura do governo brasileiro diante deste fluxo que, desde 1933, era identificado pela Liga das Nações como sendo de “refugiados políticos”. A historiografia brasileira contemporânea tem demonstrado que, a partir de 1937, o Estado Novo adotou o anti-semitismo como instrumento político e como prática de bastidores. Esta posição exigiu, por sua vez, a elaboração de uma política imigratória que restringisse a entrada dos refugiados apátridas, a maioria de origem judaica. A adoção de circulares secretas a partir de 1937 e a presença de diplomatas brasileiros anti-semitas em missão no exterior criaram barreiras a este grupo identificado como indesejável por ser de “raça semita”. Alemães, austríacos, poloneses, húngaros, tchecos, italianos e indivíduos de outras tantas nacionalidades foram incluídos nesta categoria de “cidadãos do mundo”<sup>5</sup>.

O trâmite para a concessão de vistos aos “desejáveis” se fez gerenciado por um discurso anti-semita endossado por muitos diplomatas em missão na Europa<sup>6</sup>. Para este estudo, em particular, nos interessam aqueles que se encontravam na Itália entre 1937 e 1945 e que – enquanto testemunhas oculares dos fatos e agentes sociais de um processo – tinham que atender às exigências do Ministério de Relações do Exterior<sup>7</sup> e, a partir de 1941, do Ministério de Justiça e Negócios Interiores do Brasil<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Sobre este tema, consultar o livro de CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo. O Brasil Diante dos Judeus Refugiados do Nazi-Fascismo, 1933-1948*. São Paulo, Perspectiva (no prelo).

<sup>6</sup> *Diplomatas brasileiros em Roma*: Adalberto Guerra Duval (1872-1947), Embaixador do Brasil, de 10.11.1935 até 28.01.1939; Paulo Mathias de Assis Silveira, 2º secretário de 22.06.1936 até 23.03.1937; 2º secretário classe K, Henrique de Souza Gomes, de 21.04.1937 até 31.12.1937; 2º secretário, Jorge Latour (10.05.1937), em seguida, 1º secretário classe L, até 14.04.1939; encarregado de negócios Adriano de Souza Quartim (28.0.1938), a partir de 04.05.1938, Conselheiro e 1º secretário classe L, até 23.04.1939.

Pedro Leão Veloso (1887-1947), Embaixador do Brasil de 24.04. 1939 até 16.02.1941; 2º secretário classe K, Henrique de Souza Gomes, até fim de 1939.

<sup>7</sup> *Ministros das Relações Exteriores brasileiros*, entre 1937 e 1945, foram respectivamente: Mario de Pimentel Brandão (1889-1956), de 01.11.1936 a 15.03.1938; Oswaldo Euclides de Souza Aranha (1889-1960) de 15.03.1938 a 23.08.1944; Pedro Leão Veloso (interino, 1944-1946).

<sup>8</sup> *Ministros da Justiça e Negócios Interiores*, entre 1937 e 1945, foram respectivamente: Agamenon Sergio Godoy de Magalhães (1893-1952), de 07.01.1937 até 03.06.1937; José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), de 03.06.1937 a 09.11.1937; Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), de 10-11.1937 até 17.07.1942.

Alexandre Marcondes Machado Filho (1892-1974 ), interinamente, período 17.07.1942 a 23.02.1943.

Fernando Antunes (1887- 1950), interinamente, período 23.02.1943 a 03. 03. 1943.

Alexandre Marcondes Machado Filho, interinamente. Período 27.03.1943 a 27.03.1945.

Agamenon Sergio Godoy de Magalhães (1893-1952), de 03.03.1943 até 29.10.1945.

Fica evidente, na documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que estes dois ministérios, durante todo o Estado Novo (1937-1945), gerenciaram a política imigratória e dificultaram, ao máximo, a entrada de judeus no Brasil. Se alguns milhares de vistos de entrada foram concedidos pelo governo Vargas, raros foram por princípios humanitários ou de oposição à ideologia anti-semita sustentada pelos países identificados com o ideário nacional-socialista.

Diante desta constatação e instigada pelos estudos desenvolvidos por Tucci Carneio, Jeffrey Lesser, Fabio Koifman, Avraham Milgram e Leonardo Senkman, dentre outros, procurei investigar o fluxo imigratório que, entre 1938 e 1945, trouxe ao Brasil cerca de 700 refugiados judeus italianos. Ao caracterizar este movimento como distinto da grande emigração italiana (1878- 1920), procuramos traçar o perfil social, econômico e cultural deste grupo que renovou a comunidade italiana já estruturada nas principais capitais brasileiras.

Optamos por trabalhar com fontes diplomáticas pesquisadas no Rio de Janeiro no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) e com os documentos das associações judaicas de São Paulo sob a guarda do Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro de São Paulo (AHJB), em particular do Núcleo de História Oral; assim como com os registros do Memorial do Imigrante de São Paulo. Na Itália consultei o Arquivo Diplomático do Ministero degli Esteri, em Roma; o Instituto Bibliográfico da UCEI (Unione Comunità Ebraiche Italiane) em Roma e o CDEC (Centro Documentazione Ebraica Contemporânea) em Milão. Além disso, utilizei mais de 50 histórias de vida, registradas pessoalmente,<sup>9</sup> de italianos judeus refugiados ou filhos destes.

Através dos documentos produzidos pelos diplomatas brasileiros em missão na Itália, tivemos a oportunidade de identificar os produtores de um discurso intolerante e anti-semita na sua essência, que trouxe conseqüências para estes italianos discriminados pela política racista adotada por Mussolini. Considerados “não arianos” pelos paradigmas da moderna ciência alemã e italiana, esses judeus foram duplamente escorraçados como “raça inferior”: em primeiro lugar, pelo Estado italiano (que era inspirado pelo programa hitlerista) e, em segundo lugar, pelo Estado Novo brasileiro, adepto das teorias anti-semitas em voga na Europa. Com base nos documentos

---

<sup>9</sup> Algumas destas com Sema Petragani, no livro: CAMPAGNANO, A./PETRAGNANI, S. *A Milenária Presença de Judeus na Itália. Resgatando a Memória da Imigração de judeus Italianos no Brasil (1938-1941)*. São Paulo, Atheneu, 2007.

produzidos pelos diplomatas em missão na Itália, procuramos buscar a essência dos seus discursos, aqui analisados sob o prisma da intolerância.

Para Umberto Eco, a intolerância está situada aquém de qualquer doutrina. Nesse sentido, ela tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais sob a forma de territorialidade e baseia-se em reações emocionais superficiais. Percebe-se um estranhamento diante daqueles que são “diferentes” por sua cor de pele, por falar uma língua incompreensível, porque comem rãs, cachorros, macacos, porcos, alhos ou, até mesmo, porque têm tatuagens<sup>10</sup>.

Italo Mereu<sup>11</sup>, ao discutir a institucionalização da intolerância, ressalta que:

*Se não levamos em conta o conceito da intolerância institucionalizada – este filão por onde corre uma boa parte da história da Europa – é impossível explicar as fogueiras, os patíbulo, as decapitações, as guilhotinas, os fuzilamentos, os extermínios, os campos de concentração, os fornos crematórios, os suplícios dos garrotes, as valas de cadáveres, as deportações, os gulag, as residências forçadas. Sem este conceito, também não se podem compreender a Inquisição e seus processos, o Santo Ofício, o Index dos livros proibidos, bem como todas as censuras contra a liberdade de pensamento, então chamada de heresia. É justamente partindo do conceito “infame” de heresia (definida como “opinião perversa que se afasta da fé”) que se pode encontrar o núcleo que contém, em embrião, a política da intolerância e do partido único executada pelo fascismo, comunismo, nazismo e todos os outros “ismos” totalitários do nosso século.<sup>12</sup>*

*A suspeita não é uma informação certa, pelo contrário, é uma dúvida incerta.* Esta é a frase sobre a qual se baseia a obra de Italo Mereu. É a suspeita, de fato, o meio mais importante pelo qual pode proliferar a intolerância: não somente a suspeita sobre o diferente, mas também a suspeita como “chave social”. Ela torna possíveis a torpeza e a injustiça, e até as torturas sob a desculpa de “exigências de ordem superior”.

O termo, do latim *intolerantia* (composto de *in* negativo e *tolerantia*, de tolerar), refere-se àquelas instituições, mentalidades, comportamentos, atitudes, (individuais ou coletivos), aspectos da personalidade, com os quais são reprimidos ou eliminados aqueles que manifestam comportamentos, valores, idéias e desejos considerados falsos ou ruins porque diferem dos que são considerados normais. Enfim,

---

<sup>10</sup> ECO, Umberto. “Definições Léxicas”. In: *A Intolerância*. Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p.17.

<sup>11</sup> Italo Mereu foi professor titular de História do Direito na Universidade de Ferrara, sendo agora professor de História na Universidade Luiss de Roma.

<sup>12</sup> MEREU, Italo. *A Intolerância Institucional; Origem e Instauração de um Sistema sempre Dissimulado*. In: *A Intolerância*, op.cit., p. 42.

o uso do conceito é correlativo ao de tolerância, cuja história se estende das primeiras formulações de S. Agostinho até ao grande debate sobre a tolerância religiosa dos séculos XVI e XVII na Europa.

Consideramos que os discursos diplomáticos a respeito do Outro – no caso, o judeu espoliado pelo nazi-fascismo – implicaram também ações intolerantes que acarretaram graves conseqüências para aqueles que, do dia para a noite, se tornaram apátridas. Como tais, foram reduzidos a um grupo minoritário, sem direitos e deveres de cidadão. Foram violentados no âmago do seu direito de ser, pois a prática da intolerância implica o exercício da violência e reduz o herético ou o diferente ao nível de delinqüente, que se deve criminalizar, sem com ele discutir. Além da intolerância institucionalizada, existe também a intolerância difundida e silenciosa praticada no âmago das famílias, nas escolas, nos escritórios, nos estádios, nas discotecas, nas estradas e nos jornais. Em qualquer instância, a intolerância é causa de sofrimento, tanto quanto aquela praticada em nome das ideologias oficiais ou de uma autoridade. São as atitudes aparentemente banais que, como no racismo quotidiano, se manifestam de forma sutil, reforçando a intolerância e contribuindo para torná-la um hábito. Consolidada pela repetição, ato continuado e persistente, acaba por radicar-se no inconsciente social. Daí as raízes psicológicas da intolerância serem tão importantes quanto as econômicas, sociais, políticas e ideológicas.<sup>13</sup> Portanto, devemos estar atentos aos indícios de traumas, dor, ódio ou qualquer outro sentimento possível de ser identificado nos documentos históricos e nos depoimentos orais.

Procuramos não perder de vista o objeto da intolerância que, neste caso em particular, é o judeu identificado como o Outro: “estrangeiro” ou “estranho” por sua raça, etnia, religião ou linguagem. Para os nazistas, os não arianos e, particularmente, os judeus eram estrangeiros; na África dos Grandes Lagos, para os hutus, estrangeiros são os tutsis. Nestes casos estamos diante de visões totalizadoras que combatem o pluralismo, recusando a priori tudo o que extrapola determinado modelo. Incluímos aqui os fundamentalistas, também intolerantes. Fanáticos recusam o “diferente” eliminando-o e, até mesmo, aniquilando-o fisicamente. Têm em comum a *demonização da diferença* levada até a eliminação do Outro. Questões como estas despontam nos textos dos ofícios, telegramas, memorandos e cartas encaminhadas pelas autoridades diplomáticas representantes do Itamaraty, do Conselho de imigração

---

<sup>13</sup>BOLAFFI Guido; GINDRO Sandro; TENTOR Tullio. *Dizionario delle Diversità. Le Parole dell'Immigrazione, delRazzismo e della Xenofobia*. Firenze, Ed. Liberal Libri, 1998, pp. 167-68.



e Colonização e da elite mandante do governo Vargas. Intolerantes, filtravam suas versões tendo como parâmetro o ideário anti-semita que, nos países afinados com o regime nazista, definia o judeu como um ser indesejável, descartável para a Humanidade.

Assim como os fascismos italiano e alemão, também o varguismo tinha dois alvos de intolerância: os comunistas (intolerância política) e os judeus (intolerância étnica), conceitos geralmente associados entre si. Contemporaneamente, persistia a intolerância contra os negros, os japoneses e os ciganos.

Interessante lembrar que:

*ao mesmo tempo que se negava a figura do negro, do japonês e do judeu, o imigrante europeu (ariano e católico) despontava como uma opção viável enquanto mão-de-obra produtiva, mas desde que selecionado. Oliveira Vianna – reconhecido intelectual brasileiro que ocupou cargos de decisão junto ao governo Vargas – encarregou-se de propagar em seus escritos uma série de princípios racistas louvando os milagres do arianismo alemão. O apelo oficial, por sua vez, se fazia em nome da vocação agrária do Brasil que, nos anos 30, foi reforçada pelo conceito de vocação humanitária e imigratória do Brasil<sup>14</sup>.*

Movido por um ideário intolerante, o governo de Getúlio Vargas sustentou uma política de restrição à imigração judaica, implementada por meio da burocracia do Estado. Esta política encontrou apoio em todo o escalão superior do governo brasileiro, na maioria do corpo diplomático em missão no exterior, entre intelectuais católicos e, obviamente, entre os integralistas seguidores de Gustavo Barroso. Tornaram-se comuns nos escritos da época os estigmas contra judeus, ciganos, asiáticos e negros. Como proposta política este ideário se fazia “*em nome da construção de uma nação forte, de uma raça eugênica e da proteção ao trabalhador*”.<sup>15</sup>

Enfim, consideramos que a emigração ítalo-judaica da era fascista cruza a sua história com a do Holocausto, que, como iremos demonstrar, não foi responsabilidade única da Alemanha nazista. Ao escolher o Brasil como terra de refúgio, os judeus italianos tiveram que enfrentar as barreiras institucionalizadas pelas circulares secretas anti-semitas vigentes no Brasil desde 1937. Não tinham muitas opções, pois, se

---

<sup>14</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cumplicidades Secretas. O Governo Brasileiro Diante da Questão dos Refugiados Judeus (1933-1948). In *Caderno de Língua e Literatura Hebraica*, (n.3), 2001, pp. 183-233.

<sup>15</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Racismo na História do Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1999, p. 47.

permanecessem na Itália sem direito à cidadania, perderiam seus empregos e, possivelmente, seu direito de viver como qualquer ser humano.

Mesmo assim cabe fazer uma distinção entre o racismo manifesto na Itália e aquele que persistia na Alemanha. Para o historiador Ugo Caffaz, o racismo biológico alemão tinha graves desvantagens:

*era alemão e era biológico. O fato de ser alemão incomodava quem queria criar uma teoria original, com medo de duras críticas não vindas de uma oposição inexistente, mas da opinião pública, elemento fundamental neste período. O outro aspecto, ou seja, o ser biológico comportava, no plano científico (mesmo pseudocientífico), o aceitar aquela teoria pela qual os alemães resultavam o povo por excelência, a raça ariana, a estirpe superior: e tudo isso era evidentemente inaceitável. Ao mesmo tempo estes problemas não podiam ser declarados publicamente ou enxergados com uma finalidade de aliança política, o fascismo podia ter suspeitado disto também. Era oportuno, então, elaborar teorias e argumentações que, apesar de reconhecer aos monstros sagrados do racismo seus méritos, apesar de admitir a irrepreensibilidade do racismo alemão, tivessem um mínimo de autonomia e de originalidade. Deste ponto deriva a contraposição a um presumido racismo biológico daquele racismo espiritual que deveria ser a via italiana ao problema.*<sup>16</sup>

Biológico ou espiritual, o racismo italiano atingiu milhares de judeus que tiveram suas vidas alteradas pelas medidas restritivas de 1938. Para Enzo Collotti:

*os destinatários das mensagens que o racismo tinha em mira eram todos aqueles que não se identificavam ainda com o regime fascista. Destinatários eram, também, as democracias ocidentais (...) não é possível pensar na legislação antijudaica do fascismo italiano sem pensar (...) na identificação das democracias com o judaísmo. (...) Chegado a este ponto o fascismo precisava dar um rosto ao inimigo, além da genérica constatação da existência de áreas reservadas ou de indiferença para com ele. O caráter diabólico do judeu era potenciado pelo fato de que, através dele, realizava-se a sutura entre diferentes pólos polêmicos do fascismo, entre bolchevismo e democracia; posto no centro deste processo, o judeu tornava-se a síntese de todos os males e assim, na escala dos valores negativos, o lugar mais alto da hierarquia.*<sup>17</sup>

Pressionados, de um lado, pelo fascismo italiano e, de outro, barrados pelo anti-semitismo do governo Vargas, os judeus se viram obrigados a criar estratégias de fuga e sobrevivência. Laços de solidariedade se formaram unindo a comunidade judaica da Itália à do Brasil, verdadeiras frentes de resistência envolvidas com o salvamento dos seus correligionários. Na contramão da história, a maioria dos diplomatas brasileiros

---

<sup>16</sup> CAFFAZ, Ugo. *L'Antisemitismo Italiano Sotto il Fascismo*. Firenze, La Nuova Italia, 1975, p. 11.

<sup>17</sup> COLLOTTI, Enzo. *Fascismo, Fascismi. O Fascismo e a Campanha Anti-judaica*. Firenze, Editora Sansoni, 2004, p. 59.

procurava argumentar que este fluxo criava uma “invasão de elementos degenerados, parasitas e inassimiláveis, contra os quais só nós lutamos”<sup>18</sup>.

Diante deste contexto, as fontes diplomáticas foram fundamentais para avaliarmos a dimensão das propostas anti-semitas endossadas pela maioria dos representantes do Itamaraty em missão na Itália. Os documentos selecionados em meio a centenas e milhares de registros (telegramas, relatórios, memorandos e ofícios) nos permitiram uma reflexão aprofundada acerca das manifestações dos fenômenos raciais que, segundo Tucci Carneiro, podem ser detectados em dois níveis, tendo como objeto os discursos intolerantes:

- *nível das idéias*: elementos constitutivos da ideologia racista que, através da repetição contínua, podem instigar ou favorecer fenômenos de massa.

- *nível da práxis*: identificado pelas ações concretas, como, por exemplo, um visto indeferido, uma correspondência omissa ou um ato de expulsão do país. Ao analisarmos os discursos identificados na correspondência dos diplomatas brasileiros em missão na Itália, procuramos levar em consideração:

a – a superfície dos enunciados, através da identificação simples e objetiva dos assuntos;

b – a frequência com que determinadas palavras, que expressavam situações de intolerância, aparecem no *corpus*;

c – os elementos identificadores dos perfis do objeto em questão, no caso o judeu italiano refugiado do fascismo.<sup>19</sup>

Foram importantes para este nosso estudo um conjunto de documentos, entre os quais cumpre citar: os relatórios de Jorge Latour e as cartas de acompanhamento assinadas em parte pelo embaixador A. Guerra Duval e, em parte, pelo Conselheiro e Primeiro Secretário Classe L, Adalberto de Souza Quartin. Ao conteúdo anti-semita identificado nestas fontes diplomáticas que têm como referência os acontecimentos raciais na Itália, somaram-se os artigos produzidos pela grande imprensa italiana, “recortados” e anexados aos relatórios políticos com o objetivo de instigar uma práxis racista por parte do governo estado-novista. Com base nesta simbiose de

---

<sup>18</sup> LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro. Ed. Imago, 1995, pp. 160-167.

<sup>19</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Discurso da Intolerância. Fontes para o estudo do racismo. In *Fontes Históricas: Abordagens e Métodos*. Faculdade de Ciências e Letras –Unesp/Campus de Assis. - Programa de Pós-Graduação em História – 1996, pp. 21-32.

discursos intolerantes procuramos reconstituir e dar voz às idéias defendidas por diplomatas, intelectuais e jornalistas de ambas as partes, ou seja, do Brasil e da Itália.

Alem das fontes diplomáticas e da literatura de emigração, procuramos fundamentar este estudo em outras tipologias documentárias como: as listas de vistos aprovados ou indeferidos pelo Ministério de Relações Exteriores brasileiro; as relações dos passageiros dos navios que chegaram ao Brasil até 1940, localizadas no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro e do Memorial do Imigrante em São Paulo. Importantes são, também, as listas dos judeus italianos emigrados, fornecidas pelas comunidades judaicas italianas à União das Comunidades Israelitas (UCII) de Roma; as listas dos cemitérios israelitas de São Paulo (Butantã e Vila Madalena)<sup>20</sup> e da Chevra Kadisha do Rio de Janeiro; e as listas dos italianos inscritos nas associações israelitas religiosas e culturais. Com base nestes documentos procurei demonstrar que o número de judeus italianos que emigraram para o Brasil forçados pelas leis raciais foi de cerca de 747 pessoas. Trata-se de número superior a 400, o qual foi atestado por Ângelo Trento e confirmado por Fabio Bertonha e Pietro Rinaldo Fanesi. A este mínimo não chega, sequer aproximadamente, o número dos judeus expatriados para o Brasil, conforme consta nos vários arquivos do *Istituto Bibliográfico* do UCEI (antiga UCII) de Roma.<sup>21</sup>

O numero poderia ter sido muito maior se consideramos o fato que centenas de pessoas foram impedidas de expatriar em conseqüências das “circulares secretas” assinadas por Oswaldo Aranha e aprovadas por Getúlio Vargas. De fato alguns Consulados Brasileiros na Itália não entregaram vistos aos judeus por meses seguidos, conforme o documento a seguir.

---

<sup>20</sup> Com base nas listas do cemitério de Vila Madalena, examinadas no local, consideramos que alguns dos judeus ali sepultados devem ter feito parte da grande imigração italiana, sendo sua morte anterior à proclamação das leis raciais.

<sup>21</sup> Em 27 de fevereiro de 1987, a União das Comunidades Israelitas Italianas (UCII) modificou sua sigla para UCEI, substituindo Israelitas por Hebraicas (Ebraiche), a fim de apresentar a União com uma conotação mais civil e menos religiosa.

SAÍDO

CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Genova, em 2 de Junho de 1941.

Nº 61.

Vistos concedidos a estrangeiros de origem semita.

*5 de Junho de 1941*  
*[Signature]*

S. DE E. DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
SERVIÇO DE COMERCIO EXTERNO  
28 JUL 1941  
10543

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que durante o mês de Maio proximo passado, não foram concedidos, por este Consulado Geral, vistos a estrangeiros de origem semita.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

*Antonio de S. Evaristo*

## **CAPÍTULO I**

### **OS JUDEUS ITALIANOS: DA EMANCIPAÇÃO À EXCLUSÃO**



## **CAPÍTULO I - OS JUDEUS ITALIANOS: DA EMANCIPAÇÃO À EXCLUSÃO**

### **I-1 Premissa**

Para entender a era fascista e a ação dos judeus italianos que, em 1938, tomaram decisões drásticas, como a da emigração, se faz necessário introduzirmos um pequeno resumo da história dos judeus na Itália. Tarefa difícil, pois os judeus encontram-se na península italiana há mais de dois mil anos. Antes de mais nada, deve-se dizer que a história da Itália é um assunto complexo, pois ela não foi unitária da época da queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., até 1861. Por isso, a história dos judeus deve ser estudada junto com a italiana, nas suas várias divisões em comunas, senhorias, feudos, reinos grandes e pequenos governados por dominações estrangeiras: árabe, francesa, espanhola, alemã, austríaca, etc. O centro de todas as decisões sempre foi a Igreja Católica, que, ao longo dos séculos, não ocultou seu discurso anti-semita secular. Variações ocorreram, de acordo com as políticas papais e as interferências estrangeiras, cujas atitudes variavam entre proteção e desprezo, tolerância e intolerância, repressões, reclusões e expulsões.

As leis raciais de 1938 fizeram desmoronar uma comunidade cuja história era secular. De fato, a comunidade judaica italiana formou-se da união de vários núcleos que chegaram ao país em épocas diferentes. Os que chegaram antes da destruição do Segundo Templo e os que chegaram a Roma em consequência da referida destruição, em 70 d.C., constituíram o primeiro e o segundo núcleos. Na Idade Média surgiu um terceiro núcleo, formado por judeus de fala alemã banidos de seus países pelas cruzadas e pela peste negra de 1348. Estes se estabeleceram na Lombardia e no Veneto, ao passo que outros se fixaram no Piemonte vindos da França em decorrência das expulsões decretadas nos anos de 1306 e 1394.

Parte dos refugiados da Espanha (1492) e do Portugal (1497), após passagem por Amsterdã e Hamburgo, transferiu-se para a Itália nos Estados de Ferrara e Modena. Mais tarde, refugiados sefarditas, em sua maioria cristão-novos que fugiam da Inquisição em Portugal, estabeleceram-se na cidade de Livorno. Os sefarditas constituíram assim o quarto núcleo. Um quinto grupo veio do Oriente, por razões comerciais ou políticas, quando, após a Revolução Francesa, as condições jurídicas na

Europa melhoram consideravelmente a vida da comunidade judaica na Itália. O sexto núcleo, formado por judeus de Trieste, Gorizia, Merano e Fiume, chegou em consequência da anexação à Itália de ditas cidades depois da 1ª Guerra Mundial; assim como os judeus da Áustria, Alemanha, Hungria e Polônia, que, durante o período entre guerras, também fugiam das discriminações.

A partir de 1948, devido ao nascimento do Estado de Israel e às sucessivas guerras árabe-israelenses, os judeus que viviam nos países árabes havia vários séculos tiveram que fugir, sendo considerados inimigos sionistas. Parte destes chegou às grandes cidades italianas, como Roma (escolhida pelos judeus de Trípoli) e Milão, que foi a meta preferida dos egípcios, sírios, libaneses, iraquianos, persas e outros. Podemos assim constatar que a comunidade judaica italiana é um agrupamento de diásporas diferentes, *Kibutz Galuiot*, que caracterizou o judaísmo italiano sob vários aspectos: diversificação dos sobrenomes, rituais e linguagens. Pelo que concerne à linguagem, os judeus possuíam diferentes falas, misturando o hebraico, as línguas dos países de proveniência e os dialetos italianos locais.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, iremos considerar somente a história da Itália depois do Ressurgimento, movimento que levou à unificação da península (1861-1870) e à formação de uma identidade nacional tanto para os italianos não judeus como para os judeus. Isto aconteceu quando os muros do último gueto, o de Roma, foram derrubados e, em 1870, a cidade foi proclamada capital da Itália.

A primeira emancipação dos judeus italianos aconteceu com a conquista napoleônica da península.<sup>22</sup> Os anos 1791-1815 foram *um agitado quarto de século, no qual a*

---

<sup>22</sup> Durante o Oitocentos desenvolveu-se em grande parte da Europa, ainda que de maneira descontínua, o processo de emancipação judaica iniciado com a Revolução Francesa. Os primeiros judeus italianos a serem emancipados foram os piemonteses em 1796, quando o exército francês chegou à Itália (*Piemonte*) e os judeus se juntaram a Napoleão formando a *Republica Cispadana*. Quando o exército napoleônico entrou em Roma em 1798 foi proclamada a *Republica Romana*. Entrando nas cidades italianas, os generais de Napoleão promulgavam decretos em favor dos judeus: eram derrubadas as portas dos guetos e sobre as cinzas era plantada uma árvore (árvore da liberdade), ao redor da qual os judeus festejavam o *novo estatus*. Em Bolonha, na árvore foram pregadas as Tábuas da Lei. Nas cidades libertas um decreto proclamava: *Considerando que os princípios da República francesa rejeitam as distinções que levam a estabelecer diferenças entre os cidadãos, decreta-se que os judeus terão os mesmos direitos dos outros cidadãos*. TAGLIACOZZO, F.; MIGLIAU, B. *Os judeus na História e na sociedade contemporânea*. Firenze. La Nuova Itália ed. 1993, pp. 24-25.



As etapas do processo de unificação da Itália (1850 -1870 )

*embriaguez da equiparação apossou-se também dos judeus italianos, os exaltou, os iludiu, os traiu.*<sup>23</sup> De fato:

*“Desaparecidos os ecos da ressonância da Revolução e o turbilhão provocado pela Restauração, foram restabelecidos os limites e as censuras que a presença das armadas francesas havia temporariamente demolido na Itália centro-setentrional, nos territórios piemonteses e até pontifícios. Mas, apesar da desfeita napoleônica e do recuo das armadas francesas, quase em nenhum lugar da Itália o regresso à situação anterior significou a volta dos judeus às condições restritivas precedentes, porque uma primeira fenda tinha sido feita nos estatutos que regulavam a vida judaica. Somente em Roma, com a volta do poder temporal dos papas, houve, novamente, o fechamento dos judeus no gueto, que seria definitivamente aberto em 20 de setembro de 1870”*<sup>24</sup>.

*O 1848 foi o ano da segunda emancipação dos judeus do Piemonte, a região do norte da Itália que, junto com a Sardenha e a Ligúria, constituíam o Reino da Sardenha. Com alguns decretos anexados ao Statuto Albertino*<sup>25</sup>, *o rei Carlos Alberto de Savoia reconheceu os judeus como cidadãos iguais aos outros em direitos e deveres, declarando que a diferença de religião não devia constituir exceção ao usufruto dos direitos civis e políticos e à admissão aos cargos civis e militares*<sup>26</sup>.

Em 1857 uma outra lei do Reino, conhecida como lei *Rattazzi*,<sup>27</sup> determinava o *status* das comunidades judaicas, ou “universidades israelitas”. As várias comunidades reconhecidas pelo Estado constituíam grupos autônomos que reuniam todos os judeus residentes em um município. A lei concedia, além da autonomia, a liberdade de culto. Os membros das comunidades deviam prover aos rituais religiosos, à instrução religiosa e à beneficência e tinham o poder de impor taxas obrigatórias aos próprios inscritos. A

---

<sup>23</sup> MILANO, Attilio. *Storia degli ebrei in Italia*. Torino, Einaudi, 1963, p. 342.

<sup>24</sup> COLLOTTI, Enzo. *Il fascismo e gli ebrei*. Roma-Bari, ed. Laterza&Figli Spa, 2003, p.4.

<sup>25</sup> Estatuto de Carlo Alberto de Savoia. O estatuto, depois da unificação, transformou-se na Constituição do Reino da Itália, continuando em vigor, com importantes modificações, até à instauração da legislação republicana pós-fascista, quando foi substituído pela Constituição da República a partir do 1º de janeiro de 1948.

<sup>26</sup> TAGLIACOZZO, F.; MIGLIAU, B. *Os judeus na História e na sociedade contemporânea*. Firenze. La Nuova Italia ed. 1993, p. 59.

<sup>27</sup> Urbano Rattazzi (1808-1873), político de centro-esquerda, foi ministro do Interior do Reino de Sardenha e sua lei sobre as comunidades israelitas ficou válida até 1930, quando foi substituída pela lei Falco.

inscrição às comunidades era condicionada à residência, e não à cidade de origem, assim os judeus podiam sair e voltar, conforme os interesses do momento.

Em 1859, o código do Reino previa, também, a proteção dos cultos não católicos “tolerados” ao lado da religião do Estado, estabelecendo penas para quem, *com violência, ameaças ou tumultos, impeça, interrompa ou perturbe o exercício dos rituais e das funções dos cultos tolerados pelo Estado (o israelita e o valdense)*<sup>28</sup>.

No mesmo ano, a lei *Casati*<sup>29</sup> realizava a emancipação da dependência da autoridade eclesiástica (*libera Igreja libero Estado*) das estruturas escolares e, com o novo código civil de 1865, o casamento civil transformava-se na única forma de casamento produtivo de efeitos civis no ordenamento estadual.

Os conflitos do Ressurgimento e as guerras de independência (1848-1870) envolveram pessoalmente todos os judeus na Itália. Na guerra pela conquista da Líbia (guerra ítalo-turca 1911-1912), os combatentes judeus mereceram dois títulos de Cavaleiro da Ordem Militar de Savoia, 6 medalhas de Prata, 17 medalhas de bronze e muitos elogios oficiais<sup>30</sup>.

Após a emancipação, durante pouco mais de um século, de 1848 até 1957, foram cunhadas 12 medalhas de interesse judaico em honra de relevantes personalidades (como Giuseppe Ottolenghi, que chegou ao grau de General), por ocasião de determinados argumentos ou por outras circunstâncias<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> TAGLIACOZZO, Franca - MIGLIAU, Bice. *Gli ebrei nella Storia e nella società contemporânea*. Firenze, La Nuova Italia, 1993, p.59.

<sup>29</sup> Casati Gabrio (1798-1873), político. Foi ministro da Instrução do Reino da Sardenha (1859-1860), conduziu uma reforma na escola que ficou vigorando até 1923.

<sup>30</sup> MICHELIS, Meir. Gli ufficiali superiori ebrei nell'esercito italiano dal Risorgimento alla Marcia su Roma. In *R.M.I.*, aprile 1964. Vol. XXX. N. 4, p. 157; 156.

<sup>31</sup> MICHELIS, Meir . ob. cit. p. 377.



--- Confine italiano nel 1938

..... Regioni jugoslave annesse nel 1941

*Numero di ebrei:*

- ★ 12 000-13 000
- 4000-6000
- ▲ 1000-2500
- ⊙ 500-1000
- 100-500

### Gli Ebrei in Italia.

Comunità ebraiche in Italia all'inizio del 1938 (25 Comunità israelitiche e le tre maggiori Sezioni di Comunità: Asti, Siena, Viareggio); Comunità ebraiche nelle regioni jugoslave annesse all'Italia dal 1941 al 1943 (Spalato, Susak).

### Os Judeus na Itália.

Comunidades judaicas na Itália no começo de 1938 (25 Comunidades israeliticas e as três maiores Seções de Comunidade: Asti, Siena, Viareggio); Comunidades judaicas nas regiões jugoslavas anexadas à Itália de 1941 até 1943 (Spalato, Susak).



Com a emancipação, a face do judaísmo mudou: iniciou-se a assimilação e o abandono das antigas tradições, mantidas por séculos. Os judeus, considerando-se italianos por inteiro, integraram-se totalmente no ambiente social, passando de judeu-italianos a italiano-judeus, ou seja, italianos que professavam uma religião diferente.

A anexação dos territórios que pertenciam ao Estado pontifício ao Reino da Itália - que terminou com a conquista de Roma (20 de setembro de 1870) - deu início a um longo período de dissídios entre o papado e o governo italiano, dissídios conhecidos como *Questione Romana*, criando uma difícil situação nacional e internacional. Às atitudes anticlericais das forças políticas do país contrapunha-se o enrijecimento das hierarquias eclesiásticas, que teve seu ápice na fórmula: “nem eleitos nem eleitores”, com a qual proibiu-se aos católicos a participação na vida política.

A *legge delle guarentigie*<sup>32</sup>, promulgada em maio de 1871, na tentativa de solucionar a questão romana, acabava com uma série de instituições e prerrogativas da Igreja Católica, suprimindo o assim chamado “braço secular” e dispondo que as atas emitidas pelas autoridades eclesiásticas não teriam mais uma eficácia direta e imediata no sistema estadual, sendo tarefa dos juizes do Estado a eventual aprovação destas. Em seguida, foi estabelecida, pela primeira vez, a plena “liberdade de discussão” sobre temas religiosos. Assim, o Estado liberal, com o sistema separatista, conseguiu proteger os fundamentais direitos de liberdade das minorias religiosas.

Um fato importante a ser considerado com respeito à emancipação judaica italiana é que esta foi uma “emancipação paralela” à dos outros italianos que estavam divididos e subjugados por diferentes potências estrangeiras:

*A história dos judeus de qualquer cidade italiana é essencialmente a história da formação de sua consciência nacional italiana, que, de maneira alguma, é posterior à formação da consciência nacional dos italianos em geral. Os judeus não tiveram, então, que se inserir em uma consciência nacional previamente constituída. Em outras palavras, a formação da consciência nacional dos judeus foi paralela à formação da consciência nacional dos piemonteses, napolitanos ou outros. A identidade nacional dos judeus italianos formou-se durante o Ressurgimento, contemporaneamente ao*

---

<sup>32</sup> *Guarentigia*, em italiano, significa “ato garantido pelo Estado”, garantia.

*processo de unificação e quando as muralhas do ultimo gueto da península foram abatidas, este processo, em suas linhas essenciais, já estava feito.* <sup>33</sup>

Conforme a visão de muitos historiadores, como Attilio Milano e Cecil Roth, os judeus italianos, então, encontravam-se na situação de poder viver e operar no país gozando de uma liberdade e autonomia nunca experimentadas precedentemente, com uma completa integração.

Porém, muitos italianos, ainda convencidos de que as comunidades judaicas representavam um Estado dentro um Estado, não aceitavam que os judeus exercessem cargos públicos. A este propósito deve ser relatado um acontecimento que pode ser considerado a primeira demonstração de anti-semitismo laico liberal por parte dos italianos, o mesmo que, na opinião de Jean-Paul Sartre<sup>34</sup>, a partir do Iluminismo, pedia ao judeu que renunciasse à sua diversidade em troca da emancipação<sup>35</sup>: em 1873, o deputado vêneto Francisco Pasqualigo fez objeção à nomeação de um judeu, Isacco Pesaro Maurogonato, como ministro das Finanças, antecipando as críticas à dúplici lealdade nacional dos judeus, críticas que se transformariam em corriqueiras depois do aparecimento do sionismo. Maurogonato, por sua parte, não aceitou o encargo com medo de que a impopularidade de algumas eventuais escolhas pudesse recair sobre a Comunidade Judaica. <sup>36</sup>

Com a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, chegou para os judeus italianos a hora da “grande prova”, que superaram com tamanha e generosa dedicação que o próprio Mussolini, em seu primeiro discurso na Câmara, teve que reconhecer que

*O sacrifício de sangue doado pelos judeus italianos durante a guerra foi grande e generoso*<sup>37</sup>

Após séculos de discriminações, os judeus italianos combateram ao lado dos outros italianos contra os soberanos reacionários e pela unidade da Itália, que aconteceu em

---

<sup>33</sup> MOLINARI, Maurizio, *Ebrei in Itália: um problema di identità (1870-1938)*, Firenze, Giuntina, 1991, pp. 25-26.

<sup>34</sup> SARTRE, J.P. *L'antisemitismo*. Milano, ed. Comunità, 1960:49-101.

<sup>35</sup> MOLINARI, Maurizio. op. cit. p. 38

<sup>36</sup> Idem p. 38.

<sup>37</sup> MICHELIS, Meir. Op. cit. p. 163.

Settore	Padroni	Liberi professionisti	Artigiani	Dirigenti	Impiegati	Salariati	Operai	Totale
Agricoltura	218	-	-	7	22	-	5	252
Industria	662	-	264	267	1527	41	1027	3 788
Trasporti e comunicazioni	85	-	4	28	311	28	168	624
Commercio	4785	-	-	71	2304	118	139	7 417
all'ingrosso	758	-	-	33	876	31	38	1 736
al minuto	2474	-	-	27	1015	51	33	3 600
altre attività	1553	-	-	11	413	36	68	2 081
Credito e assicurazioni	32	-	-	93	861	16	5	1 007
Attività e arti libere	1	1508	-	-	86	5	1	1 601
sanitarie	1	417	-	-	11	-	-	429
legali	-	554	-	-	55	-	-	609
letterarie e scientifiche	-	47	-	-	-	-	-	47
altre	-	490	-	-	20	5	1	516
Amministrazione pubblica	-	-	-	216	1655	59	55	1 985
Amministrazione privata	3	91	-	5	131	11	2	243
Culto	-	-	-	11	93	27	2	133
Economia domestica	-	-	-	1	11	54	1	67
Condizioni non professionali	-	-	-	-	-	-	-	22 694
proprietari e benestanti	-	-	-	-	-	-	-	1 381
pensionati	-	-	-	-	-	-	-	939
studenti e collegiali	-	-	-	-	-	-	-	6 704
casalinghe	-	-	-	-	-	-	-	12 250
altre	-	-	-	-	-	-	-	1 420
Ignoto	-	-	-	-	-	-	-	645

Settores: Agricultura; Industria; Transportes e Comunicações; Comercio (atacado, varejo, outras atividades); Crédito e Assegurações; Atividades e profissões independentes (sanitária, legais, literárias e científicas, outras); Administração pública; Administração particular; Culto; Economia doméstica; Condições não profissionais (proprietários e abastados, aposentados; estudantes; prendas domesticas, outros; não conhecido.

várias etapas, finalizando-se em 1918, após a Primeira Guerra Mundial <sup>38</sup>. Porém, durante esta guerra, os periódicos judaicos que eram os porta-vozes dos grupos juvenis, dos novos rabinos, dos jovens intelectuais judeus esforçavam-se em pôr em evidência que:

*no meio da tragédia geral causada pela guerra, existia uma tragédia particular: a dos judeus europeus, irmãos-inimigos, soldados leais e judeus desesperados. Em 7 de agosto de 1914, “La settimana Israelita” (A semana israelita) intitulava seu artigo principal - escrito pelo sionista Alfonso Pacifici - “Na hora da nossa tragédia duzentos mil judeus no campo de batalha uns contra outros”. A este propósito, alguns meses mais tarde, outro periódico israelita, “Il Giovane Israele”, falava de Guerra Civil.*<sup>39</sup>

Muitos foram os judeus *irredentisti*, especialmente aqueles residentes em Trieste. Era chamado *irredentismo* um movimento que representava a aspiração dos italianos, que se encontravam sob dominação austríaca, de juntar-se à mãe pátria.

Giuseppe Lattes (pai do grande cientista ítalo-brasileiro Cesare Lattes), um dos judeus italianos que, provavelmente, emigrou para o Brasil durante a época da grande imigração, voltou em 1914 à Itália para combater ao lado dos italianos durante a Primeira Guerra Mundial. Outros judeus italianos refugiados no Brasil, após 1938, haviam combatido junto aos italianos durante a Primeira Guerra Mundial: como, por exemplo, Umberto Beer, que, ferido várias vezes, foi condecorado com 4 medalhas de prata.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Em 17 de março de 1861 foi proclamado o *Reino da Itália*. Deste ficaram excluídos, no norte da península, o Veneto, Trento e Trieste, que ficaram sob a dominação austríaca, e no centro o Lazio e Roma, que pertenciam ainda ao Estado pontifício. Em 1866, depois da terceira guerra pela independência, o Veneto passou à Itália. Em 1870, o Lazio e Roma foram libertados e a cidade ficou capital do Reino. O poder temporal dos papas, depois de séculos, chegou ao fim e o Papa Pio IX fechou-se no Vaticano, considerando-se prisioneiro do Estado italiano, situação que permaneceu até 1929. Depois da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a região do Firiuli Venezia Giulia, com Trento e Trieste, passou a fazer parte do Reino Unido. A cidade de Fiume, porém, só foi anexada em 1924.

Os judeus italianos que morreram durante a Primeira Guerra Mundial foram 261; 2 foram condecorados com a medalha de ouro, 207 com a medalha de prata, 238 com a medalha de bronze e 28 receberam um encômio solene. (DE FELICE, Renzo. *Storia degli ebrei italiani sotto il fascismo*. Torino, Einaudi, 1993, p. 16n.)

<sup>39</sup> TOSCANO, Mario. *Ebraismo e Antisemitismo in Itália*. Milano, ed. Franco Angeli, 2003, pp. 92; 112-113. Na página 42 deste livro, Toscano observa como a admissão generalizada dos judeus no exército transformava-se em um “ato cruel”, que punha muitos “filhos de um mesmo povo”, unidos por vínculos culturais, históricos e religiosos, em frentes opostas; apesar disso, os judeus deviam fazer o próprio “dever de lealdade cívica”.

<sup>40</sup> O filho de Umberto Beer, Bruno, casou-se com Valeria Liuzzi, nascida em Udine, filha do General Guido Liuzzi.

## I.2 - Estado e Igreja: o discurso da Intolerância da revista *Civiltà Cattolica*

Para compreendermos a atitude da hierarquia católica italiana em relação ao problema judaico são necessárias algumas considerações históricas. Daí a necessidade de distinguirmos o antijudaísmo religioso ou doutrinal e o de ordem sociopolítica. O primeiro considerava o judeu como um homem sem pátria, um danado por Deus por não ter reconhecido o Messias, e sua condição de exilado era entendida e explicada conforme as diversas categorias religiosas. Nestas entravam as graves acusações de deicídio e homicídio ritual.

O antijudaísmo moderno nasceu com a Revolução Francesa e, em particular, com a emancipação social e política dos judeus (1ª emancipação), decretada pelos governos liberais. Tal legislação liberal tornou os judeus “atrevidos e potentes, cedendo a eles, com a desculpa da igualdade, uma condição sempre mais dominante de prestígio econômico, na sociedade moderna.”<sup>41</sup> O antijudaísmo de ordem sociopolítica acusava muitos judeus de manter um pacto com a maçonaria internacional, anticatólica, e de serem associados aos modernos movimentos revolucionários seja na Rússia ou nos Estados da Europa Ocidental. Assim, a figura do judeu, no imaginário coletivo católico, e não somente neste, foi assimilada, de um lado, ao capitalista que desfrutava a população cristã e, do outro, ao revolucionário que lutava para minar as bases da vida associativa. Muitos representantes da cultura católica aceitavam estas idéias, movidos por motivos religiosos e patrióticos; outros defendiam a identidade cristã e a ordem constituída. A revista *La Civiltà Cattolica* teve um papel importante na divulgação destas idéias, e, em particular,<sup>42</sup> os artigos de padre *Oreglia di Santo Stefano*.

*La Civiltà Cattolica*<sup>43</sup> surgiu em Nápoles em 6 de abril de 1850, tendo como criador um jovem jesuíta, Carlo Maria Curci. No artigo dedicado à apresentação desta revista,

---

<sup>41</sup> ROSA, Enrico. “Il pericolo giudaico e gli amici di Israele”. In *Civiltà Cattolica*. 1928 II, p. 380.

<sup>42</sup> “Antigiudaismo o Antisemitismo? Le accuse contro la Chiesa e ‘La Civiltà cattolica’ ” artigo do padre jesuíta Giovanni Sale S. I. In [www.laciviltacattolica.it/Quaderni/2002/3647/Articolo%20Sale.html](http://www.laciviltacattolica.it/Quaderni/2002/3647/Articolo%20Sale.html).

No mesmo artigo, G. Sale nega que o Magistério da Igreja (e com ele *La Civiltà Cattolica*) tenha professado o anti-semitismo e, em particular, o anti-semitismo racial. Além disso, ele nega também o reconhecimento e a autenticidade do libelo anti-semita *Os Protocolos dos Sábios de Sion*, por parte da Igreja Católica.

<sup>43</sup> *La Civiltà Cattolica* foi o porta-voz do pensamento e das diretrizes políticas da Santa Sé. Com relação ao fascismo, a revista teve uma significativa evolução: depois de uma inicial condenação das violências das milícias fascistas (os esquadristas), iniciou a considerar favoravelmente o “regime” enquanto este apoiava os princípios da moral católica, dos quais o Estado liberal tinha-se afastado, e era contrário ao socialismo. A revista dava particular importância aos temas fascistas da defesa da família, do corporativismo do Estado, do expansionismo colonial e da aliança com a Alemanha (LUZZATTO, S. org. *Dizionario del Fascismo* Torino, Einaudi, 2005, V.I. pp.293-294). Os padres escritores desta revista foram Oreglia di

intitulado *Il Nostro Programma* (O nosso programa), Curci descrevia o jornalismo europeu como “filho da Revolução Francesa” que tinha como propósito defender as idéias blasfemas anticristãs, cheias de agnosticismo e ateísmo.

*É um fato irrefutável não existir no mundo outra civilidade além da Européia e que na Europa a civilização foi obra cristã, católica, romana; quem tiver dúvida disto pode ser convencido com uma simples olhada ao planisfério até o ponto de existirem, mesmo no dia de hoje, duas regiões uma totalmente (bárbara) e outra meio bárbara.*<sup>44</sup>

Foram numerosas as lutas de *Civiltà Cattolica*, movidas contra o liberalismo, a maçonaria, o modernismo e o comunismo, correntes entre as quais os judeus eram numerosos. O nascimento desta revista coincidiu com a restauração do Gueto em Roma por parte de Pio IX<sup>45</sup>. A revista, em 1858 - apesar de não ter apresentado, até aquele momento, análise alguma direcionada contra o judaísmo -, defendeu o comportamento do papa no caso Edgardo Mortara,<sup>46</sup> expressando, assim, uma atitude negativa para com os judeus residentes no Estado pontifício.

Um ataque direto contra os judeus, porém, aconteceu em maio de 1872, quando foi publicado um artigo intitulado “Il Golgota e il Vaticano”, que fazia um paralelo entre a paixão de Cristo e as angústias de Pio IX:

---

Santo Stefano (1823-95), Raffaele Ballerini (1830-1907), Mario Barbera (1877-1947), Francesco Saverio Rondina (1827-97), Enrico Rosa (1870-1938), por muito tempo redator e diretor, e Antonio Messineo (1897-1978).

<sup>44</sup> TARADEL, Ruggero; RAGGI, Barbara. *La segregazione amichevole*. Roma, Editori Riuniti, 2000, p.3.

<sup>45</sup> Durante as lutas pela unificação da Itália, em 8 de fevereiro de 1849, foi constituída a República Romana por meio de uma assembléia constituinte convocada depois da fuga de Pio IX (Novembro 1848). Foram abertas as portas dos guetos, emancipando-se assim os judeus da cidade. Esta república, governada a partir de 29 de março de 1849 por um triunvirato (G.Mazzini, C.Armellini e A. Saffi), transformou-se no centro político do movimento nacional italiano. Em 3 de julho de 1849, porém, foi destituída pelas tropas francesas conduzidas por Giuseppe Garibaldi e o Papa voltou para Roma, reafirmando seu poder.

<sup>46</sup> Edgardo Mortara, aos seis anos de idade, batizado às escondidas por uma doméstica quando doente, foi raptado em 23 de junho de 1858 em Bolonha pelas autoridades eclesiásticas, que lhe deram uma educação religiosa. Nunca mais voltou para sua família e foi encaminhado para a carreira eclesiástica com o nome de Pio Mortara, em honra do papa Pio IX. O caso suscitou protestos internacionais e mobilizou a opinião pública. Para a historiadora Gemma Volli teve algumas conseqüências benéficas: a luta contra o papado, que não queria abrir mão de seu poder, para conseguir a unidade da Itália, por parte dos católicos, que apoiaram os judeus nesta ocasião; além da revolta dos judeus americanos - que pediram ao Governo federal que desse ao seu ministro em Roma o encargo de reclamar com a Santa Sé a devolução do menino aos pais -, a necessidade dos mesmos de constituir uma “Instituição Representativa Central”, que não dependesse do Governo, mas da livre escolha das Comunidades judaicas, para exercer sua influência em favor dos judeus do mundo inteiro. VOLLI, Gemma. “Alcune conseguenze benefiche dell’Affare Mortara”. In. *Scritti in Memória di Federico Luzzatto*. R.M.I. Vol XXVIII, N. 3-4 Marzo Aprile 1962, p. 310.

*a paixão de Cristo (que aconteceu pela vontade dos judeus) e as angústias de Pio IX (devidas à criação do Reino da Itália) foram usadas para explicar os motivos da tomada de Roma. O grande delito deste papa, aos olhos desta moderna Sinagoga de Belzebu, pela qual mereceu ser por ela crucificado é, portanto, similar ao grande delito, pelo qual a velha Sinagoga de Jerusalém condenou o Salvador à Cruz: o ser Jesus Deus e Pio IX seu Vigário. A tomada de Roma é assim apresentada como diretamente inspirada pelo demônio, e interpretada como um furioso ódio anticristão: em nome do papa Pio IX, é crucificado novamente Jesus: pelo ódio contra sua verdade, pela qual os escribas e os fariseus o crucificaram no Gólgota.*<sup>47</sup>

Nos anos seguintes, de 1878 até 1938 (durante a gestão dos papas Leão XIII, Pio XI e Pio XII), a revista *Civiltà Cattolica* seguiu o desenvolvimento dos acontecimentos com seus artigos: desde a luta contra a maçonaria, considerada como uma “obra dos judeus”, para manter viva a “acusação do sangue” cada vez que aparecia uma ocasião propícia; e também para pôr em evidência, novamente, a idéia de um Estado dentro do Estado, ou seja, a idéia de que os judeus constituíam um grupo não somente religioso, mas também nacional e racial e, como tal, podiam ser considerados um corpo estranho no tecido de todas as outras nações<sup>48</sup>. Em 1881, um outro artigo desta mesma revista afirmava:

*(...) são de fato cristãos, os espanhóis, os italianos, os franceses etc.: mas continuam sendo por raça e nacionalidade espanhóis, franceses e italianos. Pelo contrário os de religião judaica são também judeus de raça e nação, nunca são italianos, espanhóis ou franceses, mas sempre judeus nada mais que judeus.(...) Assim, deveria ser feita com os judeus a mesma coisa que se faz com a PESTE; esta não pode ser extirpada, mas pode ser circunscrita, diminuindo deste jeito o que não pode ser anulado, minorando suas forças e tirando seus alimentos.*<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> TARADEL, Ruggero-RAGGI, Bárbara. op. cit., p.13.

<sup>48</sup> Com base nesta afirmação pode ser feito um paralelo com a tese do *enquistamento* apresentada no livro de CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *O Veneno da Serpente*. São Paulo, Perspectiva, 2003, p. 152: - *Necessitamos, entretanto, de correntes imigratórias que venham lavar o solo, ao mesmo tempo que se identifiquem com o ambiente brasileiro, não constituindo jamais, elementos subversivos ou dissolventes e com tendências a gerar quistos raciais, verdadeiros corpos estranhos no organismo nacional, tal como acontece com os israelitas e os japoneses.*

<sup>49</sup> TARADEL, Ruggero-RAGGI, Barbara. *La segregazione amichevole*. Roma, Editori Riuniti, 2000, p. 25; 17, respectivamente.

A revista continuou, durante todo o século XIX, em seu ataque contra os judeus, acusando-os do uso do sangue cristão em seus ritos, a julgá-los e condená-los, apesar dos processos nos quais eram absolvidos. Os veredictos de absolvição eram interpretados como uma ulterior prova da potência judaica capaz de adquirir, com ouro e chantagem, juízes e jurados.

Entre 1886 e 1887, a revista publicou uma série de artigos que procuravam demonstrar como, ao longo do curso da história, os judeus tinham sempre perseguido os cristãos. Estes artigos, que apareceram em fascículos semanais, com o título “Dell’ebraica persecuzione contro il Cristianesimo” (Sobre a perseguição judaica ao cristianismo), afirmavam que as perseguições anticristãs dos imperadores romanos, a partir da época de Nero até Constantino, foram instigadas, secretamente, pelos judeus:

*Os cristãos foram sempre perseguidos por Nero e seus sucessores, devido somente à sua religião que os pagãos conheciam exclusivamente através das calúnias judaicas, fonte de todas as perseguições até as modernas. Nestas últimas, escondidas sob a face da maçonaria e do liberalismo, os judeus lutam contra os cristãos, como antes os perseguiam sob a máscara do paganismo, sempre gritando e afirmando, como sempre o fizeram, de serem eles mesmos as nossas vítimas inocentes.*<sup>50</sup>

Evidentemente, a campanha anti-semita conduzida pelas altas hierarquias católicas através da revista *Civiltà Cattolica* tinha como finalidade bloquear a afirmação e a difusão dos princípios liberais, laicos e igualitários, que acabariam transformando a sociedade européia até o ponto de diminuir, gravemente, o papel da Igreja<sup>51</sup>. As medidas necessárias para bloquear este processo deviam ser aplicadas não somente aos judeus, mas, também, aos convertidos. Anos mais tarde, os articulistas da revista conseguiram diabolizar o judaísmo, apontando-o como o responsável secreto pela maçonaria e pelo liberalismo, e construíram, quase do nada, o mito da conspiração judaica contra a humanidade.

*Diabolizando o judaísmo e mostrando os judeus como parte de comunidades estruturalmente criminais, os jesuítas da Civiltà Cattolica procuravam transtornar os*

---

<sup>50</sup> Idem p. 29.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 31.



*mesmos membros da maçonaria com a finalidade de obrigar seus adeptos a entreolhar-se com desconfiança como judeus e não-judeus, desacreditando assim os princípios laicos e liberais. Insinuava-se que estes princípios tinham colaborado para dar muita liberdade aos odientos de Cristo e da humanidade, mas também foram criados pelos mesmos judeus com a finalidade de seduzir os gentios e poder continuar com seus projetos de conquista do mundo.*<sup>52</sup>

A campanha anti-semita, empreendida pela revista, tinha, entre outras finalidades, a de diferenciar as religiões e a de aplicar leis particulares aos judeus, considerando-os assim falsos cidadãos e estrangeiros. Comentando o *pogrom* da Rússia em 1881 (após o assassinato de Alexandre II), os jesuítas chegaram a dizer que:

*se a raça judaica, única contra todas as raças, foi sempre tão odiada dever-se-ia obrigatoriamente pensar que exista nela uma razão estimulante que provocaria rancor e ódio contínuo por parte de todas as raças.*<sup>53</sup>

A solução do problema judaico, conforme sugerido por parte dos jesuítas, seria então uma segregação amistosa, ou seja, uma espécie de novo gueto onde fechar os judeus, não ainda convertidos, à espera desta conversão. Esta segregação confirmaria a tese de S. Agostinho (354-430), segundo a qual os judeus e o judaísmo não podiam ser extirpados: “os judeus, por sua mera existência, eram parte do projeto de Deus, já que eram testemunhas da verdade do cristianismo, simbolizando com seu fracasso e humilhação o triunfo da igreja sobre a sinagoga”.<sup>54</sup> A política da igreja, portanto, consistiria em permitir que pequenas comunidades judaicas sobrevivessem em condições de degradação e impotência<sup>55</sup>.

Reinterpretando este conceito à luz dos acontecimentos dos séculos XIX e XX, a Igreja apresentava-se como a única estrutura capaz de proteger os não judeus da ameaça judaica e, ao mesmo tempo, os próprios judeus dos excessos da legítima defesa dos outros povos. A Igreja sugeria, então, uma volta ao período precedente à segunda emancipação.

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>54</sup> SIMONSOHN, Sholomo. La condizione giuridica degli ebrei nell'Italia Centrale e settentrionale (secoli XII-XIV). In *Storia d'Italia - Annali 11\*- Gli Ebrei d'Italia*, Torino, Einaudi ed. 1996, p. 103.

<sup>55</sup> JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Imago, Rio de Janeiro, 1995, p. 173.

Os cristãos, por sua vez, alimentavam uma esperança:

*a conversão de Israel. Esta seria a solução definitiva, com a condição, porém, que os judeus, se tornando cristãos, perdessem sua nacionalidade judaica (...).*<sup>56</sup>

De acordo com a doutrina católica, existem dois períodos distintos na história de Israel:

*o período anterior à chegada de Cristo, que representa o judaísmo bom, santo, eleito por Deus, “e o período posterior no qual o povo judeu, cegado, maldito e” deicida”, desenvolve uma teologia que tem que ser condenada. A Igreja considera-se herdeira do primeiro Israel, o assume como predecessor, mas condena e passa a considerar como terra de missão o segundo*<sup>57</sup>.

A revista *Civiltà Cattolica* ainda existe: é uma revista quinzenal de cultura e, em março de 2007, completou 158 anos de publicação.

Após a Segunda Guerra, *Civiltà Cattolica* não apresentou nenhuma reflexão crítica. A linha seguida foi a remoção pura e simples. Não somente a “questão judaica” desapareceu de suas páginas como se nunca tivesse existido, mas foi cancelada, também, qualquer referência às campanhas anti-semitas.<sup>58</sup>

### **1 3 – Os judeus italianos diante do fascismo**

A crise social e política, após a Primeira Guerra Mundial, foi particularmente grave na Itália, porque acabou com o Estado liberal e favoreceu a instauração da ditadura fascista. As ondas dos movimentos sociais dos anos 1919 e 1920 não acharam um guia político eficaz no partido socialista, dividido em correntes contrastantes; ao mesmo tempo os grupos liberais e democráticos não conseguiram fazer acordos estáveis com o partido popular, que recolhia as massas católicas. Enfim, grandes setores da pequena e média burguesia subiram sempre graças à influência dos grupos de extrema direita.

---

<sup>56</sup> TARADEL, Ruggero -RAGGI, Bárbara. op. cit. p. 127.

<sup>57</sup> Idem p. 57.

<sup>58</sup> Ibidem, p.155.

O movimento que adquiriu mais influência foi o dos *Fasci di Combattimento*, fundado em março de 1919 em Milão por Benito Mussolini, que recolheu extremistas de direita e esquerda, além de elementos turbulentos de qualquer espécie. O objetivo dos *Fasci* era combater os partidos de extrema esquerda e conquistar o poder. Nos últimos meses de 1920, a luta entre os fascistas e as organizações operárias chegou a um tal ponto que Mussolini permitiu que bandas armadas fascistas atacassem as sedes das organizações sindicalistas, das cooperativas, das seções dos partidos socialistas e comunistas e, em alguns lugares, também populares. Feriram e mataram dirigentes e militantes das mesmas organizações. A violência foi, em quase todos os lugares, favorecida pelas autoridades governamentais: a polícia assistiu aos acontecimentos sem fazer nada, o Exército em muitos lugares abasteceu os fascistas de armas, munições e autocarros.

A intenção do governo era a de restabelecer uma maioria liberal democrática no Parlamento, mas isso não aconteceu. Com a *Marcia su Roma* (28.10.1922) e a decisão do rei de não se opor à insurreição fascista, Mussolini instaurou um governo onde entraram também liberais e populares. Nas eleições de 1924 Mussolini venceu com violências e enganos<sup>59</sup>.

Em 3 de janeiro de 1925 um golpe de força marcou o início da ditadura. Entre 1925 e 1926 foi instaurado o Estado de cunho totalitário, fundado sobre um único partido. Em particular foi criada a figura de primeiro Ministro, responsável unicamente perante o rei. No campo socioeconômico foi adotado o corporativismo<sup>60</sup> e foi intensificado o controle do Estado sobre todas as atividades produtivas em função de uma economia de tipo autárquico.

No começo de 1929, do ordenamento constitucional pré-fascista ficaram de pé somente duas instituições: o rei e o Senado; ou seja, sobrevivia a monarquia, cúmplice da política liberticida do fascismo, mas não completamente confundida com este.

A oposição ao fascismo não desapareceu com a supressão dos partidos, mas continuou viva por obra de vários partidos clandestinos, que atuavam na Itália (Carlo Rosselli e o

---

<sup>59</sup> Deputado socialista, Giacomo Matteotti (1885-1924) - que havia denunciado, no Parlamento, as violências e os enganos nas eleições gerais de 6 de abril de 1924 que haviam decretado a vitória eleitoral dos fascistas - foi seqüestrado, em 10 de junho de 1924, pelos fascistas e seu corpo foi achado dois meses depois. Este fato provocou graves agitações políticas, mas não se chegou a uma queda de governo porque o rei Vittorio Emanuele III (1869-1947) não tomou decisão alguma contra Mussolini. Pelo contrário, em 3 de janeiro de 1925, Mussolini instaurou um regime ditatorial.

<sup>60</sup> Doutrina que propõe a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais, ou corporações. Graças à solidariedade dos interesses concretos e às formulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflito, como a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, ou as diferenças ideológicas no plano político.

movimento *Giustizia e Libertà*) em coligação com numerosos antifascistas emigrados no exterior (*Concentração Anti-fascista*, que durou até 1934). Quando os fascistas subiram ao poder, a comunidade judaica, pouco numerosa <sup>61</sup>, era perfeitamente integrada na sociedade italiana. *Os judeus para nós são italianos em tudo e por tudo* – havia afirmado o rei Vittorio Emanuele III em uma conversa com Theodor Herzl, que visitava Roma, em 22 de junho de 1904.

No início dos anos vinte, os judeus italianos aderiam a todos os partidos políticos, também ao PNF<sup>62</sup>, que ainda não se tinha declarado anti-semita. Vários judeus desenvolveram um papel importante nos partidos de esquerda e, às vezes, nos partidos moderados; nenhum judeu chegou, porém, a lugares de destaque no PNF. Diferentemente do período pré-fascista, somente um judeu teve um encargo nos governos de Mussolini: Guido Jung<sup>63</sup>, ministro das Finanças desde julho de 1932 até janeiro de 1935. Outras personagens relevantes no ambiente político e cultural fascista foram Gino Arias<sup>64</sup>, Carlo Foà, Margherita Grassini Sarfatti, Ângelo Oliviero Olivetti.<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> DELLA PERGOLA, Sergio. *Anatomia dell'ebraismo italiano*. Assisi-Roma, Ed. Carucci, 1976, p.56. Por volta do ano 1850 os judeus na Itália eram 38.529; em 1900, 43.128; em 1938, 45.270.

<sup>62</sup> Muitos haviam usado a “cimice all’occhiello”, ou seja, o distintivo fascista com o “Fascio do Littorio” na lapela do paletó.

<sup>63</sup> Afastado pela legislação racial, depois do armistício do 8 de setembro, Guido Jung voltou novamente a ter encargos no Governo italiano (Badoglio).

<sup>64</sup> Gino Arias (Firenze 1879-Cordoba 1940), professor de Economia Política Corporativa. Eleonora Smolensky, em seu livro *Tante Voci Una Storia, Italiani ebrei in Argentina 1938-1948*, (Bologna, Il Mulino, 1998, p. 245), e Molino e Gadi Luzzatto Voghera, em artigo publicado na *R.M.I.* (Vol. LXIX, n.1, Gennaio-Aprile 2003, p. 78), “Per uno Studio sulla presenza e Attività di Parlamentari Ebrei in Itália e In Europa”, relatam que Arias foi uma das figuras mais controvertidas da corrente imigratória italiana para a Argentina. Convertido ao catolicismo no começo dos anos 30, fascista convencido, membro da Câmara e consulente do Vaticano, depois das leis raciais de 1938 foi afastado do seu encargo e da vida política. Exilou-se na Argentina em 1939, em Buenos Aires, onde reatou seus laços com os setores eclesiásticos e ensinou nas universidades de Tucumã e Córdoba. Morreu um ano depois de seu exílio.

<sup>65</sup> Margherita Grassini Sarfatti (1880-1961) nasceu em Veneza numa família judia rica e culta. Com 16 anos já era marxista e com 18 casou-se com Cesare Sarfatti, republicano e depois socialista. Fez parte do movimento feminista. Teve três filhos, dos quais um, Roberto, morreu na 1ª Guerra Mundial. Encontrou Mussolini em 1912 e, a partir de 1918, ficou ao lado dele como amante e trabalhando na redação do jornal *Il Popolo d'Italia*. Fez parte da corrente antiamericana que criticava os Estados Unidos por seu tecnicismo, materialismo e decadência de valores. Em 1932, quando Mussolini iniciou o seu romance com Claretta Petracci, deixou seu trabalho no Jornal. Em 1934 viajou para a América e ficou uma entusiasta deste país, sobre o qual escreveu, em 1937, um livro: *L'America, ricerca della Felicità*. Em 1938, com a proclamação das leis raciais, refugiou-se na Suíça, viajou depois para Paris, Barcelona, Montevideo e no fim para Buenos Aires. Nesta cidade publicou num periódico argentino, em catorze fascículos, um conto autobiográfico, *Mussolini, como lo conosco*. Voltou para a Itália em 1947. (*Dizionario del Fascismo*, org. Sergio Luzzatto, V. II. Torino, Einaudi, 2005, pp.594-597). Como foi escrito no jornal *Fanfulla*, em 7 de maio de 1950, e repetido pelo prof. Ângelo Trento em seu livro *Do Outro Lado do Atlântico* (São Paulo, Nobel, 1989, p.386): “(...) vale a pena recordar que, precisamente aqui, em São Paulo, os maiores conferencistas e propagandistas do regime de Mussolini vindos da Itália naquela época, eram os judeus, razão pela qual foram objeto da ira furiosa dos anti-fascistas locais de então. De fato eram hebreus o prof. Arias, o professor Foà, o prof. Castiglioni”.

Em 1938 os judeus inscritos no PNF eram cerca de 6.900, o equivalente a 2,6 por mil inscritos naquele partido. Trata-se de uma porcentagem relevante na medida em que os judeus cidadãos italianos constituíam pouco menos de 1 por mil do total da população italiana. Estes dados, segundo o pensamento de Michele Sarfatti,<sup>66</sup> “evidenciam, mais do que uma particular propensão dos judeus da Itália para o fascismo, o fato de que estes participavam mais intensamente que os não judeus da vida política”. Na realidade não existe uma documentação sobre a militância dos judeus nos outros partidos, mas tanto o periódico anual *Critica Social*, dos anos 1921-24, como o elenco dos aderentes ao manifesto cultural anti-fascista de Benedetto Croce, de 1925, continham numerosos nomes de judeus. Entre estes estavam Giuseppe Emanuele Modigliani, Alessandro Levi, Carlo Rosselli, Cláudio Treves, Vito Volterra, que depois da instauração da ditadura refugiaram-se em Paris.<sup>67</sup>

*Em geral os judeus italianos eram moderados e progressistas, reacionários e revolucionários, laicos e religiosos, sionistas e anti-sionistas. O que os caracterizava mais do que tudo como grupo era a alfabetização generalizada e um grau de instrução médio relativamente elevado. Em quase todas as famílias era transmitido um forte senso de fidelidade para com a casa dos reis Savoia.*<sup>68</sup>

---

Ângelo Oliviero Olivetti (1874-1931), sindicalista revolucionário, fazia parte do extremismo socialista. Fundou *Pagine Libere*, onde fazia referência ao burguês como a um “parasita”. Escreveu *Storia critica dell'utopia comunista (Roma, Libreria Del Littorio, 1930)*.

<sup>66</sup> Prof. Michele Sarfatti é atualmente Diretor da Fundação CDEC em Milão, que promove o estudo dos acontecimentos, da cultura e da realidade dos judeus, com um particular enfoque na Itália e na idade contemporânea. Autor de numerosos estudos históricos sobre a Shoá na Itália, seus últimos livros publicados foram: *The Jews in Mussolini's Italy. From equality to Persecution*. Adison, Wiscounsinn University Press, 2006; *Gli ebrei nell'Italia fascista. Vicende, identità, persecuzione*. Nuova Edizione. Torino, Einaudi, 2007.

<sup>67</sup> *Giuseppe Emanuele Modigliani* (1872-1947), socialista, refugiado em Paris, em 1927, foi redator do estatuto do movimento *Concentrazione* de ação antifascista; o jornal do movimento, *Libertá*, foi dirigido por *Claudio Treves* (1869-1919), até 1933. Sempre em Paris, *Carlo Rosselli* (1899-1937) fundou *Giustizia e Libertá*, um movimento revolucionário antifascista com tendências democráticas e republicanas. *Vito Volterra* foi um dos professores universitários que em 1931 recusaram-se a jurar fidelidade ao Regime, sendo por isso excluídos do ensino. *Alessandro Levi* foi um dos fundadores do *Circolo di Coltura*, devastado pelos fascistas em 1924.

<sup>68</sup> SARFATTI, Michele. *La Shoah in Itália. La persecuzione degli ebrei sotto il fascismo*. Torino, Einaudi, 2005, pp. 69-70.

#### 1.4. - A Concordata de 1929



Como mencionado anteriormente, a emancipação mudou a face do judaísmo na Itália, favoreceu a assimilação e o abandono das antigas tradições herdadas dos seus antepassados e mantidas por séculos. Os judeus, considerando-se italianos por inteiro, procuraram integrar-se totalmente ao ambiente social. Quando, no início de 1900, tornou-se intenso o processo de urbanização e industrialização da Itália, os judeus se concentraram nas cidades. Dedicaram-se às profissões liberais, ingressaram na administração pública e no exército, muitos desenvolveram seus negócios transformando-os em indústrias. Em 1922, o partido fascista assumiu o governo. Neste momento os judeus já estavam perfeitamente integrados na nação e sequer suspeitavam de uma possível política anti-semita articulada pelo novo Estado fascista.

Apesar de algumas tentativas de reaproximação entre a Igreja e o Estado, foi somente após a instauração do governo fascista e de uma série de negociações entre Pio XI e Mussolini, que o papa manifestou a sua disponibilidade para reabrir as negociações para resolver a Questão Romana.

Finalmente, em 11 de fevereiro de 1929, no *Palazzo del Laterano* em Roma, o cardeal Pietro Gasparri e Mussolini assinaram um acordo, o Tratado de Latrão (*Patti Lateranensi*), que se transformou em leis em 27 de maio de 1929. Com estas leis reconhecia-se a necessidade “de garantir à Santa Sé a absoluta e visível independência”, de forma a constituir um território autônomo sobre o qual o pontífice podia exercer sua

completa soberania. Foi assim criado o Estado da Cidade do Vaticano. Além disso, confirmava-se o primeiro capítulo do Estatuto Albertino, pelo qual as religiões católicas, apostólicas, romanas eram reconhecidas como a única religião do Estado.

Com o abandono do modelo de Estado laico, que havia caracterizado o período liberal pós-unitário italiano, os judeus receram que algo pudesse modificar sua posição jurídica. Mussolini, porém, declarou que os acordos com a Igreja não modificariam a atitude de tolerância com os outros cultos. E de fato, com uma outra lei emitida em 26 de junho de 1929 sobre os cultos admitidos (*legge sopra i culti ammessi* nº 115922), as confissões não católicas receberam um reconhecimento jurídico.

Um Régio Decreto (R. D. nº 28923), promulgado em 28 de fevereiro de 1930, que passou a ser conhecido como *legge Falco*<sup>69</sup>, conferia às comunidades israelitas italianas um aspecto jurídico, regulando sua organização interna e as relações com o Estado. Até esta data as comunidades, no novo contexto nacional, não possuíam nem uma organização nem um *status* jurídico homogêneo, enquanto sua posição, que diferia de lugar para lugar, tinha ficado inalterada. A finalidade deste Decreto era a de reformar e unificar as normas que regulavam, nas várias regiões do Reino, as universidades (comunidades) israelitas, mas, na realidade, com esta lei, Mussolini quis assegurar um controle direto sobre os judeus, que poderiam ser mais facilmente detectados.

A lei Falco foi acolhida favoravelmente pela maioria dos judeus e melhorou as comunicações entre as comunidades e o regime fascista; a lei ficou em vigor até o ano de 1989, quando foi substituída por uma nova *Intesa* (acordo) com o Estado<sup>70</sup>, ou seja, com uma nova legislação mais correspondente às exigências atuais, reconhecendo juridicamente a organização das comunidades, seus serviços e instituições.

---

<sup>69</sup> Mario Falco, jurista e senador (1884-1943).

<sup>70</sup> TAGLIACOZZO, Franca- MIGLIAU, Bice, op. cit., p. 217.

## 1. 5 – O discurso racista a serviço do colonialismo italiano

Em janeiro de 1935 foi assinado em Roma um acordo entre Mussolini e Pierre Laval, presidente do Conselho francês (1931-32; 1935-36), através do qual a França cedia à Itália alguns territórios, entre os quais a Líbia e a Eritréia, além de reconhecer os interesses italianos na Etiópia. Foi quando Mussolini decidiu conquistar a Etiópia acreditando que, além de obter prestígio, uma guerra e uma conquista colonial iriam desviar a atenção dos italianos das dificuldades econômicas, estimulando a atividade produtiva de muitas indústrias no país. Além disso, a Etiópia era vista como uma porta de entrada para a emigração italiana:

*Se a conquista da Etiópia conseguiu exaltar muitas pessoas, foi devido ao fato de que, além de Mussolini convencer que o regime havia conseguido uma grande vitória militar e um sucesso político maior ainda em prejuízo das assim chamadas “demo-plutocracias”<sup>71</sup>, o entusiasmo era coligado a uma segunda ilusão. Acreditava-se, ingenuamente, que as terras conquistadas representassem uma grande riqueza, que contribuiria para melhorar as condições econômicas daquela Itália “proletária e fascista” que era faminta de terras e trabalho.<sup>72</sup>*

A experiência colonial italiana é interpretada, também, como um acontecimento sobre o qual se exercitaram as primeiras teorizações racistas que, na metade dos anos de 1930, ofereceram as bases da discriminação racial contra os povos africanos. Neste contraste, tornou-se habitual entre os italianos o discurso racista que, circulando em textos escritos e oralmente, foi induzindo a população a considerar o racismo como um fato normal.

*A partir das primeiras conquistas coloniais européias na África, antropólogos e etnógrafos puseram em evidência não somente as diferenças entre as raças brancas e negras, mas, também, a presença de caracteres superiores na raça branca. A conquista colonial da Abissínia<sup>73</sup>, por parte da Itália, e o encontro com os povos africanos*

---

<sup>71</sup>A plutocracia seria o predomínio político de indivíduos ou grupos detentores de grandes riquezas.

<sup>72</sup> PRETI, Luigi. *Impero Fascista, Africani ed Ebrei*. Milano, Ed. Mursia, 1968. [Reedição 2006], p. 1.

<sup>73</sup> Nome usado para indicar a região central da Etiópia, que compreende o “Tigre”, o “Scioa”, a “Amara” e o “Goggiam”



tiveram como consequência o surgimento do conceito de “contaminação” do povo italiano com a raça negra.<sup>74</sup>

Com a conquista da Etiópia, em maio de 1936, foi proclamado o “Império da Etiópia” e o rei Vittorio Emanuele III assumiu o título de “Imperador da Etiópia” (9 de maio de 1936), enquanto o general Badoglio<sup>75</sup> foi nomeado vice-rei. Como o contato direto entre as raças, branca e negra, foi se tornando inevitável, os italianos foram obrigados a assumir uma postura diante da questão racial. Alguns consideravam como emergencial defender o povo italiano de qualquer intruso indesejável. O professor Lídio Cipriani<sup>76</sup>, auxiliar de Antropologia na Universidade de Florença, sugeriu como evitar esta contaminação: para os residentes na África foi decidido um regime de *apartheid*, enquanto, para os súditos coloniais que se encontravam na Itália, a solução foi a *expulsão* da península. Esta última medida interferiu profundamente na vida dos discriminados que se faziam presentes legalmente na sociedade italiana e, muitas vezes, estavam ligados sentimentalmente ou juridicamente casados.

Era transmitida uma imagem do negro na qual se alternava o mito do “bom selvagem” e a “deformação física do negro”, enfatizando-se certos caracteres: os lábios, nariz, pés e mãos eram grosseiramente aumentados, colocando em evidência as diferenças e, mais do que isso, estimulando o horror e o nojo.<sup>77</sup>

Portanto, podemos considerar que, antes da edição das leis raciais italianas contra os judeus, em 1938, o preconceito contra o “Outro” teria, assim, seus fundamentos na predisposição psicológica já fomentada contra os negros.

O sentimento de superioridade da raça branca instigou as ambições e as aspirações da política externa fascista, alimentando seus ideais de prestígio e seus mitos de potência.

---

<sup>74</sup> COLLOTTI, Enzo. *Il fascismo e gli ebrei*. op. cit., p.22

<sup>75</sup> Badoglio, Pietro (1871-1956), general e homem político.

Pietro Badoglio, entre 1922 e 1925, foi embaixador plenipotenciário da Itália no Brasil de onde enviava sinais de distensão entre os dois países. Foi enviado ao Brasil por Mussolini que, entre 1922 e 1929, havia acumulado a chefia do governo e a direção dos Negócios Estrangeiros.

Mussolini esperava, através da ação diplomática, equacionar divergências e promover facilidades de intercâmbios no intuito de promover, cada vez mais, as relações entre as “duas nações amigas”.

Mussolini esperava, também através destas relações, difundir o “grande conceito” do fascismo entre os imigrantes italianos, fundando um *fascio* no Brasil.

Badoglio, durante seu mandato, assegurava Mussolini de que no país existiam grandes possibilidades a este respeito. Badoglio voltou para Itália em 1925 para assumir o cargo de Chefe de Estado Maior Geral, enquanto Mussolini havia assumido pessoalmente o Ministério da Guerra.

<sup>76</sup> Lídio Cipriani aderiu ao Partido Fascista e partilhou as idéias racistas, pronunciando-se a favor da política racial.

<sup>77</sup> A mesma coisa foi feita por Jorge Latour, quando Encarregado de Negócios na Polônia, em 1936. Ele procurou impedir o visto para o Brasil aos judeus, usando como desculpa sua higiene e caráter, chegando até a enviar fotos deles andando nas ruas dos bairros judaicos.

Na campanha contra os judeus, também, foi aplicada a mesma idéia obsessiva da “contaminação”, que teria como consequência a perda de valor da raça italiana, pela mistura de povos de origens diferentes.

Os negros eram discriminados enquanto diferentes biologicamente (ex: o cérebro era considerado menor), e pelo desequilíbrio psíquico detectado, principalmente nos mulatos, pela tendência ao retrocesso no lugar do progresso.

O jornalista, escritor e historiador Indro Montanelli (1909-2001) também foi racista durante o período das conquistas italianas na África:<sup>78</sup> Em seu artigo *Dentro La Guerra* afirma que:

---

<sup>78</sup> A Eritréia (colônia italiana em 1890), parte da Somália (colônia italiana entre 1890 e 1941, quando foi ocupada pelos ingleses) e a Etiópia constituíam o Império italiano na África.

# CIVILTÀ FASCISTA

RIVISTA MENSILE

---

## SOMMARIO

---

RODOLFO DE MATTEI - *Vero il partito unico.*

E. ONATSKY - *Napoleone e il problema dell'indipendenza ucraina.*

RAFFAELE DE LEVA - *I rapporti internazionali della Russia.*

F. M. PACCES - *Repubblica luterana.*

→ INDRÒ MONTANELLI - *Dentro la guerra.*

ITALO PAPINI - *Il problema dei veduzzi in Eritrea e Somalia.*

---

ISTITUTO NAZIONALE FASCISTA DI CULTURA - ROMA

ANNO III - N. I - GENNAIO 1936 - XIV - C. G. R.

... O soldado italiano, considerado separadamente, tem que exceder em dignidade racial. (...) pelo contrário o fato é grave e símbolo de uma falta que tem que ser imediatamente corrigida. Existem dois racismos: um europeu – e este nós o deixamos em monopólio aos loiros de além dos Alpes; e um africano - e este é uma catequese que, se a desconhecemos, deve ser logo aprendida e adotada. Nunca seremos dominadores se não possuirmos a consciência exata de nossa fatal superioridade. Com

*os negros não se fraterniza. Não podemos, não devemos (...) O branco tem que mandar....*<sup>79</sup>

Montanelli, muitos anos depois do fim da guerra, escreveu:

*A maioria fez como quem escreve, ou seja, nada. Nós nos deixamos levar pelos acontecimentos quase se dissolvendo neles e sem uma contribuição nem num sentido nem no outro.*

*Por décadas, a memória pública do nosso país removeu voluntariamente as culpas e os crimes cometidos pelos italianos durante as conquistas coloniais e a Segunda Guerra Mundial. (...) Obviamente a historiografia, especialmente nos últimos tempos, deu passos para frente e muitos são os livros que falam destas remoções*<sup>80</sup>.

*(...) Porém, uma reflexão cuidadosa sobre o tema da contribuição dos italianos à perseguição dos judeus falta ainda hoje. Permanece sempre atual a pergunta apresentada em 1994 por Davide Bidussa<sup>81</sup> em seu livro “Il Libro del bravo italiano”, que se pergunta:*

*“por que todos nós italianos investimos uma boa quantidade de nossas energias intelectuais e emocionais para dizer que não é verdade ou, pelo contrário, afirmar que, apesar de ter produzido uma legislação racista, nunca existiu um italiano racista? – sem dúvida o esforço que muitos civis fizeram para ajudar, pondo em risco suas próprias vidas, para salvar seus concidadãos judeus das capturas nazi-fascistas, depois de 8 de setembro de 1943, ficou esculpido indelevelmente na memória coletiva deste país, a começar da mesma Comunidade Judaica que quis agradecer publicamente (como por exemplo em 1956) aqueles “justos” que souberam revoltar-se (contra o anti-semitismo). (...) a gente esquece que as capturas eram sim feitas pelos alemães, mas estes eram valiosamente ajudados pelos colaboracionistas italianos (os quais muitas vezes operavam por si próprios)... a gente esquece que as prisões e os campos de concentração onde eram guardados os judeus eram dirigidos das forças armadas da*

---

<sup>79</sup>MONTANELLI, Indro. Dentro la Guerra. In *Civiltà Fascista*. Rivista Mensile - Roma, Istituto Nazionale Fascista di Cultura, Anno III, n°1, Gennaio 1936 XIV  
Neste período Montanelli fazia parte do “XX Battaglione Eritreo”

[http://cronologia.leonardo.it/document/doc\\_1704.jpg](http://cronologia.leonardo.it/document/doc_1704.jpg)

<sup>80</sup>RODOGNO, Davide. *Il nuovo ordine mediterrâneo. Le politiche di occupazione dell'Italia fascista in Europa (1940-1943)*. Torino, Bollati Boringheri, 2003.

<sup>81</sup>BIDUSSA, Davide. *Il mito del bravo italiano*, Milano, ed. Il Saggiatore, esgotado; outro livro seu importante: *La mentalità totalitaria. Storia e Antropologia*. Ed. Morcelliana, 2001.

*República Socialista de Saló (Rsi)... esquecemos que a mesma Rsi era ideologicamente e programaticamente anti-semita. Em outras palavras, não queremos lembrar que a perseguição aos judeus italianos e não italianos presentes no território controlado por Saló foi a consequência de uma obsessiva propaganda anti-semita quista pelo regime fascista, e que durante a Rsi o dever de cada bom cidadão era aquele de denunciar ou prender um judeu (não importa a idade, o sexo ou o estado de saúde) como inimigo do Estado e ameaça pela segurança de um povo em guerra.”*

*No caso da Shoá, Amedeo Guerrazzi<sup>82</sup> continua dizendo que os motivos não são, em sua opinião, políticos, mas o resultado de uma clamorosa remoção operada ao nível pessoal e coletivo, de um passado horrível e dolorido demais. Ninguém tem prazer de reconhecer seus próprios erros, e menos ainda um povo inteiro. Sobre este específico acontecimento admitir ter conscientemente contribuído para o mais terrível e irracional crime do 1900, significaria declarar ter-se posto ao serviço do Mal, sem alguma justificação histórica, moral ou material. Quem tem a coragem de admitir uma coisa desta?<sup>83</sup>*

Com base na historiografia italiana que trata desta questão constatamos que, pouco antes do início da discriminação contra os judeus, as colônias italianas na África ofereceram condições propícias para a promulgação das primeiras normas “realmente racistas”, discriminatórias e segregacionistas. A primeira providência foi a elaboração do Régio Decreto de Lei publicado em 9 de abril de 1937 (transformado em lei em 30 de dezembro de 1937), destinado às relações de tipo conjugal entre cidadãos e súditos:

*O cidadão italiano que, no território do Reino ou das Colônias, mantém relações de tipo conjugal com pessoas súditas da África Oriental Italianas ou estrangeiras, pertencentes à população que tenha tradições, costumes, ou conceitos jurídicos e sociais parecidos aos dos súditos da África Oriental Italiana, será punido com a reclusão de um até cinco anos.*

Por este prisma é que devemos avaliar a inserção, em 17 de novembro de 1938, dos *Provvedimenti per la Difesa della Razza italiana* no quadro da campanha contra os

---

<sup>82</sup> Osti Guerrazzi, Amedeo (1967) é Professor de História das Instituições Políticas na Universidade de Roma “La Sapienza”.

<sup>83</sup> MONTANELLI, Indro. *L'Italia dell'Asse*. Rizzoli, Milano, 1981, p. 446.

judeus. Esta lei, somando-se aos paradigmas contidos nas Leis de Nuremberg (1935), proibia os casamentos entre cidadãos italianos de raça ariana e pessoas pertencentes a outra raça, personalizava e generalizava o princípio contido no decreto de abril de 1937, proclamando o ilícito penal do casamento nestas condições. A confluência neste ponto entre a legislação racial colonial e a legislação antijudaica exprimia uma conexão lógica e conceitual totalmente indissociável. Segundo Collotti, eram dois galhos que saíam do mesmo tronco.<sup>84</sup>

Para Roberto Maiocchi,<sup>85</sup> especialista neste tema, *a imagem do negro, universalmente difundida entre os italianos, se transformara no cavalo de Tróia por meio do qual o racismo anti-semita seria induzido a penetrar na Itália.*<sup>86</sup>

Estabelecer então uma ligação entre racismo colonial e racismo antijudaico é fundamental para entendermos como a maioria da população assimilou o discurso racista sem qualquer manifestação de divergência ou desaprovação. Conforme Collotti, a relação entre racismo colonial e racismo antijudaico nos permite entender como o papel da Alemanha na proclamação das leis fascistas consistiu numa influência indireta. Esta oferecia uma moldura europeia na qual podia ser inserida a perseguição na Itália, não por um simples oportunismo do regime frente ao mais potente *partner* do Eixo, mas por uma escolha política consciente e como expressão de uma mentalidade secular herdada da Igreja Católica. Mesmo assim não podemos minimizar a influência e a repercussão das teorias e ações anti-semitas do Terceiro Reich, que, em 1938, levava adiante um plano de exclusão da “raça judaica” da sociedade alemã.

No discurso racista contra os negros na Etiópia identificamos vários elementos que, possivelmente, serviram de suporte para a construção do discurso intolerante contra os judeus na Itália. De fato, a história nos mostra que foram criadas leis discriminatórias, campos de concentração e lugares públicos diferenciados para os negros, atos que instituíram uma forma de *apartheid*.

O *apartheid* – que significa “separação” na língua africâner dos imigrantes europeus – implicava a distinção de habitação, emprego, educação e serviços públicos aos negros. Estes não podiam ser proprietários de terras, não tinham direito de participação na vida

---

<sup>84</sup> COLLOTTI, Enzo. *Il fascismo e gli ebrei*. op. cit., pp. 37-38.

<sup>85</sup> Roberto Maiocchi (Milão, 1947) formou-se em engenharia eletrônica (1971) e em filosofia (1975) na Universidade de Milão. É co-autor da *Enciclopedia Multimediale delle Scienze Filosofiche* e leciona História da Ciência na Universidade de Milão. Várias são suas obras publicadas sobre este assunto.

<sup>86</sup> COLLOTTI, Enzo, op. cit., p. 38.

política e eram obrigados a viver em zonas residenciais separadas das dos brancos. Os casamentos e relações sexuais entre pessoas de raças diferentes eram tratados como ilegais. Os negros geralmente trabalhavam nas minas, comandados por capatazes brancos, e viviam em guetos miseráveis e superpovoados.

Luigi Preti, autor de um estudo sobre o imperialismo fascista, considera que

*tendo como base o princípio fascista da “hierarquia racial” a comunidade branca e a negra deviam realizar nos territórios do Império uma evolução separada, conforme princípios análogos aos do apartheid da República sul-africana*<sup>87</sup>.

Na Eritreia, o Decreto n.º 620-208 de 12 junho de 1937, publicado no Boletim Oficial do Governo, declarava: Por “razões de ordem pública de higiene” é proibido aos nacionais e estrangeiros europeus morar nos bairros onde moram indígenas e nas aldeias indígenas da periferia. Na Somália, o Decreto de 1º de julho de 1937, nº 12723, do Governador, publicado no mesmo Boletim, avisava: É proibido aos cidadãos metropolitanos freqüentar ou entreter-se nos exercícios públicos dos indígenas. As medidas seriam tomadas para evitar acidentes e “para evidentes razões de tutela ao prestígio da raça”. Até mesmo o espaço para uso dos transportes coletivos foi diferenciado, sendo o ônibus para os italianos distinto daquele para os indígenas. Da mesma forma concretizou-se a separação nos esportes e nos lugares de comércio.

Na Itália foi declarado que, por ordem superior, seria efetuada a repatriação de todo o pessoal que trabalhava nas colônias africanas (Líbia e África Oriental Italiana) em lugares ministeriais, sem distinção de cargos ou atribuições, em caso de casamentos mistos.

Chegaram até mesmo a serem construídos campos de concentração para abrigar grupos de nômades como, por exemplo, na Líbia, entre 1930-1933. Em 1930, 100.000 líbios, pertencentes às populações nômades do Gebel, foram deportados junto com seus rebanhos, fazendo marchas forçadas, na região da Sirtica, e distribuídos em 15 campos de concentração, entre os quais pode ser lembrado o de El Abiar. Outros campos foram construídos na Somália, dentre os quais cabe citar o de Danan.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> PRETI, Luigi. op. cit., p. 90.

<sup>88</sup> O termo “campo de concentração” era comumente usado na época e nem sempre tinha o significado atribuído aos campos nazistas. Como exemplo, podemos citar os campos de concentração de prisioneiros que existiam no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre este assunto, ver o livro de PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra*, São Paulo, Imprensa Oficial; Humanitas/USP, 2007.

Este contexto, portanto, não pode ser desconsiderado se avaliado do ponto de vista dos judeus italianos que, pressionados pelo medo e correndo o risco de morte, não tinham outra opção senão emigrar, quando isto era possível economicamente.

### 1.6 - Mussolini diante dos judeus e do sionismo



O estado fascista não chegou a ser um estado totalitário porque se instaurou com o subentendido consenso de rei e da burocracia civil e militar, com os apoios dos proprietários agrícolas e industriais além da Igreja católica. A Marcha sobre Roma (28.10. 1922) e a instauração do Governo Ditatorial (autoritário) não constituíram um golpe de Estado enquanto o rei Vittorio Emanuele III não declarou estado de sitio e foi ele que, depois da marcha, deu o encargo a Mussolini de reestruturar o governo depois da queda do Poder Executivo chefiado pela política Liberal (Luigi Facta, 1861-1930).

Antes da tomada do poder por Mussolini, em 1922, a atividade diplomática dos sionistas europeus era muito intensa. Chaim Weizmann (1874-1952) <sup>89</sup>, presidente da

---

<sup>89</sup> Chaim Weizmann foi o primeiro presidente do Estado de Israel (1948-1952). Foi um químico famoso; a ele é dedicado um dos mais importantes institutos internacionais de pesquisa científica em Israel.



organização sionista mundial (1920-30 e 1935-46), visitou a Itália em 27 de março de 1922, seguido poucos meses depois por Vladimir Jabotinsky (1880-1940)<sup>90</sup>, então membro da executiva sionista. Jabotinsky viajou para a Itália com a esperança de encontrar pessoalmente o Duce e especialmente para dirimir as desconfianças manifestadas pela imprensa fascista com relação ao movimento sionista italiano. Sua intenção era comunicar a Mussolini que a Itália – diante do futuro governo nacional judaico na Palestina – poderia ter um papel importante no desenvolvimento do Mediterrâneo oriental.

Mussolini, porém, temia pela ligação dos muitos judeus nas fileiras do antifascismo com a “alta elite financeira judaica”, ligação que poderia prejudicar seu governo. Em segundo lugar, julgava os sionistas italianos perigosos por sustentarem uma opinião nacionalista não italiana. Mas, mesmo assim, Mussolini desejava chegar a um acordo, pois lhe interessava politicamente negociar com os sionistas em vantagem própria. Entre o outono de 1926 e o de 1927, Mussolini encontrou-se novamente com o líder sionista Chaim Weizmann e com Nahum Sokolov, presidente da Organização Sionista Mundial, desde a fundação do comitê Itália-Palestina, em 7 de julho de 1920. O fascismo havia, naquele momento, feito a sua escolha apoiando as aspirações judaicas da Palestina tutelada pelos britânicos. O apoio foi justificado por motivos de política interna e externa. Ainda que em forma de representação, o “Lar Judaico” na Palestina era um projeto possível de ser concretizado, e o fascismo, por motivos econômicos, políticos e de prestígio, não podia ignorá-lo.

O idílio entre sionismo e fascismo, porém, não teve uma longa duração. Na verdade, no final de 1928 desencadeou-se uma violenta campanha anti-sionista por parte da imprensa. O pretexto usado foi o congresso dos sionistas italianos realizado em Milão entre 1 e 4 de novembro de 1928, ao qual se seguiu um polêmico artigo publicado no jornal *Il Popolo di Roma*. Neste caso o ataque aos sionistas foi útil a Mussolini, que, naquele período, procurava agradar ao Vaticano, com o qual havia iniciado as importantes discussões que culminaram, em pouco tempo, com o já citado Tratado de Latrão (1929). Mostrar-se alinhado com o sentimento anti-sionista que animava o mundo eclesiástico pareceu a Mussolini a política mais oportuna.

---

<sup>90</sup> Vladimir Jabotinsky foi o líder sionista que, em 1925, anunciou o estabelecimento da Aliança de Sionistas Revisionistas, com escritórios em Paris, e a criação do Betar, movimento juvenil nacional-sionista nos arredores de Nova York.

O ex-líder do Partido Popular Italiano (PPI), Don Luigi Sturzo<sup>91</sup>, nos oferece uma avaliação do Tratado de Latrão que confirma, ainda mais, a posição ambígua de Mussolini com relação ao catolicismo e a qualquer outra organização política:

*Nesta altura, Pio XI se deu conta de que tinha chegado a hora de pôr um fim a qualquer dissídio e que Mussolini era o homem certo para superar qualquer obstáculo. Do outro lado Mussolini... deu-se conta da vantagem que ele e o fascismo podiam obter da solução da Questione Romana. Além disso, este tratado conquistaria a simpatia de quase todos os católicos estrangeiros.*<sup>92</sup>

As relações entre fascismo e sionismo foram retomadas após a assinatura do Tratado de Latrão em 1929. Publicado e ratificado o acordo, Mussolini e o governo fascista não tinham mais necessidade de agir conforme os desejos do Vaticano que, em setembro de 1931, acabou se submetendo à orientação do regime fascista. Daquele momento em diante, o regime adotou perante os judeus a política que acreditava ser mais útil aos seus interesses, sem absolutamente importar-se com as pressões que, de uma maneira ou de outra, vinham do setor católico. Os muitos contatos que Weizmann teve com Mussolini e com outras personalidades do governo italiano no biênio 1933-1934 tiveram alguns resultados práticos: de um lado contribuíram para dar impulso à indústria química na Itália<sup>93</sup>, e de outro aceleraram e tornaram mais generosa a ajuda que as autoridades italianas davam aos milhares de refugiados judeus que afluíam ao país, fosse para encontrar uma nova pátria, ou para buscar refúgio enquanto aguardavam a emigração para a Palestina ou as Américas. As autoridades não impuseram nenhum obstáculo burocrático especial, e chegaram mesmo a oferecer certas facilidades para a transferência de capital dos refugiados judeus. Entre 1931 e 1934 transitaram por Trieste 50.846 judeus, que, a bordo dos navios italianos do *Lloyd Triestino*, foram

---

<sup>91</sup> Don Luigi Sturzo (1871- 1959), sacerdote e político. Fundou em 1919 o Partido Popular Italiano (PPI), do qual foi secretário até 1923. Exilado a partir de 1924, em Londres e EUA, por suas idéias antifascistas, retornou à Itália em 1946, após a guerra. É autor das obras: *L'Italia e il Fascismo* (1926), nova edição: Bologna, Zanichelli, 1965; e *L'Italia e l'Ordine internazionale* (1944), Torino, Einaudi, 1944.

<sup>92</sup> SCEINMAN, M. M. *Il Vaticano tra due guerre*. Edizioni di Cultura Sociale, Roma, 1951, p. 138.

<sup>93</sup> Como Weizmann era um eminente químico, ele se propôs em ajudar a Itália a se livrar dos alemães em vários campos da indústria química. Em suas palavras: "eu poderia pôr à vossa disposição toda uma equipe de cientistas químicos de primeiro valor, homens competentes, fieis e leais que teriam um único desejo AJUDAR A ITÁLIA E OBSTACULAR A ALEMANHA. Podemos até achar os capitais necessários"

levados à Palestina e se constituíram em mais de dois terços do total da emigração judaica para a Palestina naqueles anos.<sup>94</sup>

Para Mussolini, o sionismo italiano e o sionismo internacional eram dois problemas diversos, o primeiro, de política interna e o segundo, de política externa: para com o sionismo italiano, o Duce nutria todos os preconceitos e as desconfianças tão difundidos entre nacionalistas e fascistas. A convicção de que os sionistas tivessem duas pátrias, cada uma em um plano diferente, sendo a principal a Palestina, chocava profundamente o conceito monolítico e exclusivista de Pátria defendido pelos fascistas. Esta posição tornava automaticamente os sionistas antipáticos e suspeitos. A isso se somava a convicção de que os sionistas italianos poderiam se tornar um instrumento do antifascismo, considerando-se que, sendo a Palestina a pátria principal, os sionistas seriam facilmente influenciados pela política inglesa. Como a enorme maioria das organizações sionistas estrangeiras eram democráticas e antifascistas, era evidente uma arraigada aversão pelas organizações de caráter internacional.

Interessante é evidenciar um caso de “mediação” que Mussolini pediu aos sionistas italianos, enviando em missão Dante Lattes<sup>95</sup> e Ângelo Orvieto<sup>96</sup> a Londres, em 1935, para que fizessem pressão sobre os dirigentes sionistas e conseguissem evitar as sanções contra a Itália (que havia invadido a Etiópia). Missão naturalmente impossível, seja porque Mussolini tinha atribuído aos sionistas italianos uma importância muito maior da que realmente tinham, seja porque estes, uma vez em Londres, não tiveram nenhum empenho em tentar defender a “pátria fascista”.<sup>97</sup>

Para com o sionismo internacional, ao contrário, Mussolini nutria uma certa benevolência. Deixando de lado a idéia de que a questão judaica e o anti-semitismo atuante ou latente em tantos lugares da Europa pudessem ser a causa de gravíssimas desordens internacionais e que o “estabelecimento” dos judeus na Palestina pudesse evitar essas desordens, ele via no sionismo um meio para introduzir a Itália nos acontecimentos do Mediterrâneo Oriental e, sobretudo, para criar dificuldades para a Inglaterra naquela área.

---

<sup>94</sup> BIAGINI, Furio. *Mussolini e il sionismo*. 1919-1938. Milano, M&B Publishing, 1998, p. 140.

<sup>95</sup> Dante Lattes, ver nota n°.??

<sup>96</sup> Angelo Orvieto, sionista, foi diretor do Comitê Central de Assistência aos Refugiados Judeus da Alemanha.

<sup>97</sup> DELLA SETA, Simonetta. “Il movimento Sionista”. In STORIA D'ITALIA. Annali 11\*\*. *GLI EBREI IN ITALIA*, Torino, Einaudi, 1997, p. 1337. Sobre o assunto, consultar, também, BIAGINI, Furio. *Mussolini e il Sionismo 1919-1938*, op. cit., p.149.

As relações diretas entre Weizmann e Mussolini terminaram com uma carta encaminhada ao chefe do governo fascista pelo expoente sionista, alarmado com a notícia de que o Duce iria se encontrar com Hitler em Veneza nos dias 14 e 15 de janeiro de 1935. A carta continha um amargurado apelo para que Mussolini tentasse induzir o *Führer* a modificar a brutal política anti-semita.

Entre a segunda metade de 1936 e o início de 1937, a relação entre a Itália fascista e o sionismo entrou em uma nova fase. Em 9 de junho de 1936, Mussolini nomeou como Ministro do Exterior o seu genro, Galeazzo Ciano. A partir da segunda metade de 1937, Ciano, contrariamente a seu predecessor Suvich<sup>98</sup> e de acordo com seus projetos beligerantes, antiburgueses e antibritânicos, incitou o governo a fechar um acordo, cada vez mais estreito, com a Alemanha nazista. Assim o novo curso da política externa italiana sugeria, muito claramente, que os dois países assumiriam uma posição comum com relação ao “problema judaico”. Era assim inevitável que as novas, cordiais e íntimas relações com Berlim tivessem conseqüências decisivas para Mussolini e o sionismo.<sup>99</sup>

#### *Mussolini e o anti-semitismo*

Entre 1932 e 1933, as relações entre o fascismo e os judeus na Itália pareciam definitivamente resolvidas. É óbvio que entre fascistas e judeus existiam “opositores”, mas tratava-se de elementos isolados e praticamente excluídos da política nacional. Do lado dos judeus, permanecia um pequeno grupo de antifascistas, mas o que realmente fazia com que a situação parecesse melhor para a maioria dos judeus italianos era, no plano internacional, o enfraquecimento da campanha anti-sionista e os repetidos encontros de importantes personalidades sionistas com Mussolini. Nem mesmo as primeiras manifestações da política fascista da raça provocaram, naquela ocasião, temores ou perplexidades.

Acusações diretas de anti-semitismo por parte do regime fascista não são encontradas nesse momento, porém muitos dos judeus exilados na Itália, que já tinham passado por isso, podiam perceber um leve traço de anti-semitismo e tentavam prevenir os

---

<sup>98</sup> Fulvio Suvich (Trieste 1887-1980) – nacionalista, mas respeitoso para com as outras nações – em 1932 foi nomeado por Mussolini secretário do Ministério do Exterior. Sua política foi contrária a Hitler, apoiando a Áustria contra a Alemanha, e foi partidário de uma reaproximação da Itália com a França.

<sup>99</sup> BIAGINI, Furio, op. cit., p.151.

correligionários italianos contra as ilusões muito róseas e, sobretudo, combater a tendência destes a se considerarem satisfeitos com sua condição, alienando-se da luta antifascista e dedicando-se somente às “coisas judaicas”.

*(...) Eu vivi aqueles tempos e convivi com alguns dos supérstites da grande tragédia austríaca. Nós íamos buscá-los na estação ferroviária e era fácil reconhecê-los: os braços ao longo do corpo, os ombros caídos, o andar vacilante dos que não sabem onde estão indo, e uma grande confusão no olhar triste e amedrontado. (...) Quase todos eram sozinhos, supérstites de inteiras famílias...(...) Lembro de um rapaz que ficou alguns dias na nossa casa (...) se chamava Mario (...). Mais tarde nos contou que alguns detalhes... estava em um Bar (em Viena) quando alguns amigos foram procurá-lo avisando-o para não voltar para casa.. porque lá não havia mais ninguém. De toda a família somente ele era supérstite . As SS estavam levando todos os outros em uma viagem provavelmente sem volta.... (...) Nosso trabalho era procurar-lhe um novo nome, alguns documentos, roupas, um pouco de dinheiro e um lugar sobre um navio que o levasse longe..... (...) Apesar das testemunhas de uma tragédia que estava acontecendo num país ao nosso lado não conseguíamos acreditar que também a Itália, um dia, poderia ser arrastada pela mesma tragédia... Na Itália no... a Itália de Mussolini, homem justo, corajoso e invencível, que nunca teria permitido uma carnificina como aquela.*

*(...) O primeiro discurso anti-semita de Mussolini foi pronunciado na minha própria cidade (Trieste). Nunca poderei esquecer o susto quando, alguns dias depois, achei colado nos vidros do Café São Marcus, um dos mais sérios e tradicionais de Trieste, um cartaz com a escrita: proibida a entrada aos cachorros, aos mendicantes e aos judeus.<sup>100</sup>*

A progressiva afirmação do nazismo na Alemanha havia encontrado na Itália alguns defensores esporádicos, que vislumbraram a possibilidade de que se estabelecesse naquele país um regime nos moldes do fascismo italiano. Com raríssimas exceções, porém, mesmo entre esses defensores do nazismo, a maioria condenava abertamente o anti-semitismo que a distinguia da grande maioria diante da opinião pública e da imprensa italiana, de todas as tendências.

---

<sup>100</sup> DI SEGNI IESI, Fulvia. *La lunga strada azzurra* (A longa trilha azul). Biografia inédita. pp. 63-64.

Até o fim de 1936, a posição de Mussolini quanto aos judeus italianos e ao judaísmo em geral não mudou. Até então o Duce vinha censurando o racismo hitlerista e suas atitudes práticas, e até mesmo procurou intervir para frear as ações anti-semitas alemãs e posicionar-se, oficialmente, como “mediador” entre Hitler e o judaísmo internacional. O ataque de Mussolini às teorias racistas nacional-socialistas tornou-se mais intenso no momento em que o Duce levantou-se como defensor da independência austríaca contra as tentativas de anexação por parte da Alemanha.

Nos anos anteriores a 1937, na medida em que as relações entre a Itália e a Alemanha se deterioravam, os dirigentes fascistas evidenciavam a substancial diferença existente entre os dois movimentos, apesar da aparente afinidade ideológica. Costumavam comparar as bárbaras idéias anti-semitas dos nazistas à tolerância e humanidade com que os italianos tratavam as minorias religiosas e nacionais em seu país. Outro ponto importante a ser ressaltado é que, bem antes das leis raciais de 1938 e, em particular, com o início da era fascista, os judeus começaram a ser discriminados independentemente das declarações ambíguas de Mussolini. O Duce pronunciou-se a favor dos judeus, em diferentes ocasiões, garantindo que eles não seriam importunados:

*È ridicolo pensar que as sinagogas devam ser fechadas. Os judeus vivem em Roma desde os tempos dos Reis; pode até ser que fornecessem as roupas depois do “Rapto das Sabinas” (ironia ou sarcasmo?). Eram cinqüenta mil nos tempos de Augusto e pediram para chorar sobre o cadáver de Julius César. Não serão importunados!!”<sup>101</sup>*

Mussolini, em julho de 1934, inaugurando a Feira do Levante em Bari, com referência às leis raciais alemãs, proclamava uma das suas históricas frases:

*Trinta séculos de história nos permitem olhar com soberana piedade para algumas doutrinas praticadas além dos Alpes. Sustentadas pela geração de pessoas que ignoravam a escrita por meio da qual transmitir os documentos da própria vida, nos tempos em que em Roma havia César, Virgílio e Augusto.”<sup>102</sup>*

---

<sup>101</sup> Trecho de um discurso proferido na Câmara em 13 de maio de 1929.  
[www.tesionline.it/news/cronologia.jsp?evid=1881](http://www.tesionline.it/news/cronologia.jsp?evid=1881)

<sup>102</sup> COEN, Fausto, org. *Italiani ed ebrei: come eravamo. Le leggi razziali del 1938*. Genova. Casa ed. Marietti, 1988, p. 39.

No entanto, entre 1938 e 1943, de nada valeram os pronunciamentos de Mussolini, que, assim como tantos outros estadistas, se deixou seduzir pelo discurso anti-semita. Ugo Caffaz, estudioso de questão judaica na Itália fascista, classificou como “assassinas” as leis da raça editadas em 1938:

*leis liberticidas, leis assassinas (os judeus deportados nos lager foram localizados por meio de listas previstas nas leis italianas), que tinham a declarada e bem articulada intenção de discriminar uma minoria de pessoas, de italianos, fazendo destes o bode expiatório de uma estúpida, criminal política que estava levando o país à ruína e à destruição.*<sup>103</sup>

O que teria ocorrido para justificar uma mudança de atitude tão radical?

Seria – como muitos quiseram acreditar – somente um tributo a Adolf Hitler, com quem Mussolini havia acordado, em 1936, o Eixo Roma-Berlim? Teria influenciado a visita de Hitler a Roma em 3 de maio de 1938?

É difícil precisar a razão e o momento em que Mussolini optou por institucionalizar o anti-semitismo como instrumento de poder e elemento da política nacionalista propagada pelo regime.

Entre 1933 e 1937 não faltaram motivos de discórdia entre a Itália e a Alemanha, conjuntura política favorável não só para os judeus italianos, mas até para os numerosos refugiados judeus que, escapando das perseguições raciais nos países da Europa central e oriental, refugiaram-se na Itália, onde encontraram uma acolhida hospitaleira. Mas em 1938 a situação de convivência pacífica se alterou de forma radical. Mussolini investiu contra os judeus italianos tirando-lhes seus direitos por um período de tempo entre os anos 1938 e 1943. O processo de exclusão assumiu proporções de extermínio quando suas vidas ficaram em perigo (1943-1945). A posição de Mussolini com relação ao problema judaico tornou-se pública, em 1938, através de uma série de eventos e medidas:

- 1 - uma intensa campanha anti-semita sustentada pela imprensa italiana a partir de janeiro;
- 2 - publicação do Boletim Diplomático n°14, de 16 de fevereiro;

---

<sup>103</sup> CAFFAZ, Ugo. 1938. *Discriminazione e persecuzione degli ebrei nell'Italia fascista*. Firenze, Giuntina, Patrocinado pelo Consiglio Regionale della Toscana, 1998, p.7.

- 3 - visita de Hitler na Itália entre 3 e 9 de maio;
- 4 - visita, em junho, de uma delegação alemã da qual fazia parte o dr. Heinrich Gross;<sup>104</sup>
- primeiras restrições de fato à participação dos judeus em congressos internacionais de médicos e cientistas em geral;
- publicação do Manifesto da Raça em 14 de julho;
- Declaração sobre a Raça, por parte do Partido Nacional Fascista (PNF), em 26 de julho;
- recenseamento dos judeus, conforme os critérios do Manifesto da Raça;
- primeiro Decreto Lei contra os judeus estrangeiros em 7 de setembro;
- decisão do Grande Conselho do Fascismo, em 6 de outubro, de iniciar a perseguição aos judeus italianos e estrangeiros refugiados. **Anexos**

Vamos analisar alguns destes fatos.

A violenta campanha contra os judeus por parte da imprensa, no mês de janeiro de 1938, fazia parte da programação anti-semita orquestrada pelo governo e com a finalidade de preparar a opinião pública italiana para as medidas contra os judeus. Em 19 de julho de 1938, foi instituída a direção geral pela Demografia e a Raça, *Demorazza*, que por mais de cinco anos foi o centro burocrático e organizativo da política racial na Itália. As primeiras iniciativas foram a realização de um censo dos judeus da Itália e o envio de uma circular a todos os Ministérios e aos maiores órgãos estaduais para que fizessem um censo de todos os seus dependentes judeus.

O endurecimento da atitude para com os judeus por parte do governo fascista e, em particular, de Mussolini durante os anos precedentes ao de 1938 pode ser documentado também pelo afastamento de judeus fascistas, colaboradores do próprio Duce, entre os quais Margherita Sarfatti, jornalista e amante do *Duce*.

Giovanni Preziosi<sup>105</sup> foi, provavelmente, o maior representante do anti-semitismo italiano. Ele passou do antijudaísmo católico para um anti-semitismo "econômico-social", até chegar ao anti-semitismo total. Entre outras atividades, foi o primeiro a

---

<sup>104</sup> Heinrich Gross, psiquiatra e neurologista de renome, dirigia o programa nazista de eugenia. Em sua Clínica, ele coordenou experimentos médicos e farmacológicos que vitimaram mais de 700 crianças.

<sup>105</sup> Giovanni Preziosi (1881-1945 suicida). Depois de formado em filosofia, tornou-se padre católico. Mas deixou o sacerdócio em 1912. Em 1913 fundou a revista *La Vita Italiana*, à qual deu continuação até o fim da República Social Italiana. Fortemente anti-semita, afirmava a existência de uma conjura judaico-maçônica contra os povos arianos. Foi o primeiro tradutor italiano dos *Protocolos dos Sábios de Sião*.



traduzir, na Itália, o conhecido texto *Os Protocolos dos Sábios Anciãos de Sion*,<sup>106</sup> que editou em fevereiro de 1921, com a intenção de difundir as teorias raciais, novas para os italianos. O texto, que teve muito sucesso, foi reeditado novamente em setembro de 1923 e em outubro de 1937. Em fevereiro de 1938, foi editada uma edição especial (Baldini e Castoldi) destinada aos Institutos públicos e ao Partido. Nesta edição, foram acrescentadas, uma introdução escrita pelo próprio J. Evola<sup>107</sup>, um documento extraído da revista *Civiltà Cattolica*<sup>108</sup> e, enfim, um texto intitulado “A Autenticidade dos ‘Protocolos’ demonstrada por meio da Tradição judaica”,<sup>109</sup> assinado sempre por J.

---

<sup>106</sup> *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, falsificação de um diálogo satírico francês de 1800, é o título de um libelo anti-semita que apareceu na Rússia em 1903 e em Paris em 1905. Este texto levava ao conhecimento do público um plano judaico para dominar o mundo com o dinheiro e a violência.

<sup>107</sup> J. Evola (1898-1974), pintor e filósofo. Representante italiano do Dada, movimento artístico e literário de vanguarda que surgiu em Zurique em 1916. Anti-semita e teórico da extrema direita, publicou muitos livros, entre outros: *Rivolta contro il mondo moderno* (Milano, Hoepli, 1934); *Mito del Sangue* (Milano, Hoepli, 1937); *Sintesi di dottrina della Razza* (Milano, Hoepli, 1941); *I tre grandi problemi della razza* (in “La Difesa della Razza”, 5 gennaio 1939, pp 11-13). Pode ser chamado de racista totalitário e criador do anti-semitismo espiritual.

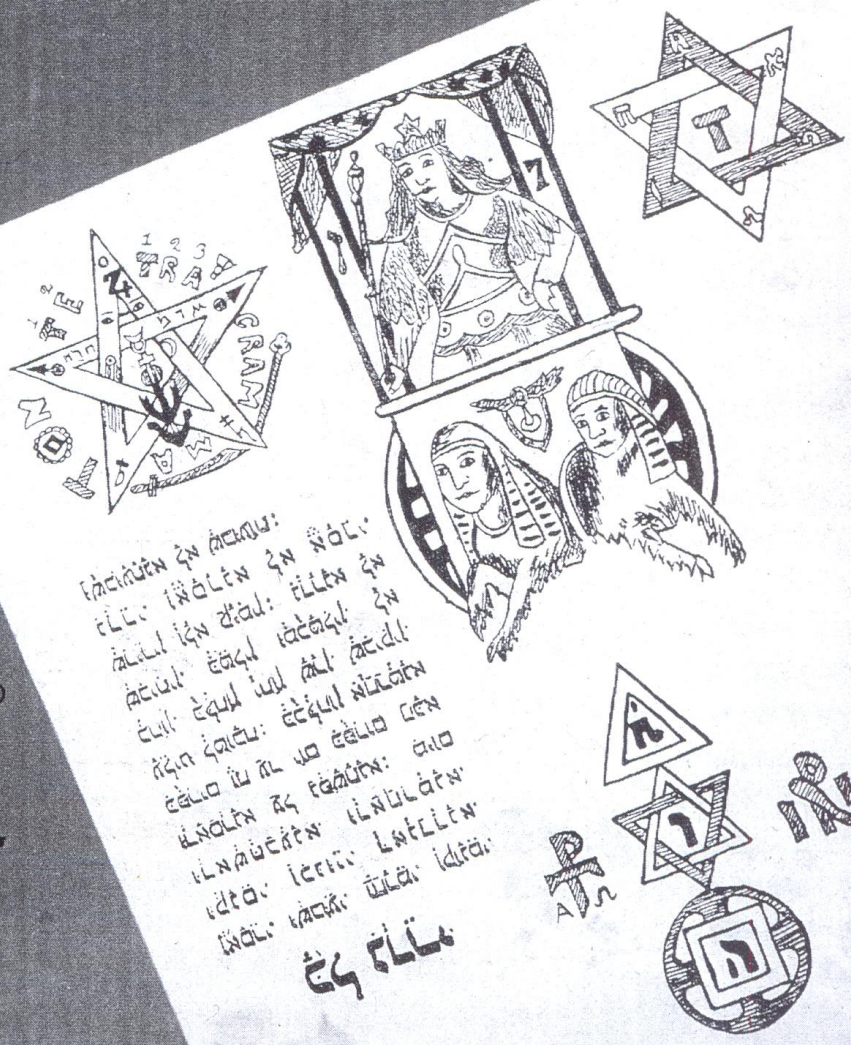
Como escreve Gianni Scipione Rossi, em seu ensaio *Il razzista totalitário* (Catanzaro, Rubettino editore, 2007, p. 35), para ele: *não é suficiente confiar somente em um racismo puramente biológico, precisa avaliar a qualidade intrínseca da espiritualidade semítica e, mais do que tudo, definir o arianismo como uma idéia positiva e universal para contrapô-la a tudo que se refere às civilidades semíticas e, em particular, aos Judeus (divindade, culto, sentimento religioso e visão do mundo).*

<sup>108</sup> Revista *La Civiltà Cattolica*, Fasc. 21, outubro de 1882, p. 221 e seguintes.

<sup>109</sup> Na página 230 do texto, encontram-se as citações da Torá pelas quais os Sábios de Sion deveriam se considerar como o *único povo eleito, que deverá devorar, extirpar e dominar todas as outras nações*. As referências feitas estão erradas, demonstrando a ignorância de Preziosi no que se refere aos conhecimentos bíblicos (não custava verificar antes de escrever). Para fazer um exemplo, ele refere-se a Moisés como se fosse um dos livros do Pentateuco: *I. Mosè, 7,6 e I Mosè, 12, 2-3*. Considerando a transcrição dos trechos, fica evidente que o autor queria falar do livro da Gênesis, mas *Gênesis, 7, 6*, fala de Noé e não tem nada a ver com o texto transcrito, enquanto a segunda referência é uma adaptação de *Gênesis 11, 2-3*.

# I PROTOCOLLI DEI SAGGI DI SION

SENSAZIONALE DOCUMENTARIO



EDIZIONI  
MUNDUS  
MILANO

L. 2.-

Evola. A todos estes escritos foi anexado um elenco com os sobrenomes de 9.800 famílias judaicas na Itália, evidentemente copiado de um pequeno livro escrito por Samuele Schaerf.<sup>110</sup>

Preziosi, na carta de apresentação, conta a reação a este livro no ambiente italiano e italiano judaico, as atitudes dos judeus que procuravam demonstrar a falsidade dos escritos e, contemporaneamente, o interesse dos italianos que compravam o livro e o difundiam em seus meios.

*Quando forem conhecidas as testemunhas da luta contra este livro e puderem ser divulgados os métodos de lutas usados contra os que o publicaram, poderemos enxergar melhor até que ponto podem chegar, como operam, quais meios e quais homens usam as “forças ocultas” do judaísmo baseado sobre a “eterna mentira”.*

Após a introdução, e antes do primeiro capítulo, Evola cita um epitáfio de Dante Alighieri (1265-1321), que certamente serviu aos seus interesses:

<i>Uomini siate, e non pecore matte,</i>	Homens sejais, não ovelhas loucas,
<i>Si que 'l giudeo tra di voi non rida</i>	pra que o judeu entre vós não ria! <sup>111</sup>

Através da *Informazione Diplomatica* – o boletim adotado pelo regime para comunicar suas escolhas na política exterior – foram divulgadas, a partir de outubro de 1937, algumas notas relativas a questões internacionais. Os textos tinham a evidente intenção de informar publicamente, na Itália e no exterior, a posição do regime fascista sobre essas questões. Eram publicados sem assinatura, ainda que redigidos por Mussolini ou por Galeazzo Ciano<sup>112</sup>, responsável por esse setor.

A primeira declaração publicada no Boletim nº 14, de 16 de fevereiro de 1938, procurava desmentir a notícia de que o governo fascista iria adotar uma política anti-

---

<sup>110</sup> *I Cognomi degli Ebrei d'Italia- con un'appendice sulle famiglie nobili ebrei d'Italia*. Casa editrice Israele, Firenze, 1925.

<sup>111</sup> ALIGHIERI, Dante: *A Divina Commedia* (Paradiso canto.V; verso.80,81). Tradução e notas de Ítalo Eugenio Mauro, Ed. bilíngüe. São Paulo, Editora 34, 1998, p. 40.

<sup>112</sup> Galeazzo Ciano (1903-1944), político. Genro de Mussolini, foi ministro da Imprensa e Propaganda (1935), depois dos Exteriores (1936-43). A partir de 1939 foi o ponto de referência dos ambientes fascistas antialemães. Contrário a Mussolini na sessão do *Grande Consiglio Fascista*, que marcou o fim do fascismo (25/7/1943), foi processado em Verona durante a *Repubblica Sociale* e fuzilado.

semita. No entanto, o último parágrafo da declaração, aqui transcrita, já trazia implícitas as sucessivas ações anti-semitas do fascismo italiano:

*Recentes polêmicas jornalísticas suscitaram em alguns ambientes estrangeiros a impressão de que o governo fascista esteja a ponto de iniciar uma política anti-semita. Nos círculos responsáveis romanos pode-se afirmar que tal impressão é completamente errada e considera-se que as polêmicas foram provocadas, sobretudo, pelo fato de que as correntes do antifascismo mundial normalmente têm origem nos elementos judaicos. Os círculos responsáveis romanos consideram que o problema judaico universal será resolvido de uma só maneira: criando em alguma parte do mundo, não na Palestina, o Estado judaico; Estado no pleno sentido da palavra, em condições, portanto, de representar e defender, pelas vias diplomáticas e consulares usuais, todas as massas judaicas dispersas por diversos países.*

*Como também na Itália existem judeus, isso não significa que exista um problema judaico especificamente italiano. Em outros países os judeus se contam aos milhões, enquanto na Itália, em uma população que já atinge os 44 milhões de habitantes, a massa dos judeus oscila entre 50/60 mil habitantes.*

*O governo fascista jamais pensou, nem pensa em adotar, medidas políticas, econômicas, morais, contrárias aos judeus como tal, com exceção, bem entendido, dos casos em que se trate de elementos hostis ao regime.*

*O governo fascista, além disso, é decididamente contrário a qualquer pressão, direta ou indireta, para conseguir retratações religiosas ou assimilações artificiosas. A lei que regula e controla a vida das comunidades judaicas deu bons resultados e permanecerá inalterada.*

*O governo fascista se reserva o direito de vigiar a atividade dos judeus chegados recentemente ao nosso país e de verificar que a parcela de judeus na população da nação não se torne desproporcionada aos méritos intrínsecos dos indivíduos e à importância numérica de suas comunidades.*<sup>113</sup>

Em maio de 1938, Hitler foi a Roma para retribuir a visita de Mussolini a Munique (25 de setembro de 1937) e para consolidar o pacto com a Alemanha, o Eixo Roma-Berlim (outubro de 1936). Historicamente não existe prova de conexão direta entre a visita e a

---

<sup>113</sup> SARFATTI, Michele. *Mussolini contro gli ebrei*. Torino, ed. Silvio Zamorani, 1994, p.17.

opção nazista do regime de fato, e, como já demonstrado precedentemente, seria injusto imputar a responsabilidade da política racista, ou melhor, anti-semita italiana unicamente a Hitler. O fato é que, no mês seguinte, uma delegação de peritos alemães em racismo veio à Itália para instruir funcionários italianos sobre esta pseudociência.

Apenas dois meses depois, e em completa contradição com o que havia sido afirmado no documento precedente, foi publicado, em 14 de julho de 1938, o *Manifesto della Razza* (Manifesto da Raça), assinado por um grupo de professores.

Uma premissa concisa informava que o documento havia sido redigido por um grupo de estudiosos fascistas, docentes de universidades, que havia trabalhado sob a égide do Ministro da Cultura Popular, e que o texto determinava a posição do fascismo diante dos problemas da raça. Em dez pontos, afirmava-se a existência das raças humanas, selecionadas de acordo com um conceito puramente biológico. Também era confirmado que a população e a civilização italianas eram, em sua maioria, arianas, e que “havia chegado a hora dos italianos se declararem francamente racistas”.<sup>114</sup>

O Ministro e Secretário do Partido Fascista, Achille Starace<sup>115</sup>, depois de ter elogiado a precisão e a concisão da tese, pôs em evidência que o fascismo fez, por dezesseis anos,

---

<sup>114</sup>O *fascismo e os problemas da raça* conhecido, também, como *Manifesto dos cientistas racistas* e simplificado em *Manifesto da raça*:

As raças humanas existem.

Existem raças grandes e pequenas.

O conceito de raça é um conceito puramente biológico.

A população da Itália atual é de origem ariana e a sua civilização é ariana.

É uma lenda a entrada na Itália, em tempos históricos, de grandes massas de homens.

Já existe uma “raça italiana pura”.

Já é tempo de os italianos se proclamarem francamente racistas.

É necessário fazer uma clara distinção entre os povos mediterrâneos: de um lado os Europeus ocidentais e do outro os orientais e africanos.

Os judeus não pertencem à raça italiana.

As características físicas e psicológicas puramente européias dos italianos não devem ser alteradas de forma alguma.

<sup>115</sup> Achille Starace (Gallipoli, 1889 – Milano, 1945). Oficial dos “*bersaglieri*” na Primeira Guerra Mundial, obteve muitas medalhas de honra. Foi fundador do “Fascio di Trento” (1920), tornou-se vice-secretário do PNF (1921), inspetor para a Sicília (1922) e deputado em 1924. Em 1931 era secretário do PNF. Estendeu a rede do partido na sociedade, disciplinando as massas em organizações que envolviam os cidadãos, da escola elementar até a Universidade, ao pós-trabalho. Impôs um “estilo fascista” denominado “*staracismo*”, caracterizado pela obrigação, para os italianos, de participar de cerimoniais coreográficos de massa (as festas da nação, os aniversários do regime, as vitórias da revolução fascista, o culto dos que caíram pela pátria, e a glorificação dos heróis), de usar o “*vo*” no lugar do “*lei*”, de substituir o aperto de mão pela saudação romana, de vestir uniformes. Participou da conquista da Etiópia (1935). Entre 1936 e 1938 fez parte da comissão para a fusão do Conselho nacional do partido com o Conselho nacional das corporações. Em 1938 estava entre os organizadores da campanha antijudaica e entre os principais partidários das leis raciais. Depois do armistício de setembro de 1943 teve que deixar a secretaria do partido e foi sendo progressivamente afastado de qualquer encargo importante também na



uma política racista que teve como finalidade – através da ação das instituições do Regime - realizar um contínuo melhoramento quantitativo e qualitativo da raça. O secretário do Partido acrescentou que o *Duce* várias vezes – em seus escritos e discursos – tinha feito referência à raça italiana como pertencente ao grupo indo-europeu. Starace afirmava que

*“Com a criação do Império, a raça italiana veio em contacto com as outras raças e tem o dever então de se resguardar de qualquer hibridismo e contaminação. Pelo que concerne os judeus, estes se consideram, há milênios, em qualquer lugar e também na Itália, como uma raça diferente e superior às outras, e é bem conhecido que, apesar da política tolerante do Regime, os judeus constituíram, em cada nação – com seus homens e com seus meios – o estado maior do anti-fascismo. O Secretário anunciou, enfim, que a atividade principal dos institutos de cultura fascista no próximo ano será a elaboração e a difusão dos princípios fascistas em tema de raça, princípios que já levantaram muito interesse na Itália e no mundo.”*<sup>116</sup>

Em 25 de julho foi publicado um comunicado do PNF (Partido Nacional Fascista) com o qual

*(...) era lembrado que o fascismo adotava, praticamente já há dezesseis anos (!) uma política racista que consistia – através de ações das instituições do regime – em realizar um contínuo melhoramento quantitativo e qualitativo (!!!) da raça... e que o regime havia seguido o seu objetivo fundamental: antes a ação, depois a formulação doutrinária, a qual não deve ser considerada acadêmica, isto é, como um fim em si mesmo, mas como determinante de uma ulterior ação política precisa... Quanto aos judeus, os mesmos se consideram há milênios, em toda parte e também na Itália, como uma raça diversa, e é notório que, apesar da política tolerante do regime, os judeus constituíram, em todas as nações – com seus homens e seus meios –, o estado maior do antifascismo*<sup>117</sup>.

Em 26 de julho foi publicada a *Dichiarazione Sulla Razza* (Declaração sobre a Raça), preparada pelo próprio Mussolini. Tais medidas, anti-semitas na sua essência, foram, entre outras:

---

República de Saló. Em abril de 1945 foi capturado pelos “*partigiani*” e fuzilado. Seu cadáver foi exposto em “*Piazzale Loreto a Milano*” junto com o corpo de Mussolini.

<sup>116</sup> O texto encontra-se na revista “*La difesa della razza*”, diretor Telesio Interlandi, ano Iº, numero 1, 5 de agosto de 1938. p. 2.

<sup>117</sup> SARFATTI, Michele. op. cit., p. 21

- a- a defesa da raça nas escolas estaduais e particulares;
- b- as medidas relativas aos casamentos mistos (também relacionamentos de tipo conjugal);
- c- a proibição de entrada e expulsão dos judeus estrangeiros;
- d- as regras relativas a quem devia ser considerado de “raça judaica”;
- e- a proibição aos judeus de inscrever-se no PNF;
- f- proibição aos judeus de possuir ou dirigir empresas com mais de 100 pessoas;
- g- medidas relativas às propriedades imobiliárias;
- h- proibição aos judeus de utilizar empregados domésticos de raça ariana;
- i- impedimento aos judeus de prestar serviço militar em tempos de paz e em tempos de guerra;
- j- indicação das categorias de judeus que podiam ser isentas da discriminação<sup>118</sup>;
- l- instituição de Cátedras Universitárias sobre “Estudos da Raça”.<sup>119</sup>

A Declaração sobre a Raça recebeu uma resposta crítica por parte do Papa Pio XI, que, em um artigo publicado no jornal *L'Osservatore Romano* em 29 de julho, comentou:

*Podemos nos perguntar como, desgraçadamente, a Itália tenha tido necessidade de imitar a Alemanha*<sup>120</sup>.

O Duce, em Forlì<sup>121</sup>, investiu contra o discurso do Papa, dirigindo-se aos jovens da *Propaganda Fide*<sup>122</sup> e defendendo o racismo italiano. Replicava em tom categórico, com acentos de revide oratório, assegurando a originalidade da sua declaração:

---

<sup>118</sup> Eram estes os voluntários de guerra; condecorados de guerra; mutilados por causa fascista; famílias que tinham membros mortos por causa fascista ou em guerra; os fascistas inscritos no PNF de 1919 até 1924.

<sup>119</sup> Todas as leis anti-semitas foram coletadas e enviadas ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil por Jorge Latour, secretário n. 1 na embaixada do Brasil em Roma (1937-1939). A maioria destas leis encontra-se entre os anexos. Para uma documentação completa pode ser consultada A RASSEGNA MENSILE DI ISRAEL: *1938 le leggi contro gli ebrei*. In collaborazione con il Centro di Documentazione Ebraica Contemporânea. Vol. LIV – N. 1-2 Gennaio – Agosto 1988, edita pela UCEI.

<sup>120</sup> SARFATTI, Michele. op. cit., p. 22.

<sup>121</sup> Jornal *La Stampa*, 31 de julho 1938, por ocasião da visita do Duce em Forlì.  
[www.didaweb.net/fuoriregistro/leggi.php?a=6669](http://www.didaweb.net/fuoriregistro/leggi.php?a=6669)

<sup>122</sup> Sagrada Congregação Cardinalícia que tem a finalidade de dirigir a difusão da fé e a vida das missões católicas no mundo. Foi criada pelo Papa Gregório XV, em 1662, a partir da metade do século XVI. Em 1967 assumiu o nome de Congregação pela Evangelização dos povos.

*Sabei, e que cada indivíduo saiba que também na questão da raça, nós seguiremos adiante. Dizer que o fascismo imitou alguém ou alguma coisa é simplesmente absurdo.*

123

Em 5 de agosto, 22 dias após o Manifesto, saiu o primeiro número de *La Difesa della Razza*, um jornal através do qual, entre 1938 e 1943, Telesio Interlandi, um jornalista fascista e anti-semita feroz, procurou reduzir os italianos ao culto da pureza étnica. O jornal *Il popolo d'Italia* do dia 6 de agosto de 1938, num artigo da primeira página, declarava:

*O racismo italiano teve início em 1919 e constitui a base fundamental do Estado fascista (...) Absoluta continuidade do pensamento de Mussolini (...) O Duce confirma a absoluta originalidade do pensamento fascista sobre o problema racial. Nenhuma imitação, então e também nenhuma improvisação (...) não queremos falar da equação, historicamente aceita nestes últimos vinte anos de vida européia, entre judaísmo, bolchevismo e maçonaria. Nenhuma dúvida então que o clima é maduro para o racismo italiano, e menos ainda pode ser posto em dúvida que este não se torne – por meio da ação coordenada de todos os órgãos do Regime – patrimônio espiritual do nosso povo, base fundamental do nosso Estado. Elemento de segurança para o nosso Império.*<sup>124</sup>

Quando Mussolini decretou as leis raciais, com o beneplácito do rei Vittorio Emanuele III e traíndo o espírito do Ressurgimento<sup>125</sup>, a imagem do fascismo no Brasil sofreu um abalo. Este fato se faz aparente no telegrama nº1960/575, enviado pelo embaixador Vincenzo Lojacono, da embaixada italiana no Rio de Janeiro, ao Ministério das Relações Exteriores, em 28 de julho de 1938. Lojacono havia entendido que uma das razões pelas quais a imprensa brasileira havia repudiado as leis racistas era porque a mistura de raças fazia parte da realidade brasileira. Para Lojacono a nova tendência racial italiana havia surpreendido a população brasileira, em grande parte mestiça e católica:

---

<sup>123</sup> SARFATTI, Michele. op. cit., p. 23.

<sup>124</sup> Jornal *Il Popolo d'Italia*, 6 de agosto de 1938. [www.anpi.it/cronol/1938.htm](http://www.anpi.it/cronol/1938.htm)

<sup>125</sup> MOLINARI, Maurizio, *Rivista Shalom*. gennaio 2006.



*Em quase todas as famílias brasileiras assim chamadas brancas – isto é, de cor menos escura – há uma mistura de sangue índio ou africano, tanto que alguns escritores chegaram a afirmar que os negróides constituíam 70% da população brasileira antes do advento da república, isto é, antes de ter-se intensificado o movimento imigratório europeu (...) A nova tendência racial fascista surpreendeu desagradavelmente a opinião pública brasileira, a qual, até hoje, habituada a proclamar sua descendência latina, e a considerar a mesma como um privilégio sobre os anglo-saxões, é induzida no momento erroneamente a supor que a latinidade possa ser considerada um elemento secundário. (...) Também a fração católica brasileira, que, interpretando literalmente demais o anti-racismo atribuído pelas agências telegráficas judaicas ao Vaticano, especialmente ao papa, sempre criticou asperamente a conduta da Alemanha e não demonstra simpatia pelas orientações racistas italianas. Essa fração teme também que o racismo italiano possa estar adquirindo as características anti-católicas que o alemão assumiu.<sup>126</sup>*

A opinião pública brasileira, em geral, vinha associando o racismo, pelo menos até aquele momento, exclusivamente ao nazismo alemão. Mesmo os judeus italianos não imaginavam que o anti-semitismo viesse a fazer parte da política fascista, ainda que persistisse o secular preconceito antijudaico no discurso da Igreja Católica.

Em 22 de agosto de 1938, seguindo os critérios do *Manifesto* racista, foi realizado um recenseamento dos judeus como ponto de partida da política anti-semita de Mussolini. A finalidade principal desse recenseamento era identificar, contar e registrar os judeus da Itália. O resultado totalizou 57.425 pessoas, nascidas de pelo menos um genitor judeu. Considerando somente aqueles que eram efetivamente judeus, o recenseamento apresentou um total de 46.189.

Este cadastramento foi feito de maneira extremamente confidencial e os fascistas nunca publicaram oficialmente os resultados, provavelmente com medo de destruir com suas próprias mãos o mito por eles criados de uma “*piovra ebraica*” (hidra judaica) na Itália. O problema da definição do objeto é geralmente a tarefa principal dos responsáveis por qualquer tarefa relativa ao censo. Quem podia ser considerado JUDEU na Itália?

As primeiras características usadas como elementos de diferenciação foram:

---

<sup>126</sup> Telegrama de Vincenzo Lojacono, Embaixador da Itália no Brasil, para o Ministério das Relações Exteriores da Itália. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1938. (em anexo)

1 – Casais com ambos os cônjuges judeus: os filhos, tendo quatro avós judeus, têm SANGUE judeu puro (100%). (Notar o uso da palavra SANGUE no lugar de RAÇA e, com isto, a volta ao mito da pureza do sangue, raça pura e impura, como na época da Inquisição).

2 – Filhos com três avós judeus e um italiano devem ser considerados 75% judeus e, como tais, considerados judeus puros.

3 – Um dos pais é filho de dois judeus, outro é filho de dois italianos: os filhos, tendo dois avós judeus e dois italianos, devem ser considerados como 50% de sangue italiano.

4- Ambos os pais são filhos de casamento misto, os filhos devem ser considerados como 50% de sangue italiano.

5 – Quando um dos pais é filho de pais italianos e o outro é filho de um casamento misto, os filhos, tendo 75% de sangue italiano e 25% judeu, devem ser considerados italianos.

Comparando as modalidades de escolha, pode-se afirmar que o *ser judeu* foi tomado, em sede operativa, como sendo determinado por um vínculo de sangue e não por um vínculo religioso, fundamento característico do racismo dito tradicional endossado pela Igreja Católica, pelo Estado e pelo povo de Portugal e Espanha desde o século XV a meados do XIX. Segundo Leão Poliakov, aqui está a gênese do conceito de mito ariano endossado pela Alemanha nazista e outras nações partidárias do anti-semitismo político, entre as quais o Brasil.<sup>127</sup>

Enfim o ISTAT – Istituto Centrale di Statistica – adotou as seguintes distinções de raça: *raça judaica* – por sua vez separada em *pura, mista e indeterminada* – e *raça não judaica*. De qualquer forma ficava confirmada a inclusão entre os judeus dos judeus convertidos e dos cristãos descendentes totalmente ou em parte de pais judeus convertidos.

Estes dados foram, também, constantemente corrigidos durante os anos da guerra até 1943. O empenho com o qual os trabalhos forçados foram efetuados pelas autoridades periféricas mudava conforme as várias atitudes destas para com os judeus e a questão judaica em geral. A análise destes dados só foi possível trinta anos após a colheita dos

---

<sup>127</sup> POLIAKOV, Léon. *O Mito Ariano*, São Paulo, Perspectiva, 1974; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia*, 3ª ed. São Paulo, Perspectiva; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *O Anti-semitismo na Era Vargas*, ob. cit.

mesmos. O censo de 1938 pode ser considerado como a data do nascimento do “racismo científico”.

Distribuição dos judeus no Reino da Itália conforme os censos de 1931 (pessoas de religião israelita) e de 1938 (pessoas de “raça judaica”) e as estatísticas da União das Comunidades Israelitas Italianas - UCII (judeus inscritos em cada comunidade).

<i>Comunidade israelita (províncias ou regiões correspondentes)</i>	<i>A:21 abril 1931 (censo geral da população Judaica)</i>	<i>B: janeiro 1932 (dados UCII)</i>	<i>C:1 janeiro 1936 (dados UCII)</i>	<i>D: 22 agosto 1938 (censo Demorazza)</i>	<i>E: 1 janeiro 1940 (dados UCII)</i>
Turim (Turim, Aosta, Cuneo)	4.075	3.836	4.048	4.345	2.918
Alessandria, Asti, Casale Monferrato	591	455 157	413 144	599	276 82
Vercelli (Vercelli, Novara)	292	245	260	495	187
Genova (região Ligúria e Massa Carrara)	2.191	3.000	2.600	2.848	1.350
Milano (Milano, Como, Sondrio, Varese)	7.186	5.548	6.205	10.654	5.5000
Mantova (Mantova, Bergamo, Brescia, Cremona)	690	429	405	471	231
Verona (Verona, Vicenza)	377	429	405	471	231
Veneza (Veneza, Belluno, Treviso)	1.943	1.711	1.700	2.365	1.324

Padova (Padova, Rovigo)	673	610	586	857	503
Merano (região Venezia Tridentina)	1.293	332	321**	989	79
Gorizia (Gorizia, Udine)	323	214	202**	368	242
Trieste (Trieste, Pola*)	4.788	5.025	5.000	6.215	2.850
Fiume* (Fiume, Zara*)	1.880	1.150	1.118	1.831	822
Abbazia*		225	169		106
Parma (Parma, Piacenza)	236	98	110	371	60
Modena (Modena, Regio Emilia)	500	469	410	676	278
Bolonha (Bolonha)	818	1.300	862	1.000	550
Ferrara (Ferrara, Forli),	767	822	743	917	525
Ancona (região Marche)	970	835	796	1.218	675
Firenze( Firenze, Arezzo, Pistoia, Siena)	2.834	2.730	2.630**	2.641	2.800
Pisa (Pisa, Lucca)	561	481	511	731	351
Livorno (Livorno, Grosseto)	1.861	1.941	2.029	2.481	1.300
Roma (regiões Lazio, Abruzzo e Molise, Sardenha, Úmbria).	11.807	12.316	13.628	13.376	11.700
Napoli (região Campania)	876	858	867	714	530
- (regiões Puglia,					

Lucania, Calábria, Sicília)	293	–	–	358	–
Total reino Itália	47.825	45.412	45.998	57.425 (ma:46.189) )***	35.156

\* Na época fazia parte do reino da Itália.

\*\* Dado relativo a 1º de janeiro de 1935.

\*\*\* O primeiro total e todos o dados parciais compreendem todos os nascidos de, no mínimo, um pai judeu. O segundo total compreende os que eram efetivamente judeus na época do censo.

Fonte: SARFATTI, Michele. *Mussolini contro gli ebrei*. Torino, Silvio Zamorani editore, 1994, p. 136.

N.B. Os resultados dos censos foram apurados nas circunscrições territoriais de cada comunidade israelita. Como regra, a maioria dos judeus residia na cidade capital do distrito onde se localizavam as comunidades.

As comunidades judaicas deram toda a colaboração para o bom andamento das operações de recenseamento, colaboração que poderia ser considerada “colaboracionismo”, se o recenseamento não tivesse acontecido antes da perseguição dos direitos dos judeus. Além disso, é necessário considerar que também as comunidades israelitas, como cada judeu, atuavam conforme a ditadura fascista.

No *Istituto Bibliografico della UCEI*, em Roma, durante minhas pesquisas, achei uma pasta, a nº 71, que continha as relações dos números de judeus inscritos em todas as comunidades italianas e também dos que tinham-se destacado ou emigrado. Mas nem todas as comunidades enviaram relatórios e muitas das cartelas eram vazias. (Ver nos anexos os documentos relevados).

As relações, enviadas por cada diretor das comunidades, eram endereçadas ao Presidente da UCEI, que, por sua vez, as repassava para a *Demirazza*. O material era encaminhado para o ISTAT (Istituto Centrale di Statistica del Regno d’Italia), que, depois do trabalho de apuramento e de tabulação, o devolvia à *Demirazza*. Esta, ao contrário, porém, de quanto se podia esperar, não divulgou os resultados, que

permaneceram fechados e secretos. Assim, quando, depois da guerra, foram pesquisados, no ISTAT, os resultados obtidos pelo recenseamento de 1938, foi descoberto que a maior parte destes documentos tinha desaparecido. A documentação, com toda probabilidade, foi consignada, em junho de 1941, a Giovanni Preziosi, que, depois do armistício de 1943, tinha-se tornado chefe do recém-formado *Ispettorato generale per la razza della Repubblica sociale italiana*; não sabemos o que aconteceu com estes documentos depois do 25 de abril de 1945.

O segredo dos dados relevados em 1938 foi responsável pela difusão de diferentes avaliações numéricas do judaísmo no reino da Itália durante os anos 30.<sup>128</sup>

Ao anúncio do censo especial, seguiam-se os primeiros sintomas da perseguição: a inscrição dos estudantes judeus estrangeiros nas escolas do Reino foi oficialmente proibida e ordens foram dadas, aos diferentes Ministérios, para identificar os seus funcionários judeus.

---

<sup>128</sup> SARFATTI, Michele. *Mussolini Contro gli Ebrei*. op. cit. pp. 132-138. Conforme revela Sarfatti, os dados variavam conforme as diferentes fontes de pesquisa: 56.400 em 1932 (Enciclopédia Italiana); 55.396, em setembro de 1931, pelo demógrafo Ricardo Bachi; 47.825, valor acertado pelo sétimo recenseamento da população judaica em abril de 1931; 51.950, conforme o *Lunario israelitico* pelo ano de 5698 (setembro 1937-setembro 1938); etc.

Distribuição dos judeus no Reino da Itália conforme os censos de 1931 (pessoas de religião israelita) e de 1938 (pessoas de "raça judaica") e as estatísticas da União das Comunidades Israelitas Italianas - UCII (judeus inscritos em cada comunidade).

Tabella 1.

Popolazione ebraica tra il 1910 e il 1943 nel Regno d'Italia (con riferimento ai suoi confini tra le due guerre mondiali) secondo i censimenti nazionali (A, B, D), il censimento razzista (G), le stime e le registrazioni ebraiche (C, E, F, H, I).

Comunità israelitiche (province e regioni corrispondenti)*	A 31 dic. 1910 (censim. Austria e Ungheria)	B 10 giug. 1911 (censim. Dir. Gen. Statist.)	C 1913-1914 (dati e stime Comit. Ebr.)	D 21 apr. 1931 (censim. Ist. Centr. Statist.)	E 1° gen. 1932 (dati Unione Com. Ebr.)	F 1° gen. 1936 (dati Unione Com. Ebr.)	G 22 ag. 1938 (censim. Dir. Gen. Razza) 2° Tot. provv. Tot. finale	H 1° gen. 1940 (dati Unione Com. Ebr.)	I 1° gen. 1943 (dati Unione Com. Ebr.)	
Torino (Torino, Aosta, Cuneo)	-	3548	5618	4075	3836	4048	4345 non noto	2918	2700	
Alessandria (Alessandria, Asti)	-	621	639	591	455	413	599 non noto	276	259	
Casale Monferrato	-	305	308	con Alessan.	157	144	con Alessan.	82	73	
Vercelli (Vercelli, Novara)	-	421	414	292	245	260	495 non noto	187	185	
Genova (Liguria, Massa e Carrara)	-	1595	1332	2191	3000	2600	2848 non noto	1350	0°1051	
Milano (Milano, Como, Pavia, Sondrio, Varese)	-	3409	3362	7186	5548	6205	10654 non noto	5000	5142	
Mantova (Mantova, Bergamo, Brescia, Cremona)	-	1028	1067	690	625	601	905 non noto	417	356	
Verona (Verona, Vicenza)	-	622	820	377	429	405	471 non noto	231	182	
Venezia (Venezia, Belluno, Treviso)	-	1405	2387	1943	1711	1700	2365 non noto	1324	1203	
Padova (Padova, Rovigo)	-	828	860	673	610	586	857 non noto	503	463	
Merano (Venezia Tridentina)	1154	-	-	1293	332	**321	989 non noto	79	80	
Gorizia (Gorizia, Udine)	GO: 338	UD: 109	UD: 60	323	214	**202	368 non noto	242	108	
Trieste (Trieste, Pola*)	5777	-	-	4788	5025	5000	6215 non noto	2850	2462	
Fiume* (Fiume*, Zara*)	2149	-	-	1880	1150	1118	1831 non noto	822	761	
Abbazia*	con Fiume	-	-	con Fiume	225	169	con Fiume	106	98	
Parma (Parma, Piacenza)	-	394	315	236	98	110	371 non noto	60	92	
Modena (Modena, Reggio Emilia)	-	606	945	500	469	410	676 non noto	278	211	
Bologna (Bologna)	-	629	1500	818	1300	862	1000 non noto	550	0°500	
Ferrara (Ferrara, Forlì, Ravenna)	-	1161	1245	767	822	743	917 non noto	525	413	
Ancona (Marche)	-	1436	1439	970	835	796	1218 non noto	675	508	
Firenze (Firenze, Arezzo, Pistoia, Siena)	-	2633	2778	2834	2730	**2630	2641 non noto	2800	0°1862	
Pisa (Pisa, Lucca)	-	614	464	561	481	511	731 non noto	351	319	
Livorno (Livorno, Grosseto)	-	2160	4141	1861	1941	2029	2481 non noto	1300	1569	
Roma (Lazio, Umbria)	-	7168	11284	11712	12316	13268	13171 non noto	11700	11855	
- (Abruzzi e Molise, Sardegna)	-	469	-	95	-	-	205 non noto	-	-	
Napoli (Campania)	-	966	600	876	858	867	714 non noto	530	0°350	
- (Puglia, Lucania, Calabria, Sicilia)	-	2197	-	293	-	-	358 non noto	-	-	
<b>totale generale</b>	<b>9418</b>	<b>34324</b>	<b>41578</b>	<b>47825</b>	<b>45412</b>	<b>45998</b>	<b>57425</b>	<b>58412</b>	<b>35156</b>	<b>32802</b>
di cui, «ebrei effettivi» (e.e.)	9418	34324	41578	47825	45412	45998	46185	46656	35156	32802
e.e. stranieri presenti occasional.	-	con residenti	-	3318	-	-	-	-	-	-
e.e. stranieri residenti	non noto	1499	non noto	5395	non noto	non noto	9257	9415	non noto	non noto
e.e. italiani	non noto	32825	non noto	39112	non noto	non noto	36928	37241	non noto	non noto
e.e. italiani e stranieri residenti	9418	(?)33925	41578	44507	45412	45998	46185	46656	35156	32802
popol. ital. presente (in migliaia)	-	(34671)	-	41177	-	°42445	-	-	-	-
popol. ital. residente (in migliaia)	-	(35845)	-	41652	-	°42994	-	-	-	-

Fonte: Sarfatti, Michele. Gli ebrei nell'Italia fascista. Vicende identitade e persecuaõ. Torino, Einaudi, 2000. pp28-29.

### *A proclamação das disposições legais*

Nos dias 1 e 2 de setembro de 1938, foram aprovadas as disposições legislativas racistas e anti-judaicas. As primeiras foram decretadas contra os judeus estrangeiros e as segundas, para a defesa da raça nas escolas fascistas. Outras leis se seguiram: em 17 de novembro: disposições relativas aos casamentos, declarações sobre quem deveria ser considerado de raça judaica.

Em novembro de 1938 os judeus da Itália já estavam sendo controlados por um violento sistema anti-semita. Os decretos-lei continuaram: em 22 de dezembro, foram divulgadas disposições relativas à baixa e à aposentadoria dos militares de raça judaica das Forças Armadas do Estado. Em 9 de fevereiro de 1939, normas de atuação das disposições relativas aos limites de propriedade imobiliária e de atividade industrial e comercial para os cidadãos italianos de raça judaica. Em 29 de junho de 1939, a lei sobre a disciplina do exercício das profissões por parte dos cidadãos de raça judaica. Em 13 de julho de 1939, disposições sobre matéria testamental, bem como sobre a disciplina dos sobrenomes para os pertencentes à raça judaica. Até 1940 as reações às leis racistas foram várias: abjuras, pedidos de isenção da perseguição por méritos especiais, emigração forçada e, em alguns casos, suicídios. Neste contexto é que devemos compreender o fluxo de refugiados italianos em direção à Palestina, Estados Unidos, Argentina e Brasil, principalmente.

Em 10 de junho de 1940, a Itália entrou na guerra. Mussolini aumentou a perseguição aos judeus, instituindo, naquele mesmo mês, a internação dos judeus italianos julgados “perigosos ao regime”. Foram incluídos também os judeus estrangeiros cujos países mantinham uma política antijudaica e que não haviam ainda deixado a Itália no período previsto pela respectiva lei. Campos de concentração foram abertos por toda a Itália, enquanto centenas de judeus eram encarcerados nas prisões das grandes cidades. Em maio de 1942, os judeus com idade entre os 18 e 55 anos foram chamados para prestar serviços forçados.

Apesar dos problemas da guerra, as leis discriminatórias continuaram: em 9 de outubro de 1942, relativas às limitações de competência dos pertencentes à raça judaica residentes na Líbia (colônia italiana). Finalmente, em 4 de janeiro de 1944, foram editadas novas disposições referentes aos bens de propriedade dos cidadãos de raça judaica.



Em 25 de julho de 1943, depois de um golpe de Estado apoiado pelo rei e que culminou com a prisão de Mussolini, foi constituído um novo governo, liderado por Pietro Badoglio (1871-1956)<sup>129</sup>. Este libertou os prisioneiros judeus, revogou as leis que previam o trabalho obrigatório e os campos de internação, mas – apesar das solicitações dos partidos antifascistas – deixou em vigor as leis raciais, que não foram revogadas nem pelo rei. Badoglio escreveu em suas memórias que “*não era possível, naquele momento, chegar a uma revogação pública das leis raciais, sem um choque violento com os alemães*”.<sup>130</sup>

Após o armistício, o governo Badoglio cedeu às solicitações dos Aliados e, para os judeus do sul, e os que se encontravam nos campos de concentração, terminaram as discriminações e as perseguições.<sup>131</sup> Somente em 24 de novembro de 1943, o conselho dos ministros começou a revogar as leis raciais.

No centro-norte da Itália ocupado pelos alemães, porém, a situação dos judeus se agravou ainda mais. Mussolini, libertado pelos alemães e após um período transcorrido na Alemanha, foi colocado como chefe-fantoches da República social italiana (Rsi) com sede em Saló (próximo a Brescia), completamente subjugado aos alemães. Em 23 de setembro, a RSHA, a central de polícia alemã que dirigia a política antijudaica, comunicou que os judeus de cidadania italiana estavam imediatamente sujeitos às medidas em vigor para os demais judeus europeus.

Contra alemães e fascistas iniciou-se a Resistência armada por um movimento espontâneo do povo, que foi logo assumida pelos partidos antifascistas e seus participantes, judeus e não judeus, reconhecidos como “partigiani”. Um dos primeiros episódios importantes desta Resistência foi a insurreição de Nápoles, que culminou com a expulsão dos alemães após quatro dias de combates, entre 28 de setembro e 1º de outubro de 1943.

---

<sup>129</sup> Pietro Badoglio (1871-1956), general e homem político. Depois do golpe de Estado e do aprisionamento de Mussolini, foi chamado, pelo rei Vittorio Emanuele III, a formar um novo governo e em 25 de julho de 1943 tornou-se Presidente do Conselho e, como tal, negociou o armistício, de 8 de setembro de 1943.

Badoglio foi também embaixador italiano no Brasil entre 1923 e 1925, enviado por Mussolini.

<sup>130</sup> DE FELICE, op. cit., p. 440.

<sup>131</sup> O artigo 31 do assim chamado *armistizio lungo* (armistício extenso), de 29 de setembro de 1943, é claro sobre o assunto: *Todas as leis italianas que implicam discriminações de raça, cor, religião e opiniões políticas serão, se já não o foram, revogadas.* ([www.cronologia.it/storia/tabella/tabe1545.htm](http://www.cronologia.it/storia/tabella/tabe1545.htm))

Como já dito, em março de 1944, Mussolini deu outro grave passo: instituiu um novo *Istituto per la Razza*, subordinado à Presidência do Conselho. Nomeou como chefe o racista Giovanni Preziosi, que sustentava abertamente que o “primeiro dever” da Rsi era o de eliminar os judeus. Preziosi se empenhou em enviar aos *lager* não somente os judeus “puros”, mas também os cidadãos de origem mista, além de confiscar os bens até mesmo dos judeus “arianizados”.

Concluindo, podemos afirmar que o período entre 1938-1945 foi trágico para os judeus italianos. Registraram-se abjuras e algumas “arianizações”, obtidas com documentos falsos ou suborno. Os que tiveram a possibilidade, além da perspicácia, emigraram: a maioria para as Américas, outros para a Palestina e outros lugares. A maioria dos judeus adaptou-se à situação, ajudando também, apesar das pioras de sua condição, os judeus da Áustria, Alemanha, etc. que continuavam a chegar à Itália, também como ponte para outras destinações. Foi assim que foi fundada a *Delasem*, a *Delegazione Assistenza Emigranti Ebrei*.

Durante os últimos anos do século XX o tema do anti-semitismo italiano foi assunto de rigorosas pesquisas, entre as quais cabe citar a de Michele Sarfatti e Liliana Picciotto, do CDEC<sup>132</sup> de Milão. Estes estudos derrubaram dois mitos: o pretense não-racismo de Mussolini, sustentado por Renzo De Felice, e a negação do colaboracionismo entre italianos e alemães.

(...) Sarfatti contesta o historiador Renzo De Felice:

*as leis de novembro, que transformaram as leis raciais em decretos legislativos, não somente discriminaram mas perseguiram. È suficiente lembrar como exemplo as expulsões dos judeus dos empregos públicos e das forças armadas. As leis puseram em prática o espírito do Gran Consiglio Fascista: atingir os judeus italianos perseguindo-os além da discriminação. Isentar alguém significa ser racista pela metade... prever para todos a perseguição significa pelo contrário ser totalmente racista”*<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> CDEC, Centro di Documentazione Ebraica Italiana, Milano Via Eupili, n. 8.

<sup>133</sup> LOMONACO, Massimo. “Sul non razzismo del Duce , De Felice sbagliò”. In [www.romacivica.net/ANPIROMA/deportazione/deportazioneebrei6.htm](http://www.romacivica.net/ANPIROMA/deportazione/deportazioneebrei6.htm)

Liliana Picciotto, na segunda edição do seu livro *O libro della Memória* (Milano, ed. Mursia), além de reescrever os números da deportação, apresenta novos conhecimentos sobre o mecanismo da deportação: os presos e deportados na Itália chegaram a 6.807; os presos e mortos na Itália, 322; os presos e livrados na Itália, 451. Excluindo os mortos na Itália, os assassinados na *Shoah* totalizaram 5.791. A todos estes têm que ser acrescidas 950 pessoas que não foram identificadas e, em consequência, não classificadas. Além disso, Picciotto afirma, baseando-se em circulares enviadas pelos nazistas, com frequência, às autoridades italianas, que entre os dois Ministérios dos Interiores existia um acordo bem preciso: os italianos deviam se ocupar com a procura dos judeus em seu domicílio, prendê-los e transferi-los nos campos de trânsito. Os alemães, por sua parte, deviam deportá-los para os campos de extermínio.

Sobre esta questão, alguns aspectos devem ser retomados, pois é através da história da legitimação das leis raciais na Itália em 1938 que podemos explicar a emigração dos judeus italianos para o Brasil.

LILIANA PICCIOTTO

# IL LIBRO DELLA MEMORIA

Gli Ebrei deportati dall'Italia (1943-1945)



MURSIA

## **CAPITULO II**

### **A DIPLOMACIA BRASILEIRA EM MISSÃO NA ITÁLIA**

## Capítulo II – A diplomacia brasileira em missão na Itália

### 2- 1 Premissa

Sobre a política brasileira, J. Augusto Guilhon Albuquerque, comentando o livro de Ricardo Seitenfus *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, concorda com o autor sobre o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Seitenfus considera que a política brasileira não resultou de definições ideológicas e estratégicas prévias, mas evoluiu conforme as relações internacionais da época e os interesses pragmáticos do regime, tendo passado por diferentes fases.

*Uma primeira fase, relativamente indefinida, onde na ausência de um programa de política exterior, quando o Governo Provisório voltou-se para a diplomacia tradicional do Itamarati. Tratou-se de um período de indefinição que se estendeu de 1930 a 1937, em que o Brasil pensou conservar uma posição de observador diante da evolução dos conflitos internacionais, e tentou adotar uma política comercial liberal, na busca de novos mercados para o café.*<sup>134</sup>

E nos períodos seguintes:

*o Brasil transformou-se em um palco de intensa disputa diplomática assediado, simultaneamente, por agentes do Estado alemão e do regime fascista italiano e, por outro lado, sob permanente pressão das potências aliadas, sobretudo dos Estados Unidos e do Império Britânico. Foi uma fase de neutralismo ativo em que o Governo do Estado Novo e os militares tentaram explorar a competição entre os blocos para, por um lado, diminuir os riscos decorrentes de uma provável eclosão da guerra e, por outro lado, tirar proveito para a modernização das nossas Forças Armadas.*<sup>135</sup>

Acerca dos dilemas da política internacional com os quais confrontava-se o Brasil às vésperas da Segunda Guerra Mundial, Ricardo Seitenfus comenta: “*após a Constituinte de 1934 o país se encontrava em um bom entendimento com a Alemanha e a Itália, mas*

---

<sup>134</sup> GUILHON ALBUQUERQUE, J. Augusto; SEITENFUS, Ricardo; NABUCO DE CASTRO, S. Henrique, coordenadores. *Sessenta Anos de política Externa Brasileira (1930-1990)*. Volume I. Rio de Janeiro, Editora Lúmen Júris, 2006, p.XXV.

<sup>135</sup> Idem.

*depois da imposição do Estado Novo, com uma Constituição de inspiração fascista e a prática de um dúbio jogo diplomático, ele de fato já colocou o Brasil ao lado de Washington.*”<sup>136</sup>

As diplomacias italiana e brasileira tiveram, no decorrer dos anos 30, dificuldades para se posicionar diante dos eventos da vida política que se sucediam de cada um dos lados. No Brasil: a revolução de 1930, a revolta paulista de 1932, as eleições para a Assembléia Constituinte que ficaria encarregada de elaborar a nova Constituição, apresentada em julho de 1934, o golpe que implantou o Estado Novo em 1937, a aproximação com os Estados Unidos em 1939. Na Itália: o próprio regime fascista, a conquista da Etiópia, a fundação do Império, a aproximação com a Alemanha, a formação do Eixo Roma-Berlim, o avanço italiano pelo norte, até as fronteiras com o Brennero<sup>137</sup>, e a entrada na guerra contra os aliados.

Durante os anos 30, o governo de Getúlio Vargas manteve relações cordiais com a Itália de Benito Mussolini. Faz-se importante lembrar o apoio brasileiro ao governo italiano na guerra da Etiópia, quando a Itália, por ter invadido este país, foi extraditada da Liga das Nações. Além disso, o fascismo italiano encontrou espaço na imprensa brasileira para fazer sua propaganda no país.

*Sem dúvida, Vargas entendia o fascismo como um modelo político a ser seguido, postura que não o impediu de combater os estrangeirismos e de se contrapor à italianidade propagada pelos seguidores de Mussolini. A questão nacional sempre representou um fator de atrito (mesmo em anos anteriores a 1930) entre o governo brasileiro e as propostas nacionalistas italianas, alimentando disputas jurídicas entre Roma e o Rio de Janeiro para a definição da nacionalidade dos filhos de italianos e a questão de seu serviço militar.*

*Com as medidas nacionalistas adotadas durante o Estado Novo varguista, o choque com as autoridades fascistas tornou-se inevitável. Muitas instituições e cidadãos*

---

<sup>136</sup> Ibidem. p. 183

<sup>137</sup> CANDELORO, Giorgio; LO CURTO, Vito. *La civiltà contemporânea. Corso di storia per le scuole superiori*. Firenze, ed. Paradigma, 1990, p.558. “Em julho de 1938 um grupo de conjurados nazistas tentaram um golpe (*putsch*) na Áustria. O golpe não teve sucesso, mas os nazistas mataram o chanceler austríaco *Dollfuss Engelbert* (1892-1934), amigo de Mussolini, que havia feito uma política de tipo fascista, contra comunistas e socialistas, mas que era contrário ao *Anschluss*. Nesta ocasião Mussolini havia declarado que a Itália teria-se oposto à união da Áustria com a Alemanha e chegou a enviar algumas divisões armadas para as fronteiras com o Brennero. Hitler, porém, não insistiu nesta ação ainda prematura”.

*italianos foram fichados pela polícia política por infringir o Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que proibia a prática de atividades políticas por parte de estrangeiros que estivessem em território nacional.* 138

Alguns embaixadores italianos, entre os quais Vittorio Cerruti<sup>139</sup>, em 1931, e Roberto Cantalupo<sup>140</sup>, em 1933, criticavam o governo Vargas e comparavam o Brasil aos demais países da América Latina, que, segundo eles, estavam “enfraquecidos pela democracia liberal e pelo ilusório parlamentarismo”. Aborrecia-lhes registrar o baixo perfil da política exterior brasileira, que abandonara, desde o século XIX, a busca do prestígio, andando a reboque dos Estados Unidos.<sup>141</sup>

O Estado Novo – saudado na Alemanha e na Itália e lamentado pelos países defensores da democracia – iria, paradoxalmente, envenenar as relações políticas com os entusiastas da primeira hora e encaminhar-se, lentamente, para o campo dos aliados na Segunda Guerra Mundial.<sup>142</sup> Ao fazer uma síntese do ano de 1938, o embaixador italiano no Brasil Vincenzo Lojacono<sup>143</sup> assim interpretou os principais fatos:

- “a) - o golpe de Vargas havia sido também dirigido contra o Partido Integralista, mas a Itália não reagiu;
- b) – o nacionalismo trouxe prejuízos graves às associações e escolas estrangeiras;
- c) – a política exterior do Brasil deixou as democracias desconfiadas, mas não indicou aproximação com os regimes totalitários;

---

<sup>138</sup> SANTOS, Viviane Teresina dos. *Os Seguidores do Duce: Os Italianos Fascistas no Estado de São Paulo*. Módulo V-Italianos. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001, p.17.

<sup>139</sup> Vittorio Cerruti, diplomata italiano. Embaixador da Itália no Brasil entre 1930 e 1932.

<sup>140</sup> Roberto Cantalupo, diplomata italiano, embaixador no Brasil de 25.08.1932 até 02.01.1937, conseguiu, em 1934, que as autoridades fechassem o jornal antifascista *Il Corriere Del Popolo d'Italia*, dirigido por C.A. Limongi, que depois fundou o *Correio Ítalo-Brasileiro*, também objeto de perseguição. DHBB. P.1053

<sup>141</sup> CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália, o papel da diplomacia*. São Paulo. Instituto Italiano di CULTURA, Editora UnB, p. 137.

<sup>142</sup> Idem, p. 149.

<sup>143</sup> Vincenzo Lojacono, embaixador plenipotenciário, de 1º de janeiro 1937 a maio 1938, em substituição a Roberto Cantalupo, participou neste posto dos acontecimentos que se seguiram ao levante integralista de 11 de maio de 1938, que teve como episódio mais destacado o assalto ao palácio Guanabara. Os rebeldes foram contidos em poucas horas e o movimento sufocado, seguindo-se o processo de punição dos envolvidos. O tenente Severo Fournier, que comandou o ataque ao palácio, conseguiu escapar e asilou-se na Embaixada da Itália. Depois de demorados entendimentos (entrega de Fournier em troca da liberação de uma alta quantia, de propriedade do governo italiano, que estava congelada no Brasil), o governo brasileiro conseguiu a desqualificação de crime político e ele foi entregue às autoridades brasileiras para o julgamento. O envolvimento de Lojacono neste caso desagradou ao governo brasileiro, que negociou e conseguiu sua remoção. Lojacono retornou à Europa em setembro de 1938, sendo substituído por Ugo Sola em março do ano seguinte. (Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro, DHBB, p.3263).



- d)- Os Estados Unidos queriam liberalização interna e distanciamento dos impérios totalitários, porém Vargas apenas estava interessado nos negócios;
- e) – O apelo dos Estados Unidos e da Europa para que o Brasil recebesse milhares de refugiados israelitas da Alemanha e da Áustria não surtiu grande efeito, porque iria reforçar uma etnia no Brasil;
- f) – Oswaldo Aranha<sup>144</sup>, sempre disposto a cumprir os desejos norte-americanos, e Helio Lobo, representante do Brasil no Comitê de Refugiados, por razões humanitárias, alcançaram enfim alguns resultados;
- g) – segundo a interpretação da chancelaria brasileira, os decretos nacionalistas do governo Vargas não foram dirigidos contra a Itália, com a qual o governo pretendia manter a cordialidade. O reconhecimento do Império, exigido pela Itália, ocorreu em maio e veio demonstrar esse sentimento. Alguns integralistas refugiaram-se na Embaixada, sem que o fato provocasse uma crise política. (...) As leis sobre a imigração e entrada de estrangeiros são nacionalistas, restritivas e contrárias às necessidades do Estado de São Paulo.
- h) A lei sobre o ensino, com efeito, proibiu as línguas, os professores e os subsídios estrangeiros nas escolas, para bloquear a influência política. A lei tolerava uma escola estrangeira, para estrangeiros.”<sup>145</sup>

Entre setembro de 1939, data marco do início da 2ª Guerra Mundial, e janeiro de 1942, ruptura das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e os países do Eixo, o governo Vargas era criticado por sua postura contraditória pelas diplomacias

---

<sup>144</sup> Oswaldo Euclides de Sousa Aranha (1894 -1960) nasceu em Alegrete (RS) no dia 15 de fevereiro de 1894, filho do coronel Euclides de Sousa Aranha e de Luísa de Freitas Vale Aranha, proprietários da estância Alto Uruguai no município gaúcho de Itaqui. Segundo entre os 11 filhos do casal, descendia diretamente, pelo lado paterno, de Maria Luzia de Sousa Aranha, baronesa de Campinas (da região paulista que hoje corresponde à cidade do mesmo nome), cujo marido foi um dos responsáveis pelo início do plantio de café na província de São Paulo. Seu pai, paulista de nascimento, exercia a chefia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em Itaqui. Na família de sua mãe, dedicada tradicionalmente à política em Alegrete, destacou-se Luís de Freitas Vale, barão de Ibirocaí. Dentre seus irmãos destacaram-se Ciro Aranha e Luís Aranha como revolucionários em 1930, tendo este último presidido o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) em 1938.

Oswaldo Aranha iniciou sua carreira política como intendente de sua cidade natal e subchefe de polícia de Porto Alegre. Em 1927, elegeu-se deputado federal. Com a vitória do movimento revolucionário, em 1930, negociou com a Junta Militar, no Rio de Janeiro, a entrega do governo a Vargas. Foi escolhido ministro da Justiça e Negócios Interiores, passou para a pasta da Fazenda em 1931 e foi nomeado embaixador em Washington, de 1934 a 1937. Deixou o cargo em protesto contra o Estado Novo, mas se tornou ministro das Relações Exteriores, de 1938 a 1944, quando o Governo de Getúlio Vargas se mostrava favorável ao regime autoritário fascista e totalitário nazista, tendência que se fortaleceu com a expansão do integralismo.

<sup>145</sup> CERVO, Amado Luiz. ob. cit., p. 150.

representadas no Rio de Janeiro. As pressões vindas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos visavam demover Vargas de sua neutralidade, nem sempre tão determinada. Desde o início de 1933, por ocasião da ascensão de Hitler ao poder, Vargas sempre nutriu grande admiração pelas conquistas políticas e pelo progresso econômico alcançado pela Alemanha sob a égide do nacional-socialismo. Para alguns historiadores, dentre os quais cito Amado Luiz Cervo, esta “neutralidade” era conveniente aos interesses de Vargas, que, até onde foi possível, manobrou politicamente a equidistância pragmática com os Estados Unidos e a Alemanha. Aliás, por esta mesma razão, Vargas se viu obrigado a manter secretas as circulares anti-semitas, testemunhos denunciadores de sua postura intolerante e conivente com o plano de exclusão dos judeus articulado pelo Estado alemão.<sup>146</sup>

Para Cervo, o governo Vargas

permanecia aberto ao jogo das pressões externas, porquanto abrigava lideranças militares favoráveis à manutenção de relações normais com o Eixo, como Góis Monteiro (1889-1926, *Ministro da Guerra 1934-35; e 1945-46*) e Gaspar Dutra (1883-1947, *Ministro da Guerra 1936-45, Presidente da República 1946-1951*), preocupados em evitar uma decisão que colocasse em risco a precária segurança do país, e lideranças políticas, como a de Oswaldo Aranha, partidário da vinculação exclusiva com os Estados Unidos.

*Vargas julgava a neutralidade conveniente aos interesses que perseguia no exterior, o comércio, o aparelhamento das forças armadas e a colaboração para a implantação da indústria pesada. Manobrou politicamente enquanto foi necessário para atingir resultados e depois cedeu às idéias de Aranha, quando os Estados Unidos garantiram a satisfação daquelas necessidades do país.*<sup>147</sup>

Fica evidente, através dos discursos e documentos produzidos pelas elites brasileiras, que Mussolini e seu governo tinham admiradores no Brasil: nas altas escalas do Estado, da Igreja Católica, da imprensa e de uma parcela da sociedade civil.

---

<sup>146</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão Do Mundo. O Brasil e a questão dos refugiados judeus (1930-1948)*. Tese de Livre-Docência. São Paulo, 2001.

<sup>147</sup> CERVO, Amado Luiz, op. cit., p. 159.

Para a opinião católica brasileira, Mussolini nada tinha de perverso; ao contrário, por haver conciliado em 1929 a Igreja e o Estado pelos acordos de Latrão, por justificar a expansão colonial pela catequese, combater o comunismo, respeitar a liberdade religiosa, manter a ordem e o progresso interno, colhia a admiração e o elogio da hierarquia eclesiástica.

*(...) O ano de 1936 foi o ano de glória para as relações culturais. Com a criação da Universidade do Brasil, o Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura, que contava com 80 mil libras anuais dos dois governos, redobrou sua atividade. Professores italianos foram convidados pelo Cônsul do Rio de Janeiro para preencher as cátedras de língua e literaturas, psicologia e de outras disciplinas.*<sup>148</sup>

As relações culturais eram vistas pelo governo italiano como instrumentos de influência e construção de imagens positivas favoráveis ao fascismo e também aos negócios. No entanto, esta admiração foi sendo alterada pelas ações nacionalistas e xenófobas do governo estado-novista, que, a partir de 1938, investiu contra as comunidades nacionais radicadas no Brasil. É importante lembrar que, até 1942, os grupos de nazistas e fascistas raramente foram importunados pela Polícia Política brasileira. Estudos desenvolvidos por Ana Maria Dietrich<sup>149</sup>, Priscila Ferreira Perazzo<sup>150</sup> e Viviane Teresina dos Santos, no acervo DEOPS/SP, demonstram que a repressão (quando aconteceu) se fez em 1942, em consequência da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados.

---

<sup>148</sup>Idem, pp. 140-141.

<sup>149</sup> Ana Maria Dietrich é doutora em História pela USP / Universidade Técnica de Berlim com a tese *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em História pela Universidade de São Paulo (1995), graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (1994) e mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professora de História Contemporânea do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa e é pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP).

<sup>150</sup> Priscila Ferreira Perazzo é graduada em História pela Universidade de São Paulo (1990), mestre (1997) e doutora (2002) em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES. Atua nas áreas de Comunicação, Administração e História, com ênfase em estudos culturais. Estuda questões que envolvem memória, imaginário, cultura, história e narrativas orais. Abarca os temas da inovação, dos regionalismos, do desenvolvimento das localidades, das mediações em comunicação, da censura e repressão, da Segunda Guerra Mundial e de regimes autoritários. É coordenadora do Núcleo de Pesquisadores de Memórias do ABC/Universidade IMES, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Comunicação e Inovação/Universidade IMES e do PROIN - Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo.

*(...) A imagem do fascismo no Brasil foi ferida pela declaração racista de Mussolini, em 1938. O embaixador Lojacono captou bem as razões pelas quais a imprensa brasileira repudiou-a: os judeus, pela via da influência norte-americana, reagiram, a miscigenação das raças no Brasil rejeitou-a e, enfim, a opinião pública nunca imaginara que o fascismo comportasse o ingrediente do racismo, que julgava uma propriedade exclusiva do nazismo. 151*

Os avanços de Hitler em direção ao Leste europeu eram interpretados pela grande imprensa como um passo “a caminho da loucura”, até que Vargas proibiu, em outubro, comentários sobre a guerra. Evitava a circulação de manifestações contra a Alemanha, posição julgada inoportuna por “ferir” publicamente sua pretensa neutralidade.

*A distinção era sempre estabelecida entre as duas potências totalitárias (Alemanha e Itália). A opinião pública, através da imprensa, manifestava a esperança de que Roma não só não acompanhasse Berlim, mas ainda que abandonasse o Eixo. (...) Por isso, a ocupação da Albânia, em abril, feriu a imagem do Duce, frustrou a opinião brasileira e renunciou, em seu cálculo, a catástrofe iminente, uma guerra de proporções universais. 152*

No período precedente ao Estado Novo, o governo Vargas não ocultava suas simpatias pelos ideais fascistas, sendo constantemente informado pelo corpo diplomático brasileiro em Roma. Durante anos consecutivos o Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro recebeu material publicitário e informativos sobre a atuação do fascismo italiano. A finalidade destes informes e relatórios, como constatamos, era, prioritariamente, estimular o governo brasileiro a seguir a mesma política xenófoba, racista e anti-semita adotada por Mussolini.

O Ministro Oswaldo Aranha, considerado um moderado por sua postura, afirmava que o comunismo – que estava prejudicando os Estados Unidos – era o resultado do judaísmo:

*(...) judaísmo que criava e mantinha esse ambiente, capaz de levar essa civilização para o abismo. A associação entre judaísmo e levante político contribuiu para uma política de restrição à imigração judaica por intermédio da burocracia. Podia-se encontrar*

---

<sup>151</sup>CERVO, Amado Luiz, op.cit., pp. 137; 139.

<sup>152</sup> Idem, p.153.

*apoio por todos os escalões superiores do governo, no corpo diplomático no exterior, entre intelectuais e, é claro, entre integralistas e outros que consideravam suas idéias atraentes.* 153

Em 1938, um ano após a implantação de uma política imigratória restritiva que reduziu a imigração judaica para seu menor nível, e com Oswaldo Aranha ministro do exterior, mudou o relacionamento com os Estados Unidos e o tratamento dado aos judeus: *refugiados judeus não eram mais vistos simples e exclusivamente de forma negativa; eles se tornaram instrumentos em um jogo de política internacional e nacional.*<sup>154</sup>

Neste contexto encontram-se inseridos os italianos de origem semita que começaram a deixar a Itália no final de 1938. A maioria deixou a Itália em 1939, e alguns poucos em 1940/41, quando a Itália entrou na Segunda Guerra Mundial. Neste período o número dos vistos deferidos foi muito maior do que o de indeferidos. Mesmo assim, muitos dos refugiados tiveram problemas para obter o visto de entrada.

Cabe pôr em evidência, porém, que descobrimos, por meio de ofícios enviados ao Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, que os cônsules brasileiros de algumas cidades italianas, como Genova (de 6 de janeiro até final de agosto), declararam não ter emitido nenhum visto.

Avraham Milgram comenta que o comportamento dos cônsules e embaixadores brasileiros na Europa não refletia somente o crescente anti-semitismo no Brasil e nos países onde se encontravam. Percebeu-se que, muitas vezes, alguns desses diplomatas ajudavam a moldar a política a favor de ações anti-semitas. Em consequência das atitudes tomadas pela maioria da elite política brasileira para com a questão judaica, aumentavam as dificuldades impostas aos refugiados judeus para deixar a Europa. Raros foram os diplomatas envolvidos com o salvamento dos judeus perseguidos pelo nazifascismo. Cabe citar Luis Martins de Sousa Dantas e Aracy Guimarães Rosa, esposa de Guimarães Rosa, Cônsul na Alemanha (de 1938 até 1942).

A caracterização negativa dos judeus, a ameaça e o medo de sua presença, conforme prescrito pelo moderno anti-semitismo, aparecem no discurso da elite política a partir de 1937. Envolvidas com a luta contra o comunismo, as autoridades davam preferência aos imigrantes agrícolas ao invés dos urbanos. As reportagens anti-semitas chegavam ao

---

<sup>153</sup> LESSER, Jeffrey, op. cit., p. 160.

<sup>154</sup> Idem, p. 261.

Ministério das Relações Exteriores (MER) enviadas de todos os cantos do mundo. Aqueles que serviam em países ocupados pelos nazistas e que testemunhavam as práticas intolerantes contra a população judaica na sua maioria e com raras exceções insistiam no emigrante desejável, não judeu. Hoje existe uma historiografia que demonstra que o Itamarati

*(...) transformou-se no maior veículo de restrição à imigração judaica, um fato de capital importância nas atitudes dos cônsules e dos embaixadores para com os judeus refugiados. A maioria dos corpos diplomáticos que se encontrava nos países do Leste da Europa com comunidades judaicas muito grandes em relação à população não judia (Polônia, Romênia, Hungria, etc.), tornaram-se anti-semitas ou desenvolveram atitudes anti-semitas adotando idéias e prejuízos dos países onde se encontravam. Exemplos destes diplomatas foram Nabuco Gouvêa, Salgado dos Santos, Ciro de Freitas Vale e Mario Moreira da Silva em Bucareste durante os anos 1931-1939. Ainda mais extremistas foram os enviados na Polônia: Jorge Latour, Pedro da Rocha e Edgardo Barbedo. 155*

## **2 2 Jorge Latour, um anti-semita disciplinado**

Os discursos da diplomacia brasileira, em sua maioria, são verdadeiros libelos anti-semitas. Entre 1937 e 1945, diplomatas de carreira em missão no exterior procuravam informar e convencer – se fosse o caso – as autoridades brasileiras próximas a Getúlio Vargas de que os judeus eram “cidadãos de segunda classe”. Dentre os diplomatas anti-semitas mais virulentos estava Jorge Latour (1887-1985), cuja trajetória pela Itália nos interessa em particular.

Dois ofícios reservados de Jorge Latour enviados de Varsóvia ao ministro brasileiro Mário de Pimentel Brandão integram um estudo de sua autoria sobre a nocividade da emigração israelita para o Brasil.<sup>156</sup>

---

<sup>155</sup> MILGRAM, Avraham. The Jews of Europe from the Perspective of the Brazilian Foreign Service, 1933-1941. In *Holocaust and Genocide Studies*, V9 N1, Jerusalem, Yad Vashem, Spring 1995, pp. 94-120.

<sup>156</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. ob. cit., pp. 415-419.

A associação entre judaísmo e levante político contribuiu para o lançamento de propostas para uma política que restringisse a imigração judaica por intermédio da burocracia. Podia-se encontrar apoio por todo o escalão superior do governo, no corpo diplomático no exterior, entre intelectuais e, é claro, entre integralistas e outros que consideravam suas idéias atraentes.

Jorge Latour já propôs que fossem criadas

*“regras especiais (...) para a proibição, ou restrição ao menos, da entrada de judeus”.* Utilizando imagens tradicionais sobre os judeus como sujeitos e infestados de doenças, o chefe do escritório comercial do Brasil na Polônia, Pedro M. da Rocha, queixava-se de que leis imigratórias brandas haviam concedido aos governos da Europa do Leste uma *“excelente oportunidade para limpar seus guetos”* (Século XX. RJ. 21 de abril de 1936). Segundo Rocha, entre quinhentos e mil judeus poloneses, de cinco a dez vezes o número real, desembarcavam a cada mês em Santos, a maioria com cartas de chamadas falsas, aceitas pelas autoridades corruptas do Estado de São Paulo. Outros invocavam idéias acerca do insidioso poder político dos judeus, culpando elementos judeus que eram bem relacionados em certos círculos políticos, militares ou sociais brasileiros pelo suposto aumento da imigração. Edgardo Barbedo e Jorge Latour, dois diplomatas brasileiros na Polônia, fundiram todas essas idéias numa só ao queixarem-se de que a entrada de judeus criava uma invasão de elementos degenerados, parasitas e inassimiláveis, contra os quais só nós lutamos.<sup>157</sup>

A JCA (Jewish Colonization Association), propusera-se a estabelecer uma vigorosa seleção entre os imigrantes, assumindo a responsabilidade das despesas de viagem. Encarregaria comissões locais para arranjar trabalho para os imigrantes (...) Mas esta mesma organização teve seus princípios colocados em dúvida por Edgardo Barbedo, do Consulado Geral do Brasil em Varsóvia, que alertou Jorge Latour a respeito da JCA: *“proprietária de terras no Brasil, aparentemente tem fins filantrópicos, mas ninguém sabe aonde irá a proteção prestada”*.<sup>158</sup>

Em resposta aos pedidos de entrada dos judeus, que procuravam refúgio do nazifascismo, em 7 de junho de 1937, foi emitida a Circular Secreta n. 1.127, cujos

---

<sup>157</sup> LESSER, Jeffrey. op. cit., pp. 160; 166-167.

<sup>158</sup> TUCCI CARNEIRO, op. cit., p.170.

princípios anti-semitas persistiram durante toda a gestão do chanceler Oswaldo Aranha.<sup>159</sup>

Durante a atuação de Jorge Latour em Roma foram Ministros de Estado das Relações Exteriores no Brasil Oswaldo Aranha e, depois, Cyro de Freitas Valle.<sup>160</sup>

Durante o período no qual Jorge Latour encontrava-se na embaixada brasileira em Roma, Vincenzo Lojacono, como já dito, era o embaixador italiano no Brasil, substituído depois por Ugo Sola.<sup>161</sup>

Segundo o Anuário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1960-1961), consta que Jorge Latour atuou como Secretário e foi responsável pela imigração italiana para o Brasil durante três mandatos em Roma:

1/12/1931 a 3/4/1934.<sup>162</sup>

10/05/1937 a 30/12/1938.

10/10/1945 a 31/05/1946.<sup>163</sup>

Antes de analisarmos as idéias anti-semitas de Latour, vale reconstituir a sua trajetória como intelectual, diplomata e político, com o propósito de obter um perfil político-cultural que nos auxilie a compreender sua postura diante dos judeus perseguidos pelos nazi-fascistas.

Jorge Latour nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 11/7/1897 e faleceu em 23/10/1985.

---

<sup>159</sup> Ibidem, p.114.

<sup>160</sup> Cyro de Freitas Vale, primo de Oswaldo Aranha, encarregado de negócios entre Brasil e EUA em 1934, exerceu interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores em 1939 e em 1949, tendo sido ainda embaixador do Brasil na Bolívia em 1936-1937 e embaixador do Brasil na Alemanha (1939-1942). Rompidas as relações com o Eixo, devido à participação brasileira na 2ª Guerra Mundial, ele foi internado em Baden-Baden junto com os demais diplomatas brasileiros, ali permanecendo até outubro de 1942, quando retornou ao Brasil para servir na Secretaria do Estado. Foi embaixador do Brasil na Argentina em 1947-1948, no Chile entre 1952-1955 e na Organização das Nações Unidas (ONU) no período 1955-1960.

<sup>161</sup> Ugo Sola, diplomata italiano; embaixador da Itália no Brasil (1939-1942). Assumiu o cargo de embaixador italiano no Brasil a partir de março de 1939 (DBHB), substituindo Vincenzo Lojacono, que se incompatibilizara com o governo de Getúlio Vargas por ter abrigado o tenente Severo Fournier. Em 16/01/1942 ele enviou uma carta a Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, pressionando-o para que evitasse a ruptura das relações diplomáticas com a Itália, no que foi acompanhado pelos outros países do Eixo, a Alemanha e o Japão. No dia 28 do mesmo mês, no entanto, o Brasil rompeu suas relações diplomáticas e comerciais com esses países, sendo Ugo Sola obrigado a voltar para a Itália.

Em março de 1945, quando a Itália já não participava mais das operações militares do conflito mundial, a embaixada italiana no Brasil foi ocupada por Mário Augusto Martini, até março de 1953.

<sup>162</sup> Nos Anexos, documento com referência à presença de Latour em Roma.

<sup>163</sup> Anuário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Departamento de Administração, Divisão do Pessoal. Rio de Janeiro, 1960-1961. (DHBB Pós-1930. Idem. Volume V, p.5555)



Era filho de Paul Louis Latour (brasileiro e francês) e da francesa Maria Bedouch Latour. Formou-se em Veterinária e Direito pela Faculdade Nacional de Direito, destacando-se também como esportista na categoria de Remo (Clube de Natação e Regatas). Atuou como jornalista, em vários jornais, dentre os quais o *Imparcial*. Ingressou na carreira diplomática por concurso, vindo a exercer funções na Secretaria do Estado (Palácio do Itamarati) no Rio de Janeiro. Foi, também, secretário de Embaixada na Bolívia, Colômbia, México, Itália (três vezes) e Polônia. Ocupou várias vezes a função de Encarregado de Negócios, além de ter sido Ministro na Grécia e Finlândia junto às Representações Diplomáticas do Brasil. Foi Embaixador do Brasil no Panamá, na Bolívia, acompanhou até o Chile o presidente deposto que ali estava, asilado na Embaixada do Brasil. Teve atividades relevantes, como diplomata: participou da Delegação do Brasil à Conferência de Paz, após a Segunda Guerra Mundial; foi organizador das “Obras Completas do Barão do Rio Branco”, o paladino incansável da fundação do Instituto Rio Branco. O seu Plano de Comemoração do Centenário do Barão do Rio Branco foi transformado em realidade pelo Decreto-Lei 7.473, de 18/04/1945. Como ativista político: foi revolucionário contra o Governo do Presidente Arthur Bernardes, sendo preso político durante o ano de 1923.

No campo da Imigração foi Membro do Conselho Nacional de Imigração e, durante o governo Dutra, tornou-se Presidente do Instituto Nacional de Imigração. Atuou como organizador da Iª Conferência de Imigração e Colonização, em Goiânia, durante o governo de Coimbra (DATA). Tornou-se, também, patrono da Cadeira 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás<sup>164</sup>.

Antes de atuar em Roma, Latour passou quase um ano na Polônia, onde teve a oportunidade de ver, com os próprios olhos, o que ocorria com os judeus naquele país. Como Secretário da Embaixada Brasileira e Encarregado de Negócios do Brasil na Polônia entre 4 de maio de 1936 e 4 de março de 1937, este diplomata – sempre que teve a oportunidade mobilizou-se com o objetivo de promover um inquérito sobre a imigração judaica para o território brasileiro. Mas não estava sozinho nesta empreitada anti-semita; José Barreto de Barros e Pimentel, em 1936, em missão no Consulado Brasileiro na Polônia, alertava constantemente José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para o fato de serem os judeus “elementos perniciosos que os outros países repelem”. Na sua opinião, eram esses mesmos

---

<sup>164</sup> Resumo da biografia de Jorge Latour fornecida por seu primo Renato Latour Araújo.

elementos (classificados de “indesejáveis e nocivos à Polônia”) que estavam se dirigindo ao Brasil em busca de refúgio.<sup>165</sup> Nesta mesma época, Latour era o Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil na Polônia. Condenava, sempre que podia, a concessão de vistos aos judeus poloneses, com argumentos que remetiam à sua higiene e caráter. Segundo Tucci Carneiro, Latour procurou

*justificar seu preconceito contra os judeus poloneses, valendo-se de um levantamento fotográfico do gueto de Varsóvia. Das imagens que capta extrai observações de forma a provar as dificuldades de ordem racial, social, econômica e higiênica que representava para a Polônia o elemento israelita* 166.

Latour apresenta como traços dominantes da psique dos judeus “o amor ao dinheiro que se traduz na avidez pelo lucro; o nomadismo; o espírito subversivo”. Para ele, o judeu “seria um anti-social latente: cuja moral fundamenta-se na hipocrisia; a avidez pelo lucro lhe teria desenvolvido a ‘bossa comercial’ (propriedade de todas as raças semitas) que lhe causaria atrofia profissional, tendo que se dedicar assim às profissões parasitárias”.<sup>167</sup>

Para impedir a proliferação do mal, Latour aconselhava:

- 1 - Uma distribuição de instruções imediatas, de caráter provisório, às missões do Brasil no exterior para a seleção e controle da imigração dirigida para o Brasil, da Polônia e de outros países;*
- 2 - Normas especiais para proibição da entrada de judeus em território nacional;*
- 3 - Inquérito imediato no território da República, averiguando a situação, atividade, distribuição e localização dos judeus entrados nestes últimos dez anos;*
- 4 - Inquérito sobre a legalização da situação, atividades e métodos de trabalho das entidades judaicas;*

---

<sup>165</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. op. cit., p. 32

<sup>166</sup> Ofício de Jorge Latour, Encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia, para Mario de Pimentel Brandão, ministro interino das Relações Exteriores. Varsóvia 19.4.1937. Em Maço 9600. AHI. Documento citado em nota n. 148 por Carneiro, Maria Luiza em op. cit., p. 237.

<sup>167</sup> Estudo sobre a Emigração Israelita da Polônia para o Brasil. “Considerações Inactuaes e Observações Actuaes a propósito deste Mal” por Jorge Latour, 1936 (pp. 6,7 e 12), anexo ao Ofício de Jorge Latour, Encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia, para José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores. Varsóvia, 8.11.1936. Em *MDB, Ofícios Recebidos*, out. 1936 a 1937. AHI. Citado na nota nº 145 no livro de CARNEIRO, Maria Luiza, op. cit, p. 236.

5 - *Elaboração de uma nova lei sobre a imigração.*<sup>168</sup>

Além de sugerir medidas práticas, Latour deixa explícito que o Brasil estava-se tornando o “escondouro dos guetos poloneses”.<sup>169</sup>

Junto ao *Estudo sobre a Emigração Israelita para o Brasil* (nota 32), Latour anexou nove fotos dos bairros judaicos de Varsóvia retratando a pobreza, a doença, a sujeira e a feiúra dos judeus, como um alerta para o tipo de imigração que poderia chegar ao Brasil. Este documento serviu também de referência para outros estudos e despachos sobre a questão judaica naquela época. Trechos inteiros deste documento apresentado “oficialmente” por Jorge Latour repetem-se entre a maioria das autoridades diplomáticas brasileiras, tão anti-semita como Latour.<sup>170</sup>

Estas considerações serão retomadas durante sua missão diplomática em Roma.

Jorge Latour foi transferido para Roma, em maio de 1937. Nesta mesma época, é importante lembrar, o governo Vargas editava a primeira circular secreta anti-semita, em vigor desde julho de 1937.

A Circular Secreta n.º 1127 estipulava: “*Fica recusado visto no passaporte a toda pessoa de que se saiba, ou por declaração própria, ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem étnica semítica...*”. Outras tantas circulares foram sendo emitidas com o objetivo de controlar e impedir a atribuição de vistos aos refugiados do nazismo. Estávamos em pleno Estado Novo, período de intensa repressão aos comunistas e estrangeiros, em geral, além de afunilamento da censura que proibia a circulação de idéias ditas “perigosas”.

Latour estava em Roma desde o dia 10 de maio de 1937. O embaixador do Brasil nesta época era Adalberto Guerra Duval,<sup>171</sup> no posto desde 1935. Latour ocupava o cargo de

---

<sup>168</sup>Idem, pp.36-40.

<sup>169</sup>Ibidem, p.48.

<sup>170</sup>CARNEIRO, Maria Luiza, idem. p. 238.

<sup>171</sup> Adalberto Guerra Duval (1872-1947), diplomata. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual formou-se em 1892. Ingressou na carreira diplomática em 1895 como Segundo Secretário da delegação brasileira em Assunção, Paraguai. Passou a atuar sempre como Segundo Secretário, encarregado de negócios e Primeiro Secretário nas embaixadas de vários lugares na Europa e na América Latina: São Petersburgo, mais vezes em Assunção, Buenos Aires, Lisboa, Londres, Haia. Foi o primeiro representante diplomático do Brasil na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial (1920-1933). Foi nomeado embaixador em Lisboa em setembro de 1933, exercendo o cargo até 1935. Foi transferido, sempre como embaixador, para a Itália, onde permaneceu até 1939, quando se aposentou, voltando para o Rio de Janeiro. Faleceu em Petrópolis em 1947. À margem de sua atividade diplomática, colaborou como escritor em várias gazetas e revistas, geralmente com versos. Publicou “Palavras que o vento leva”... (1900) e deixou inéditos um volume de versos e dois de prosa. Contemporaneamente a este seu lado

Segundo Secretário juntamente com outros dois colegas. No ano seguinte (1938), Latour passou a Primeiro Secretário Classe L. Mas ele não ficou muito tempo em Roma, pois em 9 de maio de 1939 assumiu um posto na Embaixada do Brasil no México. Para o historiador Fábio Koifman, esta

*evolução funcional de Latour dentro do Ministério das Relações do Exterior ao tempo de Aranha não sugere que, depois de escrever suas linhas de ódio, tenha recebido do ministro algum tratamento especial ou vantagem. Bogotá e Cidade do México, definitivamente, não eram os postos mais cobiçados pelos diplomatas, mesmo em tempo de guerra na Europa.*<sup>172</sup>

Em Roma não havia guetos desde 1870 e os judeus circulavam livremente pela cidade. Eram difíceis de serem distinguidos no meio dos não judeus, pois não usavam, e nunca usaram, trajes diferentes dos demais italianos, não deixavam crescer a barba e cortavam os cabelos conforme a moda. Como profissionais liberais, ocupavam lugares importantes na sociedade italiana, como professores e médicos em plena atividade, comerciantes ou até mesmo como simples empregados. Esta situação seria alterada com as leis raciais em meados de 1938.

Diante deste novo cenário, Jorge Latour foi encarregado pelo então embaixador da Itália, Adalberto Guerra Duval (1872-1947),<sup>173</sup> de organizar um estudo sobre a presença dos judeus na Itália, a ser enviado para o chanceler Oswaldo Aranha. Latour deveria reunir documentos expressivos da campanha anti-semita preparada pelo governo fascista italiano.

Para Adalberto Guerra Duval, o que estava sendo feito contra os judeus italianos era, na sua opinião, *um tema de inegável importância para o nosso país.*<sup>174</sup>

*Qualquer que seja o ponto de vista dos Governos e da opinião mundial a respeito é, sobretudo, útil que um país em formação como o Brasil conheça a fundo o problema*

---

literário, poético, existia o lado obscuro de um anti-semita que, em 19 de agosto de 1938, quando embaixador brasileiro em Roma, incumbiu um funcionário da embaixada, Jorge Latour, de preparar um estudo especial sobre a campanha racista na Itália.

<sup>172</sup> Colaboração de Fabio Kaufman; conforme e-mail enviado a mim em agosto de 2004.

<sup>173</sup> Embaixador no período 1935-1939.

<sup>174</sup> AHI-Ofício N. 203. *Campanha racista*. 640. 16 (96), encaminhada, pelo embaixador em Roma, Adalberto Guerra Duval, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr, Doutor Oswaldo Aranha.

*semita em seus diferentes aspectos, para que possa orientar-se com segurança, mantendo uma lúcida equidistância entre as correntes que se extremam no trato da fundamental questão. (...) a fim de salvaguardar os interesses primordiais da nação, tão sacrificada em sua formação racial por contingentes étnicos que se não caldeiam, e que constituem mais um problema político e sociológico dentro das nossas fronteiras.*<sup>175</sup>

Através de seus comentários Latour instigava o Brasil a seguir a mesma direção. Estes documentos foram produzidos até maio de 1939, quando então foi transferido para a embaixada do Brasil no México. Após a guerra, já no Brasil, Jorge Latour tornou-se Presidente do Conselho Nacional de Imigração em 1947 e, nessa condição, foi um dos mentores de duas novas Circulares Secretas que restringiam a entrada de judeus.

Junto com os dois estudos produzidos por Jorge Latour, encontramos vários documentos que, segundo este diplomata, seriam de interesse do governo brasileiro.

Ao tempo da redação de Latour, a máquina industrial da morte nazista ainda não estava funcionando. Será que não mudou suas idéias depois de 1945, como aconteceu com alguns diplomatas, como Vasco Leitão da Cunha?

Mapoteca Histórica do Ministério das Relações Exteriores

Com o auxílio da Adepta à Mapoteca: Maria Marlene

AHI – duas fotos de Jorge Latour

---

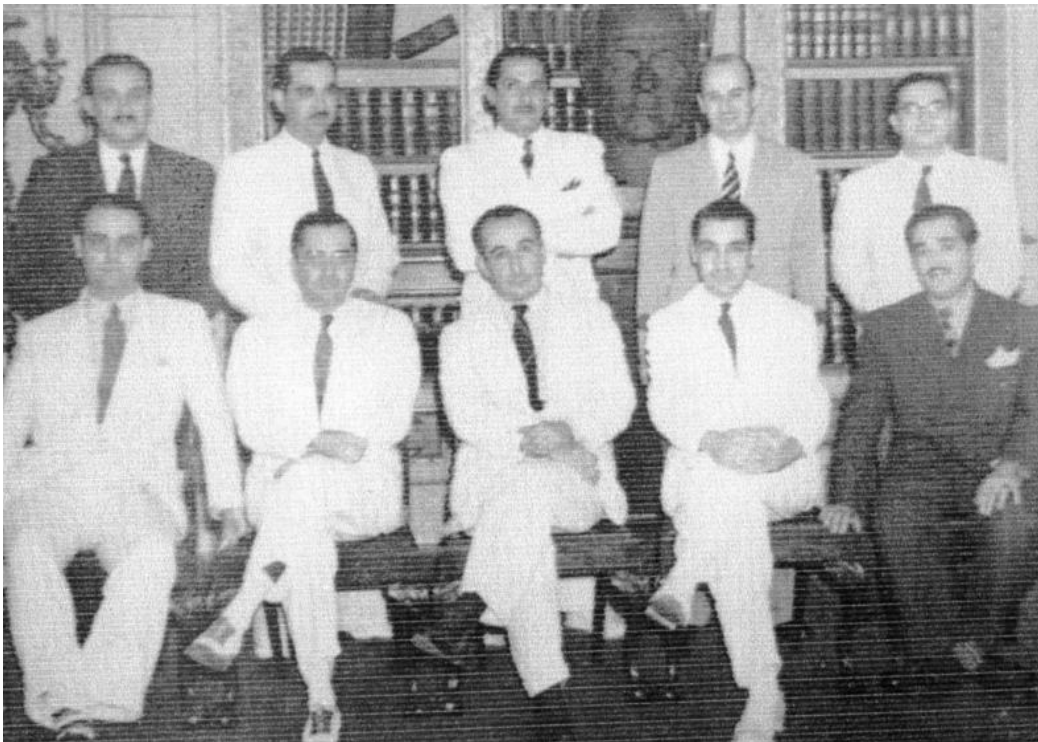
<sup>175</sup> AHI-Ofício N. 272. *A questão racial na Itália.*

<p>N. 1.</p> <p>Fotografia extraída do Noticiário do Panamá.</p> <p>Vide Anuário do MRE – 1964 e 1966, 269.</p> <p>Classificação: 10-9-2; Instituto Inventário 10288</p> <p>Homenagens – Condecorações brasileiras – Outorga - Entrega</p>	<p>Foto de grupo por ocasião da entrega da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul aos srs. Aquilini E. Boyd, ministro das Relações Exteriores, Manuel Mandes, chefe da seção de Organismos, Conferências e tratados internacionais Embaixada do Brasil-Panamá, 1960.</p> <p>Jorge Latour é a pessoa à direita do Senhor que lê um documento</p>
<p>N. 2</p> <p>MRE</p> <p>Classificação: 5-4-5; Ensino- Instituto Inventários 12643 Rio de Janeiro 1944</p>	<p>Salão de leitura da Biblioteca. Foto em grupo durante a formatura da Primeira Turma dos alunos do 1º Curso de Prática Consular, no Palácio Itamarati, 12-1944.</p> <p>Presentes na foto:</p> <p>Ruy Barreto, Jorge Latour, então chefe do serviço de Documentação (ao centro sentado), Murilo de Miranda Bastos, então chefe da mapoteca (esquerda Latour), Embaixador Antonio Azevedo de Silveira (na ocasião 3º secretário)</p>

Foto n°1



Foto n° 2





MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI

04387/6

Roma, li 26 apr. 1937 Anno XV.

Signor Ambasciatore,

Ho l'onore di prendere atto della Sua Nota n. 44 del 7  
c. r. con cui Vostra Eccellenza si è compiaciuta comunicarmi che  
il Secondo Segretario, Signor Dr. Jorge Latour, è stato destinato  
a prestar servizio presso l'Ambasciata degli Stati Uniti del Bra-  
sile.

Nel ringraziarla della cortese comunicazione mi è gradi-  
to rinnovarle, signor Ambasciatore, i sensi della mia più alta  
considerazione.

(a) Ciano.

A Sua Eccellenza  
il Signor Adalberto Guerra-Duval  
Ambasciatore del Brasile

ROMA.

Reg. a fls. 157.

Confere:

*A. de Vito*

Conforme:

*[Signature]*





Oswaldo Aranha (1894 – 1960)



Getúlio Vargas (1882 – 1954)

## 2 - 3- Motivos e descrição dos relatórios

A elite política do Estado Novo, em sua maioria, rejeitava a entrada de judeus baseando-se numa argumentação teórica muito em voga nas décadas de 1930 e 1940: . De fato, a Conferência de Evian (6 de julho de 1938), convocada pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt para discutir o problema dos refugiados judeus, não obteve grandes resultados. O motivo foi que os 32 países que se encontraram em Evian-les-Bain foram relutantes em aceitar judeus refugiados. Sempre neste período, como comenta Jorge Latour na página n.1 de seu primeiro relatório, houve o maior surto de anti-semitismo de todos os séculos.

De fato, no magma ideológico-político do nacionalismo alemão e italiano, até a véspera da Segunda Guerra Mundial, misturaram-se várias correntes multiformes: a antropologia racial obcecada pela idéia de um domínio “ariano”, o darwinismo social fundado sobre o conceito de “seleção natural” e a “eugenia”<sup>176</sup> dos mais fortes, cujas correntes mais radicais projetavam utopicamente a fabricação artificial de uma espécie superior.<sup>177</sup>

No Brasil, o argumento principal era o projeto de povoamento executado pelo Conselho de Imigração e Colonização e diretamente subordinado à Presidência da República. Esse projeto de ocupação do território nacional foi levado adiante por Vargas, numa versão renovada das idéias do branqueamento.

Neste contexto devem ser analisados os dois relatórios organizados por Jorge Latour, por determinação do Embaixador em Roma Adalberto Guerra Duval, e enviados para Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores desde 1937.

O 1º relatório, de 15 páginas, inicia com a transcrição dos dez “mandamentos” do *Manifesto della Razza*, que, pelo tom autoritário com que são escritos, lembram o decálogo bíblico de Moisés<sup>178</sup>.

---

<sup>176</sup> No Brasil, o termo “eugenia” tornou-se freqüente nos discursos acadêmicos e políticos, expressando ideais comuns ao fascismo italiano, que trazia entre os seus objetivos a “eugenia da raça” pregada como necessária para a construção de uma nova Itália, de um povo forte e vigoroso nos esportes e com o pensamento concentrado no futuro da pátria. Teórico da eugenia foi Francis Galton, que defendia a necessidade de o Estado formular um plano com o objetivo de selecionar jovens aptos a procriar os mais capazes. Propunha a escolha de uma boa raça (a mais pura) ou do bom nascimento (defendia a esterilização de doentes, criminosos, judeus e ciganos).

<sup>177</sup> TRAVERSO, Enzo. Introduzione. In *Storia della Shoah. La Crisi dell'Europa, lo Sterminio degli Ebrei e la Memória del XX secolo*. Simon Levis Sullam e altri autori (org). Torino, UTET, 2005, p.7.

<sup>178</sup> Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Roma, 2 de setembro 1938. *A Questão Racial na Itália. Breve relatório organizado pelo Senhor Secretário Jorge Latour por determinação do Embaixador*.

Jorge Latour procura comentar na qualidade de testemunha ocular dos fatos:

*A iniciativa e o conteúdo dessa declaração tiveram enorme repercussão no país e no estrangeiro (...) Nos grandes centros de debates políticos e jornalísticos da Europa e da América foram enviadas as medidas para proteção da raça e os mandamentos do Manifesto della Razza, comentados já com serenidade, já com paixão e mesmo com as cores vivas do extremismo (...) coincide em ordem cronológica, de um lado com a conferência de Evian e, de outro, com o maior surto anti-semita de todos os séculos<sup>179</sup>.*

O Manifesto da Raça traz até nós o discurso oficial do governo fascista, dedicado a construir a imagem estigmatizada do negro e do judeu. Esta imagem, aos poucos, foi endossada pelo povo, que passou a considerar a própria raça itálica “ariana” e os negros, por motivos raciais (cor da pele) e pela sua religião, também, inferiores. O art.9 reafirmava que os judeus não pertenciam à raça italiana e, segundo o art.10, os caracteres físicos e psicológicos puramente europeus dos italianos não deveriam ser alterados. Segundo o Manifesto, deveria ser evitada a formação de uma “raça bastarda”, ou seja, de um segmento de mestiços (nem europeus nem africanos) portadores de elementos desintegradores da raça pura.

*(...) para evitar a catastrófica praga da mestiçagem, ou seja, a criação de uma raça bastarda nem européia nem africana, que fomentará a desintegração e a revolta, não são suficientes as leis severas e aplicadas pelo fascismo, é necessário também um forte sentimento, um forte orgulho, uma clara, onipresente, consciência racial.<sup>180</sup>*

O primeiro relatório – escrito em 29 de agosto de 1938, enviado em 20 de setembro por A. Guerra Duval e registrado com o número 13.714 pela secretaria do Ministério do Exterior em 18 de outubro de 1938 - é um registro expressivo do olhar destes diplomatas, testemunhas da campanha e da ação anti-semita endossada pela Itália. Este relatório se fez acompanhar do Ofício N. 229, assinado pelo mesmo Duval, em data de 29 de setembro de 1938, sobre a questão racial na Itália. O embaixador brasileiro em

---

Roma 29.VIII.38. Documento anexo ao Ofício nº229, Reservado. Assinado pelo embaixador Ad. Guerra-Duval e endereçado a Sua Excelência o senhor Doutor Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 20 de setembro de 1938. 640.16 (96).

<sup>179</sup> Relatório citado, p. 1.

<sup>180</sup> Idem, p.2.

Roma insistia, neste Ofício, na preservação racial no Brasil, problema que preocupava o Governo e segmentos da elite intelectual brasileira. Eram anexados, também, recortes de jornais e exemplares de uma revista ilustrada da imprensa italiana.

Precederam o Ofício 229 dois outros, sempre assinados por Guerra-Duval e endereçados a Oswaldo Aranha:

Ofício nº 203, de 16 de agosto do mesmo ano, onde o ministro das Relações Exteriores era informado de que o Governo italiano, endossando inclinações do PNF, estava encetando uma campanha racista, com a finalidade de preservar a raça itálica. Esta campanha, que estava tendo uma grande repercussão no exterior, compreendia, também, um programa anti-semita apoiado em fundamentos de ordem racial e social. Para o embaixador brasileiro na Itália tratava-se de um tema de inegável importância para o Brasil, razão pela qual havia incumbido um funcionário daquela Embaixada de preparar um estudo especial sobre o assunto, o qual, oportunamente, seria remetido àquela Secretaria de Estado. Fica evidente que a intenção de Duval era de informar e convencer Oswaldo Aranha, assim como a Vargas, que o Brasil deveria assumir uma posição contra os judeus, a fim de preservar a nação das raças indesejáveis ou inassimiláveis.<sup>181</sup>

O Ofício nº 225, *A Política racista na Itália*, de 20 de setembro de 1938, tinha em anexo um recorte do jornal *Il Popolo d'Italia*, de 13 de setembro, com o texto do Decreto-lei nº1.381, de 7 de setembro de 1938, que determinava a expulsão dos judeus estrangeiros chegados à Itália depois de 1º de janeiro de 1919. Esta mudança faria aumentar o número de judeus que se tornariam imigrantes ilegais em 1º de janeiro de 1938. (...)

Podemos fazer uma comparação entre este Decreto-lei e as ordens dadas por Francisco Campos sobre a imigração durante o Estado Novo: os vistos temporários de três meses não poderiam mais ser renovados. Assim, por volta de meados de novembro de 1937, entre seiscentos e mil e cem judeus alemães, talvez de 10 a 15% do que viviam no Brasil, haviam recebido notificações de que seriam deportados em 15 de dezembro.<sup>182</sup>

Cabe investigar se estas ordens foram realmente executadas, pois, certamente, causaram pânico e medo entre aqueles que faziam parte da comunidade recém-formada dos refugiados judeus no Brasil.<sup>183</sup>

---

<sup>181</sup> Ofício nº 203, Campanha Racista. 640.16 (96) AHI. Enviado por A. Guerra Duval, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Roma 16 de agosto de 1938.

<sup>182</sup> LESSER, Jeffrey, op. cit., p. 181.

<sup>183</sup> Esta pesquisa está sendo desenvolvida por Mariana Cardoso Ribeiro, que, para sua tese de doutorado em História Social, investiga os casos de deportação e expulsão do Brasil, no período 1937-1945.

O relatório preparado por Latour dá uma idéia geral do pensamento fascista em relação ao racismo e aos seus aspectos, considerando os interesses raciais italianos.

### *Temas tratados no 1º Relatório*

Sintetizando, os temas, objeto da atenção de Latour no 1º relatório, foram:

- A insistência de Mussolini no tema do racismo que, contrariamente ao que vinha sendo afirmado nos ambientes do exterior, já “existe a partir de 1919”. Em seu discurso durante o Congresso do Partido, que aconteceu em Roma em novembro de 1921, Mussolini declarou explicitamente: “entendo dizer que o Fascismo tem que se preocupar com o ‘problema da raça’, os fascistas têm que se preocupar com a ‘saúde da raça’ com a qual se faz a História. Se o problema da raça ficou, por alguns anos, em estado de latência, isto aconteceu porque outros problemas urgentes deviam ser resolvidos. Mas a conquista do Império tem posto em primeiro plano a questão racial. (...) Para evitar a catastrófica praga dos mestiços, ou seja, a criação de uma raça bastarda nem européia, nem africana, que fomentará a desintegração e a revolta, não são suficientes as leis.... é necessário também um forte sentimento, um forte orgulho, uma clara, onipresente, consciência de raça. Discriminar não significa perseguir... Como foi declarado na nota nº 14 da Informação diplomática, e como se repete hoje, não há algum plano especial persecutório contra os judeus.... que sempre se consideraram pertencentes a um outro sangue... a uma outra raça.... e que foram sempre e em qualquer lugar os apóstolos do mais integral, intransigente, feroz e, de um certo ponto de vista, admirável racismo.

Os pontos básicos, indicados pelo *Istituto Nazionale di Cultura Fascista*, a serem observados no estudo do tema racista erigido pela política nacional foram:

a individuação dos caracteres típicos e permanentes da raça italiana desde o Império romano até hoje;

a imposição, continuidade e desenvolvimento da ação do Regime em defesa da raça;

os novos aspectos do problema racista depois da conquista do Império;

- a consciência do problema racial em função da autarquia espiritual da nação;

- a apresentação de um amplo programa de higiene social como corolário do acontecimento social da IX Feira do Levante em Bari;

a fundação em Roma de uma revista especializada no assunto: *La Difesa della Razza*.

Na página 3 do citado relatório, Latour faz um comentário de grande importância para entender sua atitude para com os judeus:

*(... os judeus) sempre e em qualquer lugar foram os apóstolos do mais integral, intransigente, feroz e, de uma certa forma, admirável racismo; sempre se consideraram pertencentes a um outro sangue, a uma outra raça e se auto-proclamaram “povo eleito” e sempre forneceram provas de sua solidariedade racial acima de qualquer fronteira.*<sup>184</sup>

Utilizando-se a metáfora do sangue, os judeus são acusados e, ao mesmo tempo, elogiados por sua “solidariedade racial”. Persiste a idéia de que eles se consideravam o povo eleito, afirmando a superioridade do próprio sangue judaico. Neste caso, o sangue representaria o elemento aglutinador, enquanto a solidariedade racial era interpretada como a força de uma futura nação judaica. Mas tais predicados não inibiam o pensamento racista que classificava o judeu como uma raça infecta que, como tal, teria que ser afastada ou excluída para evitar a contaminação dos arianos. Enfim, o processo contínuo de “arianização” da população era bem-vindo pelos italianos e brasileiros.

Com o objetivo de fortalecer seus argumentos, o diplomata brasileiro se reporta a alguns trechos de artigos da imprensa, escritos por personalidades anti-semitas. Acompanhando o discurso destes notáveis, temos a oportunidade de conhecer distintos pronunciamentos a respeito das raças puras e impuras. Para o senador Nicolò Pende<sup>185</sup>, segundo artigo publicado pelo *Il Popolo d'Italia* em 31 de julho de 1938, o fascismo

*(...) reconhece um tipo itálico de raça como tipo espiritual (conforme a teoria já citada de Julius Evola) com base biológica. Para gênese deste tipo concorreram vários elementos raciais originários, no curso da história, e fisicamente e logicamente não é outra coisa que a progênie de Roma. (Ele fala de “autarquia dos valores étnicos”.)*<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> Relatório citado, p.3.

<sup>185</sup> O Senador dr. Nicolò Pende era diretor do Istituto di Patologia Speciale Medica da Universidade de Roma e fundador de um Instituto Biotipológico Orogenético que tinha a finalidade de proteger a criança, a mulher, o trabalhador e a raça.

<sup>186</sup> Relatório citado, p. 5.

São também usados fragmentos de um artigo de Giorgio Pini<sup>187</sup> – “Coscienza di Razza” – no jornal *Il Popolo d'Italia* no dia 3 de julho de 1938. Este – baseando-se na afirmativa de Pende de que há muitos séculos nenhuma contribuição de outras raças digna de relevo veio abastardar a italiana – afirma que existe uma raça italiana, pertencente ao grupo ariano, com um patrimônio próprio de genialidade, civilização, energia, tradições, de características psíquicas e morais que cumpre preservar e potencializar se desejamos falar seriamente de romanidade e Império. Em 5 de agosto de 1938 publicou o artigo “Orgoglio di razza” no jornal *Il Popolo d'Italia*, recortado e anexado ao relatório de Latour. Neste artigo, Pini exalta o valor e as glórias imorredouras da estirpe italiana e confunde, como todos os seus compatriotas fascistas, a italianidade com a romanidade.

(...) A raça deve ser defendida não somente com discursos, mas, com providências concretas que não significam absolutamente perseguições ferozes, mas, sim, limitação de influências estranhas na tutela da integridade do sangue e das idéias, de todas as insídias, de todos os desvios.... A finalidade desta diretriz agora, definitivamente fixada, é a formação de um orgulho de raça, fator moral essencial do imperialismo fascista como de todos os imperialismos vivos e vitais.<sup>188</sup>

Assim como no Brasil, a campanha italiana racista de 1938 tinha raízes próprias no fascismo e não era uma cópia ou obediência à orientação germânica. Um discurso pronunciado em 1936 explicava que: (...) “têm direito ao Império os povos fecundos, os que têm orgulho e a vontade de propagar a raça a que pertencem sobre a superfície da terra, os povos viris no sentido mais estreitamente literal do vocábulo”.

Outro fragmento é de um artigo do jornalista Virginio Gayda, diretor do *Il Giornale d'Italia* – “Porte chiuse negli Stati Uniti” (Portas fechadas nos EUA) – publicado por este jornal em agosto de 1938. Neste artigo Gayda faz uma exposição sucinta e clara da política racial norte-americana, especialmente contra a *infiltração nipônica e a imigração de procedências indesejáveis*. Em um outro artigo, de 4 de fevereiro de 1939, sublinhava a completa solidariedade entre Roma e Berlim, com particular

---

<sup>187</sup> Giorgio Pini era diretor do jornal de Bolonha, *Il Resto Del Carlino*, que, depois do dia 8 de setembro de 1943, aprovou a decisão do governo fascista colaboracionista de entregar os judeus aos alemães, para serem deportados e eliminados nos *lager*.

<sup>188</sup> Relatório citado, p. 9.



referência à luta comum contra os judeus. “A coincidência da política racial da Itália e da Alemanha pode ser explicada pela afinidade de suas espontâneas ideologias e dos seus regimes autônomos.”<sup>189</sup>

- o perigo da miscigenação das raças é tomado a Francesco Scardaoni<sup>190</sup>. No artigo “La coscienza razziale e l’Impero”, publicado no jornal *Tribuna* de 4 de agosto de 1938, o jornalista afirma:

*(...) o perigo da miscigenação das raças, desenvolvida pela orientação judeu-comunista, por meio de uma propaganda deletéria nas colônias, contra as potências imperialistas, sob falsos princípios humanitários, segundo os quais todas as raças são iguais. Assim pretendem estes converter os colonizadores em colonizados.*<sup>191</sup>

- Outro fragmento é extraído de um artigo de Carlo Giglio<sup>192</sup> – “O Prestígio da Raça” – publicado pelo jornal *Il popolo d’Itália*, de 1 de agosto de 1938, no qual o autor aborda a questão das relações entre os colonizadores e os colonizados, tema de real importância depois da criação do Império, que deveria enviar, para a África, *dirigentes e administradores que empreendam uma colonização demográfica, baseada na presença e no prestígio da raça branca em pleno domínio africano. Querem para isto, dar ao branco colonizador em contacto com o indígena uma consciência do superior justo, dominador, conquistador, de modo a não se fundir e destruir-se no meio ambiente.*

-a igreja (Pio XI) tomou posição contra o movimento racista, dizendo, entre outras coisas, *que o gênero humano, todo o gênero humano, é uma só, grande universal raça humana...*

---

<sup>189</sup> MICHAELIS, Meir. *Mussolini e la questione ebraica. Le relazioni italo-tesche e la política razziale in Itália*. Milano, Ed. di Comunità, 1982, p.276.

<sup>190</sup> Francesco Scardaoni, escritor e jornalista. Em seus escritos, como no texto *I Disgregatori*, reprova os judeus por nutrirem intenções malévolas contra a civilidade ariana.

<sup>191</sup> Relatório citado, p. 8.

<sup>192</sup> Carlo Giglio era Diretor do *Museo Coloniale* de Roma, chamado de *Museo Africano* a partir de 1972. O museu surgiu com o propósito de divulgar os aspectos econômicos, de investimento e comércio das colônias, para criar um imaginário coletivo ao redor das terras do Magreb e suscitar consensos com relação à política colonial italiana. Carlo Giglio, especialista em historiografia africanista italiana, reconheceu três correntes historiográficas principais relativas a este assunto: 1) uma corrente rigorosamente científica; 2) uma outra de historiografia colonial; 3) uma corrente político-ideológica moralista, dominante naquele período na Itália. Relativamente a esta terceira corrente ele escreveu o livro *A política africana da Inglaterra no séc. XIX*. Padova, Ed. Cedane, 1950. É autor também de outros textos e recolheu uma grande quantidade de documentos relativos ao colonialismo italiano na África, guardados no Museu Africano.

A despeito da atitude do Vaticano, o órgão nacionalista *Portugal* (12 de agosto) “estendeu-se em argumentações sobre a maçonaria, inimiga capital da Igreja, de origem e orientação judaica”.

- Outro fragmento ainda era de um artigo de Giovanni Papini<sup>193</sup> – “Discorsetto ai Cattolici” (Breve discurso aos católicos) – publicado na revista *Frontespizio*, em reação à atitude da Igreja. Papini sustentava: (...) *A experiência demonstra que os católicos, enquanto homens religiosos, podem ter uma grande influência sobre a política da pátria, desde que não procurem interferir na política concreta e contingente do governo.... A política diária de uma grande nação, obra de arte e às vezes de gênio, de graves compromissos e de tremenda responsabilidade, não pertence aos católicos enquanto católicos....*

- Enfim, o *Giornale d'Italia* de 6 de agosto de 1938, no artigo “La razza nel pensiero di Mussolini”, faz um resumo das passagens dos discursos e escritos, a começar de 1917, tendendo a demonstrar que a campanha naquele momento tinha raízes próprias no fascismo e não era uma cópia ou obediência à orientação germânica.

Jorge Latour continua seu Relatório afirmando que:

*Passadas as primeiras emoções da publicação do Manifesto de 26 de julho, assinado pelos intelectuais, começaram a definir-se melhor os contornos do movimento racista, de maneira a ver-se que foi realmente criada uma política racial, com natureza definida, método e limites, pela qual se vê que ela difere da política germânica, não sendo, porém, essa diferença fundamental; e que, por outro lado, em muitos dos seus aspectos, ela não vai mais longe do que a dos países que se dizem liberais democráticos e criticam acerbamente exageros, reais ou não, dos países totalitários.*

Jorge Latour, por seu lado, exprime uma justa opinião sobre a idéia de uma raça pura italiana:

---

<sup>193</sup> Giovanni Papini (Firenze 1881-1956), escritor. Foi nacionalista e intervencionista, céptico e depois apologista do cristianismo.

É bastante fantasista quando procura fazer crer na existência da pureza racial nesta península de imemorial e intensa elaboração histórica, de caldeamentos heterogêneos, onde tantos e tantos povos se superpuseram em meio às vicissitudes dos milênios e dos séculos. Aliás, apenas no tom um pouco menos pretensioso do movimento italiano em face do germânico se encontra a distinção entre ambos. No resto, são mais ou menos as mesmas as preocupações de sangue, em Roma como em Berlim.

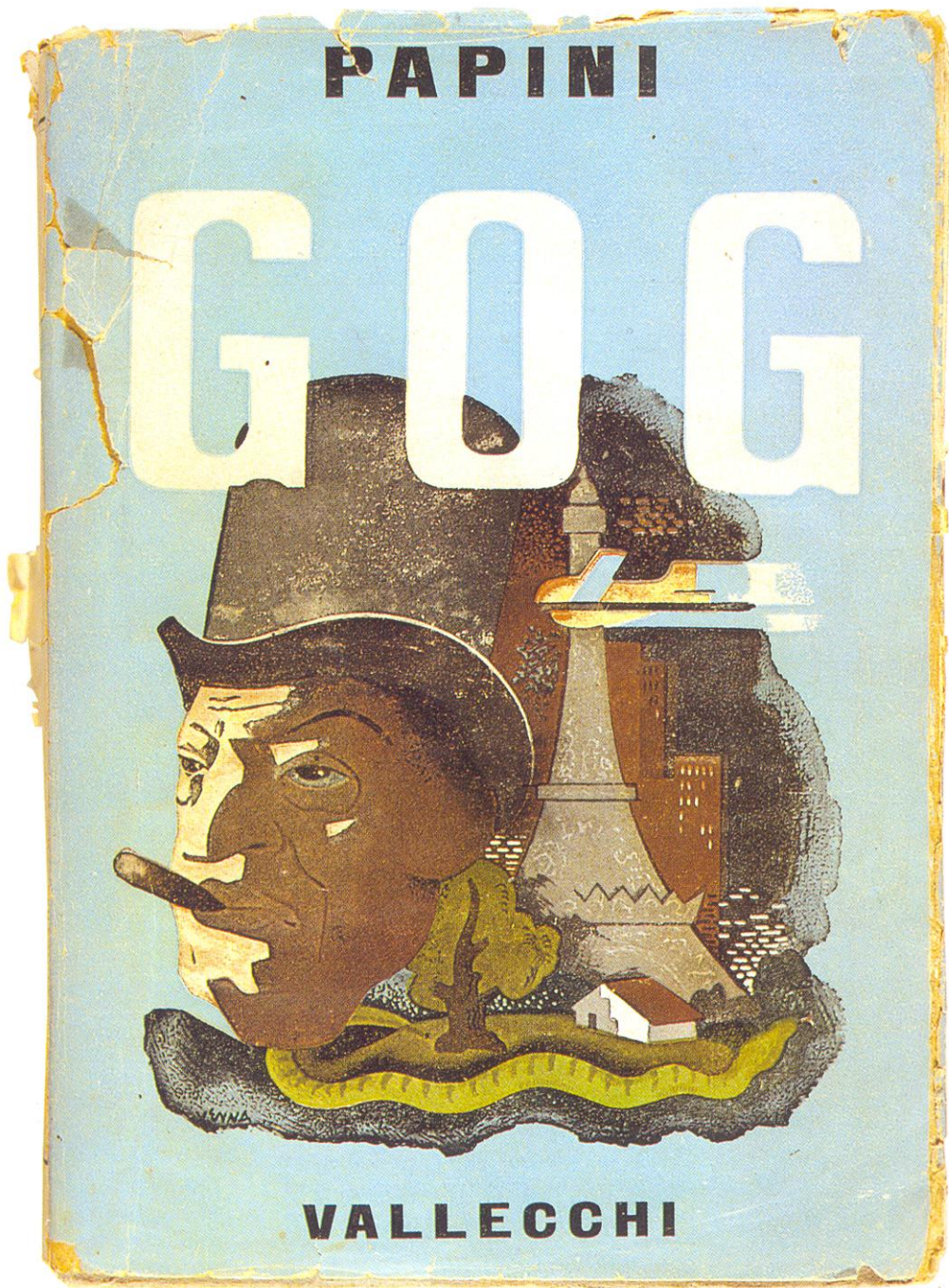
*Latour admite que o movimento racista não teria levantado tanta celeuma se nele não estivesse inscrito o grave e ingrato problema semítico. Os dirigentes do PNF teriam encomendado esta revolta contra a minoria hebraica italiana. Do outro lado, a coincidência do hebreu nas hostes e na direção das organizações antifascistas teria sido o fator principal. O autor do Relatório põe em evidência:*

que bem antes que se tornassem notórias as medidas do hitlerismo contra os israelitas, já se formava, a pouco a pouco, uma literatura anti-semita, de que são exemplos mais conhecidos os livros de Paulo Orano<sup>194</sup> sobre os hebreus na Itália e as páginas magistrais de Papini em *Gog sobre o racismo*<sup>195</sup>.

---

<sup>194</sup> ORANO, Paolo. *Gli ebrei in Itália*. Roma, Pinciana, 1937. Neste livro, que iniciava o debate sobre “a questão judaica” na Itália, Orano discriminava os judeus, sionistas ou não, incluindo também os que haviam feito parte do PNF. Ele, que não era um representante da Igreja Católica, mas um homem de regime, põe em evidência a continuidade entre a sua posição anti-semita e o antijudaísmo de tradição católica. Os judeus são apresentados neste livro com os piores estereótipos e acusados de serem eles os verdadeiros racistas, convencidos desde sempre de representar uma “raça intelectualmente superior”. Catálogo da exposição: *La Menzogna della Razza*. Bologna, Grafis editora, 1994, p. 272.

<sup>195</sup> PAPINI, Giovanni. *GOG*. Firenze, A. Vallecchi Editore, 7ª ed., maio de 1943. Papini chegou ao catolicismo e ao fascismo depois de um desordenamento filosófico. Neste livro, Papini conta ter conhecido em um manicômio um “monstro”, nascido no Hawaii de uma mãe índia e de um pai de raça branca. É este um bilionário de nome Goggins, dito Gog, cínico, sádico, maníaco, semi-selvagem, no qual ele reconhece uma espécie de símbolo da falsa e bestial civilização cosmopolita.



*Conforme a perspectiva de Jorge Latour, a política racista e anti-semita italiana não parecia ter a tendência de permanecer no terreno retórico, tanto que o governo fascista já estava preparando o censo dos israelitas, agora calcado no sangue e não na religião como critério diferencial. Com o censo o chefe do PNF, Mussolini, estava convencido de apurar um número de judeus muito superior aos 44.000 declarados.*

*Também a ação da Igreja Católica – que se manifestava contra o racismo italiano no que ele apresentava de agressivo, condenando-o nos aspectos que podiam ser interpretados como uma perseguição à raça judaica – foi controvertida, seja pelas palavras do Duce, “Que vocês saibam e que cada um saiba que também na questão da raça nós seguiremos em frente”, seja pela imprensa. De fato, muitos jornais deram publicidade então*

às tremendas perseguições sofridas pelos judeus ao tempo de certos Papas e à miséria em que viviam em Roma, enclausurados no gueto pelas autoridades pontifícias. E o “Meridiano” de Roma sustentou a tese que existe até hoje um racismo da Igreja, pondo em relevo que nunca houve no seio do Sacro Colégio um Cardeal de cor e que o trono de São Pedro sempre foi ocupado por branco.

Um Ofício, o nº 239, datado de 14 de outubro de 1938, se seguiu ao 1º relatório, sempre assinado por Guerra-Duval. Falava a respeito da Reunião do Grande Conselho Fascista e tinha em anexo uma página de *Il Messaggero* de sexta-feira 7 de outubro de 1938, com outras leis discriminatórias contra os judeus.

No final deste primeiro relatório Latour revela a Oswaldo Aranha não somente sua extrema capacidade de captar o que estava acontecendo ao seu redor, mas a intenção de alertar o Itamarati para a importância, naquele momento, do racismo e anti-semitismo italiano que, sem dúvida, “terá desenvolvimento”. Latour queria, com isso, ressaltar a urgência de uma política e de diretrizes de “ordem racial e eugênica” para o Brasil.

Fica assim evidente o seu interesse de instigar uma campanha racista no Brasil, de forma a impedir a entrada dos refugiados semitas no país. Para Latour, esta era uma questão vital ao Brasil e à nacionalidade brasileira. O primeiro relatório acaba com a seguinte exortação ao Ministério do Exterior:

*No presente relatório limitei-me a expor de modo sucinto o que é o racismo italiano tal como se manifestou nos primeiros momentos da irrupção do movimento. A questão terá o seu desenvolvimento e deverá merecer do Itamarati cuidadosa observação, pois os vários aspectos que compõem o problema racial italiano interessam vitalmente ao Brasil e à nacionalidade brasileira, cuja formação vem sendo fundamentalmente prejudicada pela ausência perniciosa de uma política e de diretrizes de ordem racial e eugênica.*

No Ofício, o nº 239 de 14 de outubro de 1938, endereçado ao ministro Oswaldo Aranha, o embaixador Ad. Guerra-Duval comenta a *Reunião do Grande Conselho Fascista*. Mais uma vez mostra ao ministro a atitude determinada do governo fascista em sua ação contra os negros (camitas), semitas e outras raças não arianas, e especialmente contra os casamentos mistos, além da defesa da expulsão do reino italiano dos semitas estrangeiros. Duval destaca que, pela primeira vez, vem proposto um lugar da África, a Etiópia, para enviar os semitas europeus.

Os diferentes aspectos do problema semita, tanto na Itália como no Brasil, remetem ao mito do complô internacional judaico-comunista e judaico-maçônico e do arianismo, temática comum no discurso do anti-semitismo moderno. Para Latour, a questão semita, identificada como de “interesse universal”, exigia a atenção do governo brasileiro, pois poderia colocar em risco os “interesses primordiais da nação”. O liberalismo e a solidariedade, a seu ver, nem sempre eram saudáveis para um país que estivesse preocupado com o caldeamento das raças.

#### *Temas tratados no 2º Relatório*

O segundo relatório preparado por Latour – que se mostra incansável na sua missão de informar o governo brasileiro sobre o perigo da raça semita – inicia com dois parágrafos por meio dos quais ele demonstra a concretização de seus pensamentos sobre o rumo que a campanha fascista iria tomar depois da proclamação das leis fascistas: ou seja, a *criação de uma política racial com natureza definida, métodos e limites*. Política racial

que visava à discriminação de negros e judeus, atingindo-os na sua vida social e particular. Ficaria mantida, apesar de tudo, a liberdade de culto.

Neste documento Latour procura demonstrar a atitude do governo fascista italiano para com os judeus a partir de 1938. Acompanhando as propostas oficiais e oficiosas procura demonstrar que a campanha racial foi a princípio

*um pouco confusa mas aos poucos foi adquirindo consistência e orientação, deixando o caráter espontâneo para se consolidar em diretrizes precisas, ditadas pelos órgãos oficiais do Governo e amparadas pela opinião oficial e oficiosa, organizada no molde do regime.*

Em seguida, Latour procura comparar a postura dos Estados totalitários com relação aos judeus:

*- É conclusão pacífica, entre os Estados totalitários, que os judeus são os comanditários e dirigentes da maçonaria e outras associações secretas, do comunismo, do internacionalismo e do antifascismo. Conseqüentemente devem eles ser excluídos de todas as posições em que possam exercer influência sobre a opinião italiana. Na Itália, serão os judeus italianos, pois, cidadãos de segunda zona, com direitos restritos e liberdade de ação relativa.*

*- A própria exceção, reservada aos judeus bem nascidos, confirma a regra: estes poderão fazer o serviço militar, ser proprietários de qualquer imóvel, ser diretores, gerentes de usinas, membro do PNF, etc ..... só lhes é vedado o acesso ao professorado nas universidades e nas escolas.*

Podemos ver o cuidado fiscal do Governo para com a instrução e a educação, pontos dos mais explorados pela *solerte propaganda semita*.

*- A distinção entre judeus e não judeus é feita, não pela profissão religiosa da fé, mas pelo sangue.*

*- Predomínio do critério biológico e hereditário na caracterização de hebreu.*

Dois fatos podem ser salientados entre os que vão dificultar a execução da lei. O primeiro é o protesto da Igreja contra as disposições referentes ao casamento, que iria contra os acordos do Latrão. A lei italiana exclui, embora limitadamente, como indesejável, o cruzamento da raça italiana ariana (assim pensa a lei !!!) com qualquer outra, firmando uma política racial fechada.

O segundo é a

*expropriação dos bens, contestada pela ação diplomática dos Estados Unidos, pronto*

*a salvaguardar os interesses de cidadãos israelitas norte-americanos, que se consideram lesados em seus bens e direitos pela nova lei italiana.*

- O Governo italiano deveria, então, contornar estes óbices e, quem sabe, entender-se com Berlim a fim de não divergir por demais no critério de realização de uma política em que o Eixo deveria mostrar-se coerente em face do antagonista comum.

- *Nada poderia ser comparado em gravidade e radicalismo ao afastamento compulsório e em massa dos professores universitários, alguns de renome universal, das cátedras italianas. Entretanto, o Governo não trepidou em fazê-lo, e fê-lo imediatamente cômico como estava de que feria o hebraísmo, em um dos seus pontos vitais.*

No final do relatório, Latour apresenta, em ordem cronológica, os atos e a documentação de caráter oficial relativos à raça. Além disso, anexa vários artigos publicados pela imprensa italiana, acompanhados de vários ofícios assinados por A. de Souza Quartin, além de:

- o texto do decreto-lei sobre a defesa da raça italiana;
- o limite da propriedade imobiliária para os cidadãos de raça hebraica;
- a criação do Conselho Superior para a demografia e a raça;
- outros textos de lei sobre a defesa da raça, concernentes às providências a serem tomadas nas escolas fascistas;



- a questão racial na Itália, onde é dada por encerrada a documentação coligida pelo Sr. Jorge Latour;
- as disposições em matéria testamentária e sobre os nomes de famílias dos cidadãos italianos pertencentes à raça hebraica.

Jorge Latour, na página 13 do segundo relatório, destaca que, entre todas as inovações do novo Código Civil, já estava prevista a nova política racial, de conformidade com as últimas medidas adotadas pelo Grande Conselho do Fascismo. De modo que:

*O fato de pertencer a uma, antes que as outras raças, é elemento jurídico relevante na determinação da esfera de capacidade jurídica dos cidadãos, a qual pode sofrer limitações para os pertencentes às raças não arianas”.*

Per decisão ministerial publicada nos jornais de 27 de outubro, os judeus estrangeiros que saíssem do Reino a partir de 28 do mesmo mês deveriam munir-se de um *certificado negativo especial do Instituto N. para os Câmbios com o Exterior relativo a países com os quais a Itália tenha acordos de clearing, câmbio compensado etc.*

Esta última providência do governo fascista prejudicava bastante os judeus que saíam da Itália praticamente sem dinheiro e sem possibilidade de enviá-lo ao Brasil.

Da página 15 até a página 18 Jorge Latour, como no primeiro relatório, faz um *Rápido Golpe de vista pelas colunas da imprensa italiana.*

De tudo o que ele destaca o mais interessante é a divulgação no *Corriere della Sera*, a partir de 30-8.1938 e até 7 de setembro, do *palpitante* livro de William Fossa e Cecil Gerathy, *Arena Spagnola*, com ilustrações fotográficas. O jornalista Gino Gario fazia uma adaptação da primeira parte do livro sob o título “L’Idra dalle molte teste-Gli ebrei”.

Este livro, conforme os autores, não pôde ser publicado em Londres *por pressão judaico-maçônica*. Vou traduzir as frases que Latour escolheu para enviar ao Ministério do Exterior no Brasil:

*Comunistas, judeus e maçons em complô para subverter o mundo.*

*Como judeus e moscovitas carregaram a mina da revolução na Espanha.*

*Os delitos do judaísmo maçônico documentados em uma série de impressionantes testemunhos.*

Neste livro é exibida, de maneira clara e documentada, a orientação judaica em todo o drama espanhol e os esforços marxistas para destruir a religião e deflagrar o conflito na Europa por meio da guerra civil naquela nação ibérica.

No fim do relatório Latour informa que, de 2 de outubro até 4 de novembro, o jornal *Il Popolo di Roma* publicaria longas exposições do seu representante em Nova York, Amerigo Ruggerio, sobre o maléfico influxo judaico na vida comercial dos Estados Unidos. *É interessante aí se atentar na clássica diferenciação entre judeus askenazitas da Alemanha e Europa central e os Sefarditas, cujos viveiros iniciais foram na Península Ibérica.*

No mesmo jornal, no dia 12 de novembro de 1938, há uma resposta aos idiotas que falam de imitação. Um jornalista demonstra como, em *Mein Kampf*, o sr. Hitler se refere à luta da Itália contra as três grandes armas do judaísmo: a maçonaria e as sociedades secretas; a imprensa internacional e o marxismo.

Nestes dois relatórios, ofícios e material de imprensa enviados, fica evidente que Jorge Latour é racista e anti-semita, assim como o embaixador na Itália Adalberto Guerra-Duval e o Primeiro Secretário A. de Sousa Quartin. Latour estava determinado a convencer o Governo brasileiro a assumir uma atitude racista e anti-semita própria do governo fascista em vista do projeto de nacionalização brasileiro e de branqueamento idealizado para a população. Fazendo uma comparação com os ofícios enviados por A. de Souza Quartin, constatamos que este se limita a relatar os acontecimentos e a anexar os decretos relativos às leis raciais italianas. Somente no Ofício nº 68 (em anexo) faz referência ao Decreto-lei de 5 de setembro de 1938 relativo à instituição, junto ao Ministério do Interior italiano, do Conselho Superior para a Demografia e a Raça. Souza Quartin faz uma consideração semelhante àquela de Guerra-Duval:

*(...) sendo este assunto dos quais mais interessam o porvir da nacionalidade brasileira, parece-me da maior utilidade que o Governo federal, por meio dos órgãos competentes, fique documentado a respeito da política demográfica e racial dos países que legislam,*

*com especial interesse, em tal matéria, ainda que, por motivos ideológicos, possam até certo ponto orientar-se em um sentido parcial do problema.*<sup>196</sup>

Tornando a avaliar a trajetória e a postura de Latour entre Varsóvia e Roma, podemos constatar que ele era um bom observador, preocupado sempre em se manter informado sobre a questão racial na Itália e em Varsóvia, durante os momentos cruciais da vida dos judeus nestes países. Até onde conseguimos investigar, Latour em nenhum momento enviou documentos com posição favorável aos judeus.

Com todos estes dados à disposição, podemos afirmar que Latour foi uma espécie de “Hermes” nacional, o deus que, na mitologia grega, apresentava-se com aspectos diferentes, movimentando-se por vários caminhos. Apesar de não ser o ator principal, Hermes intervinha como personagem secundária, agente da divindade. Além de observador, era malicioso e sem escrúpulos, eloquente e persuasivo; mensageiro de ordens e graves punições; intérprete e porta-voz da vontade suprema (na época Vargas, Mussolini, etc); nunca era autoritário nem constritivo. Não impunha com violência as altas decisões... mas sempre com uma delicada exortação, o suficiente para seduzir seus leitores, entre os quais Oswaldo Aranha.

#### *Latour, um paladino incansável*

Tendo como referência o conceito gramsciano de intelectual orgânico<sup>197</sup>, podemos considerar Latour como um deles, perfeitamente identificado com a mentalidade anti-semita das décadas de 1930-1940. Não apenas fazia parte do quadro diplomático como também foi um agente ativo para a implementação do anti-semitismo como instrumento político.

---

<sup>196</sup> Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Roma, 21.3.1939 Ofício nº 68, *Criação do Conselho superior para a Demografia e a Raça*. Enviado pelo embaixador A. De Souza Quarini ao Senhor Cyro de Freitas Valle, Ministro de Estado das Relações Exteriores. AHI. *Maço 650.121 (96); 640.16 (96)*.

<sup>197</sup> Gramsci estabelece uma diferenciação entre intelectual orgânico e intelectual tradicional. O intelectual, no sentido gramsciano, é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade e é elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico, desde um tecnólogo ou um administrador de empresas até um dirigente sindical ou partidário. Os intelectuais tradicionais podem ser membros do clero ou da academia, podem se vincular tanto às classes dominadas quanto às dominantes, adquirindo uma autonomia em relação aos interesses imediatos das classes sociais. O chamado intelectual orgânico é entendido como aquele que se mistura à massa, levando a esta conscientização política; ele age em meio ao povo, nas ruas, nos partidos e sindicatos. Assim, o intelectual é tanto o acadêmico, o jornalista, o padre, o cineasta, o ator, o locutor de rádio, o escritor profissional, quanto o intelectual coletivo, em suma, todo homem é um intelectual em potencial.

As idéias intolerantes de Latour com relação ao drama que atingiu os judeus na Europa, oprimidos pelos regimes totalitários, serviram certamente para aguçar o ódio aos judeus e colocar em prática uma política imigratória restritiva “à raça semita”. Suas propostas não foram ignoradas nem repudiadas pelas autoridades brasileiras. Reconhecido por seus conhecimentos sobre a biotipologia do imigrante desejável, em 1948, no governo Dutra, foi nomeado presidente do CIC (Conselho de Imigração e Colonização). Infelizmente, como diz um ditado popular, “a memória é curta”. Sobre a ação anti-semita de Latour raramente se fala. Ela permanece acobertada por seguidores das versões sustentadas pela História Oficial.

Para os representantes de sua família, como é de esperar, Latour nunca foi anti-semita. Sua filha, Maria Tereza Latour, residente no Rio de Janeiro, em seu depoimento registrado em novembro de 2005, declarou que seu pai havia negado vistos aos judeus simplesmente porque queria “preservar o Brasil de um aumento excessivo de emigrantes, não somente judeus ... na verdade ... *ele tinha muitos amigos judeus no Brasil!!!!*”.<sup>198</sup> Segundo Renato Latour, seu primo não era anti-semita. Para confirmar sua tese, Renato apresentou um texto publicado, em 02/10/85, pelo jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, na coluna dedicada às “Cartas dos Leitores”, por ocasião da morte de Jorge Latour. Neste, o Embaixador Álvaro Teixeira Soares aproveitou-se do momento para exaltar as ações literárias de Jorge Latour que, em 1945, pelo decreto-lei 7.473, conseguiu articular as homenagens para o centenário do Barão de Rio Branco (que aconteceram em 18/04/1945), o patrono da Diplomacia brasileira. A outra realização teria sido a organização e a posterior publicação das Obras Completas do Barão do Rio Branco. Este livro, como muito bem lembra seu defensor Teixeira Soares, foi iluminado pelo prefácio do Embaixador J.G. de Araújo Jorge, reconhecido poeta brasileiro<sup>199</sup>. Neste texto, além dos vários encômios feitos à inteligência, versatilidade e cultura, existe um particular elogio à vocação de Latour para a disciplina. Não existe na longa carta do Embaixador Teixeira uma só linha dedicada aos vários cargos exercidos no

---

<sup>198</sup> Entrevista de Maria Tereza Latour à autora. Rio de Janeiro, de novembro de 2005. Participaram também desta entrevista a filha de Maria Tereza Latour, Solange, com o filho (bisneto de J. Latour), e o primo Renato Latour Araújo. Este, sabendo do assunto a ser tratado na entrevista, preparou um resumo da trajetória de Latour.

<sup>199</sup> Obras Completas do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1948 (Publicação promovida em 1945 pela Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco). Segundo artigo publicado por Alberto Venâncio Filho, a iniciativa foi do Embaixador Roberto Assumpção, à época secretário da Comissão. Cifrado artigo on-line “O Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha”, de Alberto Venâncio Filho, p.1 (<http://www.2.mre.gov.Br/ipri/Pj> consultado em 9.10.2007).

exterior por Jorge Latour, que conseguiu chegar a Embaixador Plenipotenciário no Panamá, exercendo sua atividade de 20-4-1959 a 31-12-1960.

O Itamarati ficou devendo a Jorge Latour, agora desaparecido do convívio dos seus amigos, colegas e admiradores, dois cometimentos de excepcional importância: a fundação do Instituto Rio Branco, do qual foi paladino incansável, porque viu seu plano transformado em realidade pelo decreto-lei nº 7.473 de 18 de abril de 1945, por ocasião da comemoração do Centenário do Barão do Rio Branco, “Patrono da Diplomacia brasileira, a partir da idéia lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, e por ele mesmo dinamizada mais tarde”, consoante se lê no “Anuário do Instituto Rio Branco” relativo a 1984. O segundo cometimento de Latour foi a organização, e posterior publicação, das “Obras completas do Barão do Rio Branco”, com luminoso prefácio do Embaixador Araújo Jorge.<sup>200</sup>

*Fica evidente que as versões construídas pelo círculo de relações diplomáticas e de amizades que envolveram Jorge Latour omitiram a postura anti-semita deste diplomata que, em tempos de Holocausto, posicionou-se ao lado das ações nazistas. Não podemos deixar de concordar com o Embaixador Teixeira Soares sobre a vocação de Latour para a disciplina: seus relatórios sobre a questão judaica são testemunhos de sua paranóia que, sem dúvida, impediu o salvamento de muitos judeus fugitivos da Europa ocupada. Hoje, como historiadores, nos perguntamos: foi esta disciplina que instigou Latour a fotografar os bairros judaicos de Varsóvia para demonstrar que a emigração era prejudicial ao Brasil? A escolha de judeus doentes, sujos e miseráveis era parte de seus critérios sistemáticos? Esta versatilidade teria contribuído para a organização de relatórios tão minuciosos, comprovados com artigos e comentários elogiosos sobre os decretos anti-semitas de Mussolini? Como diplomata em Roma, propunha uma política similar a ser aplicada aos imigrantes judeus e não judeus? Sendo tão culto, será que Latour não tinha consciência do que realmente representavam seus relatórios? Lembramos que o tempo da redação de Latour era também o tempo em que os planos de extermínio nazista já faziam milhares de vítimas na Alemanha e na Polônia. Mesmo após 1945, Latour não abriu mão destas idéias anti-semitas, ao contrário do que aconteceu com Vasco Leitão da Cunha. Certamente, Jorge Latour devia ser bem apoiado pelo governo brasileiro, que prescreveu as circulares anti-semitas até 1948,*

---

<sup>200</sup> Carta de Álvaro Teixeira Soares in “Cartas dos Leitores”, jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 2.10.1985.

apesar da divulgação das atrocidades cometidas pelo III Reich nos campos de extermínio. O diplomata Leitão da Cunha<sup>201</sup>, em uma entrevista sobre a razão de um convite de João Neves da Fontoura, em setembro de 1951, para assumir a chefia do Departamento Político e Cultural do ministério do Brasil, declarou: não sei por que me convidou. Acho que precisava dar uma embaixada ao rapaz que me substituiu, Jorge Latour.

Em síntese, podemos afirmar que os elementos que compõem o discurso de Jorge Latour expressam o mesmo ideário anti-semita defendido pela maioria dos diplomatas brasileiros em missão nas décadas de 1930 e 1940. Do seu ponto de vista, Latour seguia os ideais intolerantes de muitos países europeus colaboradores do nazi-fascismo.

Os relatórios preparados por ele durante a sua estada em Roma trazem um histórico do período fascista italiano, concentrando-se na discriminação aos judeus e nas leis raciais promulgadas por Mussolini. Todo o material foi enriquecido com recortes de jornais, decretos-lei e procedimentos raciais.

Documentos	data	Enviado por	Atenção de	Conteúdo
Ofício N. 68	21/03/1938	Idem	Idem	Três exemplares de

---

<sup>201</sup> CUNHA, Vasco Leitão da (1903-1984): Diplomata; Ministro da Justiça de 19141 a 1942; Embaixador Brasileiro na URSS de 1962 a 1964; Ministro das Relações Exteriores de 1964 até 1965 e Embaixador do Brasil nos EUA de 1966 até 1968.

CUNHA, Vasco Leitão da – *Diplomacia em Alto-mar. Depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2ª ed. 2003, p. 165.

Conselho Superior para a demografia e a raça. 650.121 (96)				um recorte do régio decreto-lei n.1539.
Ofício N.203 Campanha Racista 640.16 (96) B6	16/08/1938	Embaixador Ad. Guerra-Duval	Ministro.Exterior Oswaldo Aranha	Comunicação do início da campanha racista na Itália
Ofício N. 225 Política racista na Itália 640.16 (96) B6	20/08/1938	Idem	Idem	Envio texto Decreto-lei n. 208, de 12/08/1938, sobre afastamento judeus estrangeiros
Ofício N. 229 RESERVADO A questão racial na Itália + 1º Relatório 640.16 (96) B 6	20/08/1938	Idem	Idem	Envio recorte de jornais e o 1º Relatório de Jorge Latour sobre Campanha Racista
Ofício 239 Reunião do Grande Conselho Fascista (GCF) 640.16 (96) B6	14/0/1938	Idem	Idem	Recorte do jornal <i>Il Messaggero</i> com notícia sobre as decisões do GCF
Ofício N.272 RESERVADO + 2º Relatório A questão racial na Itália 640.16 (16)	27/11/1938 10/12/1938	Idem	Idem	Movimento anti-semita verificado na Itália, por iniciativa do Governo fascista

Ofício N.24 Texto do Decreto-lei sobre a defesa da raça italiana	24/02/1939	Primeiro Secretário, Classe L A. De Souza Quartin,	Ministro exterior Dr. Cyro de Freitas Valle	Leggi e Decreti
Ofício N. 27 Dispensa das Forças Armadas do pessoal de raça hebraica	25/02/1939	Idem	Idem	Gazeta Ufficiale del Regno d'Italia
Ofício N. 67 Limite da propriedade imobiliária para os cidadãos de raça hebraica	20/03/1939	Idem	Idem	Régio decreto-lei de 9 de fevereiro de 1939. Falta o anexo
Ofício N. 91 Textos de lei sobre a defesa da raça 640.16 (96)	07/04/1939	Idem	Dr. Oswaldo Aranha	Falta o anexo
Ofício 112 A questão racial na Itália. 640.16 (96)	20/04/1939	Idem	Dr. Oswaldo Aranha	Recortes da revista <i>La difesa della Razza</i> Faltam
Ofício N. 269	14/08/1939	Idem	Idem	Recorte da <i>Gazzetta Ufficiale</i> do Reino Falta



Documentos achados no Arquivo Diplomático em Roma, no Ministério das Relações Exteriores. Estes documentos estão anexados aos estudos elaborados por Jorge Latour, 1938.

### **2.3 – O anti-semitismo na prática: vistos indeferidos**

O motivo da expatriação era comum a todo o grupo judaico italiano: fuga das discriminações fascistas, desejo de achar um país onde viver livremente, conforme suas tradições, sem medo ou discriminação.

A maioria destes grupos de imigrantes tinha escolhido, como primeira opção, os Estados Unidos ou a Palestina. Mas o *affidavit* e o número fechado de vistos dirigiram a emigração para os países da América Latina, a Austrália e outros.

Muitas vezes os futuros emigrantes tiveram que fazer várias peregrinações entre consulados e embaixadas para obter o visto, o qual, muitas vezes, foi obtido por meio de amizades ou pela corrupção dos diplomatas.

A entrada e o título de residência no Brasil eram regulados pelas autoridades governamentais através de dois tipos de vistos: turístico e permanente. A maioria entrou com o visto turístico que, mais tarde, foi transformado em permanente. Poucos foram os casos de imigrantes que, não tendo achado trabalho, tiveram que voltar para a Itália<sup>202</sup>.

Por problemas econômicos, muitos tiveram que desbaratar tudo o que possuíam para comprar as passagens e ter um pouco de dinheiro para recomeçar suas vidas. Outros deixaram seus bens com amigos ou parentes. Alguns emigrantes chegaram sem família e, em alguns casos, a família tornou a reunir-se somente depois da guerra.

*À parte alguns professores universitários, ou quem tinha parentes que moravam no Brasil havia algum tempo, ou quem exercesse alguma atividade ligada ao país (por exemplo, a importação de café), a escolha foi totalmente casual. Estava ligada à possibilidade de obter um visto após uma cansativa peregrinação por vários consulados.*

---

<sup>202</sup> Entre estes, um tio de minha mãe, Attilio Modigliani.

Como já visto, conseguir um visto para o Brasil não foi, para muitos, um trabalho fácil, em consequência da política imigratória anti-semita adotada pelo governo desde 1937. Em várias situações o visto somente era deferido para aqueles que apresentavam, também, a certidão de batismo católico. Estas solicitações, penosas e difíceis em um momento tão dramático, dependiam de certas amizades ou, mais freqüentemente, da pura e simples corrupção. Negociavam-se vistos, abrindo-se concessões que, de certa forma, serviam para salvar muitas vidas.

O rabino Fritz Pinkuss, que participou da criação da Congregação Israelita Paulista (CIP), em seu livro *Estudar Ensinar Ajudar*, refere-se às certidões de batismo exigidas para a liberação do visto de entrada. Cita a atuação do Cardeal Schuster, de Milão, e dos seus assistentes, que, sem pedir nada, ofereceram certidões de batismo a qualquer judeu:

*(...), sem nada pedir, ofereceram certidões de batismo a qualquer judeu que estivesse em perigo e o solicitasse. Emitiram dezenas de certidões que eu tive a oportunidade de ver e recolher. Como no Brasil vivia-se no então chamado Estado Novo e os direitos civis eram limitados, tomei a liberdade de destruí-los, depois que a maior parte destes emigrantes retornou ao judaísmo e integrou-se à vida judaica.*<sup>98</sup>

Bruno Levi, em seu depoimento datado de 23.11.1998, conta que era muito complicado conseguir o visto para o Brasil:

*Conseguir os vistos para o Brasil era muito complicado, porque não era permitida a entrada de judeus, conforme algumas circulares em vigor desde 1937. Meu tio, Carlo Alberto Levi, que residia em Gênova, precisou fazer um “acordo” com o cônsul local. Não conheço os detalhes dos trâmites, mas sempre tive a impressão de que tudo fosse uma questão de dinheiro. Obtivemos vistos de turista, que após a chegada foram transformados em permanentes... Meu tio veio transferido para o Brasil pela Assicurazioni Generali de Gênova. Foi a própria empresa que organizou a*

---

<sup>98</sup> O rabino Fritz Pinkuss instituiu o rito judaico liberal no Brasil. Foi rabino da Congregação Israelita Paulista (CIP), grande humanista e, entre suas várias atividades, fundou a cátedra de hebraico na USP (Universidade de São Paulo) e foi um dos pioneiros do movimento ecumênico no Brasil. PINKUSS, F. *Estudar Ensinar Ajudar. Seis Décadas de um Rabino em Dois Continentes*. São Paulo, Livraria Cultura Editora, 1989.

*transferência para o Rio de Janeiro, onde ele assumiu o cargo de gerente da filial. Assim, ele veio primeiro. Depois, toda a família emigrou, éramos 33 pessoas.<sup>109</sup>*

Bruno Levi, de Trieste, refugiado também em 1939, lembra que seu pai tinha um parente no Brasil, Raffaele Mayer, que havia feito fortuna com seus contatos importantes no governo brasileiro. Era amigo íntimo de Getúlio Vargas, cuja família, quando vinha a São Paulo, freqüentemente se hospedava em sua casa. “Quando recebeu notícias nossas, nos respondeu imediatamente ‘pelo amor de Deus, vocês todos têm que vir para cá!!!’”.

*Havíamos tido dificuldades em obter o visto, mesmo o de turista, e saímos da Itália com passagens de ida e volta, para não sermos notados.*

*Para conseguir, em seguida, o visto permanente, tivemos que fazer um depósito de seis contos de réis no Banco do Brasil, para demonstrar que podíamos nos sustentar por um certo tempo. Foi a Congregação Israelita Paulista (CIP) que nos ajudou a fazer esse depósito. E não ajudou só a nós, mas a muitas outras pessoas.*

*A Congregação emprestava a quantia necessária ao interessado, que a depositava como solicitado. Após ter obtido os documentos, o dinheiro era restituído à CIP e a operação se repetia em benefício de outros imigrantes. (Sergio Ventura)<sup>108</sup>*

*Conseguimos obter o visto por meio de um amigo fascista muito ió aconselhado, para comprovar uma situação financeira melhor, que permitiria nos mantermos no Brasil. (Ivette Grego)<sup>110</sup>*

*Meu avô, Ugo Tedeschi, foi cônsul geral em São Paulo de 1905 a 1922. Adoeceu com a gripe espanhola, morreu no hospital italiano Umberto I, e minha avó, Egle Sanguinetti, voltou para a Itália com os filhos.*

*Tendo escolhido o Brasil como refúgio, a família de meu pai, Guido Tedeschi, foi ajudada pelos condes Crespi e Matarazzo. Foi Francisco Pignatari, sobrinho deste*

---

<sup>109</sup> Bruno Levi. Depoimento. Março, 1999.

<sup>108</sup> CAMPAGNANO, Anna Rosa/PETRAGNANI, Sema. *Milenária Presença de Judeus na Itália*, São Paulo, ed. ATHENEU, 2007, p.303

<sup>110</sup> Idem, op. cit., p.218

*último, quem realmente ajudou, oferecendo um trabalho a meu pai na Laminação Nacional de Metais e, para evitar problemas com os outros funcionários italianos fascistas, o mandou para Ouro Preto, Minas Gerais, para abrir uma nova fábrica. Nossa família residiu em Ouro Preto por cinco anos. (Ugo Tedeschi)<sup>111</sup>*

*Anna Maria Funaro Sadun, natural de La Spezia, narra que ela e sua mãe tiveram muitas dificuldades para obter o visto e fomos convencidas a nos batizar. Batizamos, mas afinal isto se mostrou inútil porque já estávamos em 1940 e as autorizações de visto foram suspensas porque a Itália estava entrando em guerra. O atestado de batismo como católicos, salvou a muitos, das mais diferentes nacionalidades. Tínhamos um parente no Brasil, Menotti Franco, que tinha negócios com Carlos Leôncio de Magalhães na Companhia Paulista de Comércio (C.P.F.), que funcionava como banco e financiadora de negócios e que, no mesmo período, tinha organizado uma sociedade para a imigração. Menotti veio para a Itália buscar meu irmão Aldo e seu amigo, Sergio Sonnino. Não fui com eles porque meu pai ainda estava vivo e eu precisava ajudá-lo a organizar os bens da família e a vendê-los antes de emigrar. Recebíamos notícias de meu irmão através da Suíça e do Vaticano. (Anna Funaro Sadun)<sup>203</sup>*

Emigraram para o Brasil só em outubro de 1946. Desta vez conseguiram facilmente o visto no consulado de Florença, porque o irmão Aldo havia conseguido um contrato de trabalho. Anna e a mãe viajaram como suas dependentes.

*Tínhamos um visto temporário de três meses e meus pais tentaram obter o visto permanente. Meu pai, que havia organizado a empresa Kartro no Brasil, não podia ser registrado, porque ainda não possuía o atestado de permanência definitiva. O proprietário, então, o ajudou, depositando uma grande soma de dinheiro em sua conta e isto facilitou a concessão do visto permanente. É evidente que, uma vez obtido o visto, a grande soma voltou para a conta do generoso proprietário. (Rodolfo Reichhardt).<sup>204</sup>*

*Comecei a via crucis das visitas aos consulados para obter um visto para toda a família, coisa nada fácil (....). Depois de várias tentativas, resolvemos vir para o Brasil,*

---

<sup>111</sup> Ibidem, p.288

<sup>203</sup> AHJB. Núcleo H.O.- Entrevista de Anna Maria Sadun. 06.06.1996. Entrevistadoras: Adriana Terni Jacobsberg e Marília Levi Freidenson.

<sup>204</sup> REICHHARDT, Rodolfo. Entrevista a CAMPAGNANO BIGAZZI, Anna Rosa, 2007.

*em cujo consulado, em Genova, um certo senhor Hofman<sup>205</sup> fazia propaganda a favor do grande país. (Umberto Beer)<sup>206</sup>*

*O Brasil, esquecido de suas tradições e sujeito à política pendular de Getúlio, recusava terminantemente os vistos aos judeus. Bem poucos se dirigiam para o Oriente. Não lembro por que motivos não foi possível ir para a Argentina. A emigração para a Venezuela ou outros países do Continente (latino-americano) parecia oferecer vários riscos e poucas chances. E, que eu saiba, ninguém foi para o México. Restava solitário o Uruguai....Foi o que escolhemos..... também porque com uma propina que o cônsul geral do Uruguai, oficial da milícia fascista, (...) e não desdenhava a tradicional bustarella com um conteúdo substancial. O negócio foi fechado silenciosamente. Entreguei os 5 passaportes, coloquei respeitosamente (a pedido) o envelope dentro da gaveta de uma estante, e ele bateu os carimbos. A salvação estava, se não conquistada, pelo menos comprada ao preço corrente do mercado. (Franco Calò)<sup>207</sup>*

*No que se refere à obtenção de vistos, Roberto (Faldini) julga que seu pai não teve grandes dificuldades em obtê-los pois ainda não existiam, em 1936, grandes restrições à imigração judaica.<sup>208</sup>*

Muitos, porém, foram os vistos indeferidos aos judeus italianos nos consulados brasileiros na Itália.

Não é possível chegar ao número exato destes, porque os consulados de algumas cidades, Genova, por exemplo, enviavam documentos ao Ministério do Exterior no Rio de Janeiro avisando não ter concedido vistos por vários meses seguidos.

Os vistos indeferidos dos quais tenho certeza são aqueles dos consulados de Livorno (sendo cônsul o Sr. Venceslau Gastal) e de Genova (documentos assinados por Mario De Castelo Branco, C. Ribeiro de Faria, Adriano das.....assinatura indecifrável). Assim, os Vistos indeferidos que encontrei no AHI são os seguintes:

---

<sup>205</sup> Não achei ninguém no DHBB com este nome. Em Genova em dezembro de 1938 o cônsul era... (assinatura ilegível) e, em 1939, era o Sr. Carlos Ribeiro de Lima. Provavelmente Hofman devia ser um secretário ou algo parecido.

<sup>206</sup> BEER, Umberto. Autobiografia inédita, p. 44.

<sup>207</sup> CALÒ, Franco. Autobiografia inédita, p. 100.

<sup>208</sup> CAMPAGNANO/ PETRAGNANI. op. cit., p.229.

Aos pais de *Sylvio Ottolenghi* – Indeferidos de acordo com as circulares ns. 1.498 e 1.499. Consulado do Brasil em Livorno. Em 20.01.1941. Cônsul Wenceslau Gastal.

A *Cesare Pavoncello* e família – Idem. 20.01.1941. Consulado de Livorno.

A *Luciana Majon Mondolfo* e *Anna Maria Aruch*. As interessadas não se enquadram nas disposições do Decreto-lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941. Consulado de Livorno.

A *Nino Sorani*. O Interessado não é de confissão católica. Não se enquadra nas normas adotadas relativamente ao ingresso, no país, de estrangeiros de raça hebraica. Pedido da Secretaria do Vaticano à Embaixada do Brasil em Roma.

21.01.1940. Memorando para o Sr. Secretário Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Assinatura ilegível. AHI, lata 723-maço 10.417.

*Vittorio Bruno Cevidali*. Visto recusado sem explicação. Consulado do Brasil em Trieste. Assinado pelo secretário Geral J.P. da Fonseca Hermes. Secretaria do Estado das Relações Exteriores, 9 de junho de 1941. 511.14(924)

Ao *Casal Brotzen*. SECRETO. Visto recusado pelo Consulado de Genova em virtude da Circular nº 1.1127 de 7 de junho de 1937. Assinado por Mario De Castelo Branco. SP/NP, 19/03/1938.

Sempre de Genova, foram enviados para Oswaldo Aranha, em datas –

- 24.3.1939, com assinatura de Mario de Castelo Branco;

- 6.2.1941, com assinatura de C. Ribeiro de Faria;

- 2.4.1941; 2.6.1941; 5.7.1941 e 2.9.1941, com assinatura de Adriano dos ?

– documentos afirmando que, *de acordo com a circular nº 1.249, não foram concedidos, por este Consulado geral, vistos a estrangeiros de origem semita.*<sup>209</sup>

Na tabela a seguir estão resumidos os dados encontrados através de minhas pesquisas. Nenhum deles é completo 100%. Algumas vezes, comparando as listas pesquisadas no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro com as listas da PROIN e do AHI, achei alguns dados discrepantes relativos aos mesmos imigrantes, por exemplo, religião professada e nomes dos navios que os traziam para o Brasil. De qualquer forma, o número dos judeus italianos presentes no Brasil, do período que vai das leis raciais até após a Segunda Guerra Mundial, estabelecido em 747 pela tabela a seguir, pode sofrer variações, mas não substanciais. Tenho considerado como italianos os que declararam, em seus

---

<sup>209</sup> AHI, Rio de Janeiro. Vistos aos estrangeiros de origem semita, *Maço, 511.14 (411)*. Documentos anexados.

documentos, ter a nacionalidade italiana, como alguns judeus do Egito ou da Ilha de Rodas. Muitos aparecem nas listas dos passageiros como “católicos” e reaparecem, nas listas do PROIN ou dos vistos concedidos pelos consulados brasileiros, nas diferentes cidades italianas, como israelitas. Muitos dos que se declararam católicos estão sepultados em cemitérios judaicos.

Os judeus que, saindo da Itália, pertenciam a algumas comunidades específicas, ou seja, eram sócios de sinagogas, etc., durante os anos da discriminação racial, são poucos, como pode ser constatado nas listas da UCEI. Muitos se afastaram da comunidade e a maioria dos que emigraram não avisou a própria comunidade do seu novo destino. Muitos presidentes de Comunidades, também, não declararam, conforme pedido do governo fascista, a emigração dos próprios sócios, para protegê-los.

Vistos indeferidos – Total - Fonte Itamarati	?	
Vistos deferidos – Total – Fonte Itamarati	403	
Sendo:	não constam	52
	negócios	4
	turístico	36
	temporário	2
	temporário Artigo 25 A	85
	temporário Artigo 25 B	3
	temporário Artigo 25&2	1
	prorroga	4
	visto retorno	1
	permanente Artigo 24	44
	permanente Embaixada Vaticano	1
	permanente Artigo 24	58
	permanente Artigo 25	2
	permanente Artigo 26	2
	permanente Artigo 27	1
	visado Acordo 56 Artigo 280 Decreto 3010	56
	visado Acordo Artigo 25 A Decreto 3010	14
	visado Acordo 25 B Decreto 3010	2
	visado Acordo 8 Decreto 3010	2

visado Acordo 25 A, Reg. Vigor	33
UCEI-Roma, Arquivo 71 Número de imigrados judeus italianos no Brasil	89
PROIN – S.P.: bancos de dados sobre imigração (1937-1945) Número dos imigrados judeus italianos no Brasil	94
Sendo: vistos temporários	81
vistos permanentes	4
não consta	9
Número de judeus italianos presentes no Brasil de 1937 até 1945 que constam nas listas de passageiros dos navios; nos Cemitérios de Vila Mariana e Butantã em São Paulo; nas entrevistas feitas pessoalmente; nas deposições realizadas pelas entrevistadoras do núcleo de História Oral do AHJB; nas biografias éditas e inéditas dos próprios imigrantes judeus italianos; mais os dados da PROIN.	747
Total	

Os judeus italianos concentraram-se de preferência em São Paulo, poucos residiram no Rio de Janeiro e, entre estes, a maioria ficou na cidade à espera da documentação definitiva para se transferir para S. Paulo. Este aspecto é comum à imigração italiana em geral, devido às condições ambientais e sociológicas mais propícias a uma emigração européia.

Este conjunto de documentos permite a análise de múltiplos discursos sobre a intolerância, em suas diferentes manifestações, além de trazer para o campo do político elementos expressivos do imaginário social. Valendo-se de expressões características do anti-semitismo moderno, esses textos incitavam à sustentação dos projetos de exclusão por parte do governo brasileiro. Analisando a construção das frases, percebemos, entrelaçados ou superpostos, os discursos do poder, da Igreja Católica, exemplo de intolerância política e étnica. Tanto os judeus, como os negros e comunistas são objetos de atenção dos governos de Mussolini e Vargas, ambos dedicados à “arianização” da nação.



Fica evidente nos relatórios produzidos por Latour em 1938 que finalidade última do seu ato de comunicação não é só informar, mas também persuadir o outro a endossar o que está sendo comunicado. Consideramos estes registros como peça de um complexo jogo de manipulação destinado a “fazer crer”. Mesmo porque Latour sabia, por antecipação, que suas mensagens não seriam criticadas, pois tinham receptividade nos bastidores do Itamaraty. De uma forma geral, suas idéias coincidiam com o discurso do Estado Novo, que sustentava, entre outros, dois alvos principais de intolerância: os judeus e os comunistas, constantemente associados aos “perigos” étnicos e políticos por seus atributos negativos. Esta imagem – do judeu indesejável – está explícita no ofício encaminhado por Hildebrando Accioly, da Secretaria das Relações Exteriores, para o chanceler Oswaldo Aranha, em 22 de abril de 1938. Para sustentar a tese de que a imigração “semita” era indesejável para a construção de um novo Brasil, Accioly afirmava que

*(...) os judeus eram inassimiláveis, indivíduos inúteis à sociedade, destituídos de escrúpulos, sem pendor algum para agricultura, além de constituírem-se em fatores de desintegração étnica e religiosa.*<sup>210</sup>

Carlo Giglio, em 1 de agosto de 1938, publicou o artigo “Prestigio di Razza” in *Il Popolo d'Italia*. Segundo Giglio, os italianos

devem empreender uma colonização demográfica, baseada na presença e no domínio da raça branca em pleno domínio africano. Querem para isso dar ao branco colonizador em contato com o indígena uma consciência do superior justo, dominador, conquistador, de modo a não se fundir e destruir-se no meio ambiente. Será sempre uma elite no trabalho, nas profissões e na vida em geral, guardado à distância pelo elemento “colonizado inferior”.

Em “Coscienza di razza”, publicado pelo *Il Popolo d'Italia* em 3 de agosto de 1938, Giorgio Pini, baseado na afirmativa de Pende, sustenta que existiria uma raça italiana pertencente ao grupo ariano, com um patrimônio próprio de genialidade, civilização,

---

<sup>210</sup> Ofício Secreto de Hildebrando Accioly, da Secretaria de Relações Exteriores, para Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro, 22/4/1938, [completar](#)

energia, tradições e de características físicas e morais, o qual deve ser preservado e potencializado se se deseja falar seriamente de Romanidade e Império.

Um outro escritor famoso, Giovanni Papini, escreveu na *Revista Frontespizio* um “Discorsetto ai Cattolici” (Pequeno discurso aos católicos), no qual, entre outras opiniões, ele sustenta que a *política diária de uma grande nação não pertence aos católicos enquanto católicos, que têm o dever de ter vivos os valores supremos do espírito cristão*<sup>211</sup>.

---

<sup>211</sup> PAPINI, Giovanni. Discorsetto ai cattolici, In *Revista Frontespizio*. Firenze, Ed. Vallecchi, 1936.

## **CAPÍTULO – III**

### **OS REFUGIADOS ITALIANOS JUDEUS EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO**

## Capítulo – III

### OS REFUGIADOS ITALIANOS JUDEUS EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO

#### 3.1 Premissa

Entre o fim de 1938 e o início de 1939 as autoridades italianas ordenaram a suspensão de todas as atividades judaicas com exceção das estreitamente coligadas com o culto e a obra assistencial da UCII (Delasem). Foram suspensas todas as publicações dos jornais judaicos sionistas, filo-fascistas e anti-sionistas. Foram fechados os círculos culturais e os encontros de estudo. Se duríssimas foram as conseqüências materiais das leis raciais, que mexeram com as situações profissionais e patrimoniais, mais graves foram as conseqüências morais. A maioria dos ativistas sionistas, muitas vezes objeto de ameaças, transferiu-se para a Palestina. Partiu, entre outros, o rabino Dante Lattes.<sup>212</sup> Antes de deixar a Itália, ele escreveu o artigo “L’ora della Prova”, publicado no jornal *Israel*, em 8 de setembro de 1938, que se tornou famoso pela sua denúncia contra o anti-semitismo. O artigo indicava o sionismo como o único meio para a recuperação da consciência judaica, baseada, em primeiro lugar, na prática das leis da Tora. Podemos afirmar que Dante Lattes foi um sionista religioso<sup>213</sup>.

No artigo comentado abaixo, “Na hora da provação”, Lattes indica como a eternidade da idéia judaica pode ser transformada em um instrumento de consolação e de um

---

<sup>212</sup> Dante Lattes (1876-1965), além de rabino, foi escritor, jornalista, docente de língua e literatura hebraica no Instituto de Línguas Orientais de Roma e diretor do Colégio Rabínico Italiano. A partir de 1896 dirigiu com Riccardo Curiel o *Corriere Israelitico*. Em 1915, junto com Alfonso Pacifici, fundou, em Florença, o semanário *Israel*, e em 1922, *La Rassegna Mensile di Israel*, da qual foi diretor único até sua morte. Com seus escritos, Dante Lattes foi o guia e o mestre de três gerações de judeus italianos. Lattes condenava o conformismo do judaísmo oficial às idéias impostas pelo regime e defendia o movimento sionista como um elemento irrenunciável da identidade judaica.

O jornal *Israel* foi fundado em 1916 com a fusão entre o *Corriere Isrelitico* di Trieste, dirigido por Dante Lattes, e *La settimana israelitica* di Firenze, dirigida pelo rabino Alfonso Pacifici.

Em 1946 voltou para a Itália depois do seu exílio na Palestina, para onde havia sido chamado para prestar sua insubstituível contribuição aos judeus italianos que lá se tinham refugiado.

<sup>213</sup> Dante Lattes e outro rabino, Alfonso Pacifici, foram os pioneiros do “sionismo religioso” italiano: a volta à Sion, como renascimento espiritual, a volta a Sion que serviria para juntar novamente o povo disseminado pelo mundo, antes ainda da criação do Estado de Israel, sempre considerada uma possibilidade remota. Se Marco Barouch trouxe para a Itália a idéia sionista de Herzl e Dante Lattes, junto com Pacifici, fez um programa político que pudesse ser aceito pelos judeus italianos, foi Enzo Sereni o primeiro *halutz*, o primeiro pioneiro italiano na Palestina, que com sua *aliá* (imigração, súbita em Israel), em 1927, representou a “ação sionista”. Apesar do esforço de seus pioneiros, o sionismo na Itália se afirmou muito devagar e com muitas dificuldades. Por muito tempo teve um caráter exclusivamente “filantrópico” que pouco tinha a ver com o programa apresentado por Herzl com seu livro *O Estado dos Judeus*. (MOLINARI, Maurizio. *Ebrei in Itália: um problema di identità*. Firenze, ed. Giuntina, 1921, pp.46-48).

vibrante, quanto contéda, protesto. Lattes foi um grande mestre e, neste escrito, aconselha os judeus a serem conscientes dos próprios deveres e responsabilidades para consigo mesmos e para com todo o povo judaico. Afirma que os judeus devem estar sempre preparados para enfrentar qualquer obstáculo para que a idéia do judaísmo continue vivendo:

*Os judeus da Itália encontram-se diante de uma grande provação, a qual pede o sustentáculo de toda a sua fé milenar. É preciso que eles repensem a sua longa história e a maneira como seus antepassados, em várias épocas, superaram inúmeras vicissitudes, para que também esta difícil e grave situação seja superada com dignidade. Que a discriminação contra eles decretada seja aceita, portanto, sem abatimento, por mais dolorosa que possa ser.*

*É grande, hoje, a dor dos judeus italianos diante do êxodo que impele novamente pelas estradas do mundo, por estradas desconhecidas, de encontro às portas que povos donos de tantas terras mantêm hermeticamente fechadas, milhares de outros judeus. Trágico destino que já dura há muitos séculos e para o qual a civilização, a humanidade, a caridade, não sabe dar um fim e que não pode ser resolvido com a logomaquia das Comissões, ou com as assembléias dos diplomatas.*

Entre as classes nas quais a Torá divide a população vivente na Terra de Israel existe a classe do *guer*: o estrangeiro que veio morar em uma outra terra ao lado de uma outra nação. O *guer* aparece na legislação judaica como uma pessoa com plenos direitos e deveres. A discriminação e depois a expulsão dos judeus estrangeiros da Itália, decorrentes da legislação racista, provocam em Lattes uma revolta interior. Seu pensamento vai aos milhares de judeus da Europa que se encontram na mesma situação:

*O problema dos judeus estrangeiros que devem deixar a Itália poderia parecer pequeno, mas torna-se um enorme e muito doloroso problema quando se pensa naqueles outros contingentes que esperam, em outros países, às centenas de milhares, talvez milhões, encontrar uma terra onde possam descansar em paz, longe dos países que não podem mais acolhê-los.*

No trecho a seguir, Lattes se refere aos países que, mesmo tendo terras em abundância e trabalho, negam-se a aceitá-los, negam-lhes os vistos de entrada por conta da política racista e anti-semita de seus governantes, como no caso do Brasil:

*Que esta dor humana seja hoje permitida aos judeus da Itália frente à sorte de tantos irmãos errantes pelo mundo, porque a eles se nega o retorno à terra dos pais e a eles se fecham todas as fronteiras, mesmo as dos povos saciados, mesmo as dos povos ricos.*

A identidade nacional dos judeus italianos formou-se durante o Ressurgimento, contemporaneamente ao processo de unificação, e quando os muros do último gueto da península (Roma) foram derribados, este processo, em suas linhas essenciais, já estava completado<sup>214</sup>:

*Mas o sentimento de italianidade era e é, em todos, grande e profundo, sorvido não só nas fontes do céu e da história desta terra, mas com o leite da mãe, com os cantos do berço, com as histórias dos avós e dos pais, com lembranças dos feitos dos heróis, com o idioma que se chama materno e é o idioma italiano. Grande, trágica dor, é que se possa duvidar da realidade deste sentimento, da grandeza deste amor; ou que se diminua a sinceridade do ardor com que os judeus que viveram por séculos na Itália participaram, com o espírito e com o sangue, como todos os outros cidadãos, dos eventos desta terra (...).*

A este propósito, Toscano comenta que é muito importante aprofundar o significado do anti-semitismo fascista na história da Itália contemporânea, anti-semitismo que surgiu das contrastantes reações da sociedade e da cultura daquele período a uma propaganda persistente e a uma legislação que permeava, com seus nefastos efeitos, qualquer setor da vida do país.<sup>215</sup>

A angústia pela injustiça súbita é transformada por Lattes na certeza da fé, a ser transmitida à comunidade atingida, para que reviva através dela o que no passado recente, em tempos mais felizes, tinha sido abandonado ou renegado.

---

<sup>214</sup> MOLINARI, Maurizio, op. cit., p.26

<sup>215</sup> TOSCANO, Mario. *Ebraismo e antisemitismo in Itália*. Milano, Franco Angeli ed., 2003, p.251.

*A responsabilidade de todos é grande. Não basta sofrer com virilidade: é preciso sofrer unidos, partilhar as preocupações para que não se tornem muito pesadas, insuportáveis e trágicas. Deus nos ajudará se soubermos ajudar os outros; se os mais fortes apoiarem os mais fracos, se teu irmão pobre viver contigo, partilhando o teu pão e partilhando teu coração.*

.

Dante Lattes culpava a integração pelo apagamento das “almas judaicas” e exortava o judaísmo italiano a reerguer-se da assimilação, saindo da “cristalização” própria da diáspora<sup>216</sup>.

A emigração judaica italiana pode ser considerada um fenômeno novo se comparada às antigas tradições de inserção dos judeus na Península italiana. Cabe lembrar o rápido processo de adaptação desta comunidade no Estado unitário. Apesar de constituírem um grupo minoritário distinto por sua religião e cultura, os judeus sentiam-se como cidadãos italianos, integrados à sociedade. Esta situação é constantemente citada pelos judeus italianos que, a partir de 1938, procuraram o Brasil como país de acolhimento. As leis raciais e a conseqüente discriminação representaram um momento de ruptura para os judeus como cidadãos italianos portadores de uma identidade judaica.

Segundo os levantamentos da Direção Geral para a Demografia e a Raça (Demorazza), organização criada em 28 de outubro de 1941, haviam deixado definitivamente a Itália 5.966 judeus de nacionalidade italiana, o que equivale a 12,6% da população judaica contabilizada pelo censo racista de 1938: 47.252 judeus.<sup>217</sup>

Deste fenômeno migratório ficaram de fora as faixas proletárias e uma grande parte da pequena burguesia comercial, que constituíam o núcleo da comunidade italiana. Quanto mais elevadas eram as condições econômicas e as experiências culturais, maior era a possibilidade de uma escolha radical. Entre os emigrantes pós-1938 prevaleceram intelectuais, comerciantes e pequenos industriais, expoentes da classe média, em grande parte adeptos do pensamento liberal. Havia também um discreto número de judeus que havia participado ativamente do Partido Fascista e que emigrava desiludido e amargurado.

---

<sup>216</sup> BIAGINI, Furio. *Mussolini e il Sionismo 1919-1938*. Milano, M&B publishing, 1919, p.98.

<sup>217</sup> DE FELICE, Renzo, op. cit., p. 367.

Do ponto de vista político, a emigração não favoreceu somente novas atitudes em muitos jovens educados durante o regime, mas trouxe importante contribuição às forças de resistência que, no exílio, lutavam contra o fascismo.

O núcleo principal das disposições legislativas, que agiram sobre a esfera jurídica dos judeus, limitou drasticamente seus direitos civis, entre setembro e novembro de 1938. Estas disposições incidiram sobre a liberdade de pensamento e sobre os direitos dos judeus discriminados por perfil pessoal e patrimonial.

Estas leis entraram em vigor em meio à “indiferença” da maioria da população e, em parte, dos próprios judeus. Muitos se negavam a acreditar naquela realidade que poderia “ser passageira”. Retomo aqui uma citação, aliás, muito oportuna, de Arnaldo Momigliano,<sup>218</sup> que, no prefácio de seu livro *Pagine Ebraiche* (Páginas Judaicas), critica também os não judeus, lembrando que não é possível fechar-se na indiferença para com o mundo judaico. Sugestão que deveria ser acatada ainda nos dias de hoje:

*... qualquer coisa que se escreva sobre aquele período que termina com fascistas e nazistas, colaboradores em enviar milhões de judeus aos lager nazistas (e, entre as vítimas, estão também minha mãe e meu pai), uma afirmação tem que ser repetida. Esta enorme chacina nunca teria acontecido se, na Itália, França e Alemanha (para não citar outros países), não tivesse existido indiferença, amadurecida nos séculos, para com os compatriotas judeus. A indiferença foi o último produto das hostilidades das igrejas, segundo as quais a “conversão” é a única solução ao problema judaico.*<sup>219</sup>

### 3.2 Comunidade de destino

A entrada dos judeus refugiados do fascismo italiano no Brasil é datada de 1938: quando Mussolini proclamou as leis raciais alterando o cotidiano da comunidade judaica na Itália. As primeiras medidas de exclusão surpreenderam a maioria dos judeus. Alguns reagiram abjurando ou dissociando-se publicamente; outros se converteram ao catolicismo.

---

<sup>218</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo (1908-1987). Entre 1932 e 1938 ensinou História Romana nas Universidades de Roma e de Torino. Depois das leis raciais emigrou para a Inglaterra e lecionou primeiro em Oxford, depois em Bristol e, de 1951 até 1975, no University College em Londres. Continuou a ensinar como professor emérito na Universidade de Chicago e manteve, anualmente, um seminário de História da Historiografia Clássica na Scuola Normale di Pisa.

<sup>219</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo, *Pagine Ebraiche*, Einaudi, Torino, 1985, p. XXXI.



*Abjurações, renúncias, dissociações (às vezes, mas nem sempre, acompanhadas por conversões ao catolicismo) que, em geral, produziram-se principalmente nos meios mais elevados do judaísmo italiano e atingiram até alguns de seus maiores expoentes. Abjurações, renúncias, dissociações que, em alguns casos, coroaram um prolongado processo de afastamento efetivo do judaísmo e uma total assimilação, mas que em muitos casos foram ditadas pela esperança de poder, através delas, escapar das perseguições, salvar seus próprios bens e seu trabalho*<sup>220</sup>.

De fato, as conseqüências práticas das leis raciais foram muito pesadas: em poucas semanas, sobre uma população de cerca de 47.252 judeus italianos, deviam achar uma solução aos problemas da vida quotidiana cerca de 200 professores, 400 funcionários públicos, 500 funcionários das indústrias particulares, 150 militares em serviço permanente, 2.500 profissionais liberais, e dezenas de vendedores ambulantes. Em outubro de 1941, 5.966 judeus italianos tinham deixado o reino na esperança de reconstituir em outros países suas próprias vidas. Além disso, entre 1938 e 1939 foram registradas 4.000 abjurações e dissociações, sintoma da confusão e do desfalecimento das comunidades israelitas.

Enfim, para aqueles que se decidiram pelo judaísmo, duas alternativas se prestavam para fazer frente ao problema da discriminação: emigrar ou ficar na Itália enfrentando uma situação que poderia piorar de uma hora para outra. Serviam de alerta os relatos dos vários judeus alemães que, desde a ascensão de Hitler ao poder em 1933, haviam-se refugiado na Itália.

Emigrar não era uma solução muito fácil, pois exigia certos recursos para pagar as passagens, especialmente, para os países do além-mar. Enormes dificuldades eram enfrentadas para conseguir os vistos de entrada nos países procurados como refúgio, dentre os quais estavam os Estados Unidos, a Palestina, o Brasil, a Argentina, onde já existiam comunidades judaicas estruturadas. Mas, nem sempre os judeus eram desejados nestes países, que fechavam freqüentemente suas fronteiras ou concediam um número limitado de vistos. Alguns países da América Latina, por exemplo, mantiveram

---

<sup>220</sup> DE FELICE, Renzo. *Storia degli ebrei italiani sotto il fascismo*. Torino, ed, Einaudi, 1971, pp. 326-327.

uma prática de emigração apoiada em circulares secretas anti-semitas, como foi o caso do Brasil e da Argentina.<sup>221</sup>

Entretanto, não podemos deixar de considerar que, nestes países, o fascismo tinha adeptos e simpatizantes, tanto no nível do governo como entre os italianos naturalizados. No caso do Brasil, a historiografia contemporânea tem demonstrado que um segmento representativo do governo de Getúlio Vargas tinha o fascismo italiano como um paradigma. Segundo o historiador Fabio Bertonha, o próprio governo de Mussolini buscava adeptos entre os imigrantes italianos radicados no Brasil, assim como entre os grupos de intelectuais e de políticos sensíveis às práticas autoritárias. Inúmeros eram os admiradores do fascismo entre os intelectuais católicos e os integralistas, dentre os quais o próprio Plínio Salgado.

*Durante um período de 20 anos (1922-1942) a coletividade italiana de São Paulo e de outros estados brasileiros foi sacudida por um intenso esforço do governo fascista para retomar os laços com os italianos e seus descendentes presentes no Brasil.*<sup>222</sup>

Podemos considerar que, a partir de 1938,

A possibilidade de fuga da Itália alimentava, independentemente das dificuldades a serem enfrentadas, a idéia de liberdade e a promessa de um futuro melhor. Sempre se esperava o melhor, em qualquer situação, pois nada poderia se comparar aos porões do inferno nazista<sup>223</sup>.

*No entanto, os refugiados judeus tinham que romper as barreiras nacionalistas que pregavam limites à entrada de estrangeiros, principalmente os classificados como “semitas”. Objetava-se, segundo argumentos característicos do discurso anti-semita, que este grupo de refugiados não contribuía para o desenvolvimento brasileiro, pois*

---

<sup>221</sup> Sobre este tema, ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org) *O anti-semitismo nas Américas. História e Memória*. São Paulo, Edusp, 2007; SENKMANN, Leonardo, *Argentina, la segunda guerra mundial y los refugiados indeseables, 1933-1945*, Buenos Aires, Grupo Editor Latino-americano, 1991; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*, op. cit.; *O Veneno da Serpente*, op. cit.; LESSER, Jeffrey, op. cit.; KOIFMAN, Fabio. *Quixote nas trevas*. Rio de Janeiro-São Paulo, Ed. RECORD, 2002; MILGRAN, Avraham, op. cit.

<sup>222</sup> BERTONHA, Fabio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001, p. 19.

<sup>223</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *Brasil um Refúgio nos Trópicos. A Trajetória dos Refugiados do Nazi-Fascismo*. São Paulo, Ed. Estação Liberdade-Instituto Goethe, 1996, p. 36.

*não era formado por agricultores ou capitalistas. Segundo autoridades diplomáticas e da imigração, os judeus não se enquadravam no modelo que estava sendo implantado, pois estavam acostumados a morar nas grandes cidades e dedicavam-se ao comércio, mantinham seus idiomas de origem e neles educavam os filhos.*

*Nos documentos oficiais e policiais, assim como nas obras anti-semíticas publicadas na década de 30, fica evidente o endosso do*

*estereótipo comum do judeu pobre e comunista (...) Como sinal de malignidade. Percebemos que crescia a rejeição à entrada de judeus no País na mesma velocidade em que o número de pedidos de vistos na Europa aumentava.<sup>224</sup>*

*A documentação oficial demonstra que o governo Vargas, a partir de 1937, criou dificuldades para a liberação de vistos nos países de origem dos refugiados, e em nada favoreceu a chegada e a adaptação no Brasil. Ainda criou problemas para todos os italianos (assim como para os alemães e os japoneses) após a aliança do Brasil com os Estados Unidos, em 1942. Esta faceta autoritária do governo Vargas é muitas vezes omitida pela História Oficial, que exalta o conjunto de políticas econômicas e sociais introduzidas por ele a partir de 1930, associando seu nome ao desenvolvimento industrial e aos direitos sociais. Mas não podemos nos omitir diante do autoritarismo, do racismo e das perseguições políticas que marcaram o Estado Novo, período que coincide com o fluxo de entrada, ainda que dificultado pelas circulares secretas anti-semitas, dos refugiados do fascismo no Brasil. E se muitos conseguiram romper as barreiras diplomáticas impostas pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foi graças a um conjunto de estratégias de sobrevivência ou de resistência. Algumas centenas entraram no Brasil como turistas (categoria de visto temporário) ou como católicos (visto temporário ou permanente). Há referências a alguns casos de vistos concedidos para arianos não judeus, isto é, para judeus que comprovassem o batismo católico com documento datado de antes de 1934.<sup>225</sup> Esta postura intolerante, xenófoba e autoritária que caracterizou o Estado Novo deve ser avaliada como um legado do passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma desde 1920, como enfatizou Maria Celina D'Araújo em*

---

<sup>224</sup> BRASIL. 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro (RJ), IBGE, 2000, p. 136.

<sup>225</sup> Sobre este assunto podem ser consultados os trabalhos de Milgram, A. *Os judeus do Vaticano*, op. cit.; Carneiro, M.L.T. *O Anti-semitismo na Era Vargas*, op. cit. Cap. 4.4 Os novo-cristãos do séc. XX. p. 172.

seu livro. A partir de novembro de 1937 elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo governo<sup>226</sup>.

*A maneira de conceber o poder, ou melhor a “maneira de dirigir o país” - o povo, os negócios, a defesa nacional – consistia em atribuir ao governo um poder de decisão maior que o da sociedade e do mercado. O Estado, nesta visão, deveria ser capaz de apontar as soluções econômicas, políticas e sociais e até mesmo programá-las quando o julgasse conveniente. Aos diferentes escalões governamentais – presidente, ministérios, secretarias, Forças Armadas – caberia decidir o que era mais conveniente para todos. Dessa maneira, o papel do governo não seria atender aos interesses e desejos da sociedade, conforme postulado pela teoria liberal-democrática, mas sim apontar os caminhos e a maneira como ela deveria se comportar. Era basicamente o que se convencionou chamar de Estado Intervencionista. (...) Essa maneira de conceber o poder tem raízes no pensamento autoritário que floresceu no mundo nos anos 1920, representado no Brasil principalmente por pensadores como Azevedo Amaral, Alberto Torres, Oliveira Viana e Francisco Campos. De acordo com esses intelectuais, o Brasil era um país imaturo, carente de nacionalismo e de organização política e econômica. Julgava-se que a população brasileira não era capaz de conceber suas metas e seu destino e que por isso era necessário ter uma espécie de “líder iluminado” que lhe indicasse o melhor caminho.*<sup>227</sup>

Podemos considerar que foi graças à persistência de um pensamento autoritário que vingou uma política imigratória de restrição aos judeus e outros indesejáveis. Uma breve cronologia das leis imigratórias promulgadas desde o final da Primeira Guerra Mundial é suficiente para constatar que, nem sempre, o emigrante foi desejado para compor a população brasileira.

Durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), foi emitido, em 6 de janeiro de 1921, o Decreto-Lei n. 4.247, com o qual se proibia a entrada de *indesejáveis* (velhos, criminosos e doentes), através da imposição de um *termo de responsabilidade* e regulamentado pelo Decreto-Lei n. 16.761, de 31 de dezembro de 1924.<sup>228</sup> Neste mesmo ano foi retomada uma lei que, com base na passagem do imigrante, definia o *status* do

---

<sup>226</sup> BORIS, Fausto. História do Brasil, São Paulo, Edusp. 1999, p. 365.

<sup>227</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. 2ª edição, 6ª impressão. São Paulo, ed. Moderna, 2004, p. 9.

<sup>228</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*, São Paulo, Perspectiva, 2001, p.106.

passageiro: se turista ou imigrante de 1ª ou 2ª classe. O *status* social associava a imigração à pobreza, condição que estigmatizava o imigrante classificado como indesejável, de 2ª categoria.

Em 1925, uma nova lei exigia dos imigrantes uma documentação mais complexa, com objetivos seletivos, mas livre de elementos discriminatórios em relação à nacionalidade e à religião, como enfatizou Nachmann Falbel em seus estudos sobre emigração judaica para o Brasil. Mesmo porque, neste período de entre-guerras, o fluxo de refugiados judeus apátridas em direção ao Brasil era ainda muito pequeno. No entanto, em 1921, Dulphe Pinheiro Machado, do Departamento Nacional de Imigração, já alertava para o perigo do ingresso de judeus em território brasileiro<sup>229</sup>. Ainda que fato isolado, tal postura não deve ser ignorada como expressão dos primeiros sintomas de anti-semitismo político.

Entre 1930 e 1934, dois decretos proibiram totalmente a imigração: nº. 18.482, de 12 de dezembro de 1930, e nº. 20.917, de 7 de janeiro de 1932. Tais medidas anunciavam um novo momento na história da República brasileira. Posteriormente, a entrada de imigrantes veio a ser regulamentada pelos Decretos nº. 24.215 e nº. 24.258, de 16 de maio de 1934, culminando com o art. 121, § 6º, da Constituição de 16 de julho de 1934. Segundo modelo adotado pelos Estados Unidos, o governo brasileiro criava um *regime de quotas* para a imigração, revigorado pelo art. 151 da Constituição de 10 de novembro de 1937. Segundo Tucci Carneiro, o regime de quotas se prestou após 1937 – quando entraram em vigor as *circulares secretas* – como fachada para ocultar a política anti-semita do governo, sustentada até 1948. Apesar de as quotas terem sido ampliadas por pressão dos Estados Unidos (como em outros países), dos órgãos internacionais de ajuda aos refugiados políticos ou em atenção ao pedido do Vaticano, os vistos concedidos jamais atenderam ao caráter emergencial vivenciado pelos judeus na Europa.<sup>230</sup>

Em 1934, novas resoluções governamentais, relativas à imigração, instituíam o sistema das citadas *cartas de chamada* (semelhantes ao antigo termo de responsabilidade), aplicado em boa parte aos trabalhadores rurais, profissionais contratados e proprietários de terras capitalistas. Inúmeros judeus, refugiados do nazismo, entraram no país valendo-se de cartas de chamada compradas, estratégia que foi denunciada por

---

<sup>229</sup> MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes Judeus do Oriente Médio*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003, p. 235.

<sup>230</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, op. cit., pp. 106; 107; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazi-fascismo*. São Paulo, Perspectiva, no prelo.

diplomatas em missão no exterior e amplamente combatida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. “O comércio das cartas de chamada” foi avaliado como expressão negativa do comportamento dos judeus, que, a qualquer custo, tentavam fugir das perseguições nazistas, deixando a Alemanha. No mesmo ano foi instituída a proibição da entrada de analfabetos e fixada a quota anual de entrada de estrangeiros em 2% do número total de cada nacionalidade ingressada no país durante os últimos 50 anos.

Um outro subterfúgio era entrar no país com visto de turista, que dava o direito de permanência por apenas seis meses com possibilidade de renovação. O difícil era conseguir regulamentar a permanência. Muitos não conseguiam achar trabalho no período de tempo estabelecido pelo visto turístico, outros fugiam para os países limítrofes, onde se estabeleciam ou retornavam tentando novamente conseguir o visto permanente no Brasil.

Em 1936 as “cartas de chamada” foram substituídas pelas “cartas de autorização”.<sup>231</sup> Cada vez mais, a obrigatoriedade, para o emigrante, de apresentar a carta de chamada para obtenção de visto alimentou, como em 1934, um verdadeiro “comércio de cartas falsas”, envolvendo autoridades da emigração, diplomatas e funcionários do Itamaraty. Ao mesmo tempo, proliferavam as agências de viagem que agiam acobertadas por certas repartições federais.<sup>232</sup> Diante do plano de exclusão sustentado pela Alemanha desde 1933, os judeus se viam forçados a se valer de diferentes subterfúgios para sobreviver: converter-se ao catolicismo, obter passaportes falsos para facilitar a fuga, comprar passagens de ida e volta tentando passar como turistas, etc.

Para acabar com a aquisição de falsas “cartas de autorização” e inibir a entrada de refugiados do nazismo no Brasil, o Itamaraty emitiu a Ordem Permanente de Serviço nº. 25, de 25 de maio de 1937, antecedente para as futuras circulares secretas.

O intuito era de impedir, quanto possível, a entrada no Brasil de imigrantes israelitas sem nacionalidade e, também, de “apátridas”. Esta Ordem foi justificada

*com base na tese da nocividade dos judeus que, valendo-se das quotas de imigração liberadas para os países de onde procediam, estariam “burlando” as disposições legais conforme artigos específicos da Constituição de 1934 e 1937. Em 7 de junho de 1937, o*

---

<sup>231</sup> FALBEL, Nachman, *Estudo sobre a Comunidade Judaica do Brasil*. S. Paulo, Ed. FIESP, 1984, p. 50.

<sup>232</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *O Anti-Semitismo na Era Vargas*, S. Paulo, Perspectiva, 2001, p. 110.

*ministro Mario de Pimentel Brandão expediu a Circular Secreta n. 1.127 cujos princípios anti-semitas persistiram durante toda a gestão do chanceler Oswaldo Aranha e Raul Fernandes, este último ministro do governo Dutra. Em 1941, o ministro da Justiça Francisco Campos, em comum acordo com o CIC, o Itamaraty e a Presidência da República, reforçou esta postura contra os refugiados judeus.*<sup>233</sup>

A partir da data de emissão da Ordem de Serviço nº 25 é que deve ser avaliado o anti-semitismo político adotado pelo Estado Novo enquanto instrumento de poder<sup>234</sup>. No contexto de uma política nacionalista, xenófoba e intolerante, a emigração despontou como o mal maior que exigia controle e critérios rígidos de seleção. Estas ações expressam o novo momento vivenciado pelo Brasil, que, desde 10 de novembro de 1937, estava sob a chefia de Getúlio Vargas, agora ditador após o golpe de Estado que dissolveu o Congresso, legitimando o Estado Novo e a adoção de uma política imigratória seletiva para o Brasil, que favoreceu a proliferação de critérios anti-semitas. A emissão da primeira Circular Secreta anti-semita, nº. 1.127, em 7 de junho de 1937, e a criação do CIC (Conselho de Imigração e Colonização), em maio de 1938, devem ser avaliadas como sintomas da reação do governo Vargas, que se mostrou indiferente ao drama que atingia milhares de judeus na Alemanha e, posteriormente, nos demais países ocupados pelo nacional-socialismo. Este período de recrudescimento do anti-semitismo no Leste Europeu coincidiu, também, com a instituição das leis raciais na Itália em 1938, leis que serviram para engrossar o fluxo imigratório dos judeus em direção às Américas.

*A circular nº. 1.127 proibia a concessão de vistos em passaportes de indivíduos de origem semita, mas com a ressalva de que se tratando de pessoas de destaque na sociedade e no mundo dos negócios, os consulados deveriam consultar a Secretaria de Estado antes de recusar.*<sup>235</sup>

Em 27 de setembro de 1938, foi emitida a Circular Secreta, nº 1.249, direcionada às missões diplomáticas e consulados de carreira e às autoridades de imigração e policiais, com a intenção de regulamentar a entrada de estrangeiros de origem “semita” no

---

<sup>233</sup> Ibid., pp.113-114.

<sup>234</sup> ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Instrumento de Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1975, pp. 21-30.

<sup>235</sup> FALBEL, ob. cit., p. 52

território nacional. Esta circular, assinada por Oswaldo Aranha, revogava a precedente (n.1.127) somente naquilo em que esta poderia contrariar as novas disposições. Apesar destas restrições, judeus alemães, e italianos também (a partir do fim de 1938 até 1940), conseguiram entrar às centenas no Brasil, valendo-se do visto capitalista: o pagamento de dez mil cruzeiros por pessoa, que, como um *affidavit*, era depositado no Banco do Brasil. De raro em raro, conseguiam os vistos através da indulgência de cônsules brasileiros na Europa que, movidos pelo espírito humanitário, dedicavam-se a salvar os judeus em trânsito, sem país de destino. A partir de julho de 1938, os judeus italianos começaram a procurar vistos nos consulados e na embaixada brasileira para refugiar-se no Brasil. A maior afluência destes imigrantes aconteceu entre janeiro de 1939 e dezembro de 1940, período de intensa repressão aos estrangeiros radicados no país.

Quem chegou ao Brasil neste período tornou-se alvo do Decreto nº. 383, de 18 de abril de 1938 (artigo n. 3), que nacionalizava todas as instituições estrangeiras no país e proibia o uso de qualquer outra língua além do português, nas escolas ou nas atividades culturais. O Estado investiu contra as diferenças políticas e culturais, obstruindo quaisquer canais que valorizassem as identidades nacionais em detrimento da brasilidade. Em 1940, seis países da América Latina (Brasil, Uruguai, Paraguai, Peru, São Salvador e Bolívia) fizeram um acordo com o Vaticano para permitir a imigração de “conversos” aos seus respectivos territórios.<sup>236</sup> Na documentação diplomática brasileira este grupo foi denominado de *católicos não arianos*, caso que exemplifica muito bem a prática do anti-semitismo político. Expressiva foi a posição de Ciro de Freitas Vale, cônsul do Brasil em Berlim que, mesmo tendo o poder para atribuir vistos aos judeus “não arianos”, não utilizou a quota direcionada para este fim. Por estar envolvido diretamente com a Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, daremos especial atenção a Freitas Vale em item à parte.

Candido Mota Filho (1897-1977)<sup>237</sup> via o fascismo como solução revolucionária e política para a necessidade de reforço do Executivo. No fascismo desaparece o cidadão para dar lugar ao homem social, isto é, aos produtores, daí o seu propósito de realizar o Estado corporativo. A seu ver, a iniciativa privada seria o instrumento mais eficaz de

---

<sup>236</sup> Idem, p.53

<sup>237</sup> Candido Mota Filho, advogado, professor, jornalista, ensaísta político. A partir de 2.9.1944 foi ministro do Supremo Tribunal Federal e, em 1960, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Combinou a política com a crítica literária, atuando na imprensa até 1917. Para este assunto consultar o livro de MILGRAM, Avraham. *Os Judeus do Vaticano*. Rio de Janeiro, Ed. Imago, p.109: Ciro de Freitas Vale – as primeiras lições de um anti-semita.



realização dos interesses nacionais, devendo perder o caráter livre da economia capitalista para ser instrumento social da nação.<sup>238</sup> As razões que levaram os pensadores brasileiros a usar, a elaborar e a defender uma ideologia “estadista” como o único caminho para a construção da nação, ou seja, a considerar o Estado como o detentor do papel predominante nesta construção, têm que ser procuradas no conceito de “nação atrasada” em respeito ao Brasil: o Estado seria visualizado como propulsor e controlador da passagem de uma sociedade rural-oligárquica para uma sociedade urbano-industrial.<sup>239</sup>

### 3.3 – Um Brasil Fascista

Para Lippi Oliveira, havia uma proximidade muito grande “com maior ou menor intensidade, tanto no pensamento fascista como nos princípios doutrinários dos ideólogos do regime de 1937”.<sup>240</sup>

Enfim, podemos considerar que, desde o início do Estado Novo, parte da sociedade brasileira estava impregnada de aspectos totalizadores que extrapolavam a ordem política. Seduzidos pela propaganda oficial, milhares de brasileiros glorificavam Vargas como o “Salvador da nação” e “o pai dos pobres”. Intelectuais renomados ligados aos integralistas e à Igreja Católica colaboravam ou apoiavam as ações autoritárias, xenófobas e intolerantes praticadas pelas autoridades políticas próximas do poder. À violenta repressão aos comunistas somou-se a política imigratória anti-semita. Tempos de intolerância, tempos de arbitrariedade e injustiças. Tempos de aliança entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, posturas que se prestam para análises comparativas entre o fascismo italiano, o salazarismo português e o franquismo, interpretados hoje como exemplos das múltiplas faces do fascismo.<sup>241</sup>

Dentre os intelectuais católicos cabe citar Alceu Amoroso Lima, integralista e muito próximo a Francisco Campos. Alceu, também conhecido como Tristão de Ataíde,

---

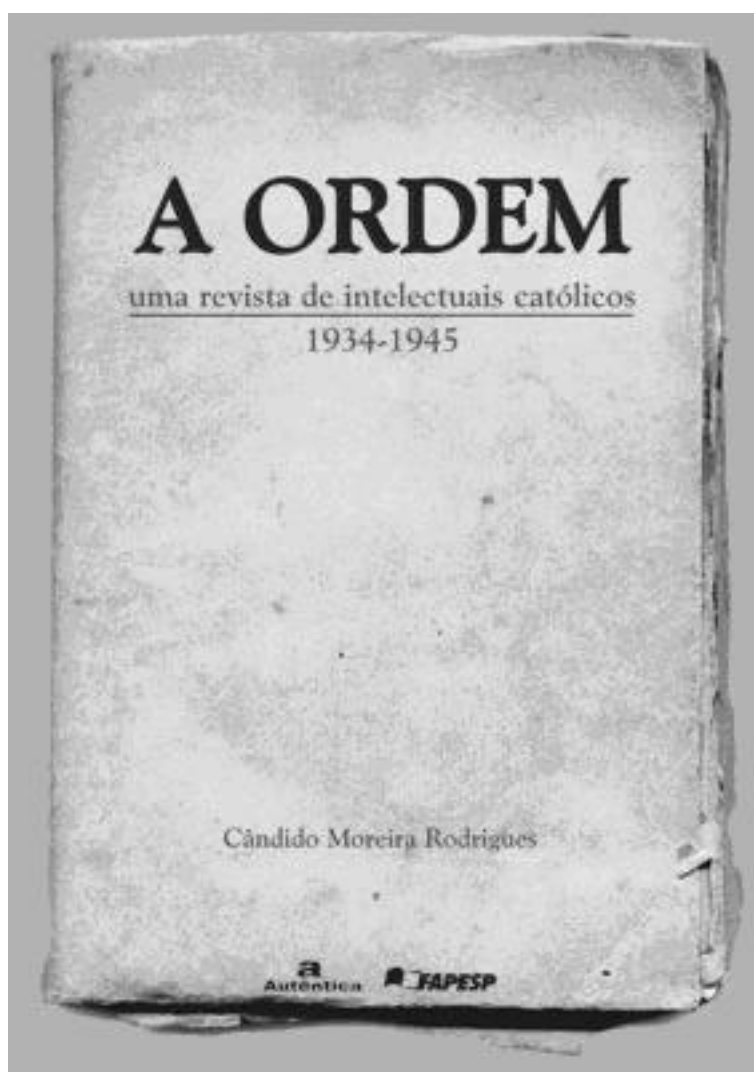
<sup>238</sup> LIPPI OLIVEIRA, Lúcia. “Introdução”. In LIPPI OLIVEIRA, Lúcia; VELLOSO PIMENTA Mônica; CASTRO GOMES, Ângela Maria. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1982, pp. 16-28.

<sup>239</sup> LIPPI OLIVEIRA, op. cit., p. 28.

<sup>240</sup> Ibid., p. 25

<sup>241</sup> Estas questões vêm sendo debatidas e analisadas por um grupo de pesquisadores que, através de convênio entre as universidades de Bologna, Coimbra e São Paulo, tem se reunido em congressos desde 2005. Coordenam Alberto de Bernardi, Tucci Carneiro, Reis Vorgal.

tornou-se o representante leigo da Igreja Católica junto ao governo Vargas. Em 1934, alertava para “os perigos do judaísmo, da maçonaria, do comunismo, do protestantismo”<sup>242</sup>. Desde a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, Amoroso Lima vinha coordenando a publicação da revista *A Ordem*, com sede no Rio de Janeiro, portavoz do Centro Dom Vital. Nas décadas de 1950-60, seu pensamento mudaria radicalmente de orientação, vindo a se tornar um firme defensor das idéias democráticas e dos direitos humanos.<sup>243</sup>



*A Ordem* contou com a participação de pensadores ligados à Igreja Católica que estabeleceram um campo fecundo para a discussão e a crítica formal contra os preceitos

<sup>242</sup> Revista *A Ordem*, Rio de Janeiro. Órgão do Centro D. Vital, 1922, Mensal, n°53.

<sup>243</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Racismo na História do Brasil*, 8ª ed., São Paulo, Ática, 1999, p 41.

do liberalismo, do socialismo. A revista tinha, também, a finalidade de renovar o ensino. Sua produção se insere no vasto campo das concepções filosóficas e doutrinárias, nas quais a educação tinha espaço. Este periódico ganhou importância como órgão de difusão das propostas de reordenação do País nos moldes cristãos, agregando intelectuais que se consideravam o único segmento da sociedade capaz de oferecer respostas aos problemas nacionais e imprimir novos rumos ao País. A revista, ao pretender “recatolicizar” o País, a partir da manutenção da ordem simbólica religiosa, contribuiu também para a manutenção da ordem política, algo muito interessante para um governo como o de Vargas. A partir de meados da década de 1930, foram discutidos, de maneira mais enfática, temas como educação, ação católica, combate ao comunismo. *A Ordem* condenava o liberalismo, cujo erro fundamental, na opinião do historiador Moreira Rodrigues, era o de ignorar a unidade espiritual, tida como base de todas as unidades.<sup>244</sup>

Fica evidente na revista a posição de simpatia dos autores em relação às atitudes do governo de Hitler, pelo menos no que dizia respeito à perseguição aos judeus.<sup>245</sup> Afirmava-se que a perseguição prestava-se a mistificações e que se tratava de uma “conspiração” dos judeus contra o partido de Hitler. A suposta conspiração visava impedir que o “nacional-socialismo” se mantivesse no poder.

A revista *A Ordem* deve ser compreendida no contexto do processo de recristianização do Brasil e de aproximação de Igreja e Estado. Por meio de seus artigos produzidos por uma elite de intelectuais leigos e religiosos, *A Ordem* favoreceu a persistência e a proliferação do pensamento conservador, tradicionalista e reacionário no Brasil. Abriu espaço também para o anti-semitismo, que recebeu atenção de intelectuais renomados como Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), Osório Lopes e Bartholomeu de Almeida.<sup>246</sup> Seus escritos comportam as principais teses do anti-semitismo moderno; da

---

<sup>244</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. *A ORDEM, Uma revista de Intelectuais Católicos 1934-1945*. São Paulo, Autêntica, FAPESP, 2005.

<sup>245</sup> Revista *A Ordem*, 1934, n. 47, p. 77.

<sup>246</sup> Corrêa de Oliveira, Plínio. “O verdadeiro Perigo Comunista”, in Revista *A Ordem*, julho-agosto 1933, pp. 555-556.

Idem. “A Igreja e o judaísmo”. Revista *A Ordem*. Ano 1931. Mês de janeiro, pp. 45-56.

LOPES, Osório. “A Physionomia de um povo” em Revista *A Ordem*, 1931. março-julho, pp. 49-51

Idem. “Imigração judaica”. *A Ordem* Vol X n. 41-46. Julho-Agosto 1933. p.587

Idem. “A Inquisição e os judeus” (1) *A Ordem*. Janeiro-Fevereiro 1930. p.12

Almeida, Bartholomeu de. “A Maçonaria no Brasil”. Revista *A Ordem*. Vol. IX, números 35 a 40. (Nova série). Março de 1933, pp. 236-241.

conspiração internacional comunista-maçônica-judaica; do judeu invasor e errante por natureza; da vitimização do povo de Israel e do povo deicida.<sup>247</sup>

Parte dos textos publicados pela *A Ordem* na década de 30 insiste numa equiparação do judeu com a figura do militante marxista, o capitalista liberal ou maçom, elementos de referência para uma visão da história propícia à “construção” do mito das conspirações. Tanto o judeu marxista como o judeu liberal são, geralmente, apresentados como símbolos da degeneração que atinge a sociedade moderna. Numa verdadeira simbiose Igreja-Estado, os artigos alimentavam a idéia de uma “nova cruzada”, movida pelos sentimentos de xenofobia, anti-semitismo e nacionalismo exacerbado.

Podemos fazer um paralelo entre a revista brasileira *A Ordem* e a italiana *Civiltà cattolica*?

Como podemos constatar, as duas revistas tinham como finalidade a recatolicização do país e a manutenção da ordem política a partir da ordem religiosa. As duas revistas combatiam diretamente o comunismo e a maçonaria através de ataques contra os judeus, acusados de serem comunistas e maçons, além de liberais e, como tais, inimigos da ordem e da moralidade. A produção destes periódicos coincide com o movimento de negociação entre Estado e Igreja Católica, tanto no Brasil como na Itália. Esta aproximação – em ambos os países – coincidiu com o processo de nacionalização das escolas. O ensino religioso passou a ser matéria obrigatória no currículo escolar. Na Itália, o ensino religioso, a partir dos *Patti Lateranensi* (Pacto de Latrão), em 1929, tornou-se obrigatório, e assim permanece até hoje nas escolas, desde o jardim de infância até o fim do colegial. Muitos alunos de crenças diferentes são, porém, isentos e a aula de religião é então substituída por outra de interesse comum. No Brasil, o ensino religioso foi reintroduzido como obrigatório nas escolas através do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, graças à influência de Alceu Amoroso Lima sobre Francisco Campos. Assim, à semelhança do fascismo italiano, a doutrina católica era, também, uma doutrina de Estado. Tal proximidade e afinidades podem ser constatadas no Brasil, em 1934, quando a Liga Eleitoral Católica elegeu deputados que incorporaram à nova

---

<sup>247</sup> Para este assunto consultar: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Veneno da Serpente*. São Paulo, Perspectiva, 2003, p. 85; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Alerta contra o Perigo Vermelho*. São Paulo, Perspectiva, 2002; WIAZOVISKI, Taciana, *BOLCHEVISMO E JUDAISMO. A COMUNIDADE JUDAICA SOB O OLHAR DO DEOPS. Módulo VI - Comunistas*. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001

Constituição o decreto de 1931, no capítulo de Educação. Esta concepção do ensino religioso católico foi mantida pela Constituição de 1937 e ratificada pela Constituição de 1946.

O perfil idealizado pelo Estado para o Brasil de Vargas era de um país católico, moderno, ocupado por uma população “racialmente” homogênea e afinada com o ideário do regime. No entanto, este não foi o país encontrado pelos judeus refugiados do fascismo italiano, que, no dia-a-dia, foram descobrindo uma outra faceta com a qual se identificaram: a da resistência anti-fascista.

Os judeus refugiados do fascismo italiano no Brasil a partir de 1938 encontraram, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, uma comunidade italiana ideologicamente dividida. Fascistas e antifascistas, adeptos ou meros simpatizantes, posicionavam-se diante dos acontecimentos que tumultuavam o cotidiano da velha Itália, agora com um novo perfil: a de aliada do Terceiro Reich e adepta de uma política racista. Estas tensões, no entanto, não eram novidade para os membros da comunidade italiana radicada, principalmente, nas grandes cidades das regiões sul e sudeste do Brasil. Desde o advento do fascismo na Itália, a diplomacia italiana no Brasil diversificou suas funções, tendo que divulgar o fascismo entre os imigrantes italianos e seus descendentes. Desde 1922, por ocasião da marcha sobre Roma, Mussolini e o seu governo encontraram admiradores no Brasil: no Estado, na Igreja, nas Forças Armadas, na imprensa e, acima de tudo, na sociedade civil. A maior parte dos italianos residentes no país reagiu de maneira positiva ao regime fascista. Os italianos, descendentes daqueles que haviam chegado pobres durante a grande imigração e que haviam suportado discriminações de todo tipo, sentiram-se finalmente valorizados. Segundo Ângelo Trento, tratava-se

*de uma psicose de orgulho nacional, Mussolini os tinha libertado de um complexo de inferioridade. (...) Se quisermos descobrir um motivo geral do fascínio exercido pelo governo Mussolini sobre os emigrantes italianos devemos procurá-lo no maior prestígio internacional de que gozava a Itália. Prestígio tão mal entendido e baseado em fundamentos tão frágeis quanto quiserem, mas aceito unanimemente e confirmado pelo comportamento de todos os governos ocidentais.*<sup>248</sup>

---

<sup>248</sup> TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo, Ed. Nobel, 1989, p.302.

Mussolini lhes havia restituído a dignidade de serem italianos e o sentido da grandeza da Pátria. O nacionalismo os exaltou de tal maneira que quase todos se tornaram fascistas, acabando também por aceitar, com o passar dos anos e com muita leviandade, as idéias racistas propagadas pelo regime. Um conjunto de iniciativas do governo de Mussolini direcionadas à comunidade ítalo-brasileira servia para fortalecer o sentimento de italianidade e de identificação com os ideais fascistas. Entre 1923 e 1938, este segmento garantiu a propagação do *Fascio* no Brasil, que, durante o governo Vargas, encontrou espaço para organizar-se. Integralistas, fascistas, autoridades governamentais e intelectuais católicos vislumbravam a Itália de Mussolini como um modelo de Estado e Nação.

Desde 1923, havia sido instituída a Secretaria da Zona dos *Fasci* Italianos no Exterior, para os estados de São Paulo e Mato Grosso. O *Fascio* de São Paulo, dedicado a *Filippo Corridoni*<sup>249</sup>, conseguiu ter inúmeras seções em diversos municípios do Estado, com um total de mil inscritos. Tanto a Secretaria, como o *Fascio* eram dirigidos por um Comissário Regente, que naquela época era o Dr. Alberto Benincasa. A sede era uma bela casa situada na Alameda Barão de Limeira. Ao *Fascio* “Filippo Corridoni” estavam ligados diversos organismos, entre os quais o *Fascio* Feminino, os Jovens Fascistas, o *Dopolavoro*, um Instituto de Cultura e Diversão, etc. Este instituto tinha cerca de três mil sócios e desenvolvia atividades no campo teatral, cultural, esportivo e excursionista.

250

---

<sup>249</sup> Filippo Corridoni (1888-1915), a partir de 1913, foi dirigente da União Sindical Italiana (USI); esteve entre os defensores do intervencionismo revolucionário na Iª Guerra Mundial, da qual participou, morrendo no Carso, em 1915.

<sup>250</sup> Sobre o tema do *Fascio* no Estado de São Paulo, ver os estudos de SANTOS, Viviane Teresinha dos. *OS SEGUIDORES DO DUCE: OS ITALIANOS FASCISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO*. Coleção INVENTÁRIO DEOPS, MÓDULO V- Italianos. Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial – São Paulo, 2001; BERTONHA, J. Fabio. *SOB A SOMBRA DE MUSSOLINI, OS ITALIANOS DE SÃO PAULO E A LUTA CONTRA O FASCISMO*, 1919-1945. São Paulo, ANNABLUME editora, 1999.



*La sede del  
Fascio Italiano  
di San Paolo*



*L'inaugurazione della sede  
del Fascio Italiano con  
l'intervento di S. E. Gu-  
glielmo Marconi*



Fonte: Livro Cinquantanni di lavoro degli Italiani in Brasile Volume I – São Paulo – Ed. SEI 1936

*Inauguração da Sé do Fascio Italiano com presença de sua S.E. Guglielmo Marconi*

Para o aniversário da marcha sobre Roma (1922), na edição de 28 de outubro de 1925, o jornal dos italianos, *Fanfulla*,<sup>251</sup> lembrando o triste período que a Itália havia vivenciado logo após a Primeira Guerra Mundial, enfatizava quanto a Itália estava mudada sob o governo de Mussolini:

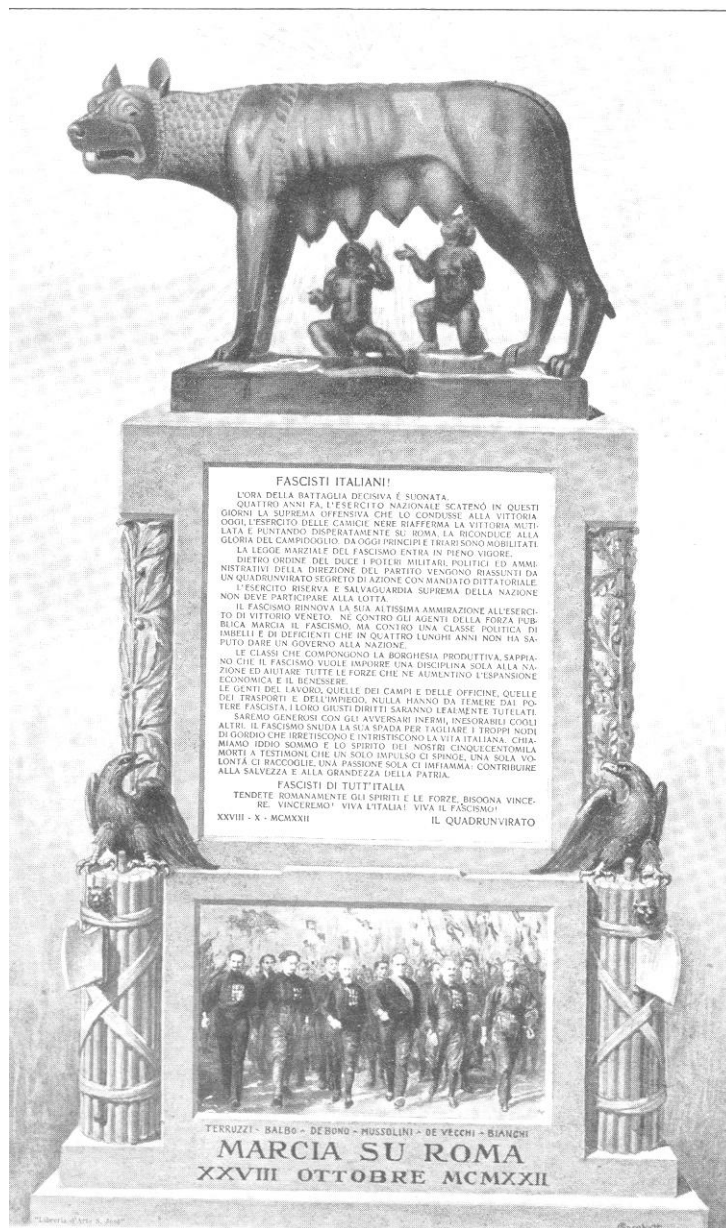
*Hoje as coisas mudaram. Hoje, graças a Deus, temos um governo... O que conta hoje é a revalorização da consciência nacional italiana. É certo exagerar depois de tanta resignação e tanta humilhação. Se no nosso grito de desforra adverte-se um ímpeto quase selvagem, não devemos, nem podemos esquecer que fomos obrigados ao silêncio por tantos anos... Hoje a Itália não é mais tratada como um vilarejo macedônico qualquer. É temida. É adulada..*<sup>252</sup>

---

<sup>251</sup> A imprensa italiana em São Paulo nasceu com os primeiros núcleos de imigrantes. Muitíssimos jornais, diários, semanais e quinzenais, vieram à luz, duraram algum tempo e depois desapareceram. De todos os diários italianos publicados, o *Fanfulla* foi o mais importante e mais duradouro. O jornal foi fundado em 1892 por Vitellino Rotellini, de maneira modesta e com poucos meios, e o primeiro número foi publicado em 17 de junho de 1893. Ele desenvolveu-se junto com a coletividade italiana, registrando seus acontecimentos e progressos. A sua coleção, que se encontra atualmente micro filmada na USP, pode ser considerada o único arquivo documentário da vida italiana em São Paulo. Em 1965, passou de diário a semanal, e parou de ser publicado há pouco tempo.

<sup>252</sup> Trento, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*, op. cit., p. 303





**FASCISTI ITALIANI!**

L'ORA DELLA BATTAGLIA DECISIVA È SUONATA. QUATTRO ANNI FA, L'Esercito Nazionale scatenò in questi giorni la suprema offensiva che lo condusse alla vittoria. OGGI L'Esercito delle Camice Nere riafferma la vittoria militata e riunisce disprezzatamente su Roma la riconduca alla gloria del Campidoglio. DA OGGI PRINCIPIE E TRASPSONI MOBILITATI LA LEGGE MARZIALE DEL FASCISMO ENTRA IN PIENO VIGORE. DIETRO ORDINE DEL DUCE I ROVERI MILITARI, POLITICI ED AMMINISTRATIVI DELLA DIREZIONE DEL PARTITO VENGONO RIASSUNTI DA UN QUADRUNVIRATO SEGRETO DI AZIONE CON MANDATO DITTATORIALE. L'Esercito riserva e salvaguarda suprema della nazione non deve partecipare alla lotta.

IL FASCISMO RINNOVA LA SUA ALTISSIMA AMMIRAZIONE ALL'Esercito di Vittorio Veneto, NE CONTRO GLI AGENTI DELLA FORZA PUBBLICA MARCIA IL FASCISMO, MA CONTRO UNA CLASSE POLITICA DI IMBELLITI E DI DEFICIENTI CHE IN OLTATTO LUNGI ANNI NON HA SALE GOVERNO ALLA NAZIONE.

IL FASCISMO RINNOVA LA SUA ALTISSIMA AMMIRAZIONE ALL'Esercito di Vittorio Veneto, NE CONTRO GLI AGENTI DELLA FORZA PUBBLICA MARCIA IL FASCISMO, MA CONTRO UNA CLASSE POLITICA DI IMBELLITI E DI DEFICIENTI CHE IN OLTATTO LUNGI ANNI NON HA SALE GOVERNO ALLA NAZIONE.

LE CLASSI CHE COMpongono LA BORGHEZIA PRODUTTIVA, SAPPANO CHE IL FASCISMO VUOLE IMPORRE UNA DISCIPLINA SOLO ALLA NAZIONE ED AIUTARE TUTTE LE FORZE CHE NE AUMENTINO L'ESPANSIONE ECONOMICA E IL BENESSERE.

LE OGNI DEL LAVORO, QUELLE DEI CAMPI E DELLE OFFICINE, QUELLE DEI TRASPORTI E DELL'IMPIEGO, NULLA HANNO DA TEMERE. DAI POVERI FASCISTI I LORO GIUSTI DIRITTI SARANNO LEALMENTE TUFELATI. SAREMO GENEROSI CON GLI AVVERSARI INERMI, INESORABILI COGLI ALTRI. IL FASCISMO SNUDA LA SUA SPADA PER FACILIARE I TROPPI NODI DI GIORNO CHE IRRISCONO E INTORSTICONO LA VITA ITALIANA. CHIAMAMO IDDO SOMMO E LO SPIRITO DEI NOSTRI CINQUECENTOMILA MORTI A TESTIMONI CHE UN SOLO IMPULSO CI SPINGE, UNA SOLA VOGLIA CI RACCOLLE, UNA PASSIONE SOLA CI IMPIANNA. CONTRIBUIRE ALLA SALVEZZA E ALLA GRANDEZZA DELLA PATRIA.

FASCISTI DI TUTT'ITALIA

TENDETE ROMANAMENTE GLI SPIRITI E LE FORZE. BISOGNA VINCERE. VINCEREMO! VIVA L'ITALIA! VIVA IL FASCISMO!

XXVIII - X - MCMXXII IL QUADRUNVIRATO



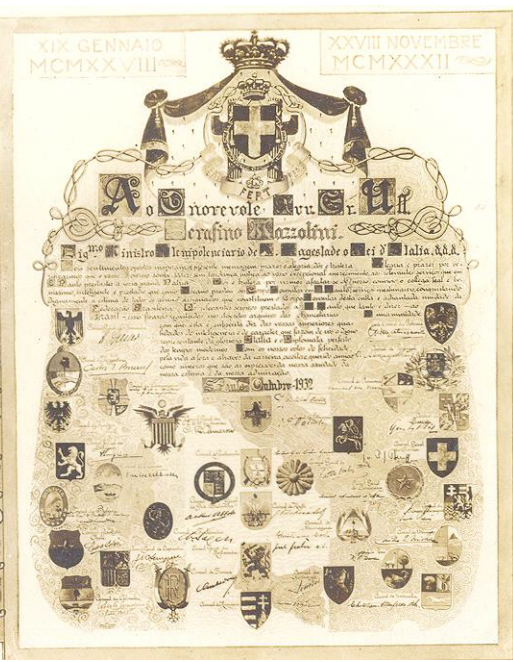
TERRUZZI - BALBO - DE BONO - MUSSOLINI - DE VECCHI - BIANCHI  
**MARCIA SU ROMA**  
 XXVIII OTTOBRE MCMXXII

O embaixador italiano, Giulio Cesare Montagna (1925-1927), procurou difundir o “grande conceito do fascismo” ligado à ordem, à eficiência, ao progresso e à solidariedade de classe, à coesão espiritual e moral<sup>253</sup>. Chegou até a ameaçar represálias contra os italianos que não se inscrevessem nos fascios brasileiros ou que se opusessem aos mesmos. Entre 1928 e 1929, chegou ao Brasil um grupo de cônsules, entre os quais se destacou, como propagador do fascismo, em São Paulo, Serafino Mazzolini, que boicotava a imprensa antifascista brasileira, procurando limitar a circulação dos seus jornais em São Paulo e Rio de Janeiro. Esta e outras ações do cônsul provocaram reações negativas do governo brasileiro, que não via com bons olhos a intromissão da diplomacia italiana na vida política do país.

Durante a gestão do cônsul Mazzolini, as sociedades italianas que ainda não haviam endossado o fascismo foram obrigadas a fazê-lo; as últimas a ceder foram o *Circolo Italiano* e a *Associazione dei Veterani di Guerra*. A única que conseguiu não sucumbir foi a *Lega Lombarda*. Só na cidade de São Paulo, além das já mencionadas, existia um número muito grande de associações italianas: o Círculo Italiano, o Dopolavoro, a Palestra Italia, a União de Viajantes Italianos, o Oberdan, o Muse Italiche, o Círculo Vittorio Veneto, o Clube Marconi, a Sociedade Gabriele D’Annunzio e ainda muitas outras.

---

<sup>253</sup> CERVO, Amado Luiz, op. cit., pp.100-101.



GLI ITALIANI DI S. PAOLO GRATI E NON DIMENTICHI

Em Santos, a Sociedade Italiana de Beneficência, que havia resistido aos grupos fascistas, recebeu, de um representante do *Fascio*, a ameaça de represálias contra familiares residentes na Itália dos administradores.<sup>254</sup> Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder após 1930, estes grupos encontraram espaço para circular e propagar seus ideais exaltando a Itália de Mussolini.

Entre os gestos mais característicos do conde Matarazzo, menciono a oferta feita ao Duce em 1927, de dois milhões de liras para as obras do fascismo. Quando foram declaradas as sanções contra a Itália, o conde Matarazzo mandou 150.000 liras e mantimentos aos voluntários italianos que partiam para o exterior para combater na África Oriental. Em 1º de abril de 1936 o conde Matarazzo inaugurou a subscrição Pró-Pátria, oferecendo a respeitável soma de mil contos de réis. Após este ato, comunicado à Itália através da Embaixada da Itália no Brasil, Mussolini enviou a Matarazzo o seguinte telegrama:



*Conde Matarazzo – A elevada contribuição espontaneamente concedida ao Tesouro pelo senhor, é um ato de patriotismo e de italianidade que aponto como exemplo. Exprimo ao senhor o meu vivo agradecimento – Mussolini*<sup>255</sup>

O conde Matarazzo respondeu confirmando sua devoção ao Duce:

---

<sup>254</sup> TRENTO, Ângelo, op. cit., p.332

<sup>255</sup> Telegrama de Mussolini ao conde Francesco Matarazzo. Abril 1935, apud *Cinquant'anni di lavoro italiano in Brasile*. 1936. São Paulo, Societá Editrice Italiana, pp. 265-266.

*S. Excia. Mussolini – Roma. Confirmando minha devoção de italiano ao egrégio artífice admirável da maior grandeza de nossa Pátria, estou orgulhoso de que o dever cumprido tenha merecido tanta honra e agradecimento.*

*Do seu Francisco Matarazzo.*<sup>256</sup>

Assim como Matarazzo, o conde Rodolfo Crespi fez sua declaração ao fascismo, escrevendo no jornal *A Gazeta*, 28.1.1939:

*Meu último pensamento, além do Brasil, vai hoje para minha pátria, para o Duce, pelo qual sempre nutri a maior devoção. Posso dizer que minha maneira de pensar e agir sempre foi fascista, mesmo quando o fascismo ainda não existia como partido.*<sup>257</sup>



As condecorações transformaram-se em instrumento de sedução, conquistando e identificando os seguidores da fé fascista: as medalhas eram distribuídas com generosidade de um lado para o outro.

Com a grande Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, foram condecorados Mussolini, Balbo e o Príncipe de Piemonte.

---

<sup>256</sup> Telegrama de Mussolini ao conde Francesco Matarazzo. Idem, p. 265-266.

<sup>257</sup> TRENTO, Ângelo, op. cit., p.323. O Conde Rodolfo Crespi, de Busto Arsizio (Itália), foi fundador e presidente da *Sociedade Anônima “Cotonificio Rodolfo Crespi”*, empresa que surgiu em 1897.

O próprio conde Francisco Matarazzo ostentava orgulhoso a medalha de ouro de honra ao mérito fascista, recebida em 1927: *Benemerenza dell'Opera Nazionale Balilla*, acompanhada de uma carta de Mussolini.

Para a opinião católica brasileira, Mussolini era digno de respeito, por ter conciliado o Estado e a Igreja em 1929, por ter justificado, com a catequese, a expansão colonial e combatido o comunismo.

Em 1933, Mussolini era visto sob uma ótica singular por muitos escritores brasileiros, como, por exemplo, por Miguel Reale (1910-2006), que, em sua obra *O Estado Moderno* (1934), aponta Mussolini como o arquiteto genial que aplicava a síntese fascista às características específicas da Itália, visando construir uma grande nação.

*Jurista e integralista Miguel Reale, apesar de não assumir uma tese racista, deixa bem evidente que a luta contra o capitalismo implicava defender a nação da influência judaica. Reale pode ser considerado ao lado de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, como um dos teóricos mais importantes do fascismo brasileiro.*<sup>258</sup>

Entre os contestadores das teorias raciais endossadas pelos intelectuais brasileiros, estava o escritor Baptista Pereira, que, em sua obra *O Brasil e a Raça*, clamou pela necessidade de criar um Brasil novo, pregando o culto à imagem da pátria. (...) Foi a partir da sua concepção de desmistificação da raça ariana que Baptista Pereira pronunciou um discurso na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, em 1933, sobre *O Brasil e o Anti-semitismo*, ocasião em que, corajosamente, protestou contra o nazismo, contra a perseguição aos judeus e a extinção da igualdade civil<sup>259</sup>.

Este discurso foi editado no Rio de Janeiro em 1945. Na página 58 lê-se uma avaliação sobre a Itália e o governo Mussolini que infelizmente resultou completamente errada. Num parágrafo intitulado A ITÁLIA, Baptista Pereira escreve:

*Em vão o hitlerismo, fazendo castelos no ar, insinua que numa nova guerra contará com a Itália. Pretensão e água-benta, cada qual toma a que quer. Os pequenos atritos franco-italianos não seriam de molde a levar a Itália a tal infâmia.*

---

<sup>258</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. op. cit., p.292.

<sup>259</sup> Ibid., p.54-55.

*A Itália é uma grande nação que achou em seu passado e na sua tradição o humo do esplendor com que hoje está frutescendo e florindo num dos ramos mais altos da árvore humana. Não iria entregar-se aos seus inimigos imemoriais, aos bárbaros que três vezes saquearam Roma.*

*A Itália ao lado da Alemanha! Ensaíem as tropas nazistas. Invadam a Áustria. E verã donde partirá o primeiro veto contra a Alemanha.*

*E sobre o dever da América não pode haver dúvidas; Rui Barbosa de além túmulo lhe aponta o caminho: ela não será neutra entre o direito e o crime.*

### **3.4 – Discursos Cruzados**

O discurso oficial do governo Vargas, assim como o discurso nazi-fascista, tinha como alvo de sua intolerância os comunistas e os judeus, geralmente associados. Para assegurar o controle da população, o Estado impôs a censura aos meios de comunicação, como jornais, rádio, teatro e cinema. A partir de 1939 essa censura foi exercida pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão que criou a *Hora do Brasil*, programa radiofônico transmitido em cadeia nacional por todas as estações de rádio das 19h às 20h. Com grande audiência, esse programa transmitia, além dos discursos de Getúlio Vargas e seus ministros, audições musicais com Francisco Alves, Carmem Miranda e Heitor Vila Lobos.

O DIP também tinha a função de cuidar da boa imagem de Getúlio Vargas, identificado como o “Salvador” da Pátria e do povo brasileiro. O perfil de ditador se fazia acobertado pelas ações positivas do Estado que pretendia se mostrar moderno, livre de conflitos e crises econômicas e sociais. No decorrer de todo o Estado Novo, os órgãos governamentais procuravam colaborar para a construção da imagem de uma nação forte, ordeira e hospitaleira.<sup>260</sup>

O mais importante veículo de propaganda utilizado pelo DIP era a Rádio Nacional. O Estado Novo recrutou também, por seu aparato político, o sistema escolar, através da revisão dos programas, da obrigatoriedade do ensino cívico, dos desportos, do canto coral e de desfile majestoso, além da edição de livros didáticos, verdadeiros manuais de propaganda do regime e de culto a Getúlio Vargas.

---

<sup>260</sup> Sobre este assunto consultar: GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial*. Editora Marco Zero. (esgotado); BORIS, Fausto. *Getúlio Vargas. O poder do Sorriso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

Esta mesma estratégia de propaganda foi utilizada por outros governos totalitários da época, como o de Mussolini na Itália e de Hitler na Alemanha, direcionados para o culto à personalidade.<sup>261</sup> Adjetivos qualificativos exaltando o chefe da nação contribuía para reforçar o discurso oficial. Os inimigos do regime eram identificados com base em uma lógica policial que servia para estigmatizá-los como “desordeiros”, “representantes de uma raça inferior”, “subversivos da ordem”, dentre outras expressões estereotipadas. Este discurso era reforçado pelo discurso da Igreja Católica, que apontava os judeus como deicidas e articuladores de um complô secreto internacional, acusação fundamental nos *Protocolos dos Sábios de Sion*, obra apócrifa difundida no Brasil e outros tantos países da Europa. Identificados como comunistas e como representantes da “raça semita”, os judeus foram transformados em inimigos do “regime”.

Cruzando os discursos anti-semitas que estavam em circulação na Itália e no Brasil entre 1938 e 1945, constatamos muitos pontos em comum. Judeus, negros africanos, sionistas, comunistas, maçons e estrangeiros são os principais grupos estigmatizados por suas idéias e atitudes.

### **3. 5 - Frentes de resistência antifascista**

A sociedade brasileira e a comunidade italiana em especial não devem ser avaliadas como um todo homogêneo, sem conflitos e sem dissidentes. Apesar da ação repressora da Polícia Política e da censura sistemática, reforçadas durante o Estado Novo, proliferaram nos “subterrâneos” das grandes capitais, principalmente, frentes de socialistas, comunistas e sionistas. Organizados em associações, uniram-se no combate aos regimes totalitários, posicionando-se contra a ocupação de territórios pelos nazistas, contra o anti-semitismo propagado por Hitler e Mussolini.<sup>262</sup>

Os judeus italianos, recém-chegados ao Brasil, refugiados das leis raciais de Mussolini, perceberam que tinham aliados. Muitos, ainda que não engajados politicamente como membros ativistas destes movimentos, continuavam a defender os ideais liberais e os princípios humanitários, tão caros ao judaísmo. Apreensivos e combatentes somaram forças no movimento antifascista que, desde a década de 20, tinha muitos seguidores no Brasil.

---

<sup>261</sup> COTRIM, Gilberto. *História e Consciência do Brasil*. São Paulo, Editora Saraiva, 1996, p.278.

<sup>262</sup> Ver ALVES, Eliana Bisan. *Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo. A Comunidade Alemã sob a Vigilância do DEOPS*. São Paulo, PROIN: Humanitas; Fapesp, 2006, pp. 144-148.



O movimento se propunha negar o mote fascista segundo o qual “ser antifascista equivalia a ser inimigo da Itália”.

O jornal mais importante da luta antifascista foi *La Difesa*, fundado em 7 de abril de 1923 por um grupo de militantes políticos e intelectuais italianos liderados pelo jornalista e economista Antonio Piccarolo. O jornal pode ser considerado um marco no movimento antifascista no Brasil e especialmente em São Paulo.<sup>263</sup> VER ANEXOS

Em 1927 nasceu a Liga Antifascista, cujo objetivo era manter alto o prestígio dos italianos no exterior e impedir que os fascistas fossem reconhecidos como os únicos representantes do povo italiano. Um outro propósito era o de contribuir para a conciliação de todos os italianos através da propaganda e da educação, de modo a acelerar a queda do regime. A nova associação e suas afiliadas, que surgiram em outras cidades do Brasil, conseguiram ajudar os que haviam fugido da Itália por motivos políticos e aqui chegavam, aproximando-os do mundo democrático e do trabalho.

Uma outra importante associação antifascista foi a *Italia Libera*, presente em vários países da América Latina. No Brasil foi fundada em 1929 e muitos judeus se associaram a ela, dentre os quais cabe nomear Giannino Moroni, à época casado com Ivette Confortes Grego, uma das entrevistadas, que conta:

*depois de terem se ambientado em São Paulo, ela e seu marido, Giannino Moroni, se uniram ao grupo antifascista que formava a sociedade Italia Libera, seguindo suas idéias políticas.*<sup>264</sup>

Em 1931, surgiu em São Paulo também um *Círculo Brasileiro de Amigos da Liberdade Italiana*, criado para atrair elementos brasileiros para a luta contra o fascismo. Este círculo contava com aproximadamente cem inscritos, e se propunha a arrecadar fundos para combater o regime. A iniciativa, porém, teve um sucesso limitado e momentâneo. Já mais incisiva foi a ação da *Associação Antifascista*, do Rio de Janeiro, constituída em outubro do mesmo ano por iniciativa de cidadãos brasileiros.<sup>265</sup>

*contra a vergonha da propaganda fascista foi feito um sistemático confisco de revistas italianas e alemãs, enviadas pelas editoras diretamente aos seus assinantes; os*

---

<sup>263</sup> CARNEIRO Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). *A IMPRENSA CONFISCADA PELO DEOPS 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial/ Imprensa do Estado/ Arquivo do Estado, 2003, p. 152.

<sup>264</sup> CAMPAGNANO, A. R. / PETRAGNANI, S. op .cit., p. 218.

<sup>265</sup> TRENTO, Ângelo. *Do Outro Lado do Atlântico*. São Paulo, Ed. Nobel, 1989, p. 381.

*comunistas operavam em nome da democracia; um pastor protestante (Stevenson) reuniu maçons, judeus e protestantes em uma campanha antifascista. Um em especial, Oswaldo de Andrade, grande personagem do mundo da cultura, teórico do comunismo e grande admirador de Lenin, militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB).*<sup>266</sup>

Em 1934 constatou-se o rápido declínio do antifascismo socialista italiano, até então hegemônico em São Paulo. Uma das causas apontadas por Ricardo Figueiredo de Castro – que analisou a Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil – foi o fechamento do jornal *La Difesa*. Como alternativa, alguns militantes, que não queriam cessar de desenvolver uma atividade política, voltaram-se para a esquerda brasileira, aderindo ao Partido Socialista, que, porém, não sobreviveu por muito tempo. Existiam também grupos declaradamente comunistas, dos quais participavam alguns antifascistas italianos. Mas, após a falida tentativa de insurreição, em 1935, foram perseguidos como marxistas, submetidos a processos diante do Tribunal de Segurança Nacional e ameaçados de expulsão. Estas tentativas frustradas por parte do antifascismo permitiram ao cônsul fascista italiano, Castruccio, anunciar triunfalmente que:

*o antifascismo italiano é constituído, hoje, de um minúsculo grupinho de renegados.*<sup>267</sup>

Para tornar difícil a vida dos antifascistas, a diplomacia italiana recorria a várias disposições, entre as quais a de facilitar postos de trabalho nas sociedades italianas àqueles que eram inscritos no partido e boicotar também os profissionais liberais.<sup>268</sup> A Maçonaria foi a única associação no Brasil a apoiar os antifascistas, tanto em São Paulo como em outras cidades do Brasil.<sup>269</sup>

.Em 1941, o jornal *Diário da Noite* de 18 de dezembro publicou uma mensagem de Antonio Piccarolo<sup>270</sup> dirigida aos italianos e brasileiros. A mensagem praticamente

---

<sup>266</sup> Ofício nº 643-1, de 20 de julho de 1938. *Atuação antifascista no Brasil*. Ofício enviado ao ministro Attilio de Cicco, diretor geral dos Italianos no Exterior, em Roma, e assinado pelo Secretário Federal R. Bifano, no Rio de Janeiro.

<sup>267</sup> TRENTO, Ângelo, op. cit., 383.

<sup>268</sup> Ibid., p. 360.

<sup>269</sup> Ibid., p. 365.

<sup>270</sup> Professor Antonio Piccarolo (1863-?), italiano naturalizado brasileiro, nasceu na província de Alexandria, Piemonte. Em 1881 entrou no curso de direito da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Turim. Em 1892, participou da formação do Partido dos Trabalhadores Italianos (depois

revela que, ao contrário do que era dito e afirmado, o número de italianos fascistas no Brasil era muito pequeno:

*... Mantendo com orgulho os seus compromissos, o Brasil se coloca ao lado dos Estados Unidos pela situação criada pelos japoneses e pela conseqüente atitude da Itália e da Alemanha. Diante deste gesto digno e corajoso de fidelidade à política pan-americana, eis que um justo temor se apodera dos italianos já identificados com o povo brasileiro: a possibilidade de que nem sempre se saiba fazer uma necessária distinção entre a colônia italiana, trabalhadora e pacífica, e as poucas centenas de indesejáveis, que, influenciados pela calamitosa política fascista, possam ter a veleidade de transformar-se em inimigos desta terra à qual tanto devem. 90% dos italianos do Brasil não são fascistas, mas gente honesta, trabalhadora, que ama a tranqüilidade e a ordem, que não se preocupa com a política, mas só sente repugnância pelas violências, as injustiças e o estado de humilhação ao qual foi reduzida a própria Pátria....*

O telegrama nº 267/15, de 22 de janeiro de 1942, endereçado pela Embaixada Italiana no Rio de Janeiro ao Ministro das Relações Exteriores em Roma, tinha por objeto os italianos livres do Brasil, em torno dos quais se havia iniciado o movimento antifascista citado pelo Prof. Antonio Piccarolo<sup>271</sup>. As pessoas mais exaltadas ao seu redor eram Pasquale Petraccone, o Prof. Enrico Tullio Liebman, Salvatore Santoro Ferdinando, Rodolfo Faccio, Serafino Romualdi. Entre os judeus, além do Prof. Liebman, estavam Mario Silvio Polacco, Ugo Maroni, Elio Mario Levi, Nina Livio Viterbo e Cesare Tripoli.

Tullio Liebman, discípulo de Giuseppe Chiovenda<sup>272</sup>, inscreve-se entre os judeus refugiados que chegaram ao Brasil em 1940. Foi professor da Faculdade de Direito da

---

Partido Socialista Italiano). Tornou-se historiador e, desde 1895, diretor do jornal socialista de Turim, *Il Grido del Popolo*. Em 1904, foi convidado pelo Partido Socialista a dirigir o jornal *Avanti!*, publicado em São Paulo no idioma italiano. Lecionou latim em muitas escolas de São Paulo e, em 1931, foi um dos fundadores da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. Foi um ativo militante antifascista e fundou o primeiro jornal antifascista de São Paulo, *La Difesa*, que orientou até 1926. Participou da Sociedade Amigos da América, entidade antifascista, de apoio aos aliados, durante a 2ª Guerra Mundial.

Ver o estudo de Hecker, Alexandre: *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo* em São Paulo. São Paulo, T.A. Queiroz, 1989; e sobre *La Difesa*, consultar a Imprensa Confiscada pelo Deops, op. cit., p.152.

<sup>271</sup> Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Exteriores. Busta nº. 28 (1942)

<sup>272</sup> Giuseppe Chiovenda (1872-1937), escritor e jurista famoso. Quando subiu ao poder o Fascismo, ele foi, logo de início, um convencido antifascista. Por ocasião de sua morte, as autoridades acadêmicas da Universidade “La Sapienza” de Roma lhe recusaram as honras fúnebres. Em 1959, o então Presidente do

Universidade de São Paulo, onde, por suas idéias avançadas, influenciou o Direito Processual no Brasil. É citado como professor de Alfredo Buzaid, ministro da Justiça, por ocasião da elaboração do anteprojeto de lei do Código de Processo Civil Brasileiro, aprovado em 11 de janeiro de 1973. Ao lado do nome do Prof. Liebman, cabe citar o de Tullio Ascarelli, que também aportou no Brasil em 1940. Ambos retornaram à Itália em 1946, deixando marcas de seu saber jurídico na Universidade de São Paulo, que, naquele tempo de intolerância, ofereceu abrigo a estes dois ícones da “ciência jurídica européia”<sup>273</sup>.

Se, de sua parte, o fascismo significou a recuperação da “auto-estima” dos italianos radicados no Brasil, enfatizou Fabio Bertonha <sup>274</sup>, o antifascismo – fortalecido com a chegada dos judeus italianos refugiados da repressão mussoliniana – serviu para estimular a luta contra a ditadura de Vargas. Ainda que a organização do antifascismo no Brasil tenha sido frágil, não podemos desconhecer a enquanto frente da resistência, a ser qualificada no contexto da história das lutas políticas e da cultura no Brasil.

*O papel do Estado como detentor exclusivo da soberania; a valorização da missão histórica da nação, representada pelo Estado; o reconhecimento dos direitos individuais, mas apenas daqueles que não entram em conflito com o Estado soberano; a ênfase no significado da elite como corporificação do gênio do povo; a solidariedade entre o capital e o trabalho através da estrutura corporativa; o antiliberalismo e o antiparlamentarismo são traços apontados como pertencentes ao universo da doutrina fascista. Esta doutrina tem aspectos totalizadores, já que seu campo de ação não se atém somente à ordem política, mas envolve também outros aspectos da vida social: cultura, religião, filosofia.*<sup>275</sup>

Tanto na Itália como no Brasil havia uma valorização da missão histórica da nação representada pelo Estado; o reconhecimento dos direitos individuais, mas apenas daqueles que não entravam em conflito com a necessidade do Estado soberano; a ênfase no significado da elite como corporificação do gênio do povo; a solidariedade entre o

---

Conselho, seu ex-aluno assinou o decreto que mudava o nome de seu lugar de nascimento de Premosello para Premosello-Chiovenda. Para conhecer mais, consultar [www.comune.premosello.verbania.it/](http://www.comune.premosello.verbania.it/)

<sup>273</sup> VILLELA, João Batista. “Von Koseritz nas Arcadas”. in *KLEINHEISTER* Kamp Jan.

<sup>274</sup> BERTONHA, Fabio. *SOB A SOMBRA DE MUSSOLINI*. op. cit..

<sup>275</sup> Idem, p. 24

capital e o trabalho assegurada pela estrutura corporativa. Além disso, nos dois regimes persistia uma grande admiração pelas virtudes nacionais; a hostilidade para com o marxismo e a democracia parlamentar; o respeito pelas virtudes militares e a obediência a um líder; o antiliberalismo e o antiparlamentarismo. Ambas as doutrinas, fascista e estado-novista, apresentavam traços similares, cujos indícios poderiam ser constatados na vida social, cultural, política e religiosa. Enfim, este foi o contexto vislumbrado pelos judeus italianos recém-chegados ao Brasil, que, decepcionados com sua pátria de origem e com o fascismo de Mussolini, formaram aqui uma espécie de frente de resistência antifascista. Ainda sob o impacto da aplicação das leis raciais de 1938, desembarcaram no Brasil acreditando em um mundo melhor.

Segundo o filósofo Giovanni Gentile (1875-1944), o “fascismo dos doutrinadores do Estado Novo brasileiro estava mais comprometido com a corrente nacionalista”.

*Esta visão do fascismo e de sua distinção do nacionalismo, (...) pode ajudar a compreender os comprometimentos nacionalistas dos doutrinadores do Estado Novo. O “fascismo” desses ideólogos estaria muito mais próximo da corrente nacionalista.*<sup>276</sup>

Talvez possamos inserir aqui as leis nacionalistas promulgadas pelo Estado Novo em 1938, mas não as ações autoritárias da polícia política, do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – nem as posturas fascistóides de Francisco Campos e germanófilas de Góes Monteiro. O anti-semitismo sustentado pelo Itamaraty não pode ser avaliado, simplesmente, como expressão de um nacionalismo exacerbado<sup>277</sup>.

Retomamos os conceitos de nacionalismo e fascismo do filósofo Giovanni Gentile:

*Conforme o autor, a política do fascismo se baseia no conceito de Estado nacional e tem contato com as doutrinas nacionalistas, ainda que delas se diferencie. Fascismo e nacionalismo vêem o Estado como fundador de todos os direitos e fonte de todos os valores individuais. Para ambos o Estado é um princípio e não uma consequência da vida social.*

*No nacionalismo, a relação entre o indivíduo e o Estado é invertida em relação ao liberalismo. (...) O Estado é um princípio, o indivíduo uma consequência. No fascismo Estado e indivíduo são uma coisa só, ou melhor, são termos inseparáveis de uma síntese necessária. O nacionalismo funda o Estado sobre o conceito de nação. (...) Para o nacionalismo, a nação existiria não em virtude da vontade dos cidadãos, mas como*

---

<sup>276</sup> Ibidem, p. 27

<sup>277</sup> CARNEIRO TUCCI, Maria Luiza, *Anti-semitismo na Era Vargas*, op. cit., p. 96.

*um dado, um fato da natureza. Para o fascismo, ao contrário, o Estado seria uma totalidade espiritual. O Estado e a nação seriam criações da mente e não uma pressuposição material. A nação não estaria jamais completamente feita. Para o fascismo, o Estado está sempre em fieri, ou seja, em contínuo acontecimento.*

*(...) Para o nacionalismo a nação é uma entidade preexistente, não precisa ser criada, mas reconhecida.*

*(...) Esta visão do fascismo e de sua distinção do nacionalismo, apresentada por Gentile, pode ajudar a compreender os comprometimentos nacionalistas dos doutrinadores do Estado Novo. O “fascismo” desses ideólogos estaria muito mais próximo da corrente nacionalista.<sup>278</sup>*

Tanto os judeus italianos refugiados do fascismo, como os judeus ashkenazitas vindos do Leste Europeu tiveram que enfrentar as barreiras anti-semitas sustentadas pelo Estado Novo para conseguir um visto de entrada. No Brasil – e muito mais em São Paulo e Rio de Janeiro – integraram-se na comunidade italiana aqui estabelecida desde a grande imigração. Alguns, procurando retomar o judaísmo, foram recebidos pela CIP – Congregação Israelita Paulista – que nesta época tinha à frente de sua diretoria importantes líderes como o rabino Fritz Pinkuss e o Dr. Luiz Lorsh. Outros, mais liberais, preferiram diluir-se em meio à sociedade paulistana e carioca a conviver com a “Colônia Mussolini”<sup>279</sup>. Vivendo como “imigrantes italianos” – ainda que rotulados de apátridas de acordo com seus documentos originais – estes refugiados, até o final do Estado Novo, mantiveram-se resguardados, mas apreensivos com o desenrolar das manifestações anti-semitas que, a cada dia, proliferavam por vários países europeus que pactuavam com os nacional-socialistas.

---

<sup>278</sup> LIPPI OLIVEIRA, op. cit., pp. 26-27.

<sup>279</sup> Entrevista de Maria Schreiber a Maria Luiza Tucci Carneiro. Belo Horizonte, 26.3.1985.

## **CAPITULO IV**

### **“A COLONIA MUSSOLINI”: HISTÓRIAS DE VIDAS CRUZADAS**

## Capítulo IV “A COLÔNIA MUSSOLINI”: HISTÓRIAS DE VIDAS CRUZADAS

### 4.1 - Premissa

A situação vivida pelos judeus italianos antes, durante e após a emigração para o Brasil pode ser reconstituída através dos documentos oficiais produzidos pelos diplomatas brasileiros em missão no exterior, dos depoimentos gravados através da técnica da História Oral e também dos livros de memórias, aqui tratados como “literatura da emigração”. O conjunto destes registros nos oferece detalhes expressivos dos traumas e das estratégias de sobrevivência que, a partir de 1938, fizeram parte das vidas abaladas pelas leis raciais editadas pelo Estado fascista.

Os temas que emergem nos depoimentos têm como referência o trauma da ruptura, a idéia de exílio forçado e a nostalgia. No entanto, este é um exílio diferenciado, pois nem todos querem retornar.

Lembramos que o exílio é tema da literatura desde os tempos de Ovídio (43 a.C.-18 cerca d.C.) e Sêneca<sup>280</sup>. O exílio era comum na Grécia Antiga, quando o cidadão, ao entrar em conflito com a Pólis, tinha duas possibilidades: a morte ou o exílio. Assim, o exílio, como metáfora, pode ser considerado uma “morte civil”.

A *Divina Commedia*, como literatura do exílio, tem como seu tema de fundo a personagem de Dante (1265-1321), exilado. A língua que ele constrói incorporando os catorze dialetos existentes na época pode ser interpretada como uma resposta ao mesmo exílio, expressando a busca ou a reafirmação de uma identidade.<sup>281</sup>

Para Edward Said, o exílio expressa um estranhamento, é uma fratura, metáfora que iremos considerar, sempre que possível, nos testemunhos dos italianos refugiados do fascismo:

---

<sup>280</sup> O exílio é um tema muito mais antigo. Já se fala de exílio no Salmo nº137 de David.

<sup>281</sup> Tema abordado pelo prof. Andrea Lombardi, em seu curso MIGRAÇÕES E TRAUMA, FFLCH/USP, 2º semestre 2003.



*O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada...*<sup>282</sup>

O exílio no judaísmo é visto como o afastamento da terra de Israel, centro da experiência espiritual e cultural do povo judaico. O conceito de exílio se faz amplo e pode ser abordado em seus diferentes aspectos. Mas sempre implica “afastamento”, “desenraizamento” e uma nova “aproximação”, seguida da “revelação”, como muito bem expõe Dario Calimani em seu artigo “L’Esilio e la Ferita della Memória”:

*Qualquer outra viagem, qualquer outra destinação, é um exílio. Os acontecimentos históricos do judaísmo são simbolizados pelo exílio desde Abraham, o padre fundador (...) Não é um acaso, assim, que o exílio judaico, galuth, tenha sua raiz etimológica em glh, que significa também “revelar”, “aparecer”. Cada exílio é um afastamento, uma nova aproximação, uma revelação – hitgallúth. E cada exílio leva consigo sua memória.*<sup>283</sup>

Por séculos, o cristianismo tem interpretado o exílio do povo judaico como uma condenação perpétua por sua recusa a aceitar Jesus como Messias e filho de Deus. Esta leitura alimenta o mito do povo deicida e do judeu errante, danado a vagar sem meta e sem parar pelo mundo, para expiar sua culpa teológica.<sup>284</sup>

Revedo o “exílio forçado” dos refugiados do nazi-fascismo, percebemos que a idéia de povo judeu se manteve através dos estudos da Torá, de um estilo de vida, das leis alimentares particulares e da firme consciência de estar à espera da redenção e, por algum, do retorno à Terra Prometida. Assim, os judeus sempre expressaram uma firme resistência no exílio, com o característico e inestancável desejo do “eterno retorno” que os levaria de volta à terra de Israel.<sup>285</sup>

---

<sup>282</sup> SAID, Edward. *Reflexões Sobre o Exílio e Outros Ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

<sup>283</sup> CALIMANI, Dario. L’Esilio e la Ferita della Memória in *L’Ombra Lunga dell’ Esilio. Hebraísmo e Memoria* - SECHI, Maria e outros (orgs.). Firenze, Giuntina, 2002, pp.11-27.

<sup>284</sup> FREUD, Sigmund. *Moisés, o Monoteísmo e Outros Trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, 2006.

RAPPORT, NIGEL. Em Louvor do Cosmopolita irônico: Nacionalismo, o “judeu errante” e a cidade pós-nacional. In *Revista de Antropologia*, v. 45 nº 1, São Paulo, 2002, pp. 89-130.

<sup>285</sup> ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa, edições 70, 1969.

Mircea Eliade (1907-1986) considerava a expressão religiosa – tradicional e contemporânea – como um fenômeno que chamava de *hierofania*, as diversas manifestações do sagrado no mundo. Suas obras foram caracterizadas pela cultura religiosa e a análise da experiência mítica.

*(...) Passando das construções míticas, ou semimíticas, do texto bíblico à história – Babilônia, Roma, a expulsão da Espanha (um exílio do exílio), os pogroms, a Shoah – as várias formas do exílio relevam sempre mais claramente sua natureza humana: não mais punição divina, mas sinal da ação do homem contra o homem. Sinal da desumanidade que deixa seus rastros na história.*

*(...) Se a volta é uma meta no futuro, também messiânica, o exílio é então a condição constante da humanidade.*

*(...) Também o witz (humor?) do judeu, que a quem pergunta para ele porque esteja indo tão longe responde “Longe de onde?”, é uma declaração da separação e do exílio como uma forma genética, é a aceitação da distância como uma qualidade intrínseca da condição humana. E se a vida é ela mesma intrinsecamente exílio, se o exílio é uma necessidade existencial, então a expulsão do paraíso, cada dispersão, cada diáspora, é o pressuposto imprescindível de atuar na terra.<sup>286</sup>*

Para não perder a consciência do exílio, para tornarem-se cientes da precariedade do próprio *status* existencial, da própria realidade de fragmentos (partes de um povo) espalhados pelo mundo podemos considerar que, na memória coletiva, não foram suficientes todos os exílios míticos e históricos da experiência judaica que se sucederam em toda a Europa durante a Idade Média e até o começo do 1900. Somente o horror absoluto da Shoá colocou em segundo plano as lembranças do Egito e da expulsão da Espanha. As monstruosidades nazistas – apesar de constituírem um *continuum* ideal com as atrocidades da Inquisição e a transição concreta do antijudaísmo de matriz religiosa ao anti-semitismo de matriz étnico-racial – minimizaram a conotação trágica da imagem de uma longínqua escravidão ou de um mundo que desmorona. A Shoá atribuiu uma outra dimensão ao exílio geográfico que, para muitos, era o pior dos males. O exílio teve que ser comparado com o exílio interior, marcado pelos absurdos sentimentos de culpa e de raiva de se descobrir judeu:

*(...) Se há mais de cinqüenta anos de Auschwitz se continua a escrever para contar e comentar a tragédia é porque não se consegue ainda exorcizar os fantasmas, os absurdos sentimentos de culpa. Culpa de ter sido vítima, culpa de não ter podido*

---

<sup>286</sup> CALIMANI, Dario, op. cit., p.16.

*escolher seu próprio destino; culpa por ter ficado inerme; culpa dos sobreviventes para com os mortos; e a mesma sobrevivência como culpa absoluta e punição; para alguém a surpresa e a raiva de se descobrir, de repente, judeu.*<sup>287</sup>

(...) Os testemunhos trazem à luz sentimentos que por décadas ficaram calados, guardados no fundo da alma. Nem todos se acostumaram a conviver com os lamentos dos velhos ou as acusações daqueles que não viveram a situação do apátrida ou do pária. Questões como estas se repetem no dia-a-dia: por que não se defenderam? E depois... a acusação de terem encontrado a salvação nas Américas, ou na Suíça, deixando seus familiares para trás.....Para os sobreviventes, a Shoá parece um Egito sem saída, que não pára de ceifar suas vidas.

Esta condição, talvez, explique o real esquecimento dos fatos vivenciados ou a tentativa de esquecê-los. Do ponto de vista psicanalítico, tais esquecimentos não são interpretados como um fenômeno passivo ou como uma simples deficiência do organismo. As lembranças que incomodam, ainda que expulsas da consciência, continuam atuando sobre o inconsciente, interferindo no comportamento.<sup>288</sup>

Através da literatura de emigração ou dos depoimentos dos refugiados italianos judeus da época fascista, percebemos que estes têm, em comum, a experiência traumática da saída da Itália e os pequenos traumas enfrentados no período de adaptação à comunidade que os abrigou: a língua diferente, os novos usos e costumes locais. O trauma de ter sido expulso aparece nos momentos da volta à pátria, geralmente, como turista. Raros foram aqueles que voltaram após a guerra.

Livio Tulio Pincherle, em suas memórias, escreveu sobre esta sensação do retorno ao que lhe parecia “ser uma outra vida”. Como ele mesmo disse: “(...) Tudo era igual, mas um pouco diferente.”

*Tudo era como um sonho, mas a grande emoção foi a chegada em Trieste numa tarde ensolarada. A auto-estrada desce as colinas até atingir o nível do mar, perto do Castello de Miramar, tornando-se litorânea. Quando vi o branco farol da Vitória na*

---

<sup>287</sup> Idem, p.17.

<sup>288</sup> FREITAS, Sonia Maria de. *História Oral*. São Paulo, Humanitas - FFLCH/ USP, 2002, p.61.

*encosta da montanha e a cidade se abriu ao longe, meus olhos encheram-se de lágrimas e chorei como uma criança que reencontra a mãe perdida... Continuei guiando lentamente o carro pela estrada costeira, na tarde ensolarada e quente. A cada metro voltavam as lembranças, como se saíssem de um cenário encoberto por uma neblina. Tudo era conhecido, porém me parecia vir de uma outra vida (...).*

*Era uma emoção depois da outra. Tudo era igual, mas um pouco diferente.*

*(...) Eu precisava ver a casa onde tinha nascido. Tentar tocar com a mão os fantasmas de meu passado (...). Lembrava a famosa poesia do grande Giosuè Carducci (1835-1907) quando adulto volta à casa da infância ... no lugar dos ciprestes...são as hipocastanáceas que me traziam de volta minha infância querida. (...) Enquanto o sol de verão estava lentamente descendo no mar, eu sentia que somente naquele instante poderia arquivar definitivamente a saudade que, durante tantos anos, havia atormentado meu peito. Nos dias seguintes visitei o sanatório, que havia sido o grande sonho de meus pais...*

*(...) Voltei à Europa várias vezes, mas nunca mais senti aquelas emoções da primeira vez. A única cena que me toca sempre da mesma maneira é o reencontro com os Alpes.<sup>289</sup>*

Para Fulvia di Segni, autora de *La Lunga Strada Azzurra*, autobiografia inédita, o retorno – no seu caso – se faz imaginário. Fechar os olhos e recordar o caminho trilhado era um exercício constante, sintoma do “micróbio da nostalgia”.

*Pouco por vezes o micróbio da nostalgia tomava conta de todo meu ser.*

*Uma simples palavra em italiano escutada na rua, uma antiga canção em uma pizzeria, deixava-me prostrada e confusa até as lágrimas.*

*Adorava meu marido, meus filhos, minha casa, meu trabalho, mas... se somente fechava os olhos percorria outra vez o comprido trilho azul do Oceano Atlântico.*

*(...) à medida que nos aproximávamos da Europa minha ânsia aumentava. Às vezes meu coração doía enquanto continha a emoção quase sagrada que tinha somente em pensar em pôr novamente os pés sobre minha terra (...). Instintivamente comparava*

---

<sup>289</sup> PINCHERLE, Livio Túlio. *Meus Dois Mundos*. São Paulo, Roswitha Kempf, 1987.

*aquela viagem, confortável e tranqüila, com a outra, de vários anos antes, e tinha vontade de gritar minha alegria por estar ainda viva e de estar voltando*<sup>290</sup>.

Assim como o exílio, a nostalgia dos emigrantes coloca em evidência a condição psicológica, preexistente à condição depressiva, que segue à nostalgia. A dimensão deste “estado de espírito” depende da distância da casa e da família, das dificuldades de adaptação ao novo ambiente, do nível cultural e das relações sociais, pelo isolamento, ou o auto-isolamento.<sup>291</sup>

Para avaliarmos a relação entre *Imigração e Trauma*, podemos fazer referência a Freud: para ele um acontecimento na vida de um indivíduo pode ser considerado um **trauma** se permanece na sua psique como um “corpo estranho”. As condições psicológicas especiais em que se encontra a pessoa no momento do acontecimento não permitem uma reação adequada.<sup>292</sup> O traumatismo qualifica um acontecimento pessoal na história do indivíduo, que pode ser datado, e que é subjetivamente importante pelos efeitos dolorosos que pode desencadear. Não se pode falar de acontecimentos traumáticos de forma absoluta, sem considerar a suscetibilidade própria da pessoa, ligada à origem de suas vivências mais arcaicas. Assim, na minha opinião, a emigração em geral não pode, a priori, ser considerada um trauma para todo e qualquer indivíduo. Genericamente, as manifestações dos efeitos da migração ocorrem após um período de latência (variável de acordo com a história de cada um). Esses efeitos poderão ser profundos e duradouros. E, após uma experiência traumática geradora de angústia, o indivíduo está sujeito a ter momentos de desamparo, com sentimentos de insegurança. Em geral, o sentimento de desamparo é a qualidade da reação na experiência da migração.

No caso dos judeus italianos, refugiados das leis raciais impostas pelo fascismo, inúmeras foram as situações potencialmente traumáticas. Para identificá-las, ricos são os depoimentos, as autobiografias, algumas ainda inéditas. Podemos antecipar, retomando o problema tratado por Castelnuovo e Risso em seu livro *A Mezza Parete*,<sup>293</sup> que a depressão e a melancolia afetaram algumas das mulheres judias italianas refugiadas no

---

<sup>290</sup> DI SEGNI, Fulvia. *La lunga strada azzurra*. Autobiografia inédita.

<sup>291</sup> MELLINA, S. *La Nostalgia Nella Valigia*. Venezia, Ed. Marsilio, 1987.

<sup>292</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na Civilização*. Inibição, Sintomas e Angústia. Vol. XXX. Cap. V. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.

<sup>293</sup> FRIGESSI CASTELNUOVO, Delio; RISSO, Michele. *A Mezza Parete. Emigrazione, Nostalgia, Malattia Mentale*. Torino, Einaudi, 1982.

Brasil. As que tinham que trabalhar para ajudar o marido a sustentar a família (ninguém chegou rico ao Brasil, nem mesmo aqueles que o eram na Itália) tiveram uma adaptação mais rápida.

Todos passaram um período de constatação das diversidades de cultura, clima e alimentação. No começo muitos tentaram se isolar, refugiando-se em casas de campo ou em fazendas, como aconteceu com o casal de biólogos da Universidade de Trieste, Maria e Giorgio Schreiber. Durante anos ficaram trabalhando como “técnicos” na fazenda dos Matarazzo em Atibaia, esperando que as “coisas se acalmassem”. Na maior parte dos casos, contudo, a volta à Itália, no pós-guerra, foi suficiente para redimensionar as diferenças entre os dois mundos. Muitas vezes, esta volta foi uma desilusão.<sup>294</sup>

Não menos importante, em minha opinião, é a repetição de um trauma inato em todos os judeus, um trauma que poderia ser considerado ancestral, coletivo. Constatamos, através das histórias da Diáspora judaica, a contínua necessidade de procurar soluções para os problemas da vida diária nas migrações internas e externas dos seus países de origem. Basta recuperarmos a famosa história do judeu errante, presente ao longo dos dois mil anos da história cristã. Assim, a emigração pode ser encarada como um trauma coletivo ancestral, quase um arquétipo, segundo as reflexões de Jung, para quem *nosso inconsciente forma com o de todos os outros um inconsciente, único e coletivo. Assim, sem percebermos, nossos pensamentos estão todos interconectados.*<sup>295</sup>

Jung chegou à corajosa conclusão de que a humanidade guarda em seu inconsciente o registro de todas as suas vivências, mesmo as mais arcaicas – mitos e arquétipos – e assim o passado de um torna-se patrimônio de todos. A migração dos povos faz parte da história da espécie humana, pois desde os primórdios dos tempos o homem vive em constantes deslocamentos, buscando melhores condições de vida. A luta pela sobrevivência sempre atuou como o fator responsável pelo êxodo de populações

---

<sup>294</sup> CAMPAGNANO BIGAZZI, Anna Rosa. “Emigração e Trauma através das autobiografias éditas e inéditas dos italianos judeus emigrados em São Paulo depois das leis raciais fascistas (1938)”. Monografia final apresentada no curso do Prof. Andrea Lombardi, 19 de dezembro de 2003.

<sup>295</sup> Jung, C. G. *Os arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. São Paulo, Ed. Vozes. Uma das teorias mais conhecidas de C.G.Jung é a idéia dos arquétipos e de seu correlato, o conceito de inconsciente coletivo. Para Jung, o inconsciente coletivo é um segundo sistema psíquico da pessoa. Diferentemente da natureza pessoal de nossa consciência, ele tem um caráter coletivo e não pessoal. Jung o chama também de “substrato psíquico comum de natureza suprapessoal”, que não é adquirido, mas herdado. Consiste em formas preexistentes, arquétipos, que só se tornam conscientes secundariamente.

inteiras, em busca de uma terra onde o alimento cotidiano fosse mais fácil de ser obtido, onde houvesse fartura e abundância.

Faz parte das crenças do universo judaico-cristão a promessa que Deus fez a Moisés, contida no livro do Êxodo: "Ide para a terra onde corre o leite e o mel" (Êxodo XIII-5). Portanto, uma terra de promessa, um segundo paraíso terrestre. Trata-se da idéia de uma nova realidade, de um espaço novo e diferente, o que, no fundo, equivale ao mito que cada indivíduo carrega dentro de si, a esperança de vivenciar uma realidade melhor. Sob o ponto de vista da memória coletiva – é que procuramos reconstituir a trajetória dos judeus italianos refugiados do fascismo no Brasil. Cada fragmento da memória individual se prestou para somar referências que viessem a contribuir para a escrita desta história.

Durante o registro dos depoimentos procurei adentrar as “Janelas d’alma”, retomando aqui uma expressão usada por Tucci Carneiro para sua análise das obras de Lasar Segall.<sup>296</sup>

#### *Dirás o que puderes lembrar*

Trabalhei com fragmentos de episódios, detalhes de acontecimentos, recortes de uma história, tecida num desenho providencial. Tentei devolver aos meus personagens o “passado que muitos haviam perdido”. Retomo aqui Umberto Eco, que em sua obra *Baudolino* escreveu:

*Mas minha história talvez não faça nenhum sentido...*

*“Não existem histórias sem sentido.*

*Sou um daqueles homens que o sabem encontrar até mesmo onde os outros não o vêem. Depois disso, a história se transforma no livro dos vivos, como uma trombeta poderosa, que ressuscita do sepulcro aqueles que há séculos não passavam de pó... Para isso, todavia, precisamos de tempo, sendo realmente necessário considerar os*

---

<sup>296</sup> LAFER, C. / CARNEIRO M. L. Tucci. *Judeus e judaísmo na obra de Lasar Segall*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

*acontecimentos, combiná-los, descobrir-lhes os nexos, mesmo aqueles menos visíveis”...<sup>297</sup>*

## 4. 2 – Sob o impacto das leis raciais

### *Il Manifesto della Razza*

O Ministro Secretário do Partido Fascista, Achille Starace<sup>298</sup>, em 25 de julho de 1938 XVI, recebeu um grupo de dez estudiosos fascistas, docentes nas Universidades italianas, que, sob a égide do Ministério da Cultura Popular, redigiram ou aderiram às proposições que estabeleciam as bases do racismo fascista.

Achille Starace (1889-1945), depois de ter elogiado a precisão e a concisão da tese, pôs em evidência que o fascismo fez, por dezesseis anos, uma política racista que teve como finalidade – através da ação das instituições do Regime – realizar um contínuo melhoramento quantitativo e qualitativo da raça. O secretário do Partido acrescentou que o *Duce* várias vezes – em seus escritos e discursos – havia feito referência à raça italiana como pertencente ao grupo indo-europeu. Com a criação do Império, a raça italiana entrou em contato com as outras raças; teria o dever então de se resguardar de qualquer hibridismo e contaminação.

Pelo que concerne os judeus, estes se considerariam, há milênios, em qualquer lugar e também na Itália, como uma raça diferente e superior às outras. De acordo com o Secretário, seria bem conhecido o fato de que, apesar da política tolerante do Regime, os judeus haviam constituído, em cada nação – com seus homens e com seus meios –, o estado-maior do antifascismo.

O Secretário anunciou, por fim, que a atividade principal dos institutos de cultura fascista, no ano seguinte, seria a elaboração e a difusão dos princípios fascistas no que diz respeito à questão da raça, princípios que então já despertavam muito interesse na Itália e no mundo.

---

<sup>297</sup> “Diálogo de Baudolino com Nicetas Coniates” In ECO, Umberto. *Baudolino*. São Paulo, Ed. Best Seller, 2007.

<sup>298</sup> Achille Starace foi secretário do PNF (1931-1939), e chefe de Estado Maior da Milícia (1939-41). Foi fuzilado pelos “partigiani”.



A seguir, o documento redigido sob forma de decálogo pelos 10 cientistas, e assinado por outros 180 cientistas do regime, aos quais juntaram-se importantes intelectuais, jornalistas, políticos e professores de universidades.

Segundo os diários de Bottai<sup>299</sup> e de Ciano<sup>300</sup> a lista foi redigida, quase completamente, por Mussolini.

1. As raças humanas existem.
2. Existem raças grandes e pequenas.
3. O conceito de raça é um conceito puramente biológico.
4. A população da Itália atual é de origem ariana e a sua civilização é ariana.
5. É uma lenda a entrada na Itália, em tempos históricos, de grandes massas de homens.
6. Já existe uma “raça italiana pura”.
7. Já é tempo de os italianos se proclamarem francamente racistas.
8. É necessário fazer uma clara distinção entre os povos mediterrâneos: de um lado os europeus ocidentais e do outro os orientais e africanos.
9. Os judeus não pertencem à raça italiana.
10. As características físicas e psicológicas puramente européias dos italianos não devem ser alteradas de forma alguma.

No começo de setembro de 1938, ao Manifesto dos Cientistas Racistas, se seguiram AS LEIS CONTRA OS JUDEUS, a legislação persecutória racista e anti-semita.

Os primeiros decretos-lei foram tomados em defesa da raça nas escolas fascistas e contra os judeus estrangeiros. Seguiram-se, entre outros, as disposições para a expulsão das Forças Armadas do Estado; os limites às propriedades imobiliárias e às atividades industriais e comerciais; às profissões liberais; disposições testamentárias e sobre sobrenomes, casamentos, etc.

---

<sup>299</sup> Giuseppe Bottai (1895-1959), homem político, um dos fundadores do fascismo. Foi ministro das Corporações (1929-32), elaborou a Carta do Trabalho (1927), base do sistema corporativo; foi ministro da Educação nacional (1936-43). Votou contra Mussolini na sessão do Grande Conselho fascista (4.7.1943) e fugiu logo em seguida para a Argélia (1944). Anistiado, voltou para a Itália em 1947.

<sup>300</sup> Galeazzo Ciano (1903-1944), político. Genro de Mussolini, foi ministro das Comunicações (1935), depois dos Exteriores (1936-1943) e, a partir de 1939, ponto de referência dos ambientes fascistas contrários à Alemanha. Contrário a Mussolini, na sessão do Grande Conselho fascista em 1943, foi processado em Verona, durante a Repubblica Sociale di Saló, e fuzilado.

A sensação de desfalecimento e incredulidade diante destas medidas que limitavam a liberdade e os direitos civis da minoria judaica atingiram os judeus seja particularmente seja como comunidade. Cabe lembrar que cerca de 10% deles eram inscritos no PNF e a maioria, de qualquer forma, era favorável ao regime; havia também uma minoria de agnósticos e apolíticos e um pequeno grupo de antifascistas mais ou menos ativos que havia aumentado nos últimos anos, depois da aproximação da Itália fascista à Alemanha nazista. As medidas anti-semitas não aumentaram, no momento da proclamação, o número dos fascistas e dos agnósticos, mas introduziram o princípio da discriminação entre os discriminados, estimulando o processo do “pedido de graça”. Assim foi instituído, por parte do governo fascista, um cânone de discriminações, isentando alguns judeus das leis raciais. A grande maioria da população italiana permaneceu alheia ao racismo predicado pelo regime, apesar da pesada propaganda da imprensa. Estas leis afastaram muitos italianos do fascismo, porém, a não-adesão da população ao racismo serviu bem pouco à causa judaica.<sup>301</sup>

Como já visto, a proclamação das leis raciais foi um grande golpe para os judeus italianos e as entrevistas feitas com vários refugiados em São Paulo e no Rio de Janeiro constituem um testemunho irrefutável.

Ettore Barocas, natural de Viareggio, lembra-se muito bem do “significado” desta proclamação. Refugiado no Brasil em 1939, quando cursava o 3º secundário, conta que, naquele período, sua mãe, Marta Pacifici, tinha uma mercearia, enquanto o pai, Leone Barocas, trabalhava no INA, Istituto Nazionale di Assicurazioni, era fascista e havia fundado a Seção do *Fascio* de Pietrasanta. Quando o pai deixou o partido e foi demitido do INA, a família sobreviveu com o que sua mãe ganhava na mercearia. Decidiram então emigrar, e escolheram o Brasil porque um primo de Leone Barocas, Luciano Ventura, já estava neste país.<sup>302</sup>

Bruno Levi conta que, em Trieste, seu pai era proprietário de uma grande fábrica de móveis que tinha o seu nome, “Mario Elio Levi – Mobili”. A fábrica acabou indo à falência, razão pela qual Mario começou a trabalhar como corretor de seguros em

---

<sup>301</sup> MORTARA, Alberto. “In attesa de milagres. Os judeus italianos de 1938 até 1940”. In *R.M.I.*- vol. LIV. N. 1-2, 1988. comunidade

<sup>302</sup> Ver entrevista anexa.

Milão. A desilusão foi muito grande porque, como muitos judeus, Bruno foi *balilla*<sup>303</sup>, vanguardista e chefe de grupo. Tudo isso lhe parecia ótimo, como a tantos outros jovens, porque, aos 14 anos, lhe dava um certo status. Permitia até que ele praticasse esportes, o que teria sido muito difícil para uma família de classe média. Até hoje, com mais de oitenta anos, Bruno continua afirmando que as leis raciais foram uma consequência da aproximação de Mussolini a Hitler... não existia anti-semitismo na Itália até as leis raciais, absolutamente!!!!

A família de Bruno Levi pôs em leilão os próprios móveis e os que haviam sobrado de sua firma, também para conseguir dinheiro para a viagem.

Segundo consta das entrevistas feitas com judeus italianos refugiados no Brasil, diferentemente de muitos outros, não tiveram suas propriedades na Itália confiscadas pelo governo fascista. Alguns confiaram seus bens (móveis, quadros, tapetes, prataria) a parentes ou amigos, ou até mesmo à própria secretária, como fizeram Oscar e Vittorio Camerini, e os receberam de volta após a guerra. Outros precisaram vender tudo que não podiam levar consigo, para comprar as passagens de navio e ter algum dinheiro para o início da nova vida no Brasil.

Outros, como a família Usiglio, utilizaram a venda de seus bens para pagar as dívidas com os sócios de trabalho que haviam contraído.

Não existia nenhuma comissão especial de ajuda e solidariedade para os judeus italianos. Alguns tinham conseguido recomendações, como os Cohen e os Milla, para um certo senhor Luparini, que serviram somente para as cartas de chamada. A família Iesi, por exemplo, não conseguiu vender sua casa a tempo de conseguir dinheiro para expatriar, então um parente lhes deu o dinheiro necessário, ficando em troca com uma espécie de hipoteca sobre a casa. Viajaram com uma carta de recomendação do cônsul brasileiro em Trieste, endereçada a um amigo, Monsenhor Massa, chefe das missões do Rio Negro, e tiveram a ajuda da família Felice dos Santos Brandt, de Esmeraldina<sup>106</sup>.

*Os nossos bens não foram confiscados, a casa onde morávamos era alugada e, quando a desmontamos, muitas coisas foram doadas a amigos e o que restou foi guardado em um armazém. O mesmo não foi bombardeado e assim, quando a guerra*

---

<sup>303</sup> Giambattista Perasso, conhecido como o *Balilla*, é uma figura heróica popular da história de Genova. Ele, em 1746, teria iniciado a revolta popular anti-austriaca. Seu apelido foi assumido pelo fascismo, como símbolo de patriotismo.

<sup>106</sup> CAMPAGNANO/PETRAGNANI, op. cit., p.241

*acabou, recuperamos as coisas mais preciosas, como os tapetes e o piano de mamãe (Jorge Wilhelm)<sup>107</sup>.*

*Eu não acreditava que o anti-semitismo pudesse chegar à Itália e me dei conta da situação quando perdi o emprego. Escolhi o Brasil a conselho do prof. Giorgio Mortara e também porque meu irmão mais velho já morava aqui, pois meu pai, com medo de uma futura guerra, o havia feito emigrar. (Giuseppe Sadun)*

*Lembro que a chegada a Santos foi desencorajadora, apesar de eu ter tido a impressão, durante a viagem, que estávamos fazendo um cruzeiro. (Emilia Franco Margulis)<sup>113</sup>*

*O navio Neptunia parou nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Fiquei fascinado com a Baía de Guanabara... finalmente prosseguimos para Santos. Tivemos, de imediato, uma boa impressão do país. (Livio Tullio Pincherle)<sup>114</sup>*

#### **4.3 - O trauma da Emigração**

Como a emigração em geral, também a emigração judaica italiana não se constitui numa experiência traumática isolada. A escolha do lugar de refúgio, a separação da terra de origem, o medo de partir para uma nova terra desconhecida, foram fatores que implicaram com a angústia e “desintegração do eu”, temática avaliada por Christopher Lasch<sup>304</sup> em obra com este mesmo título. Não podemos desconhecer que há uma relação da estrutura da personalidade do sujeito com a origem de suas vivências mais arcaicas. Em geral, as manifestações dos efeitos da migração têm um período de latência que é variável de acordo com a história de cada um. Nem sempre se apresentam de imediato efeitos observáveis, que podem ser profundos e duradouros.

Com base nos testemunhos orais e na literatura de emigração de autoria de alguns destes refugiados judeus, constatamos que, no momento em que as leis raciais, editadas por Mussolini, se tornaram públicas, a comunidade judaica ficou sujeita a

---

<sup>107</sup> Idem, p.308

<sup>113</sup> Idem, p.237

<sup>114</sup> Idem, p.278

<sup>304</sup> LASCH, C. *O Mínimo EU*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

momentos de desamparo, com sentimento de insegurança, abalada pelo trauma da decisão de “ter que partir” (fugir, esconder-se).

O sentimento de desamparo e a sensação de angústia são, sem dúvida, as reações mais evidentes na experiência da emigração em geral. Mas, na minha opinião, o sentimento de culpa que tem acompanhado esses imigrantes é o mais evidente na maioria dos testemunhos. Retomo aqui as palavras de Adalberto Corinaldi, cujo sentimento de culpa não foi jamais resolvido em toda a sua vida. A imagem da tragédia que traçou o destino de sua mãe e parentes “que não quiseram ou não souberam esconder-se” é comparada a um abismo: um abismo que se abriu para toda a sua família. *Destruição e perdas* são expressões empregadas para definir o que restou do seu círculo familiar. Para as suas perguntas, Corinaldi não tem respostas, mas tem certezas do motivo de suas amarguras. As leis raciais foram, com certeza, o estopim para aquela nova Diáspora.

*(...) No caso específico da minha família devo lembrar, a vocês meus netos, o trágico destino de minha mãe e de outros parentes que não quiseram ou não souberam esconder-se. Assim o abismo se abriu para minha mãe, para minha irmã Rosita (capturada com o marido e quatro filhos, todos eles crianças, e que eu mal conhecia), e outros... portanto, no final da guerra que destruiu quase toda a Europa, as perdas do meu pequeno círculo familiar podiam ser contadas às dezenas.*

*(...) Eis completado, meus caros netos, um breve relato da minha vida... a experiência me ensinou que se os pais são necessários aos filhos na juventude, esta relação inverte-se quando os filhos atingem a maturidade, então são os pais que têm necessidade dos filhos. Desta consideração deriva um dos motivos de amargura depois do trágico fim de minha mãe. Fiz quanto deveria ter feito para salvá-la? Não foi por acaso egoísmo de minha parte atribuir absoluta prioridade à minha família sem participar das preocupações e responsabilidades que deixei a cargo dos meus irmãos? Pergunta à qual não sei dar resposta...<sup>305</sup>.*

A sensação ou a busca de culpa é retomada por Fulvia Di Segni, de Trieste, que, em seu livro de memórias, *A longa trilha azul*, escreve sobre o momento do impacto,

---

<sup>305</sup> CORINALDI, Adalberto – *Ricordanze* – Biografia inédita. p. 32

aquele em que tomou consciência de que os judeus italianos estavam sendo comparados aos mendigos e aos cachorros. Sua narrativa define, de forma muito clara, o momento em que ela deixou de “ser o que era”, ou seja, ... “nada era mais como ontem”

*A Itália não... a Itália de Mussolini, homem justo, bom, corajoso e invencível, não teria nunca admitido tal extermínio... mas... o primeiro discurso anti-semita de Mussolini foi pronunciado justamente na minha cidade... nunca esquecerei meu incrédulo espanto poucos dias depois quando, atrás dos vidros de um dos mais austeros cafés da cidade, li um cartaz impresso, que dizia “É proibida a entrada de mendigos, cachorros e judeus”... as palavras dançavam na minha frente e eu me sentia sem defesa e agredida... De um momento para outro nada era mais como ontem... Tornaram-nos cidadãos incômodos e indesejáveis... era difícil se entregar na nova e precária situação de estrangeiros na própria pátria... estrangeiros e inimigos... procurávamos inutilmente uma culpa dentro de nós.<sup>306</sup>*

Estas passagens das memórias de Fulvia Di Segni são simbólicas do processo de desenraizamento que se seguiu ao transplante de uma geração. Suas palavras expressam o horror da perda repentina de todas as ligações com o próprio país e com a própria família:

*Eis-nos transformados em turistas! Começamos a viver nossa tragédia em profundidade. Eu tinha consciência do extremo valor de cada minuto daqueles poucos dias que nos restavam... Como turistas poderíamos levar somente algumas roupas e objetos pessoais... quais vestidos, quais objetos poderiam ser escolhidos quando você sabe que não voltará?... o dinheiro que tínhamos era suficiente para alguns meses... e depois?... não sabíamos nem a língua, nem o clima desse país longínquo...<sup>307</sup>*

Muitos italianos judeus sentiam, ainda mais, o impacto das leis anti-semitas por terem sido fascistas. Como tais, sentiam-se tão cidadãos quanto qualquer outro italiano. Para estes – que haviam venerado Mussolini como um grande estadista – o impacto foi ainda maior, seguido de desencanto.

---

<sup>306</sup> DI SEGNI, Fulvia. *A Longa trilha azul*. Autobiografia inédita.

<sup>307</sup> Idem.

Adalberto Corinaldi reconstitui a imagem da *tragédia em profundidade* e a sensação de *transformação* em algo jamais imaginado. Todos sentiam-se destruídos e tinham consciência do “extremo valor de cada minuto daqueles poucos dias” que restavam antes da partida. Na opinião de Franco Calò, este ato extrapolava a judaica tradição do êxodo e da busca pelo retorno. A questão assumiu a dimensão de um novo exílio que implicava um “corte muito dolorido”: aquele de deixar alguém na Itália que, certamente, também ficou com um grande vazio.

Franco Calò, nos trechos da sua autobiografia inédita, *A Quarta Tarefa*, insiste na dramática urgência de ter que deixar a Itália:

*(...) Não levou muito tempo e chegamos à solução de que devíamos, com dramática urgência, abandonar a Itália – isso eu lembro com orgulho – que minha mãe e eu acendemos em família o estopim da nova diáspora, dentro da judaica tradição do êxodo: só que não era um “retorno”, mas sim um novo exílio. Meu pai, com 54 anos de idade, era combatido e nunca disse sim, mas compreendeu que devia esse passo aos filhos. A nossa família-irmã (um irmão de meu pai, casado com uma irmã de minha mãe, e um filho; ao todo, éramos oito) também aderiu, e resolvemos, juntos, abandonar a Itália.*

*(...) Naqueles dias correram torrentes de lágrimas. Minha mãe deixava, além de uma grande família, também a mãe dela, com mais de 80 anos; meu pai, entre tantos outros, três irmãs solteiras, de meia idade, e com bens de fortuna limitados. Além dos parentes, deixávamos inúmeros amigos, especialmente nós, rapazes.*

*O que emocionalmente nos salvou, foi a grande distração das inúmeras providências necessárias. Afinal, estávamos abandonando a Itália após mais de 4 séculos (a minha família vinha da Espanha, do tempo da Inquisição) e, possivelmente, nunca mais voltaríamos a viver lá...*

*(...) na contígua sala de jantar... eram leiloados os nossos belos móveis... os cristais, o lampadário. E com isso, eram leiloados, ao bater do martelo, 26 anos da vida de uma família italiana, pelo crime de pertencer à “raça judaica”.*

*Na Itália houve o abandono das famílias: um corte muito dolorido que não pode ser lembrado, após trinta e três anos, sem angústia. Havia também o problema do destaque definitivo, como a saída da nossa casa... E uma vez chegados ao Brasil outros*

*problemas me atormentavam. Organizar a vida familiar... tentar com que os filhos sentissem o mínimo possível o destaque sofrido... procurar trabalho e perceber, dia após dia, quão pouco estávamos preparados para tudo isso.*

*Assim poucos momentos de serenidade alternavam-se ao desânimo causado, em sua maioria, à consciência de ter deixado um grande vazio em quem ficou na Itália...*<sup>308</sup>

Para as crianças, essa situação era incompreensível. Como conta Liliana Morpurgo Rosenthal, apesar de serem judeus<sup>309</sup>, sua família sempre foi muito respeitada, especialmente porque seu pai era professor. Naquela época ser professor representava ter uma das profissões de maior categoria na Itália.

No começo de 1939, Liliana estava na escola quando entrou na classe um rabino. Ele a chamou para ir à frente e, com ela ao seu lado, fez um pequeno discurso, dizendo que ela era ainda muito pequena para entender o que estava acontecendo, mas que deveria deixar a escola, pois havia de fazer uma longa viagem ao Brasil. Depois a abençoou, pondo o xale de orações (*tallit*) sobre sua cabeça. Para ela, o Brasil era um lugar cheio de coqueiros e macacos, pois era o que tinha visto em uma revista em quadrinhos.<sup>310</sup>

### *A metáfora da ruptura*

A despedida da Itália, dos parentes, dos amigos... tem, para a maioria dos refugiados italianos, o sabor da amargura. A distância entre o navio que ia zarpar e sua cidade de origem se traduz como um rompimento: são tempos felizes que vão, lentamente, ficando distantes, cada vez mais distantes... A idéia de posse se faz atrelada à de perda imediata: “meu bonito uniforme”, “minha querida Nápoles”, “minha querida pátria”.

Esta sensação de perda, segundo Umberto Beer, chefe de Estado-Maior da divisão motorizada de Trento, em sua autobiografia inédita, *Vá Fuori d'Italia. Dodici Pennellate di Umberto Beer*, soou como a triste profecia dantesca:

---

<sup>308</sup> CALÒ, Franco. *A Quarta Tarefa*. Autobiografia inédita, cap. 16, p. 99.

<sup>309</sup> Nesta afirmação evidencia-se uma espécie de “*ebraísmo e ódio di sé*”, conforme o texto de WEININGER, Otto. Edizioni Studio Tesi (EST). Pordenone, 1994.

<sup>310</sup> MORPURGO Rosenthal, Liliana. *O diário da Vovó*. Inédito.



*Enquanto desaparecia aos nossos olhos a Baía de Nápoles ressoavam na minha mente as palavras da triste profecia dantesca “Você deixará todas as coisas mais queridas, e este fato é a primeira flecha que o arco do exílio dardeja” e percebia toda a amargura que somente agora podia entender plenamente.*<sup>311</sup>

*(...) E assim com 36 caixas, baús e malas, cheias de todos os nossos pertences, em 16 de fevereiro de 1939 embarcamos, em Nápoles (...). Poucas noites antes, em Roma, havia cruzado a Via XX di Settembre e tinha assistido ao movimento de oficiais que estavam saindo do ministério da Guerra. Com muita amargura tinha lembrado de mim mesmo quando, poucos anos antes, fazia parte do mesmo grupo, vestido com o meu bonito uniforme de oficial italiano, falando prazerosamente com os colegas: agora vestia à paisana e estava fugindo...*

*(...) Sobre a ponte do Oceania, apoiados ao resguardo do navio, meus filhos abanam pequenas bandeiras italianas, cumprimentam o pequeno grupo de parentes e amigos que tinham vindo para nos cumprimentarem. Adeus minha querida Nápoles, minha querida pátria onde tantas lembranças me ligam... Adeus meu queridíssimo vovô que, quase com noventa e cinco anos, havia cumprimentado chorando poucos dias antes em Ancona. Ele tinha dito “Voltem logo, eu vou esperar por vocês até cem anos!!!!” mas não esperou por nós, e foi embora. Quase sozinho porque muitos de seus numerosos filhos e netos tinham emigrado pelo mundo...*

*Adeus a todos e a tudo ... para sempre?*

*O navio zarpa do cais, lentamente, aumentando aos poucos a velocidade... as pessoas ficam sempre mais pequenas.*

Livio Tullio Pincherle, natural de Trieste, também registrou esta sensação de amargura e de angústia que, nas suas lembranças, se associa aos “últimos gritos surdos” da sirene do Neptunia. Anos mais tarde, por ocasião da escrita desta memória, constatamos que o trauma e a sensação de perda persistiram. Em seu livro *Meus dois mundos*, publicado em 1987, ele escreve.

*(...) Quando a sirene do Neptunia soltou seus últimos gritos surdos, que ecoavam no cais, os olhos de todos estavam marejados. Mas, dentro de mim, havia um*

---

<sup>311</sup> ALIGHIERI, Dante. *Divina Commedia*. Paraíso: Canto XVII, 55. “Tu lascerai ogni cosa diletta piú caramente e questo è quello strale che l’arco dell’esilio pria saetta”.

*irresponsável entusiasmo de aventura. Não imaginava quanta angústia encontrava-se no coração de meus pais, enquanto o porto desaparecia ao longe e o farol da Vitória, o marco branco na encosta, parecia dizer um derradeiro adeus*<sup>312</sup>.

Como escreveria, anos depois, sua irmã Nydia Pincherle Cardoso, “ninguém se livra de seus fantasmas”:

*(...) Papai e eu, debruçados na amurada da popa, queríamos sorver aquela imagem até o fim, fotografá-la em nossa mente. E foi então que ouvi papai dizer, com profunda tristeza: - Adeus, Itália – Acho que, naquele momento, apoiado na amurada do Neptunia, teve certeza que jamais voltaria e deu à pátria tão amada o seu último adeus*<sup>313</sup>.

Piero Consarelli, natural de Roma, em sua autobiografia inédita *Il Nonno Piero Racconta di se e dei suoi*, recupera com maestria sua condição de passageiro de segunda classe no navio Augusto. Ao deixar a Itália, se sente duplamente “órfão”, de pais e de Pátria. Como tantos outros, o autor questiona a razão daquele adeus angustiante, triste, tenso, como qualquer outra despedida. Por quê?... pergunta Consarelli, à época com 25 anos.

Ele não tinha conseguido o visto para o Brasil, mas sim para o Uruguai, e deixou a Itália em 20 de abril de 1939. Teve a oportunidade de ser transferido para São Paulo, onde permaneceu até 1970.

*(...) Chegou o dia da saída de Roma para Genova, onde o navio Augustus me esperava. Tinha um bilhete de segunda classe. Estavam comigo Mamma e Papá.*

*Que pena!! Ver seus vultos era muito triste. Eu estava tenso, tão tenso que não me dava conta do que estava acontecendo. Lá por volta das três da tarde um apito de sirene... e o navio começou a distanciar-se do cais...os últimos adeuses a Mamma e Papai... Eu os veria novamente oito anos mais tarde!!!*

*Adeus minha família, adeus Itália, adeus amigos....*

---

<sup>312</sup> PINCHERLE, Livio Túlio. *Meus dois mundos*. São Paulo, Rosswittha Kempf/ editores, 1987.

<sup>313</sup> PINCHERLE Cardoso, Nydia Licia. *Ninguém se livra de seus fantasmas*. São Paulo, Perspectiva, 2002, p. 99.

*Mas por quê? Por quê? Por quê?*<sup>314</sup>

Interessante repararmos que o toque de sirene é sempre uma lembrança que marca o momento do “desequilíbrio emocional”, da intensidade da “dor de um emigrante”. A lembrança que fica é a do “fim do pesadelo”, daí não haver desespero após a partida. Do “desequilíbrio emocional” pouco a pouco se passa novamente ao equilíbrio, em silêncio. A busca pelo “eixo da vida” se faz ao longo de toda a trajetória, seguindo uma “longa trilha azul”, conforme a definiu Fulvia Di Segni:

*Subitamente nada era igual a ontem. Era difícil vivenciar esta nova e precária situação de estrangeiro dentro do próprio país... Estrangeiros e inimigos... Procurávamos inutilmente uma culpa dentro de nós. ... Éramos cidadãos indesejados... Até para os amigos freqüentar a nossa casa representava um perigo.*

*(...) Desde a subida a bordo do “Conte Grande” até o derradeiro toque de sirenes anunciando a partida definitiva, correram diversas horas extenuantes para o nosso equilíbrio emocional.... O grande vapor foi enfim desamarrado e nós passamos a viver, em toda a sua intensidade, a lancinante dor de um emigrante.*

*(...) não houve desespero no nosso adeus... o pesadelo iria acabar... e tudo deveria voltar aos eixos... mas o eixo de nossa vida nunca mais se recompôs... Não sei se aquele navio levava algum verdadeiro turista... Houve gritos de desespero, chamadas de ambos os lados e depois... um grande silêncio.*

*Um navio é como uma ilha com habitantes temporários, com suas leis, limitações, regras... nós, os habitantes, nos integramos naquele mundo estranho e heterogêneo...*

*A longa trilha azul estava acabando... deixar o navio foi outro adeus...*<sup>315</sup>

Ilhados no navio, os emigrantes imaginam as dificuldades que terão de enfrentar no futuro, em um lugar desconhecido. As perspectivas se apresentam limitadas pelo fator econômico, além do emocional.

---

<sup>314</sup> CONSARELLI, Piero. *Il Nonno Piero racconta di se e dei suoi*. Autobiografia inédita. p.12

<sup>315</sup> Nesta longa “trilha azul”, a metáfora da ruptura, o trecho físico que separa o emigrante da sua terra, é o mar.

Como o governo da Itália somente permitia que se levasse um máximo de 5.000 liras por pessoa, muitos judeus acostumados a um nível de vida equivalente ao dos profissionais liberais italianos se encontravam em situação econômica difícil.<sup>316</sup> Situação semelhante era também vivenciada pelos refugiados alemães que, segundo as leis do Reich, poderiam sair do país com apenas 9 marcos. A sensação que tomou conta dos judeus refugiados italianos era de que tudo aquilo era um *capriccio* do destino. De cidadãos foram transformados em párias e, após 1942, já no Brasil, em inimigos dos Aliados.

#### 4. 4 – Brasil, comunidade de destino

A escolha de um lugar para emigrar, seja este um ato espontâneo ou forçado, depende de um conjunto de circunstâncias. Muitas vezes, o elemento político interfere na opção de desterro, como foi o caso de judeus discriminados pelo regime nazista e fascista. O Brasil e a Argentina (que abrigava a antiga colônia da ICA, criada pelo Barão Hirsch), assim como muitos outros países latino-americanos, despontaram como um lugar de refúgio para este grupo que, nas grandes cidades, podia contar com o apoio da comunidade judaica ali estabelecida desde o final do século XIX.

O que segue são dois trechos do livro de Eleonora Smolensky e Vera Vigevani Jarach, sobre a emigração judaica italiana na Argentina no mesmo período. As considerações das autoras podem ser estendidas para o caso do Brasil:

*(...) A Argentina (Brasil) foi vista por alguns como a nova pátria, por outros como uma sociedade que ficou curiosamente estranha. Quase todos se sentiam no começo parte de uma “emigração atípica” (a Colônia Mussolini em São Paulo), para alguns uma “segregação castigo”.*

*(...) Não estavam indo à procura de terras ou trabalhos melhores, mas de um lugar como um temporário refúgio, para uma permanência que muitos, no começo,*

---

<sup>316</sup> Os judeus estrangeiros que deviam deixar a Itália entre seis meses depois da proclamação das leis raciais – conforme as disposições previstas no artigo 4 do R.D.L. de 7 de setembro de 1938 nº 1381 – deviam apresentar às autoridades de P. S. das alfândegas um documento emitido pela Banca da Itália que declarasse que não existiam dívidas e/ou créditos de qualquer natureza em nome do emigrante, em particular referidas a negócios de importação / exportação.

*achavam que não deveria durar por longo tempo. O impacto geral, porém, com este país foi muito grande: todos ficaram impressionados com a abundância e o desperdício da comida, a vastidão dos espaços naturais, a maior simplicidade e liberdade dos hábitos. Ficaram porém todos surpresos encontrando alguns ambientes com um fascismo acentuado e, às vezes, um anti-semitismo rastejante.*

*(...) Judeus declarados e orgulhosos de sê-lo então. Mas também italianos declarados e orgulhosos de sê-lo e ainda mais cientes desta sua dúplice identidade na Argentina (Brasil): onde seu aspecto, seus sobrenomes, suas tradições não os distinguiam da média dos argentinos (brasileiros) acostumados a identificar os judeus com os russos (os askenazitas emigrados duas gerações antes do mundo russo).<sup>317</sup>*

No entanto, a obtenção de um visto para o Brasil a partir de 1937 não era fácil, tendo em vista as dificuldades criadas pelo governo Vargas. Grande parte dos italianos refugiados do fascismo conseguiu os vistos como turistas ou como católicos. Mesmo assim, inúmeros pedidos foram indeferidos pelas autoridades diplomáticas, como constatamos no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Conforme registros do Memorial do Imigrante de São Paulo e do Arquivo Histórico do Rio de Janeiro, entraram pelo porto de Rio de Janeiro e de Santos, entre 1939 e 1940, cerca de 800<sup>318</sup> italianos judeus (numero apurado até hoje), inaugurando um novo segmento no fluxo dos refugiados. As cidades de Trieste, Milano, Genova, Livorno e Roma despontam como os principais pontos de partida. Além do porto de Santos, outros refugiados desembarcaram em Recife, Salvador e Porto Alegre, capitais onde já existia uma comunidade judaica estruturada.

Marco Segre, natural de Turim, lembra que a viagem foi agradável.

*o que me lembro é que a viagem me agradou muito, mas ao chegar ao porto de Recife demos um passeio pela cidade e achamos tudo muito feio. Em compensação, ao chegar ao Rio de Janeiro, lembro com exatidão que fiquei extasiado diante da beleza da paisagem e da cidade.<sup>115</sup>*

---

<sup>317</sup> SMOLENSKY, Eleonora Maria; VIGEVANI JARACH, Vera. *Tante Voci uma Storia. Gli italiani ebrei in Argentina 1938-1948*. Bologna, Ed. Il Mulino, 1988, pp. 13-15.

<sup>318</sup> 700 pessoas, 300 a mais do que até agora foi considerado.

<sup>115</sup> CAMPAGNANO, A.R.; PETRAGNANI, S. op. cit., p.283.

Elena Camerini Moritz desembarcou em Santos, após ter *parado* em Recife e no Rio de Janeiro, “*em pleno carnaval, e realmente tivemos a impressão de ter chegado a um país de doidos*”. Franco Temim, que na ocasião tinha quatro anos, lembrou-se somente do susto de sua mãe e de sua irmã diante do primeiro negro que encontraram!!!. “*nunca tínhamos visto um antes*”.

Sergio Ventura lembra de sua chegada ao Brasil como uma desilusão: “*tudo me pareceu feio e triste; porém lembro-me que, desembarcando em Salvador, fiquei entusiasmado e surpreso com o tamanho das laranjas que os vendedores ofereciam no porto*”.<sup>116</sup>

Enfim, todos tiveram que mudar seu estilo de vida. Sergio Sonnino comenta:

*Antes de chegar ao Brasil eu era um filhinho de papai, vivia em casa com meus pais... e depois precisei mudar todo meu estilo de vida. Não foi difícil porque, graças a Deus, este país é acolhedor e simpático e efetivamente sempre tive um apoio incondicional, das pessoas mais humildes aos universitários. Eu não falava bem o idioma e era muito jovem, apesar de meus títulos universitários. Sempre tive apoio e confiança, em todos os setores, mesmo que algumas pessoas fossem um pouco anti-semitas.*<sup>319</sup>

Outros não tiveram a mesma sorte, foram presos, perseguidos e tratados como escórias pelos nazistas e seus colaboradores fascistas. Exemplar é a trajetória de Aldo Sonnino, que não embarcou com seu irmão Sergio. Permaneceu

*na Itália e infelizmente foi feito prisioneiro durante o período das perseguições raciais (após 1943). Não morreu mas... ficou profundamente marcado, seja no corpo seja na alma. Ele se salvou durante a retirada alemã, escondido sob uma pilha de cadáveres. Como consequência, sua vida foi dramática. (Sergio Sonnino)<sup>118</sup>*

A viúva de Luchino Servadio, Luisiana Giovannini, conta que seus parentes também não quiseram segui-lo ao Brasil, nem mesmo após as leis raciais, apesar de seus

---

<sup>116</sup> Idem, p.303.

<sup>319</sup> AHJB. Divisão de História Oral. Entrevista feito por Sergio Sonnino a por Marília Levi Freidenson e Adriana Terni Jacobsberg, em 3 de junho de 1998.

<sup>118</sup> Idem

pedidos. No final da guerra, através da Cruz Vermelha, Luchino Servadio ficou sabendo da morte da mãe, Gemma Vitale (viúva desde 1924), e da avó, Sara Mina Levi, presas em Turim em 23 de maio de 1944 e mortas por ocasião da chegada em Auschwitz, segundo o testemunho de Liliana Picciotto Fargion em seu *Libro della Memoria*<sup>119</sup>. Luchino Servadio teve um grande choque e um senso de culpa profundo o acompanhou até a morte; pensava que, se tivesse conseguido convencer a mãe a emigrar, provavelmente a teria salvado.

O primo de Franco Calò – Saverio Coen – foi morto em Roma em 24 de março de 1944, na chacina das Fossas Ardeatinas. A irmã de seu pai, Flora Calò Mendes, de 70 anos, e sua filha, Germana Levi Kunzler, foram deportadas para a Alemanha e não voltaram.<sup>121</sup>

Instalados no Brasil, muitas vezes de forma precária e sem emprego, os refugiados judeus procuravam por notícias da Europa e da Itália, em particular. Informações chegavam irregularmente através da Cruz Vermelha. Maria Schneider recorda-se da praça do Correio, em São Paulo, como um ponto de encontro do grupo proveniente de Trieste. Ali, durante o período da guerra, eles se reuniam à espera de alguma carta.<sup>320</sup>

*Acompanhávamos os acontecimentos na Europa: a lembrança de nossa partida e o fascismo faziam com que nos sentíssemos em guerra... Soubemos o que aconteceu*

---

<sup>119</sup> FARGION PICCIOTTO, Liliana. *Il Libro della Memoria. Gli ebrei deportati dall'Italia (1943-1945)*. Milão, Ed. Mursia, 1991.

Na Itália, entre 1940 e 1943, foram instituídos os campos de internação fascistas. Até 1940 os judeus foram considerados, assim como muitos outros estrangeiros, perigosos por motivos “políticos ou sociais, elementos indesejáveis, cheios de ódio contra os regimes totalitários”. Mais de 50 foram os campos de concentração subordinados à jurisdição do Ministério do Interior e, quase todos, localizados no centro-sul da Itália e, em particular, nas regiões montanhosas do Abruzzo-Molise e das Marche. O maior destes campos foi o de Ferramonti, perto de Cosenza. A partir de 8 de setembro de 1943 todos os judeus residentes na Itália do centro e do norte foram submetidos aos planos nazistas de deportação adotados pela República de Saló (R.S.I., República Socialista Italiana) chefiada por Mussolini. Os judeus, considerados “estrangeiros” por serem de raça judaica, foram condenados à internação e tiveram seus bens confiscados. Um especial campo de concentração foi instaurado em Fossoli, lugar considerado de particular importância pela sua posição estratégica ao longo da linha ferroviária para o Brennero. Neste eram concentrados os judeus capturados nas várias cidades à espera de serem enviados para os *lager* nazistas. O campo de concentração Risiera de San Sabba, em Trieste, é o único campo que pode ser considerado um *lager*, já que nele funcionava um forno crematório. Tanto o campo de Fossoli como o de San Sabba foram, muitos anos depois da guerra, transformados em Museus-Monumento aos deportados políticos e raciais.

<sup>121</sup> CAMPAGNANO/PETRAGNANI, op. cit., p.206

<sup>320</sup> Entrevista de Maria Romno Schneider a Maria Luiza Tuci Carneiro.

*nos campos de concentração em 1944/1945. Inclusive nunca havíamos ouvido falar do Campo de San Sabba, em Trieste. (Jorge Wilhelm)<sup>122</sup>.*

*Não lembro que tivéssemos notícias da Itália. Eu era pequena, mas ouvia no rádio, todas as noites às 8 horas, o Repórter Esso, que transmitia notícias da guerra. (Miriam Milla Lemler)<sup>123</sup>*

*Fomos acolhidos com amizade e ajudados pelos brasileiros... não posso dizer a mesma coisa da maior parte dos italianos. Eles eram fascistas e, como tal, não estavam dispostos a acolher com simpatia pessoas que não eram gratas ao governo italiano... (Augusta Levi Terni)<sup>124</sup>*

É sempre Fulvia que fala no trecho abaixo:

*a guerra continuava dura e cruel no outro lado do Atlântico, e o Brasil tinha-se juntado com os aliados... e por um outro capricho do destino nos tornamos praticamente inimigos da terra que nos tinha hospedado...*

#### **4. 5 – Rede de solidariedade. A “Colônia Mussolini”**

O fluxo imigratório de judeus italianos durou até a entrada da Itália na guerra em junho de 1940. Após esta data emigrar tornou-se cada vez mais difícil. A partir do final de 1938, um grupo significativo se dirigiu a São Paulo, se auto definindo *A Colônia Mussolini*. A escolha deste nome ambíguo servia para sublinhar o fato de que, fosse para sobreviver, fosse para demonstrar sua desilusão como italianos, aquelas pessoas haviam optado por deixar a Itália.

*A Colônia Mussolini* manteve-se muito unida durante os primeiros anos de sua vida no Brasil. Tinha um perfil bem definido, tanto pela faixa etária (entre os 25 e os 40 anos) quanto pela formação profissional: técnicos, profissionais liberais, administradores, professores universitários, comerciantes, agrônomos. Ainda que alguns precisassem mudar de profissão, a característica dominante era a de ter suas origens na

---

<sup>122</sup> CAMPAGNANO/PETRAGNANI, op. cit., p.310

<sup>123</sup> CAMPAGNANO./PETRAGNANI, op. cit., p.270.

<sup>124</sup> AHJB. Divisão de História Oral. Entrevista feita por Gaby Becker e Marília Levi Freidenson em 24 de novembro de 1991.



classe média italiana. Esta emigração foi definida como *burguesa* pelo professor Tullio Ascarelli, um dos intelectuais judeus refugiados no Brasil. Em seu livro *Sguardo sul Brasile*,<sup>321</sup> o jurista se referia, em geral, a todos os expatriados que, no período entre-guerras, não buscavam tanto o sucesso econômico, como os demais imigrantes, mas “liberdade e paz”. De qualquer modo, o mercado de trabalho brasileiro, apesar de seu fascismo ostensivo, abriu espaço para os judeus italianos que aqui já residiam. Quem mais auxiliou os recém-chegados foi a família Matarazzo. Apesar da posição fascista (reconhecida) do Conde Matarazzo, um dos seus familiares ajudou o casal Schreiber a emigrar para o Brasil. Além de Maria e Giorgio Schreiber, biólogos, os Matarazzo trouxeram outros técnicos judeus italianos que foram trabalhar em suas fábricas. Esta situação chamou a atenção de um brasileiro anti-semita que, através de uma carta anônima, denunciou as Indústrias Matarazzo. Este documento foi reencaminhado por Oswaldo Aranha ao presidente Getúlio Vargas, para seu conhecimento.<sup>322</sup>

Residentes, em sua grande maioria, nos bairros Jardim Paulista ou na Vila Mariana, os judeus da “Colônia Mussolini” desenvolveram um profundo sentimento de solidariedade que, às vezes, favoreceu seu “fechamento” ao mundo exterior. Apesar de expressarem um forte sentimento de italianidade, este grupo obteve o apoio da comunidade judaica alemã que, também, era vítima do anti-semitismo sustentado pelo III Reich. Os mais jovens uniram-se aos italianos antifascistas, com os quais sentiam uma acentuada afinidade, tendo em comum a situação do “exílio” e de terem sido renegados por sua pátria de origem. Parte dos judeus que havia aderido, na maior parte das vezes com sinceridade, ao fascismo, ainda na Itália, vivia momentos de perplexidade no Brasil. Muitas vezes serviram de alvo para os fascistas organizados no Brasil, que procuravam reconquistá-los, lembrando-lhes sua posição partidária antes de 1938.

A aversão ao fascismo manifestada pela maioria dos refugiados judeus após 1938 não significou, porém, um repúdio à italianidade, ainda que os representantes oficiais da Itália tentassem de tudo para que esta nova imigração fosse mal vista. Além da campanha anti-semita nos círculos e nas associações italianas, o corpo diplomático

---

<sup>321</sup> ASCARELLI, T. *Sguardo sul Brasile*, Milano, ed. Giuffrè, 1949. Traduzido em 1952 pela Editora SAL, São Paulo, com o título *Apresentação do Brasil*.

<sup>322</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Anti-semitismo na Era Vargas*, op. cit., p. 451, Anexo 17.

recorreu também às convocações em grupo ou individuais, para aconselhar os imigrantes já estabelecidos a não se relacionar com os judeus recém-chegados. Tornou-se impossível para este grupo inscrever-se nas associações existentes, especialmente no Círculo Italiano. Os judeus, com raras exceções, nunca o freqüentaram e, mais tarde, muitos não o fizeram por livre e espontânea vontade.

Para Pietro Fanesi, esta situação contribuiu ainda mais para isolar a comunidade dos refugiados judeus.

Não obstante as simpatias do governo Vargas pelo nazismo e pelo fascismo, o Brasil também acolheu uma parte dos emigrantes judeus italianos: estima-se que depois de 1938, chegaram até o início dos anos 40 entre 100 e 120 famílias, totalizando cerca de 400 pessoas. Os exilados encontraram aqui uma presença mínima de judeus italianos, dos quais muito poucos em posições de relevo na sociedade; por outro lado, havia uma comunidade israelita no total muito numerosa e bem radicada, especialmente em São Paulo; assim, não foi por acaso que três quartos dos recém-chegados decidissem estabelecer-se nesta cidade.<sup>101</sup>

Como já dito, os judeus italianos que se refugiaram no Brasil tinham, em conjunto, um alto nível de instrução, com diplomas universitários ou, no mínimo, o ensino médio. Podemos citar dentre os mais importantes: Enrico Tullio Liebman, professor de Direito Penal Processual na Universidade de Parma; Tullio Ascarelli, professor de Direito Comercial na Universidade de Bolonha; Giorgio Mortara, professor de Estatística na Universidade de Milão. Os livros e os textos destes três profissionais continuam a servir de referência nas várias universidades brasileiras.

*Escolhi o Brasil a conselho do prof. Tullio Levi Civita, um dos maiores matemáticos italianos e precursor da relatividade. “Veja, eu acabei de voltar”, ele me disse, “dei um ciclo de conferências no Brasil, vá, vá para o Brasil...” (Sergio Sonnino)<sup>105</sup>*

Os judeus italianos freqüentavam, no início da década de 1939, a Congregação Israelita Brasileira Sefardita, cuja sinagoga é conhecida como Sinagoga da Abolição, situada na

---

<sup>101</sup> FANESI, Pietro Rinaldo. *El Antifascismo italiano en la Argentina*. Buenos Aires, CEAL, 1994, p. 32.

<sup>105</sup> AHJB. Divisão História Oral. Entrevista feita por Marília Levi Freidson e Adriana Terni Jacobsberg em 3 de junho de 1998.

rua do mesmo nome. Esta sinagoga foi fundada, em 1924, por judeus sefarditas vindos da Turquia para escapar às atrocidades da 1ª Guerra Mundial. Este templo acolheu a seguir judeus vindos da Bulgária, Itália, Alemanha, Grécia, Irã, Portugal, Espanha e Iugoslávia.<sup>323</sup>

Na relação dos sócios que honraram a sinagoga com a aquisição das poltronas para a reconstrução do novo templo, constam nomes de italianos refugiados das leis raciais de Mussolini, como os de Angelo Procaccia, Enrichetta Orvieto Procaccia, Daniel Procaccia e Ruth Procaccia, Carlo Mayer, Enzo e Sara Ventura, Ivo e Lina Faldini, Nelson Faldini, Esther Faldini, Umberto Faldini, Maria Faldini, Julio Bolaffi, Mauro Bondi, Valeria Bondi, Romolo Bondi, Doria Forte Bondi, Rodolfo Temin, Anna Bondi Temin, Vittorio Terni, Augusta Terni.

Na edição portuguesa da Torá, com tradução, explicações e comentários traduzidos pelo rabino Meir Matzliah Melamed, líder espiritual da Comunidade Sefaradita de Miami, usada na sinagoga da Abolição, estão impressos os nomes daqueles que contribuíram para a edição do livro. Entre estes constam os nomes dos judeus italianos refugiados no Brasil: Isaac Misan, Ettore Barocas, Família Foà. Em uma relação de 15 de novembro de 1928/29 da Sociedade Comunidade Israelita Sefaradita de São Paulo, apresentada pelo vice-presidente em exercício, Alexandre Algranti, é citado o nome de Carlo Levi como

*um digno representante de uma das maiores companhias de seguros italianas, Assicurazioni Generali Trieste-Venezia, e que, sem dúvida, merece os nossos votos para elegê-lo 1º secretário de nossa Associação...*

Os italianos continuaram a freqüentar esta sinagoga e alguns ainda a freqüentam nos dias de hoje. Em 1936, foi fundada a Congregação Israelita Paulista (CIP), sob a direção espiritual do já citado rabino alemão, professor doutor Fritz Pinkuss.

Também deve-se levar em consideração o fato de que, existindo no Brasil, como em outras partes do mundo, a divisão do rito judaico em ortodoxo, conservador e reformista ou liberal, os refugiados judeus italianos puderam escolher o sistema que melhor se adaptasse às suas necessidades.

---

<sup>323</sup> Para este assunto, ver o livro de MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes Judeus no Oriente Médio. São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

Em 1937, foi organizado um comitê especial que vinculava a CIP ao *American Jewish Joint Distribution Committee*, organização dedicada a auxiliar aqueles que queriam estabelecer-se no Brasil. Este comitê, considerado uma espécie de Cruz Vermelha judaica, funcionou até 1946, quando foi substituído pelo Comitê Auxiliar da Joint de São Paulo.

Outras instituições, ainda que fascistas, procuraram ajudar os refugiados judeus italianos.

O Colégio Dante Alighieri é um caso à parte. Nomeado como Instituto Médio Dante Alighieri, foi a maior e a mais importante entre as 57 escolas italianas fundadas no estado de São Paulo no período de 1895 a 1919. Surgiu em 1911, após negociações prévias entre o comitê da Dante Alighieri de São Paulo e a sede central de Roma. O colégio começou a funcionar regularmente em 1913. Em 1935, foi equiparado às escolas brasileiras, unicamente com referência ao curso brasileiro. Na época da imigração judaica italiana, o diretor do colégio era Attilio Venturi, no cargo desde 1935. Alguns refugiados, ex-alunos, dizem que foram bem acolhidos, acrescentando que o diretor mostrava até uma certa paciência ao receber com atraso as mensalidades escolares dos alunos judeus. Mas, a maior parte dos nossos entrevistados afirma que ali persistia uma forte atitude anti-semita, tanto da parte de alguns professores como dos próprios colegas. Muitos trocaram de escola.

Para Livio Tullio Pincherle, o Colégio Dante Alighieri *era uma típica escola fascista no exterior...*<sup>129</sup>. Os depoimentos de Ettore Barocas, Carla Mondolfo Mieli, Sergio Ventura, Bruno Levi, Luciana Finzi-Foà e Giovanna Tagliacozzo são expressivos deste contexto marcado pela intolerância:

*...lembro que o diretor, Prof. Venturi, tinha por hábito fazer discursos contra os judeus, referindo-se a eles como maçons e anti-italianos.*

*No Dante, como na Itália, existiam os balilas que se reuniam aos sábados, enquanto a Juventude Fascista organizava reuniões e desfiles no clube Palestra Itália (hoje Palmeiras). Constatando estes fatos, meus pais decidiram me matricular no Colégio Mackenzie. (Ettore Barocas).*

---

<sup>129</sup> Idem, p.278

*Quando cheguei a São Paulo eu tinha apenas 15 anos. Fui estudar na escola Dante Alighieri, principalmente pelo idioma italiano, porque a escola era extremamente fascista. O diretor, Attilio Venturi, exigia que, entrando na escola, os alunos fizessem a saudação fascista e eu me recusei. Estavam para me expulsar quando Raffaele Mayer interferiu e eu fui dispensado de fazer a saudação. (Bruno Levi)<sup>125</sup>*

*Minha família não se sentiu muito bem no início em São Paulo. O ambiente era muito diferente daquele que freqüentávamos na Itália, existiam preconceitos, ainda que não anti-semitas. Quando fui matriculada no segundo ano do científico do Colégio Dante Alighieri, encontrei um ambiente fascista e frívolo e, após 15 dias, recusei-me a continuar... O ambiente ítalo-brasileiro me pareceu fascista... (Luciana Finzi Foà)<sup>126</sup>*

*Estudei no Dante Alighieri e nunca tive problemas de anti-semitismo. Lembro que durante as aulas de religião eu saía da sala junto com um colega, Marco Segre. (Giovanna Tagliacozzo)<sup>127</sup>*

*Minha irmã Emilia e eu fomos matriculados no Colégio Dante Alighieri e lembro-me que muitos alunos da escola usavam na lapela um pequeno distintivo com os dizeres VIVA ROBERTO. Descobri que esta exclamação queria dizer: Viva ROma, BERlim e TÓquio. Lembro também as freqüentes discussões com alguns colegas que sempre se irritavam com o fato de que eu era judeu (...). Hoje eu os perdô... estavam todos imbuídos das idéias ouvidas em casa ou lidas nos jornais, que descreviam os judeus como pessoas perigosas... (Mario Franco)<sup>128</sup>*

*O diretor da escola era um anti-semita declarado, rasgou meu boletim diante de meus pais porque eu vinha de uma escola judaica e recusou-se a reconhecer os anos de estudo que eu havia feito. Fui obrigada, então, a recomençar do ponto em que havia sido expulsa da escola pública fascista! Só muito mais tarde descobrimos que o Colégio Mackenzie reconhecia os estudos feitos em escolas judaicas.*

*Entre os colegas de escola eu percebia o anti-semitismo. Pelos corredores, devíamos nos saudar com a saudação fascista. O diretor, Venturi, afirmava que os judeus*

---

<sup>125</sup> CAMPAGNANO/PETRAGNANI, op. cit., p.245.

<sup>126</sup> Ibid., p.245

<sup>127</sup> Ibid., p.290

<sup>128</sup> Ibid., p.237

*capitalistas eram o motivo da guerra. Além disso, durante a guerra, a escola foi obrigada a mudar seu nome para Visconde de São Leopoldo. (Carla Mondolfo Mieli)*

*Meu pai, antes de me matricular no Pasteur, tinha visitado o Dante Alighieri, mas saiu de lá com a impressão de que fosse muito fascista. Pessoalmente, posso dizer que tive mais problemas como italiano do que judeu e, evidentemente, isto teve algo a ver com a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. Não percebi no Colégio Pasteur, onde fui matriculado, atitudes anti-semitas por parte dos professores. Só tive problemas com o padre que ensinava religião... nunca entendi por quê... mas a verdade é que ele implicava comigo. (Sergio Ventura)<sup>130</sup>*

Após a guerra, um grande número de nazistas e fascistas buscou refúgio nos países da América Latina, fugindo das acusações de crime contra a humanidade. Os tempos eram outros, como demonstraram estes novos fluxos imigratórios. Ainda que estes não sejam objeto deste estudo, cabe citar um fato que, indiretamente, está relacionado ao tema do exílio: em 1950-1951, foi convidado para vir ao Brasil o médico italiano Nicola Pende, ao qual era atribuída a responsabilidade pela morte de muitos judeus italianos. Um dos atos da Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP) em 1950/51 foi uma ação de protesto contra a entrada deste grande fascista e anti-semita (anexo).

O jornal *Fanfulla* de 17 de dezembro de 1950 publicou o protesto dos judeus italianos contra Nicola Pende e a permissão para visitar o Brasil:

*Por ocasião da presença de Nicola Pende, principal signatário do Manifesto Anti-semita, as seguintes famílias residentes em São Paulo, com renovado pesar, lembram seus caros parentes, que o ódio racial levou ao supremo martírio.*

Foi oportuno este protesto diante da morte de milhares de judeus durante o Holocausto. Algumas destas vidas perdidas tiveram suas trajetórias interrompidas pelos planos de extermínio nazi-fascistas, articulados pela Alemanha, Itália e países colaboracionistas. Dentre os judeus italianos refugiados no Brasil, muitos perderam parentes e amigos.

---

<sup>130</sup> Ibid., p.304.

Mais tarde o jornal *Fanfulla* chegou a lembrar que exatamente aqui em São Paulo alguns dos maiores conferencistas e propagandistas do regime de Mussolini vindos da Itália naquela época eram judeus, motivo pelo qual foram objeto da ira dos antifascistas locais daquele tempo.

No que diz respeito à perda de parentes durante o Holocausto, Adalberto Corinaldi comenta: “somente em 1945 que eu vim a saber da deportação de minha irmã Rosita<sup>324</sup> capturada com o marido, Dino Mario, e os quatro filhos; de minha mãe, Elena Fano Corinaldi e de seus irmãos Giuseppe e Giulio Fano; do irmão de meu avô, Gustavo, e da viúva de um outro irmão do pai, Lina Pirani, cujos filhos e familiares também desapareceram.”<sup>117</sup>

*Mario Franco perdeu sua avó materna, Emilia Raffael, e os tios Vittorio De Semo e Wanda Labi De Semo.*<sup>325</sup>

Segundo Carla Mondolfo Mieli, sua família perdeu *um primo do meu pai, Viterbo, bem como os Guetta, que foram metralhados na rua, e Ermanno, filho de tia Iole, morto em um comboio que o levava aos campos de extermínio.*

#### **4. 6 - De judeus apátridas a “súditos do Eixo”**

A expansão das ideologias totalitárias, nas décadas de 1920 e 1930, teve repercussão no Brasil, através da política populista e nacionalista adotada por Vargas. Com o Estado Novo, em 1937, e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, houve uma grande preocupação com o possível perigo que as colônias estrangeiras pudessem representar para a consolidação do Estado Nacional Moderno Brasileiro, na medida em que seguiam tradições culturais diferenciadas das nacionais.

Entre 1938 e 1942, os refugiados judeus italianos não encontraram muitas dificuldades para inserir-se na vida e na sociedade brasileira. Quando, porém, o governo Vargas se aliou aos Estados Unidos contra as potências do Eixo, problemas sérios atingiram esta comunidade exilada como apátrida. Italianos, alemães e japoneses, considerados súditos das nações inimigas, foram tratados como indesejáveis. Nenhuma

---

<sup>324</sup> Consultar PICCIOTTO FARGION, op. cit.

<sup>117</sup> CAMPAGNANO/PETRAGNANI, op. cit., p.224

<sup>325</sup> Idem, p. 236.

distinção foi feita para os judeus alemães ou italianos, vítimas do nazi-fascismo. Como judeus, haviam sido considerados estrangeiros na própria pátria; e agora, no Brasil, voltavam ser discriminados.

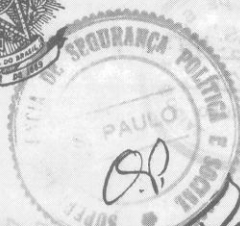
A partir de 1942, com o Decreto-lei nº 4166, de 11 de março (chamado de “Lei da Indenização”), os súditos do Eixo foram proibidos de falar seus próprios idiomas em público e seus bens foram provisoriamente confiscados. Como “súditos”, não podiam viajar, nem mesmo para o interior do país, sem portar um salvo-conduto, além de estarem proibidos de alistamento no Exército brasileiro para combater os nazi-fascistas na Europa como voluntários.



Superintendência de Segurança Política e Social

SÃO PAULO

São Paulo, 25 de 4 de 1942



**SALVO-CONDUTO** Nº 25784

O Sr. Paulo N. Morpurgo Lewi,  
 com 32 anos de idade, P. Domésticas, filho de  
Mariana Morpurgo e de  
Maria dos Tórtulos  
 de nacionalidade Italiana, natural de Trieste (Itália),  
 portador da Cart. mod. 19 sob n.º 14081,  
 Reg. Geral 517.132, tem livre trânsito de São Paulo  
via Rodoviária para Santos.

Tipografia do Gabinete de Investigações

Assinatura do Portador,

Paulo N. Morpurgo Lewi

OBSERVAÇÃO: — O presente salvo-conduto só terá validade com a exibição

da Cart. mod. 19 e será válido até 28 de 4 de 1942



R. O Superintendente,

Mangiarini

Em 16 de setembro de 1942, perante o Comandante da 2ª Região Militar, a CIP responsabilizou-se por seus sócios alemães e italianos, afirmando tratar-se, por seu recente passado histórico, de “inimigos mortais do nazi-fascismo”. Além disso, providenciou para eles carteirinhas de identificação para que, no caso de detenção pelo DEOPS, pudessem identificar-se como sócios da CIP, “vítimas do nazismo”.

No acervo do DEOPS de São Paulo inúmeros prontuários nominais atestam que injustiças foram diariamente cometidas por esta Polícia Política. Fica evidente na documentação ali arquivada que, raramente, as autoridades estavam preocupadas em distinguir, entre judeus ou italianos, aqueles que eram, realmente, “súditos do Eixo”. Reprimidas e sistematicamente vigiadas, estas comunidades de refugiados reviveram momentos de tensão e desequilíbrio emocional.<sup>326</sup>

#### **4.7 – O retorno do turista**

*Trauma da nostalgia... da saudade:*

*... saudade que melhorou com a minha primeira viagem de volta, como turista, em 1952... em particular quando voltei para Trieste onde, junto com as lágrimas de alegria por rever a cidade, chorei também a perda de muitas pessoas amigas...*

Antes de voltar para o Brasil, ela sentiu-se dividida entre o desejo de ficar e o de rever sua família, chegando a exprimir seus sentimentos numa poesia em dialeto triestino, *La tua zitá:*

*Quando ti arrivi*

*Tutto par que canti*

*I monti, el cielo*

*El mar*

*Anche se piovì.*

*Quando ti parti*

*Tutto par que pianzi*

*Anche se il sol*

*Te aspeta*

---

<sup>326</sup> Consultar, para esse assunto, MAZZEO BARBOSA, Renata. Inventário DEOPS, *Os súditos do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial*. Escola Superior de Teologia, 1987; CORSETTI, Berenice. “O Crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo” In DE BONI Luís Alberto. (org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre.

Voltaram para a Itália, por motivos diferentes, os seguintes judeus italianos que tinham imigrado para o Brasil depois das leis raciais:

*Ascarelli, Tullio* e família. Tullio Ascarelli, professor de Direito Comercial, foi o mais citado autor estrangeiro em São Paulo entre os que escreveram, em português, sobre diferentes assuntos jurídicos. Ele lecionou na Faculdade de Direito da USP. Anexo, está um documento que atesta o seu desejo, não realizado, de voltar para a Itália para combater com as forças aliadas, após o armistício de setembro de 1943.

Em 1949, dez anos após sua chegada ao Brasil, voltou para a Itália para ocupar uma cátedra de Direito na Universidade de Bolonha, e começou a instituir bolsas de estudo para alunos brasileiros. Antes de morrer, deixou sua importante biblioteca para a Faculdade de Direito da USP.

*Calabi, Ulderico*, voltou para Brescia.

*Costantini, Elda*, voltou em 1975, após a morte do marido.

*Kern, Piero*, voltou para Trieste em 1955.

*Levi, Paolo Emilio*

*Levi, Renato Giorgio*, voltou para a Itália após a guerra, com um filho. O irmão, Paolo, permaneceu em São Paulo como professor na USP.

*Levi, Ugo Franco*, do qual se anexa um documento, o telegrama N° 4297/3212, da R. Legação em Berna, datado de 25 de setembro de 1945, relativo ao seu pedido de exílio.

*Liebman, Tullio Enrico* e família.

*Massarani, Andrea*, Milão, 1961.

*Massarani Foà, Laura* (esposa do eng. Alberto Foà), voltou para Milão em 1958.

*Mortara, Giorgio* e esposa, que passaram os últimos anos de suas vidas entre a Itália e o Brasil.

*Musatti, Raimondo*, Milão.

*Rimini, Olimpia*, Milão.

*Seppilli, Giorgio*, Perugia.

*Temin, Ada*, casada em Roma com o tabelião Foà.

*Zeller, Otto*, esposa Lídia e filha Grazia, voltaram em 1950.

---

<sup>327</sup> A Tua cidade – Quando você chega tudo parece cantar – Os montes, o céu – o mar – mesmo se chove – Quando você parte – tudo parece chorar – apesar do sol que te espera – em outros lugares.

É interessante notar que, não obstante tivessem sido praticamente expulsos da Itália, alguns judeus italianos, logo depois do armistício da Itália com os Aliados, em 8 de setembro de 1943, apresentaram um pedido de alistamento voluntário no Exército Italiano para combater contra o nazi-fascismo.

O pedido chegou ao Ministero degli Affari Esteri em setembro 1943 e foi reapresentado em 1 de setembro de 1944 por meio do “Telespresso nº 01062 [não é muito claro se 01062 ou 01962]<sup>328</sup> endereçado ao R. Ministero della Guerra e por conhecimento ao R. Ministero della Marina e R. Ministero dell’Aeronautica”. Como a Itália e o Brasil haviam fechado os acordos diplomáticos, o documento chegou tramite as locais Representações diplomáticas dos Estados Unidos, sendo a São Paulo o Consolato Generale USA.

Os documentos estão anexos a este capítulo.

Pode ser evidenciado que, sobre 19 pedidos em 1944, 15 eram de judeus italianos; destes a maioria era formada por intelectuais como Liebman, Ascarelli e Grego, e antifascistas como Giannino Maroni e Cesare Giorgi. Não encontrei documentos que possam comprovar uma resposta do Ministério dos Exteriores italiano a estes pedidos, mas não consta, nos depoimentos feitos por parentes ou amigos deles, que alguém tenha deixado o Brasil até depois do fim da guerra.

Este acontecimento mostra mais uma vez a profunda ligação que muitos dos judeus italianos tinham com a Itália, ligação que nem Mussolini chegou a quebrar definitivamente.

Os professores universitários Tullio Ascarelli, Carlo Foà, Giorgio Renato Levi e Enrico Tullio Liebman, residentes em São Paulo, ao saber da abolição das leis raciais em 1944, informaram que estavam prontos a reassumir suas funções, desejosos de retornar à Itália o mais rapidamente possível.<sup>135</sup>

---

<sup>328</sup> ROMA - SERVIZIO STORICO E DOCUMENTAZIONE -INVENTARIO DELLA SERIE AFFARI POLITICI 1931-1945, Busta 29.

<sup>135</sup> Telegrama endereçado à R.Delegação de Berna, proveniente da representação suíça no Rio de Janeiro (encarregada da tutela dos interesses italianos no Brasil).

## **CAPITULO V**

### **TESTEMUNHOS**

**ADA SEGRE PESCE** (junho 1910-junho 2000).

Resumo de uma entrevista feita, em 15 de agosto de 1999, por Ariella Segre, por ocasião de sua dissertação de mestrado, sobre a imigração judaica italiana em São Paulo, USP.

*Ada Segre Pesce era filha de Rodolfo Segre, de Moncalvo (Turim); a mãe pertencia à família Levi de Mondovi (Turim). Na época da entrevista tinha 88 anos.*

*Ada chegou ao Brasil em agosto de 1939. Na Itália, morava em Turim. Conseguiu obter o visto com a ajuda de um conhecido que trabalhava em uma companhia de navegação francesa. Viajou, com a mãe, no navio Campana, da mesma companhia.*

*Emigrou para o Brasil porque seu irmão, Enzo Segre, que na Itália havia sido advogado até a época das leis raciais, já havia emigrado alguns meses antes. Enzo, que não podia usar seu diploma, foi ajudado por um amigo católico até que conseguiu montar uma tecelagem.*

*Ada Pesce conseguiu encontrar trabalho, sendo por isto eternamente grata ao Brasil. Casou-se com um italiano católico e não teve filhos. O irmão, Enzo Segre, nunca se casou e morreu em 1988.*

## ANNA MARIA FUNARO

Síntese biográfica de Anna Maria Funaro Sadun, escrita pela autora tendo como base uma entrevista feita no Núcleo de História Oral da AHJB, por Adriana Terni Jacobsberg e Marília Levi Freidenson, em junho de 1996.

*Anna Maria Funaro nasceu em La Spezia em 14 de junho de 1919, filha de Enrica di Nepi, pianista, e Mario Funaro, que seguia a carreira militar. Viveram muito tempo em Florença, onde o pai dirigia um quartel militar. Com as leis raciais, ele foi dispensado e não conseguiu mais fazer nada. Entrou em depressão e morreu pouco depois, em outubro de 1940, em um banal acidente de bicicleta.*

*Não eram muito religiosos, freqüentando a sinagoga somente nas Grandes Festas. Ela lembra, porém, com desgosto, que na escola, durante a aula de religião, era afastada da sala, junto com outras duas ou três meninas. Tal situação a deixou muito complexada e ela prometeu a si mesma que nunca faria isso com um filho.*

*Seu irmão, Aldo Funaro, veio para o Brasil em 1939, junto com Sergio Sonnino, acolhido (chamado?) por um parente longínquo, Menotti Funaro, que chegara ao Brasil depois (ou antes, não se lembra bem) da 1ª Guerra Mundial. Ela não seguiu o irmão para ficar com a mãe e o pai, que ainda estava vivo. O pai havia se preocupado principalmente com o filho, temendo uma guerra próxima, na qual ele pudesse ser convocado.*

*Anna Maria não conseguiu terminar os estudos na universidade, em consequência das leis raciais.*

*No Brasil estava, também, o irmão da mãe (di Nepi?). O irmão e o tio queriam que eles também viessem para o Brasil, mas quando conseguiram o visto era tarde demais, a Itália já havia entrado na guerra e não havia meios de transporte, navais ou aéreos.*

*Anna Maria e a mãe haviam se batizado para escapar à perseguição alemã e também para obter o visto para o Brasil, tendo ela voltado ao judaísmo antes de casar-se. Em 1943 começaram as perseguições. Anna Maria e a mãe venderam tudo que tinham, inclusive a casa, e, ajudadas por um amigo, alugaram um apartamento do outro lado do rio Arno, no bairro Monticelli, onde não eram conhecidas: ninguém sabia que eram judias. A vida não foi muito fácil porque, mudando de bairro, haviam perdido o direito às cadernetas de racionamento para comprar mantimentos, e assim precisaram se*

*arranjar procurando, por exemplo, legumes nos campos abandonados, perto de onde moravam. Foram ajudadas também por uma amiga florentina não judia, que às vezes as visitava levando alimentos para acrescentar aos legumes. Elas passavam o tempo fazendo tricô e procurando vender o que faziam através da amiga que vinha visitá-las; realmente não sabiam sequer se as peças eram vendidas, ela só lhes dava um pouco de dinheiro em troca... Com isso e com o dinheiro de alguma jóia que a mãe vendia, compravam algo para comer no mercado negro!!*

*Um outro amigo as avisava quando passavam as patrulhas alemãs, para que não saíssem, para que ficassem escondidas.*

*Sabiam pouco do que acontecia, até porque era proibido ter um rádio. A amiga contava alguma coisa, também das deportações, mas não sabiam para onde, pensavam em trabalhos forçados.*

*As coisas melhoraram somente quando chegaram os americanos, em 1945, então puderam sair novamente. Encontraram Florença bombardeada e todas as pontes, menos a Ponte Vecchio, destruídas. Não era possível atravessar o Arno, porque a única ponte que sobrara estava interditada.*

*Emigraram para o Brasil só em outubro de 1946. Conseguiram facilmente o visto para o Brasil no consulado de Florença porque o irmão havia conseguido um contrato de trabalho e a mãe viajava como sua dependente. Viajaram a bordo do navio Almirante Jaceguai, um navio militar que havia sido reformado para passageiros. Partiram de Nápoles e chegaram ao Rio de Janeiro, onde ficaram alguns dias para descansar. A viagem havia sido longa e cansativa e haviam dormido em beliches duros. Uma coisa boa na viagem foi que um jornalista, um certo Sr. Pistelli (?), lhes deu aulas de português que foram de grande utilidade porque em São Paulo, depois de poucas semanas, Anna Maria já conseguia falar e traduzir o que lia. Casou-se com Giuseppe Sadun em outubro de 1949.*



## BIANCA MASSARANI

Depoimento de Bianca Massarani a Mirella Levi e Marília Levi Freidenson, do Núcleo de História Oral do AHJB. São Paulo, 5 de setembro de 1996. Versão resumida pela autora.

*Bianca Massarani nasceu em Salò em 21 de março de 1901 e foi para Brescia quando tinha 7 meses. Era filha de Amedeo Giuliano Massarani e Lina Levi, a quarta entre irmãos e irmãs: Olga, Irma, Nella, Bianca e Lino. Quando este último nasceu, a mãe morreu no parto. Quem criou o menino foi a irmã de Lina, Elvira Levi, que depois casou-se com Amedeo Giuliano Massarani. Estudou línguas na Universidade de Milão. Seus avós paternos, Ercole e Irene Massarani, eram de Mantova, enquanto os avós maternos, Beniamino e Luiza Levi, eram de Corfú e Trieste.*

*Durante a guerra perderam parentes, mas não em campos de concentração. Vittorio e Irma Levi foram mortos pelos italianos fascistas (gregos...). A história, porém, é contada muito confusamente...*

*Em Brescia, onde nasceu, não havia uma comunidade judaica, os únicos judeus eram eles, os Massarani. Ela lecionou nas escolas de Brescia, Chiari, Milão, Cagliari, e depois foi enviada, pelo governo, para lecionar italiano, inglês e francês nas escolas italianas de Sofia, Salônica e Marselha. Quando da proclamação das leis raciais, Bianca estava em Marselha. Precisou deixar seu posto de trabalho, uma escola do governo italiano, e conseguiu encontrar trabalho como professora de italiano no Consulado da Colômbia. Ela dava aulas para o próprio cônsul. Ele gentilmente lhe ofereceu um visto para o seu país, mas seu irmão Lino, após ter solicitado vistos para toda a América Latina, tinha conseguido vistos, para toda a família, para o Brasil. Então, o cônsul colombiano conseguiu obter também para ela, através do consulado italiano, um visto para o Brasil. A senhora Massarani deixou Marselha no mês de dezembro de 1939. De trem chegou até Gênova, onde devia embarcar para o Brasil no navio Principessa Mafalda, e seus parentes a estavam esperando para despedir-se. Seu irmão já estava no Brasil com a família, enquanto seus pais e a irmã juntaram-se a ela em 1947, ou seja, após a guerra. Ela não sabia grandes coisas sobre o Brasil, mas em suas lembranças de criança existe a figura de um tio que provavelmente vivia no Rio de Janeiro e que de tempos em tempos ia para a Itália para visitar a família. Em uma das*

*últimas vezes, ele havia levado um macaquinho que seus pais doaram ao zoológico da cidade.*

*O navio fez uma escala na Espanha.*

*Chegando a Santos, o irmão esperava por ela e a levou para São Paulo. Sua primeira casa foi no bairro de Vila Madalena e seu primeiro trabalho, que acabou durando toda a sua vida, até sua aposentadoria, lhe foi oferecido por Raffaele Mayer, em seu banco, o Banco Ítalo-Brasileiro (depois Banco Nacional da Cidade e depois Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina). No banco ela se ocupava da correspondência com o exterior e tudo o que se relacionava à importação-exportação.*

*Fez uma viagem para Israel e, ao conhecer o país, pensou que, talvez, teria sido melhor ter emigrado para lá... mas o destino quis assim...*

*Depois da aposentadoria, Bianca Massarani continuou a trabalhar por conta própria como tradutora. Em certo ponto de sua vida, cansada de precisar se preocupar com o trabalho doméstico, decidiu retirar-se para o Lar Israelita Golda Meir. Às vezes viajava para visitar seus parentes em Goiânia e Rio de Janeiro. Voltou para a Europa duas ou três vezes, a última para Milão. Mas nunca mais teve vontade de voltar definitivamente... Com a resignação que transparece em sua fala, Bianca Massarani acrescenta:*

*“Fazia tempo demais que eu estava ausente. Voltar como? Para fazer o que na minha idade?”*

## BRUNO LEVI

Depoimento de Bruno Levi a Sílvia Levi Moreira. São Paulo. B'nai B'rith. Agosto de 2007.

*Nasci no ano de 1924, filho de Mario e Igea Levi. A minha família é originária de Trieste. Eu diria que era uma família da pequena burguesia. Do lado paterno eram sete irmãos que, com muito sacrifício, conseguiram estudar e formar-se em nível superior. Todos, com exceção de meu pai, que era o filho mais velho e que sacrificou os estudos universitários, pois trabalhou para ajudar a manter a família. Isto porque o meu avô Girolamo Levi era semiparalítico e não tinha condições de arcar com toda a responsabilidade que a família necessitava.*

*Meu tio, Carlos Alberto Levi, como estudioso das tradições judaicas, organizou a nossa árvore genealógica recuperando as origens de nossos antepassados. Soubemos assim que a nossa família remonta ao ano de 1700, oriunda de um emigrante que fugiu da inquisição espanhola.*

*Muitas das famílias italianas judaicas têm origem que remonta a muitos séculos. A árvore genealógica da família de meu cunhado Giuseppe Anau (casado com a minha irmã Nora) demonstra que eles são oriundos da destruição do Segundo Templo, ou seja, a família tem aproximadamente 2000 anos de vida italiana. Segundo este estudo foi um rabino de Jerusalém que, naquela época, emigrou para a Itália, constituindo uma família que contava entre seus membros com rabinos, pensadores e estudiosos da religião judaica.*

*Em Trieste meu pai era proprietário de uma grande fábrica de móveis que trazia o seu nome, Mario Elio Levi Mobili. Era uma das maiores fábricas da Europa.*

*Meu pai era sócio de Maurício Steiner e vivíamos opulentemente com dois carros em Vitorio Veneto até 1929, quando a firma faliu.*

*Quando eu nasci, em 1924, a Itália vivia o conflito entre fascistas e comunistas, razão pela qual a classe operária estava dividida. Esta situação interna, somada à crise econômica de 1929, contribuiu para a decadência dos negócios da fábrica. Por este motivo meu pai começou a trabalhar como corretor de seguros e nos transferimos para Milano, onde o mercado de trabalho era mais interessante.*

*Trieste naquele período era uma cidade decadente em função da crise. Anteriormente era o principal porto do Império Austro-húngaro. Após a guerra de*

1914 Trieste tornou-se italiana por vontade dos triestinos, mas perdeu a sua importância econômica. Meu pai inclusive participou deste grupo de libertação de Trieste arriscando a própria vida. Mas esta luta pela independência de Trieste foi uma utopia porque a Itália não necessitava de Trieste como porto. Tratava-se de puro ufanismo: Trieste italiana! Trieste italiana! Quando isto tornou-se uma realidade a cidade entrou em decadência.

Diante dessa situação várias pessoas emigraram para outros lugares, inclusive fora da Itália. O grupo de triestinos judeus se concentrou principalmente em Roma e Milano. Os judeus sempre prezaram a liberdade e a independência, o que permitiu a integração e a prosperidade de seus membros. Por este motivo a comunidade judaica era muito importante, com famílias de grande poder econômico e social. Lembramos aqui a família Arnstein, no café, e Stock, nos licores. A filha de Stock, Nora Stock Nagelschmidt, veio ao Brasil. O galpão que fabricava os produtos Stock sob royalties era 50% alugado a dois irmãos italianos e 50% a nossa firma Wamex. Arnstein veio com dinheiro e queria aplicar em algo importante. Meu pai apresentou-lhe o engenheiro Lemouche (também refugiado), que tinha patenteado um motor elétrico. Os dois acabaram criando a Arno.

Meu pai seguiu a carreira de corretor, ramo ao qual se dedicou toda a família. Meu tio Carlos Alberto foi um grande “expert” de seguros, inclusive no Brasil. Entre tantas coisas fundou uma companhia de seguros denominada Piratininga de Seguros.

Meus tios Giuseppe e Vittorio Levi também trabalhavam no ramo, além de Mario Mayer, casado com uma irmã de meu pai. Um outro cunhado de meu pai, Giuseppe Brunner, foi um dos diretores da Assicurazioni Generali e foi o único da família que permaneceu na Itália durante a perseguição aos judeus.

Até o final de 1938 não existia anti-semitismo na Itália. Naquela época a comunidade italiana contava com 35.000 judeus que viviam totalmente integrados na vida nacional, mas mantendo as suas tradições religiosas e culturais. A maioria se concentrava em Milão, Roma e Firenze. Os judeus estavam totalmente integrados à vida italiana a tal ponto que muitos eram fascistas, nós inclusive!

Eu cheguei a ser balilla, vanguardista e depois chefe de grupo. Como a tantos jovens, tudo isso me parecia ótimo. Afinal, aos 14 anos essa situação me proporcionava um certo status. Pude praticar esportes, o que de outra forma seria

*muito difícil, já que pertencia a uma família de classe média. Eu fazia parte de um grupo de esquiadores.*

*Realmente na Itália não tinha havido até então anti-semitismo. Era possível insultar uma pessoa de diferentes nomes, mas nunca de “judeu”. Este tipo de insulto eu vim a conhecer somente no Brasil.*

*Voltando ao tema da integração dos judeus na Itália, gostaria de lembrar que os guetos não mais existiam e os “antigos Guetos” medievais não tinham um sentido de exclusão. Algumas famílias possuíam ainda comércio instalado nesses locais, como por exemplo em Trastevere, na cidade de Roma. Em Roma existe até hoje o Restaurante Piperno, onde se comem as famosas alcachofras (carciofi alla giudia)!*

*O judeu estava totalmente integrado à vida italiana, tanto que o capo de armata de Mussolini era um judeu: o Almirante Sacerdoti. Mussolini, um grande mulherengo, teve entre suas amantes Marguerita Sarfatti (judia sefaradi), que foi a sua biógrafa. Ela emigrou para a Argentina. Na hora da derrocada da Itália, Mussolini fugiu com ouro e dinheiro do Banco d'Italia rumo à Suíça. Foi interdito pelos partisanos em Domgo. Ele e a amante Claretta Petacci foram julgados e fuzilados. Os corpos foram levados para Milão na Praça Loreto, onde ficaram expostos para execração pública.*

*Lino Windspach, amigo de meus pais, era o gerarca (número 1) fascista de Milano. Conseguiu emigrar para Caracas com toda a família. Umberto Beer, coronel do Exército italiano, com dupla medalha de prata, emigrou com toda a família para o Brasil.*

*Em 1937 o próprio Duce pronunciou-se a favor dos judeus: “Os judeus fazem parte da nação italiana como qualquer cidadão, sem nenhum problema”. Na verdade, não existia mesmo. Quando Hitler ocupou a Áustria, Mussolini enviou as tropas a Brennero afirmando o seguinte aos aliados: “Acabarei com ele (Hitler). Basta que vocês me autorizem e eu acabarei com o farabutto!”*

*As palavras de Mussolini caíram no vazio. À época, Chamberlain era o chefe do governo na Inglaterra e Daladier, na França. Estes mandaram Mussolini ao inferno, atirando-o nos braços de Hitler. O Exército italiano não era fantástico, mas tinha condições técnicas de ir atrás dos alemães na Áustria. Mas isto na prática não aconteceu, mudando assim completamente o destino da história.*

*Para nós judeus italianos a situação começou a mudar no ano de 1938, quando foram publicadas as primeiras leis raciais, segundo as quais os judeus e filhos de*

*judeus não podiam mais freqüentar a escola pública. Os judeus também não podiam ter empregados não judeus. Rosinha, que trabalhava em nossa casa há muitos anos, passou mal em função dessa nova realidade. Mussolini anunciou por rádio a nova discriminação racial religiosa. O tom de sua voz era de alguém que não estava convicto do que dizia.*

*Rapidamente escolas judaicas foram abertas. Na verdade elas já existiam, mas de modo pouco organizado. O corpo de professores era excepcional, composto de ótimos educadores expulsos das escolas estatais de outras comunidades. Na época a nossa família vivia espalhada por várias cidades: Turim, Gênova, Milão e Trieste. Em setembro de 1938, quando íamos comemorar o Ano Novo judaico (Rosh Hashaná e Yom Kippur), meu pai decidiu fazer uma reunião com toda a família. Cada um veio de sua cidade a reunir-se em nossa casa.*

*Meu pai, que acabara de voltar de uma viagem a Viena, e que havia presenciado as condições dos judeus na Áustria, resolveu expor a todos nós o seu ponto de vista. E assim disse:*

*“Embora aqui não exista anti-semitismo, pois os italianos têm um outro caráter, a tendência da situação é piorar. Principalmente se pensarmos na aliança de Hitler com Mussolini. Os fatos fatalmente se sucederão. Esta simples lei pela qual os judeus não podem mais estudar é apenas o começo! E mesmo que fosse somente isto, ou seja, se fosse apenas uma discriminação quanto aos estudos dos nossos filhos já seria uma razão suficiente para emigrar”.*

*Ele estava certo. De fato perto de Trieste surgiram os campos de concentração: as risaie de San Sabba. Mas, emigrar para onde?*

*No Brasil tínhamos um parente, Rafael Mayer (irmão de meu tio Mario Mayer), que tinha enriquecido, pois tinha contactos importantes com o governo brasileiro. Era amigo íntimo de Getúlio Vargas, cuja família hospedava-se em sua casa quando vinha a São Paulo.*

*Ao receber as nossas notícias Rafael Mayer rapidamente respondeu: “Pelo amor de Deus, todos devem vir para cá!”*

*Depois da guerra, muitas pessoas não lhe perdoaram o fato de ser amigo dos Vargas. Naquele período era diretor do Banco Ítalo-Brasileiro e em seguida tornou-se proprietário do Banco Nacional da Cidade de São Paulo. No entanto, acabou economicamente muito mal. Alguns opositores lançaram um movimento artificial*

*contra o seu banco e Rafael Mayer começou a perder quase todos os seus bens e, sem se recuperar, acabou na miséria.*

*Resolvemos emigrar ao Brasil. Conseguir vistos para o Brasil era muito complicado, já que circulares em vigor desde o fim de 1937 não permitiam a entrada de judeus. Meu tio Carlos Alberto que morava em Gênova deveria fazer um “acordo” com o cônsul do Brasil. Afinal, ele já tinha morado no Rio de Janeiro de 1924 a 1930.*

*Meu tio era gerente da Assicurazione Generali de Gênova. A própria companhia organizou a sua transferência para o Brasil, onde assumiu o cargo de gerente da filial no Rio de Janeiro. Por esta razão ele foi o primeiro a vir ao Brasil. Somente depois emigrou toda a família. Éramos em 33 pessoas. Lembro-me de toda a família Cirri na despedida na estação. Jamais esqueci de meu grande amigo e colega de ginásio: Tino Cirri. Muitos italianos eram contra a discriminação.*

*Emigramos com vistos temporários que, posteriormente, foram transformados em permanentes quando finalmente nos naturalizamos brasileiros. A minha naturalização e a de meus pais ocorreram durante o governo de Getúlio Vargas com a assinatura do mesmo.*

*Partimos de Gênova em fevereiro de 1939 a bordo do navio Conte Grande, diretamente para o porto de Santos. Neste navio embarcaram muitas outras famílias italianas judias: os Camerini e os Caló, entre outros. Lembro-me que parte da família Caló permaneceu no Brasil e parte se radicou em Montevideú.*

*Não trazíamos móveis, somente roupas. Os móveis de nossa casa (que tinham sobrado da fábrica de meu pai) eram peças raras fabricadas em nogueira e carvalho. Foram todos vendidos em leilão, pois não tínhamos o dinheiro para enfrentar uma viagem com seis pessoas. Não possuíamos imóveis na Itália, vivíamos num apartamento alugado. Poucos eram os judeus italianos que possuíam propriedades e, entre eles, lembro-me da família Corinaldi (que emigrou para o Brasil na mesma época), que possuía um palácio em Veneza, o qual lhes foi restituído após a guerra.*

*Desembarcamos em Santos em fevereiro de 1939. Todos vieram para São Paulo, que era ainda uma cidade pequena: 800.000 habitantes aproximadamente. Apenas chegamos, fomos recebidos na casa de Rafael Mayer, amigo dos Vargas. Lá encontramos todo um grupo de pessoas politicamente importantes naquele momento: Assis Chateaubriand, Tancredo Neves, Lutero Vargas, Marcondes Filho, Oswaldo Aranha, etc....*

*Meu pai começou a trabalhar como corretor de seguros, tornando-se, com o tempo, proprietário de uma pequena agência. Vivia-se modestamente mas, graças a Deus, conseguiu com que seus filhos voltassem a estudar. Eu, por exemplo, graduei-me em Engenharia na Escola Politécnica em 1947.*

*A maioria das famílias italianas que chegavam no final dos anos 30 foram morar em vilas. Poucos eram os que moravam em apartamentos.*

*Foi uma época bastante difícil...! Eu tinha uma saudade pungente da Itália. Montanhas, neve, turmas na praia. Na cidade eu era chamado de “olho de Lince” porque descobria de longe a chegada de uma turma inimiga. Aqui fomos à procura das montanhas: Serra Negra e depois Campos do Jordão, da qual nos apaixonamos imediatamente. Tudo era diferente. Até no vestir: lembro-me que me chamaram de “bicha” por vestir calças knickerbocker (um tipo de calças mais largas presas abaixo dos joelhos). Obviamente nunca mais usei as mesmas.*

*Meu pai trabalhava muito. A família pesava: éramos em seis pessoas. Minha mãe, meu pai, minha irmã, eu e meus dois avós maternos que emigraram conosco. Meu avô Giovanni Furlanetto era um católico muito religioso (meu filho tem o seu nome em hebraico, Yohanan). A minha avó era judia, neta de um rabino. Pode-se imaginar o que deve ter sido este casamento cerca de 1870: casamento misto em Trieste! Foi um amor intenso que durou até a morte!*

*A minha avó Elvira Morterra Furlanetto morreu no Brasil com 76 anos. Na véspera da partida, em 1939, teve pneumonia, que à época era uma doença grave. Recordo-me que desembarcou numa ambulância. Tomou um pouco de ar marítimo, mas o seu estado físico era grave e não sobreviveu por muito tempo. Meu avô morreu um ano e meio depois, vítima de um câncer de bexiga. O seu último desejo foi o de ser enterrado junto à sua esposa que estava no cemitério judaico, o que conseguimos cinco anos após a sua morte. Naquela época o Cemitério Israelita ficava ao lado do cemitério católico da Vila Mariana. Transferimos os seus restos mortais para junto do muro divisório, satisfazendo assim a sua última vontade.*

*Eu mantenho deste meu avô uma lembrança especial, pois foi ele praticamente quem me educou: era uma pessoa muito culta, proprietário de uma tipografia em Trieste. Conhecia o judaísmo profundamente, sem todavia abandonar as suas crenças religiosas. Muitas vezes era ele que ditava os costumes do judaísmo em casa,*



*ensinando a meus pais coisas que eles próprios não sabiam. Ele dizia que meus pais eram goim!*

*Quando cheguei em São Paulo tinha apenas 15 anos. Logo fui estudar na Escola Dante Alighieri, principalmente por causa da língua italiana. A escola era extremamente fascista. O diretor, Attilio Venturi, exigia que ao entrar na escola os alunos fizessem a saudação fascista e eu me recusei. Já estavam quase me expulsando, quando Rafael Mayer interferiu e fui dispensado de fazer tal saudação.*

*Em seguida freqüentei o ginásio na escola estatal Dom Pedro II, cujo diretor era extremamente anti-semita. Em compensação, fazia parte do corpo docente Oscar Stevenson, uma pessoa excelente. Professor de língua portuguesa, ele era muito exigente mas justo. Oscar Stevenson tornou-se posteriormente reitor da Universidade do Brasil.*

*Nesta época tive uma discussão com um colega de classe (um dos Mesquita) que me chamou de “judeu desgraçado”, ou algo similar. Por essa razão fui suspenso por oito dias e ele um dia. Oscar Stevenson, ao me ver com os livros saindo da escola, perguntou:*

*- Bruno, o que você está fazendo? Você está indo embora?*

*Contei-lhe o que se passara.*

*- Isto não pode permanecer assim. Vamos ao Diretor!*

*Fomos ao Diretor e, no final, Mesquita e eu fomos suspensos por três dias. Justiça tinha sido feita! Tudo isso são pequenos fragmentos de uma realidade que lembro perfeitamente até os dias de hoje!*

*À época de Getúlio Vargas havia no Brasil uma forte tendência pró-Eixo com uma aliança tácita com Mussolini e Hitler. Qualquer crítica a esse respeito era muito perigoso. Com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, a situação se inverteu completamente. Pelo menos para nós italianos residentes no Brasil. Começamos a ser perseguidos pela polícia porque éramos italianos e, portanto, inimigos. Lembro-me de precisar levar sempre comigo um documento, fornecido pela CIP (Congregação Israelita Paulista), que declarava que eu era “refugiado por perseguição religiosa, sendo cidadão italiano”.*

*O contacto dos judeus refugiados do nazi-fascismo era a CIP, onde contávamos com a ajuda do rabino Fritz Pinkuss. Existia um sistema de ajuda fraterna, mas tudo era muito difícil. As casas judaicas... nem todas abriam as suas portas. E a idéia de ajudar aos que chegavam amadureceu somente com o tempo, em*

*particular quando ocorreu a emigração egípcia. Aí sim, o espírito de solidariedade tornou-se completo. Quando nós chegamos ao Brasil a ajuda não foi tão intensa.*

*Cada família tratava de obter sozinha os vistos para seus parentes que tinham permanecido na Europa. Não existia ainda uma centralização, uma organização nesse sentido. Foram anos duros: instabilidade financeira, problemas de adaptação no país... E ainda: primeiro enfrentamos uma perseguição porque éramos judeus e protestávamos contra o nazismo e o fascismo e, logo, porque éramos italianos! Dessa forma, o clima era permanentemente de tensão e insegurança. Minha avó paterna (Elvira) acabou sendo presa por ter se dirigido em italiano a um comerciante. Afinal, era a única língua que ela conhecia e dificilmente aprenderia o português. Foi preciso ir à delegacia para soltá-la.*

*Mesmo para ir a Santos, cerca de 80 km de São Paulo, precisávamos ir à polícia e obter o salvo-conduto, um documento que todos os “súditos do Eixo” precisavam ter para poder viajar. Recorria-se a despachantes, economizava-se tempo, mas, em compensação, gastava-se muito dinheiro. Obter um visto do Itamaraty (do governo) significava romper uma barreira. Mas, quando o Brasil “mudou de lado”, aí então foi quase impossível obter tal visto.*

*Da minha família permaneceram na Itália o tio Giuseppe Bruner, diretor da Assicurazioni Generali, e a filha, nossa prima Rina. Na verdade, Giuseppe foi casado, em primeiras núpcias, com uma irmã de meu pai que falecera. Não conseguimos convencê-lo a emigrar para o Brasil. Acreditava que estávamos vendo fantasmas... Fantasmas? Após certo tempo não recebemos mais notícias suas. Certo dia recebemos um telegrama de Zurique: Giuseppe e Rina haviam atravessado os Alpes na tentativa de se salvar e estavam morando na Suíça. Mas perderam tudo o que tinham quando foram ajudados por alguns contrabandistas. Posteriormente, esta minha prima conheceu um oficial do Joint em um campo de refugiados na Suíça. Tratava-se de um judeu polonês ortodoxo. Acabou casando com ele, fizeram Aliá e moram em Jerusalém.*

*Um sobrinho do avô Girolamo era Carletto Gugin, portanto meu primo. Ele era casado com Isa e teve duas filhas que residem em Trieste: Bruna, viúva do professor Schraiber, e Fulvia Levi. Fulvia e os pais se salvaram dos nazistas, pois se refugiaram em Oriago (pequeno vilarejo próximo a Veneza). Uma família Zara*

*católica os escondeu por três anos. Esta família está hoje inscrita na Avenida dos Justos em Jerusalém, graças a um processo impetrado por Fulvia Levi.*

*Um dos irmãos de minha avó Elvira era Arturo Gutmann (posteriormente mudou o seu nome para Bonomi), casado com Amália. Tiveram dois filhos: Carlos (falecido prematuramente em São Paulo), que era casado com Alba, hoje residente na Suíça com os três filhos (Sandra, Marina e Sérgio), e Marion, casada como Sigi Hass, tendo uma filha Daniela. Os três moram em São Paulo.*

*No final dos anos 30, inúmeras famílias de judeus italianos emigraram para o Brasil. Lembro-me que vieram os Camerini, que abriram um negócio de tecidos situado na Rua Florêncio de Abreu. Lívia Camerini, esposa de Oscar Camerini, deu aulas de italiano para a minha esposa Anna. Minha sogra era rumena da Bessarábia e meu sogro russo.*

*Havia também a família de Adalberto Corinaldi. Ele também começou a trabalhar na Assicurazioni. Adalberto era professor dos filhos do rei de Itália, chegando inclusive a morar no palácio real. Seus filhos eram Vittorio Emanuele e Elena. Vittorio Emanuele era o rei e Elena, sua esposa, a rainha. Os filhos de Adalberto Corinaldi emigraram para Israel. Hoje vivem no Kibutz Bror Chail.*

*Entre os imigrantes italianos de origem judaica vieram também os Arnstein (Arno), os Brentani (Breitner) e os Camerini. Estes últimos viajaram conosco no Conte Grande. Eram dois irmãos: Oscar e Vittorio. Este último era casado com Gemma Cohen e tiveram duas filhas: Sílvia (Weindholtz) e Helena (Moritz). Oscar Camerini teve dois filhos: Enrico e Ugo. Este último se graduou em Física e teve como colega César Lattes. Hoje é catedrático de Física Atômica na Universidade de Madison, nos EUA. O outro filho, Enrico, que era um grande amigo meu, retornou a Milão na Itália.*

*Uma outra família muito conhecida em São Paulo é a família Pincherle. Emigraram na mesma época que nós viemos para o Brasil. Livio Pincherle foi muito amigo de infância. Nydia Licia, sua irmã, tornou-se atriz teatral em São Paulo e era casada com o ator Sérgio Cardoso. Nydia Licia freqüentara a escola hebraica em Trieste e foi colega de uma Foá, esposa do ex-embaixador de Israel no Brasil. Lívio Pincherle escreveu um livro de memórias, *Entre dois Mundos. Memórias de um médico judeu italiano brasileiro*. Também de Trieste veio Nello Morpurgo, pai de Liliana Rosenthal, exímio violinista. Tocava na rádio Tupi. Ele trouxe as partituras*

*das músicas litúrgicas da sinagoga de Trieste, que foram imediatamente adotadas pela CIP e são utilizadas até os dias de hoje.*

*Vieram também os Di Segni, os Temin, os Pesaro, os Tagliacozzo e os Calef, entre os quais o Dr. Calef que era urologista. Lembro-me também de Umberto Beer e da família Castelli, que se tornou católica.*

*Aos poucos todos se ajeitaram. Meu tio Vitório com materiais de construção. A filha Franca (casada com Cláudio Finzi de Buenos Aires) morreu prematuramente. Ela foi, durante muitos anos, secretária emérita do Colégio I.L.Peretz. O grupo de judeus italianos formava o que se chamou ironicamente de “Colônia Mussolini”.*

*Meu tio Mário (pai de Edda Bergman) foi diretor financeiro da indústria de chocolates Lacta. Ele era casado com Emma (irmã de meu pai) e tinha duas filhas quando chegou ao Brasil: Gina (já falecida) e Edda (casada com Hans Bergman). Esta última foi muito ativa na B'nai Brith, tornando-se inclusive presidenta da B'nai Brith do Brasil. Meu tio José (grande galã de solteiro com as estrelas do cinema italiano em Turim) foi gerente do Banco Nacional da Cidade de São Paulo em Jaú e depois da filial da Rua Marconi em São Paulo. Foi também sócio da Tramiotécnica. Casado com a tia Laura teve dois filhos: Silvana, casada com Michael Shawitt (falecido prematuramente), e Guido Levi, renomado médico infectologista.*

*Tio Carlos fundou a Eqüitativa de Seguros e depois a Piratininga e, finalmente, terminando com o Lloyd Oceânico. Casado com Nora Morpurgo, teve três filhos: Lívio (falecido prematuramente), conhecido arquiteto, especializado em iluminação, entre os quais o Itamaraty e a Catedral de Brasília, Paulo e Marília (Freidenson), que é uma das diretoras do Arquivo Histórico Judaico de São Paulo.*

*Muitos dos judeus italianos que emigraram para o Brasil no final dos anos 30 eram técnicos e foram trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. O engenheiro Amar tinha sido diretor das empresas Ansaldo na Itália e Bruno Russi, braço direito do Conde Francesco (Chiquinho) Matarazzo, que nada decidia sem antes consultá-lo e ouvir os seus conselhos.*

*Entre esses italianos judeus uma pessoa muito interessante foi Renato Salmoni, de Schio no Veneto, formado em Química. Era químico do Codiq, indústria de judeus húngaros fabricante de equipamentos para a indústria química. Lá eu fiz o meu estágio obrigatório pela Politécnica, sempre indo na garupa da moto de Renato Salmoni. Ele era irmão de minha tia Laura e morreu prematuramente. Sua esposa, Anita Salmoni, era uma pessoa de grande cultura e autora de vários livros, entre os*

*quais Você Voltaria?(Tornaresti?), publicado pela Editora Shalom em 1979. Foi também Diretora do Instituto Ítalo-Brasileiro, realizando um trabalho de intercâmbio entre o Brasil e a Itália.*

*No período em que emigramos, Oswaldo Aranha era Ministro do Exterior no Brasil. Pelo que me recordo, ele não interferiu nem a favor, nem contra a comunidade judaica. Mas o governo de Getúlio Vargas era mais anti-semita do que filo-semita. O episódio de Luís Carlos Prestes e Olga Benário é prova disto. Realmente não se podia falar abertamente contra o Eixo e/ou a favor dos judeus. A polícia política de Filinto Muller circulava pelas estradas: devíamos estar atentos e não falar contra a Alemanha.*

*Profissionalmente tive, por trinta anos, uma fábrica de impermeabilizantes (Wamex). Posteriormente, fui Diretor de uma famosa agência de Turismo (Maringá). Também fui Diretor da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e fundador do IBI (Instituto Brasileiro de Impermeabilização), do qual fui presidente duas vezes.*

*Na vida comunitária judaica dediquei-me muito à B'nai Brith, tendo ocupado os cargos de Presidente Nacional e Presidente da seção latino-americana. Posteriormente, fui também secretário-geral da Confederação Israelita do Brasil, sob a grande liderança de Benno Milnitzky.*

*O grupo familiar de 33 pessoas que chegaram no Brasil em 1939 agora conta com mais de 100 pessoas entre filhos, netos, bisnetos e agregados.*

*Eu sou casado com Anna Kulikovsky desde 1949. Tenho três filhos (Cláudia, Sílvia, Fábio) e seis netos (Mônica, Marcelo, Flávio, Gabriel, Tatiana, Priscilla). Todos são bons brasileiros e bons judeus!*

## CARLA MONDOLFO MIELI

Depoimento de Carla Mondolfo Mieli à autora. São Paulo, 3 de abril de 2007.

Carla Mondolfo Mieli nasceu em Livorno, filha de Alfredo e Ada Del Vecchio Mondolfo. Deixou a Itália por causa das leis raciais contra os judeus.

No momento do exílio, tinha 13 anos. Fazia parte de uma família abastada de comerciantes que tinham representantes e revendedores em muitas cidades italianas.

Lembra que o pai, fascista como muitos judeus italianos, havia sido *squadrista* em 1921, tendo participado da Marcha sobre Roma em 1922.

A reação às leis raciais foi terrível e Carla lembra com tristeza que foi expulsa da escola.

Na Itália, naquele período, não existiam escolas particulares que não fossem religiosas, assim Carla estudava nas escolas estatais. Depois das leis raciais, o rabino da cidade, Alfredo Toaff, juntamente com os dirigentes da comunidade judaica e com os professores judeus que haviam sido expulsos das escolas do governo, abriu um ginásio judaico.

*“Meus pais entenderam que a única possibilidade para os judeus era a de deixar a Itália. Conseguiram obter vistos de turista, por seis meses, para o Brasil, visto que depois foi transformado em permanente por um agente aduaneiro brasileiro judeu, um certo Sr. Mendes”.*

Os avós paternos, aos quais Carla era particularmente apegada, não quiseram deixar a Itália para não se desfazer das lojas e porque não acreditavam que realmente houvesse perigo para os judeus.

Quando perceberam a situação, refugiaram-se em uma aldeia, Casciana Alta, perto de Casciana, para onde a avó ia todos os anos para tratar-se nas termas. Ficaram lá, foram ajudados por vizinhos, pagos a peso de ouro com a construção de abrigos anti-aéreos para todos, mas por sorte sobreviveram e se reuniram com a família no Brasil. Antes de partir, os pais de Carla venderam a casa e tudo que a mesma continha, e por “nada”, a pessoas que por sua vez realizaram vendas em leilões.

Muitos italianos compravam, a preços muito baixos, os bens dos judeus que deixavam a Itália para refugiar-se no exterior. Tais bens eram depois revendidos pelo valor real, de modo que era possível enriquecer à custa daqueles que emigravam.

Os avós maternos moravam em Ancona, também eram comerciantes e tinham um belo apartamento; foram refugiar-se no campo e passaram a viver e se vestir como camponeses. Após a guerra ficaram na Itália.

*Havíamos embarcado no Augustus em 25 de agosto de 1939 para ir para o Brasil, quando logo depois nos fizeram descer do navio porque os cidadãos italianos não podiam sair da Itália, que estava em estado pré-guerra. Provavelmente demonstrando ser judeus e, como tal, considerados não italianos, conseguimos re-embarcar em 1º de setembro de 1939 (dia da invasão da Polônia) no navio Cabo Santo Antonio, da frota Ybarra.*

*A viagem foi horrível; o navio estava lotado, praticamente todos eram judeus de várias nacionalidades. Mulheres e homens foram separados para poder ocupar melhor os espaços.*

*Comemoramos o Rosh Hashaná a bordo, diz Carla, e me pareceu uma coisa muito triste, pois estava habituada a comemorar as festas em casa da minha avó paterna, que era muito religiosa e em cuja casa eu havia praticamente crescido.*

*Chegados ao Brasil meus pais conheceram vários judeus italianos, exilados como eles: os Temin, os Faldini, os Camerini, os Pincherle, os Bondi, os Anau, os Bassani, os Sonnino, os Zaban, etc.*

*Como já disse, na Itália tínhamos uma situação econômica muito boa, mas como não era permitido sair da Itália com mais de mil liras por pessoa, de um momento para outro nos encontramos em estado de penúria. A CIP nos ajudou de muitas maneiras; por exemplo, pagou nosso aluguel por três meses. Meu pai, por sorte, conseguiu encontrar trabalho como representante, e, pouco a pouco, as coisas começaram a caminhar bem de novo.*

*Nós nos ambientamos logo, mas no início não foi fácil. O povo brasileiro em geral era muito bom.*

*O diretor do Colégio Dante Alighieri, onde me matricularam, era anti-semita e rasgou meu boletim diante dos meus pais, porque era de uma escola israelita. Não reconheceu os estudos que eu havia feito, e eu precisei recomeçar do ponto em que havia deixado de freqüentar as escolas públicas fascistas. Entre os colegas de classe sentia-se o anti-semitismo e ao longo dos corredores do colégio devíamos fazer a saudação fascista. O diretor Venturi dizia “foram os capitalistas judeus que quiseram esta guerra!!!”.*

*Vimos a saber, mais tarde, que outras escolas, como o Mackenzie, por exemplo, aceitavam os boletins das escolas israelitas.*

*Durante a guerra o colégio passou a chamar-se Visconde de São Leopoldo.*

*Nunca senti saudades da Itália ou dos italianos. Eu odiei a Itália. A primeira viagem que fizemos para o exterior foi para Israel. Quando voltei para a Itália, eu estava pronta a brigar com todos. Eu só tinha saudades de Livorno e dos tempos em que era menina.*

*Durante o Holocausto, perdemos um primo de papai, Viterbo, junto com os Guetta, que foram metralhados na rua, e Ermanno, filho de tia Iole, morto em um comboio que o levava aos campos de extermínio.*

*Tivemos notícias do que havia acontecido na Itália somente no final da guerra.*

*Nunca freqüentamos o ambiente italiano fascista, e pouquíssimo os italianos em geral. Apenas chegados ao Brasil, freqüentávamos a sinagoga da Abolição e, depois, a do clube A Hebraica, onde continuo indo.*

*Sempre trabalhei como voluntária na comunidade israelita de São Paulo. Fui membro da sociedade beneficente Scudo Rosso di Davide, dirigida por Gemma Camerini e localizada embaixo do Viaduto do Chá, no centro de São Paulo. “Escudo Vermelho de Davi” era o antigo nome da WIZO.*

*Em 1947, casei com Loris Mieli, vindo do Egito, ele também judeu italiano. Loris não era muito religioso, mas era muito sionista e depois, com o tempo, começou a interessar-se também pela religião.*



*Eu voltei para a WIZO no grupo Yarden, que era o grupo das jovens casadas, e passei por todos os cargos, até chegar à presidência, e depois me quiseram no Centro São Paulo, onde fui vice-presidente por muito tempo, e depois presidente.*

*Por muitos anos trabalhei contemporaneamente no Hospital Israelita Albert Einstein, primeiro no refeitório dos médicos e depois, quando souberam que eu era psicopedagoga e fonoaudióloga, me deram um consultório e trabalhei como profissional voluntária até que abriram um núcleo assistencial em uma favela, onde era difícil poder trabalhar. Ainda agora, como voluntária, recebo crianças com vários problemas, que ainda me procuram. Continuo indo à WIZO e agora faço parte do Conselho Deliberativo.*

*A coisa mais importante que procuro destacar é “Não Esquecer”.*

*É preciso dar a conhecer aos jovens o que aconteceu, e infelizmente esta é uma “doença” cíclica. É necessário dizer “NUNCA MAIS”!*

*Eu sou viúva, infelizmente, de um marido maravilhoso, tenho dois filhos, Magda e Maurizio, cinco netos e quatro bisnetos: Moshe estudou quatro anos em Israel, voltou porque seu pai morreu, Amélia, que tem o nome de minha avó, é casada com um bom judeu, David, eles têm dois filhos belíssimos, Tali, de sete anos, e Arieh (o meu rei). Vanessa ainda não se casou (vamos esperar).*

*Perla é a minha neta “valente”, estuda e trabalha em Israel (ainda não encontrou a alma gêmea).*

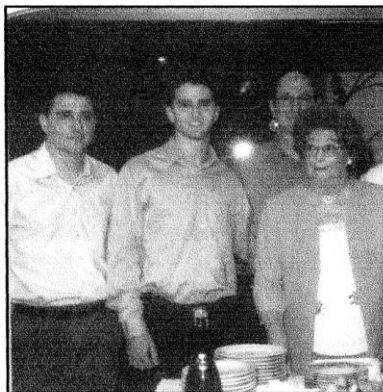
*Moshe tem um casal de gêmeos, Daniele e Gabriella.*

*Meu filho tem uma filha de dezessete anos, Giselle Raquel.*

*E assim, eu apresentei minha família!*

# Edda Bergmann

## Uma vida dedicada à comunidade



Nasci em 1927, aos 27 de março e, portanto estou completando 80 anos de idade. Nasci em Trieste no norte da Itália e aos 3 anos de idade fui para Milão com meus pais e minha irmã, Emma Levi Mayer, Mario Mayer e Gina Mayer.

Tinha portanto 11 anos de idade em 1938, quando a época Mussolini começou a entrar na sua caçada racista, especialmente após o 2º semestre e o Anschluss da Áustria. As leis raciais na Itália, caíram como "Um lampo a ciel sereno" "um raio no céu azul", pois ninguém estava preparado para elas.

Mas nós já estávamos sabendo que isto iria acontecer, pois meu pai tinha um irmão Rafael Mayer, que morava em São Paulo, no Brasil, desde 1926 e era amigo pessoal de Getúlio Vargas e de todo o ministério brasileiro, inclusive Oswaldo Aranha.

O Getúlio e Dona Darcy Vargas, como ele os chamava, se hospedavam em sua casa quando vinham a São Paulo.

Meu tio quando soube que Mussolini iria implantar as Leis Raciais contra os judeus, como dono do Banco Ítalo-Brasileiro que era, mandou o Diretor Geral do banco "João Bricolo" para a Itália falar com o Ministro do Interior Dino Grandi em Roma, para interferir no sentido de que Mussolini não seguisse os caminhos de Hitler e ele o fez e avisou meus pais para que retirassem toda a família da Itália e viessem para o Brasil.

Em seguida mandou os vistos do Itamaraty. Mas o Cônsul Geral do Brasil em Genova, não quis aceitá-los e nos viemos com vistos temporários através de Milão, pelo primeiro navio que saiu da Itália após as Leis Raciais, o Conte Grande, ainda em 1938 e nós nos hospedamos na casa do meu tio em São Paulo. Fomos recebidos no Recife, pessoalmente por Oswaldo Aranha e esposa, e eles seguiram viagem conosco até Santos.

Lembro-me perfeitamente, de que para espanto da esposa de Oswaldo Aranha, minha mãe no mercado do porto do Recife, queria comer o caroco do abacate, fruta que ela jamais vira.

Meu tio Rafael era casado com Emília Frioli, filha do Cônsul italiano em São Paulo e nos receberam à bordo no Rio de Janeiro e vieram com o casal Oswaldo Aranha até Santos, onde um carro oficial nos esperava (era um Cadillac que eu nunca tinha visto).

A primeira palavra de português que aprendi foi FICA, escrita sobre as nossas malas na alfândega do Porto de Santos.

A casa do meu tio recebia todo o ministério para reuniões extraordinárias, inclusive o Cônsul inglês Smelburn, o cônsul americano e o filho do Getúlio, Lutero Vargas, que vinha sempre com uma alemã à tira-colo.

Ainda lembro de algumas de suas conversas e opiniões. Meu tio ajudava todos os judeus que chegavam ao Brasil, inclusive empregando-os no Banco Ítalo-Brasileiro, ou em uma de suas doze indústrias.

Meu pai foi trabalhar como assessor de Assis Chateaubriand e Diretor da Lacta, que vendeu para Ademar de Barros e em seguida passou a ajudar na criação do Museu de Arte Moderna da Avenida Paulista, e depois foi para a Diretoria dos Diários Associados com Oswaldo Aranha.

Especialmente na época da partilha da Palestina, liderada por Oswaldo Aranha na ONU, fomos entre os primeiros a saber dos fatos, com todos os detalhes,





inclusive de Oswaldo Aranha ter adiado a votação por três dias, pois haviam muitos votos instáveis ou contrários, e ter trabalhado intensamente nos bastidores para conseguir adeptos e mais votos favoráveis, e ao reabrir a votação, tinha, como disse a meu pai, a certeza do sucesso deste momento histórico e de suma importância para o povo hebreu, a libertação nacional.

Li no jornal que havia exame de admissão no Colégio Estadual Presidente Roosevelt, o único da cidade e fui para lá com o motorista do meu tio Rafael, não sabia português, mas me virei em italiano com o Diretor Egidio Damy, que me permitiu prestar o exame sem documentos e sem saber o português, dado que eu era refugiada.

Me aprovou com dependência de português para o final do ano, coisa que fiz e assim cursei todo o ginásio e colegial, durante o curso já dava aulas particulares de português e tinha como colega de classe o filho de Ciro de Freitas Valle, filho do Embaixador brasileiro que estava preso na Alemanha e nos punha ao par de tudo o que acontecia.

Em seguida fiz Letras e Psicologia na Faculdade Mackenzie, Religiões Comparadas na Universidade Hebraica de Jerusalém mais tarde pós-graduação em história na USP e Política Internacional. Fiz muitos cursos extracurriculares no Brasil e no exterior.

Sou casada há 57 anos com Hans Bergmann, que sempre acompanhou muito de perto tudo o que fiz e empreendemos juntos.

Temos dois filhos, Lia e Herberto, três netos, Fábio, Marcelo e Andréia totalmente ativos e entrosados na comunidade. Lecionei na Universidade Mackenzie, fui Diretora Educacional Vocacional da UNIBES, Coordenadora do CIAM, Diretora da Wizo e criadora do Concurso sobre Israel com a Secretaria da Educação, Diretora de vários departamentos da CIP, Presidente do Conselho da Fraternidade Cristão-Judaica, Diretora de Direitos Humanos e Presidente da B'nai B'rith do Brasil e, atualmente, Vice-presidente Internacional.

Tenho dado palestras e cursos nas Faculdades de Estudos Internacionais e em Congresso da mesma área, às vezes com mil e quinhentos alunos de uma vez só.

Reccebi, entre outras, a Comenda de Direitos Humanos da



Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, Conselheira da Comunidade Solidária do governo Fernando Henrique Cardoso e membro do Programa Fome Zero do Governo Luis Inácio da Silva.

Ainda estou ativa e engajada naquilo que escolhi como meta de vida e tenho colaborado em revistas e jornais dentro e fora do país e continuado a dar cursos especiais por todo país.

A mensagem que posso dar às novas gerações é de que é bom e gratificante ser judeu, e participar da vida e dos anseios do mundo.

Lutar pela igualdade de direitos entre os homens, contra o desvirtuamento da verdade, pelo respeito, pelo humanitarismo e pensar que a vida e o bem estar do Planeta Terra dependem de cada um de nós. Ter como meta a Fé em Deus e seus preceitos de igualdade, fraternidade, amor e reconhecer a Centelha Divina que brilha em cada um de nós. Dar ao ser humano um espaço todo especial no meio da natureza, criada para o seu bem estar.

Um mundo de amor, de esperança e de paz que supere todos o malefícios que os homens inventaram.

*Edda Mayer Bergmann 2007*



## ENRICO CAMERINI<sup>142</sup>

Tive o prazer de conhecer Enrico Camerini, durante uma minha palestra sobre os judeus italianos no Brasil, em Milão, em 31.1.2007, na Livraria Claudiana.

A deposição a seguir faz parte de um testemunho que Camerini deu na escola “G. Agnesi” de Milão, com o título *Come ho vissuto le leggi razziali* (Como vivi o período das leis raciais). Deste testemunho, selecionei alguns trechos que fazem referencia à sua família no momento da promulgação das leis raciais e à procura de um refúgio no Brasil. Traduzi literalmente suas palavras como estavam no texto que ele mesmo me enviou em São Paulo.

*Eu e meu irmão, que é um ano mais velho que eu, encontrávamos-nos no hospital, no isolamento, porque estávamos com escarlatina. Minha irmã (Noemi) havia nascido há pouco, tinha só alguns meses e fomos para o hospital para evitar o contágio.*

*Lembro-me que meu pai vinha nos visitar e nos olhava por uma janela que dava para o corredor. Um dia veio nos visitar, pegou o jornal Corriere della Sera e o colocou contra o vidro... dizia “Promulgate leggi razziali” (Promulgadas as leis raciais). Eu não entendi muito bem, mas depois, com o tempo, entendi que não podíamos mais ir à escola, não nos queriam mais. Ora, para um menino de 12 anos sentir-se marginalizado, expulso, enxotado, não era agradável. Eu me perguntava por quê?... o que havíamos feito de errado?*

*(...) Então houve este problema: o que fazemos, o que não fazemos? Minha mãe, entretanto, havia nos matriculado na escola judaica na Via Eupili, eram dois prédios pequenos... e eu iniciei o segundo ginásio na escola judaica, um pouco perturbado por esta novidade.*

*Enquanto isso meu pai, nunca lhe agradecerei o suficiente, pensou em sumir dali. E assim, em janeiro de 1939, meu pai (Oscar Camerini), minha mãe (Lívia Dal Seno Camerini), meu irmão, eu e minha irmãzinha, que tinha um ano, partimos para o Brasil. Por que o Brasil? Porque papai tentou conseguir o visto para os Estados Unidos e não deram, o visto para a Argentina e não deram, o visto para o Brasil e disseram sim. Imaginem um homem de 40 anos, com mulher e três filhos, que larga tudo, meu pai era comerciante, que vai enfrentar uma vida nova em um país como o*

*Brasil, o Brasil de 39, não aquele de hoje, que é outra coisa. Foi uma aventura bastante difícil, sem falar o idioma, sem conhecer ninguém, porém nós nos saímos bem.*

*As minhas sensações e reações a esta expulsão da escola são muito difíceis de descrever, porque vocês podem imaginar... o sentimento de... mas o que eu fiz de errado?... etc.*

*Ao mesmo tempo minha mãe, professora no Istituto Magistrale “Rosa Maltoni Mussolini”, hoje “G. Agnesi”, foi expulsa da escola pelas leis raciais, portanto mais um motivo para ir embora. Minha mãe depois teve muitas experiências de ensino também no Brasil, lecionou italiano, etc.*

*(...) Eu me vi de volta ao primeiro ginásio, tive de refazer o primeiro ginásio no Brasil no meio de um grupo de brasileiros que falava português, e eu não.*

*Tive de superar este obstáculo de qualquer maneira. Devo dizer que naquela época muitos judeus italianos haviam seguido o exemplo de meu pai.*

*Meu pai foi, se não o primeiro, um dos primeiros, e muitos judeus italianos se reencontraram em São Paulo e começaram a fazer amizade, a estabelecer uma espécie de pequena colônia (a Colônia Mussolini), lá tínhamos amigos, cada um lutando com os seus problemas, procurando adaptar-se a seu modo e seguindo um pouco os noticiários. Em 39 ainda não se sabia sobre os campos de concentração, havia o perigo, esperava-se qualquer coisa...*

*A irmã de meu pai, Jole Camerini, casada com um certo Goldschmiedt, estava em Milão, tinham um filho um pouco mais velho que eu. Haviam mandado o filho para a Inglaterra para ficar com amigos, eles ficaram em Milão. Em dezembro de 1943 decidiram fugir para a Suíça. Foram para um lugar perto de Morazzone, perto de Varese, em casa de amigos que os puseram em contato com contrabandistas, esses carregadores que passavam a fronteira com a Suíça, os quais se comprometeram a acompanhá-los até lá, cobrando metade adiantado e metade quando os conhecidos voltassem. Pegaram o dinheiro, os levaram até a fronteira suíça e simplesmente os venderam aos “repubblichini”, que eram os italianos que haviam aderido à república de Salò, isto é, os fascistas de então.*

Entre parênteses, quando se fala dos nazistas que deportaram os judeus, aqui na Itália eles foram muito ajudados pelos italianos “repubblichini”, isto é, os fascistas que ficaram aqui, etc., por isso não eram apenas os nazistas. De qualquer maneira, foram vendidos aos “repubblichini”, que os levaram de volta a Milão, para a prisão de San Vittore, depois de um ano foram colocados em um vagão de carga e levados para

Auschwitz e nunca mais se soube nada deles. Estas coisas nós soubemos depois, à medida que aconteciam, e nunca agradecemos suficientemente a coragem de meu pai em escapar.

*(...) Eu voltei para a Itália por razões de trabalho. No Brasil eu me dediquei à pintura, eu era pintor e, para manter a família, trabalhava em publicidade. Depois, com o tempo, fui trabalhar em uma grande empresa internacional, uma agência de publicidade americana, a qual me mandou para Nova York para um estágio, em 1961, onde conheci um homem que me disse: “escute, porque não vem trabalhar em Milão, na McCann Erickson”... e eu, circulando há um ano, aceitei a proposta interessante e voltei para a Itália com mulher e três filhos, três filhos brasileiros. Devo dizer que o Brasil daqueles anos me dava um pouco a sensação de alguém que vai a um baile e fica sentado em um canto observando, enquanto todos dançam. Era na Europa e nos Estados Unidos que as coisas aconteciam. Então eu voltei, voltei porque o tempo havia passado e porque, digamos também, eu havia perdoado. Tendo mudado o governo, tendo mudado as classes dirigentes, não havia motivo para guardar rancor.*

*Diante das discriminações das leis raciais, colegas de minha mãe disseram “Mors tua vita mea” (Tua morte, minha vida).*

*(...) Fui educado em um ambiente onde muitos conhecidos de meu pai e os meus amigos eram judeus, onde havia algumas cerimônias religiosas: não sei... três vezes por ano íamos à sinagoga: na Páscoa, no dia do jejum e no ano novo judaico... mas sem acreditar muito, mantendo as tradições. Foram estas tradições, no fundo, que mantiveram este povo judaico unido, apesar do fato de que até cinquenta anos atrás, não tinham uma terra, um país.*

*(...) O fato de ter mãe judia faz de você um judeu... Minha mãe, Lívia dal Seno Camerini, tinha a mãe judia, o pai não era judeu. Mas não sendo religiosos, nem ele nem ela, nunca houve um conflito. Em 1933 iniciaram-se as perseguições raciais contra os judeus na Alemanha, com a ascensão de Hitler ao poder. Minha mãe, sabendo do problema que ser judeu estava se tornando, converteu-se ao judaísmo, tomando o banho ritual, e meus pais se casaram novamente segundo o rito judaico. Minha mãe queria dar uma demonstração de solidariedade a meu pai. Enquanto muitos judeus se batizavam,*

para esconder o fato de ser judeus, minha mãe escolheu ser judia. Mas em geral não se escolhe. É muito difícil definir o que é ser judeu...

## ETTORE BAROCAS

Depoimento de Ettore Barocas à autora. São Paulo, 12 de abril de 2007.

*Nasci em Viareggio em 1925, filho de Leone Barocas e Marta Pacifici Barocas. Hoje, neste ano de 2007, tenho, portanto, 82 anos. Minha família emigrou para o Brasil em 1939, quando eu tinha 13 anos e freqüentava a 3ª ginásial. Quando fui me matricular na 4ª ginásial, não me aceitaram, por ser judeu. Eu poderia ter insistido alegando que meu pai era fascista e havia lutado em duas guerras, não deveria ser discriminado, mas não me ouviram. Meu pai, Leone Barocas, antes das leis raciais havia sido fascista e havia fundado a seção do Fascio de Pietrasanta. Tinha participado como voluntário na guerra 1915-1918 e depois na guerra da Líbia.*

*A proclamação das leis raciais foi um raio em céu sereno para minha família, que quase não queria acreditar que Mussolini houvesse chegado a tanto.*

*Antes de ser expulso como judeu, meu pai trabalhava no Istituto Nazionale Assicurazioni (INA), na seção de seguros de vida. Minha mãe tinha uma mercearia. Quando meu pai deixou o partido e foi despedido do INA, continuamos a viver com o dinheiro do trabalho de mamãe.*

*Decidimos, então, emigrar, e escolhemos o Brasil porque um primo de meu pai, Luciano Ventura, já estava neste país.*

*Conseguimos um visto de turista para o Brasil com o cônsul de Livorno, pela intervenção de uma agência de turismo que havia nos vendido as passagens de navio. Vendemos todos os nossos bens, cujo produto entrou pouco a pouco no Brasil, quando conseguimos obter o visto permanente.*

*Viajamos a bordo do navio Principessa Giovanna, em classe única, que estava cheia de judeus austríacos e alemães que iam para a Bolívia. Nós éramos os únicos judeus italianos. Desembarcamos em Santos em 29 de maio de 1939.*

*Prosseguimos para São Paulo com a intenção de nos hospedarmos em uma pensão na Praça da República, mas quando meu pai percebeu que era um bordel (!!!), nos transferimos para uma outra pensão na rua Canuto do Val e, pouco depois, para uma casa no bairro do Belém, perto da fábrica onde meu pai trabalhava.*

*No início estávamos muito desambientados, não existia nenhuma comissão de ajuda especial para nós, judeus italianos, e tínhamos medo de tudo, e fomos até roubados por*



*um despachante que tentava obter o visto permanente e que pediu e conseguiu 1 conto de réis (1000 dólares hoje?) para cada pessoa da família... no total de 3 contos de réis!!! Nem mesmo a polícia conseguiu reaver o dinheiro extorquido. Conseguimos, mais tarde, a carteira modelo 19 vermelha, (aquela para estrangeiros, como hoje?), não a carteira permanente, que era verde.*

*Nós nos ambientamos bem depressa. Eu passei a fazer parte de um grupo de jovens judeus italianos que se reuniam no Edifício Esther, na Praça da República, por motivos religiosos e recreativos. Este grupo havia sido formado por Enzo Ventura, diretor do culto da sinagoga da Abolição, que organizava interessantes atividades religiosas e recreativas.*

*Estudei no Colégio Dante Alighieri, cujo diretor, Venturi, fazia discursos contra os judeus, taxando-os de maçons e anti-italianos. No Dante, todos os sábados, como na Itália, reuniam-se os balilas, enquanto a Juventude Fascista organizava as suas reuniões e desfiles após o trabalho, no Palestra Itália. Por tudo isto eu fui transferido para o Colégio Mackenzie.*

*No início, meu pai abriu uma fábrica de sabão na Av. Celso Garcia, em um bairro chamado Belém. Quando apareceu a primeira máquina de lavar na FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, para obter o sabão em pó usado nessa máquina era preciso ralar o sabão de coco bem seco!!! Mas os problemas para importar a matéria-prima levaram a família a vender a fábrica e a abrir uma metalúrgica com um sócio, Giulio Bolaffi, pai de meu amigo Gabriel Bolaffi.*

*Quando o Brasil entrou em guerra contra as potências do Eixo, meu pai, como italiano, precisou transferir a firma a um brasileiro e como administrador foi escolhido o nosso contador de confiança (!!!). Ele se revelou um velhaco e roubou tudo. Neste ponto meu pai desistiu de trabalhar por conta própria e foi trabalhar na firma de tecidos de Ivo Faldini (outro judeu italiano emigrado antes das leis raciais). Eu fui trabalhar no banco de Raffaele Mayer, um judeu triestino que tinha vindo nos anos 20 e enriquecido em São Paulo.*

*Mais tarde fui empregado pela empresa de Leon Feffer, começando como vendedor e tornando-me, a seguir, diretor do setor de exportações. Afastei-me em 1955.*

*Até o fim da guerra, não tínhamos notícias sobre o que acontecia na Itália, mas não perdemos parentes durante o Holocausto. A família sempre evitou contatos com os vários italianos fascistas. Lembro-me da existência de um grupo antifascista italiano, dirigido por Tamagni e Orlandi (sócio do amigo Rimini em uma gráfica), chamado “Itália Livre”.*

*Sou casado com Fany Cogan, de origem moldava, e tivemos três filhos: Eliezer, que vive em Israel, Débora que vive em Ubatuba (SP), e Judith, que mora aqui em São Paulo. Não transmitimos a cultura italiana aos nossos filhos, porém Eliezer e sua família conseguiram obter o passaporte italiano.*

*Falávamos italiano enquanto minha mãe vivia, depois decidimos que seria o português.*

*Na Itália éramos religiosos e, em Viareggio, íamos à sinagoga no Shabat e nas Grandes Festas. Em São Paulo começamos a freqüentar a sinagoga da Abolição, depois, quando entrou o rabino Mazeltoff, que rezava em português, procuramos um outro templo, como a sinagoga Beth-El. Mas agora eu continuo a freqüentar a sinagoga da Abolição.*

*Sempre fui sionista, fiz parte do Movimento Sionista Betar e colaborei com a Organização Sionista Unificada, da qual fui diretor por muitos anos. Também fui diretor do Colégio Israelita Peretz e sou conselheiro vitalício do Clube Hebraica.*

*Quando a guerra acabou, nunca pensamos em voltar para a Itália; não sentíamos saudades do país e agora, quando vamos à Itália para turismo, nos sentimos quase estrangeiros.*

## GIUSEPPE SADUN

Biografia de Giuseppe Sadun escrita pela autora com base em uma entrevista direta com ele, em 1996, e na entrevista feita no Núcleo de História Oral da AHJB, por Adriana Terni Jacobsberg e Marília Levi Freidenson, em junho do mesmo ano.

*Giuseppe Sadun nasceu em Milão em 25 de junho de 1911. Vivia em Milão, onde era operador da Bolsa de Valores de Roma, como seu pai havia sido antes dele. Na época da entrevista, tinha 85 anos. Faleceu em São Paulo, em 1999.*

*Não era religioso e dizia que a maior parte dos italianos não era muito observante, mas ia à sinagoga, como ele também, nas Grandes Festas.*

*Quando da proclamação das leis raciais morava em Florença. Decidiu emigrar para o Brasil, pois seu irmão mais velho já havia emigrado, porque seu pai receava que fosse convocado para a guerra.*

*Giuseppe Sadun emigrou para o Brasil em 1939. Até aquele momento não tinha acreditado que o anti-semitismo se firmasse na Itália e se deu conta da situação apenas quando perdeu o emprego. Escolheu o Brasil a conselho do prof. Giorgio Mortara, e emigrou junto com a irmã, Miriam. Seu primeiro emprego foi em São Paulo, na firma de Louis Dreyfus. Em seguida, trabalhou na fábrica de laminados de aço De Martino, depois na Fazenda Amália, de Francisco Matarazzo, no laboratório Arsion di Comenale e afinal, e por 34 anos, na firma Securit, de Aldo Magnelli, que fabricava móveis para escritório e cozinha. Quando Aldo morreu, continuou a trabalhar com o filho dele, Sandro.*

*Aldo Magnelli merece uma pequena lembrança. Não era judeu, mas era casado com uma judia alemã, e quando na Itália se começou a falar de anti-semitismo, decidiu emigrar para o Brasil, para evitar que sua esposa tivesse os mesmos problemas pelos quais, naquele período, passavam os judeus alemães. Aldo Magnelli era irmão do famoso pintor milanês Alberto Magnelli. Sua casa, situada no bairro dos Jardins, em São Paulo, era muito bonita, com uma profusão de quadros modernos importantes.*

*Giuseppe Sadun descendia dos Sadun de Pitigliano e contou, a esse respeito, um famoso caso processual, acontecido entre seu avô, Salomone Sadun, e seu sócio*

*Rosselli, cujo motivo foi uma mina de mercúrio da qual eram proprietários. Rosselli tinha comprado as ações da mina de Salomone depois de ter sido comprovado, através da perícia feita por um técnico vindo da Alemanha especialmente para isso, que a mina estava inundada e, portanto, sem possibilidade de ser explorada. O contrato havia sido feito no Templo. Pouco depois, a mina recomeçou a funcionar e Salomone, mesmo percebendo que havia sido embrulhado, não recorreu, julgando que um contrato ajustado no Templo fosse irrefutável.*

*Alguém o convenceu depois que, tratando-se de uma fraude, esse contrato, mesmo se feito em uma sinagoga, não tinha nenhum valor. Salomone então iniciou uma ação contra o sócio, mas perdeu. Parece que existe, ainda hoje, um livrinho com a história deste processo.*

*Giuseppe Sadun, logo depois da guerra, voltou para a Itália para visitar a mãe, tomando o primeiro avião da KLM que ia para a Europa. A viagem foi longa e cheia de etapas: Amsterdam, Paris, Roma e finalmente Milão. Ali reencontrou a mãe, que havia sido internada em um sanatório, com tuberculose, e a irmã, que havia se casado com um Luzzato, com o qual havia se refugiado na Suíça para escapar às perseguições, encontrando-se então internada em um sanatório para doenças mentais.*

*Retomou seu trabalho no banco, mas o que ganhava era tão pouco que não era suficiente para sustentá-lo. A mãe, com grande generosidade, aconselhou-o a voltar para o Brasil.*

*Ele havia feito muitos amigos no Brasil, na colônia judaica italiana, como os Milano, os Avigdor, os Castelli, os Capannari, os Schreiber, os Calabi (um dos quais, Andrea, na época da entrevista era secretário do Ministério da Fazenda), os Mortara e os Segre.*

*Ele casou-se na sinagoga da Abolição, em ... de outubro de ..., com Anna Maria Funaro.*

*Durante a entrevista, Giuseppe Sadun falou-me com orgulho de sua última atividade: tinha terras em Campos do Jordão, nas quais havia plantado, há muito tempo, castanheiras. As árvores haviam começado a dar frutos, com tanta generosidade que ele fornecia a alguns supermercados de São Paulo.*

## LAURA SALMONI LEVI

Projeto Memória da CIP. Depoimento de Laura Salmoni Levi à Marília Levi Freidenson e Gaby Becker. São Paulo, 2 de dezembro de 1991.

*Esta entrevista, que, como as outras, transformei em uma biografia, é a meu ver muito interessante, porque a entrevistada insiste no assunto “religião judaica” e “assimilação”. A entrevistada não assume nunca, sequer em parte, a culpa de não saber nada com relação à própria religião e à história judaica... “ninguém jamais me ensinou religião”... Não sabia sequer o que significava “escola”...*

*Este é um exemplo extremo que confirma o fato de que a maior parte dos judeus italianos daquele período não era religiosa, a sua religiosidade se resumia às tradições e às Grandes Festas.*

*Digno de nota também é que ela assumiu, em relação a ela própria e aos judeus de Ancona, a palavra raça... “eram muito ligados entre eles, não pela religião, porque ninguém a praticava, mas pela ‘raça’”...*

*Uma coisa importante é que ela ressalta que, mesmo não tendo nunca existido uma comissão de ajuda específica para os judeus italianos refugiados, o Sr. Wilhelm Speyer e sua esposa, Anita Speyer, haviam fundado uma Casa da Juventude (CAJU), fechada em 27 de março de 1941, onde, todos os sábados à tarde e domingos pela manhã, reuniam rapazes e moças judeus, que recebiam educação religiosa e faziam amizade entre si, participando também de excursões organizadas pelo próprio Speyer.*

*A finalidade dos Speyer era a de:*

Preparar moral e espiritualmente a nossa juventude para enfrentar o destino judaico e para assumir a responsabilidade da futura Congregação Israelita Paulista (CIP).

Quem se dispõe, em um novo continente, em um ambiente cultural novo, a educar uma geração de filhos e filhas descendentes de pais sobreviventes do desastre, necessariamente deverá enfrentar situações nas quais será inevitável escolher entre a simpatia para com os pais e a orientação dos filhos.

*Laura Salmoni Levi nasceu em Schio (Vicenza) em 1919, filha de Guido Salmoni e Clara Fuá. Guido Salmoni era médico, triestino, e havia vencido um concurso com o*

*qual se tornou diretor do hospital de Schio. Laura tinha um irmão quatro anos mais velho, Renato Salmoni. Permaneceram em Schio até a morte do pai (ela estava com 15 anos), quando se transferiram para Ancona, para ficar com os pais da mãe. Renato Salmoni formou-se em engenharia pela Universidade de Pádua.*

*Em Ancona, a vida judaica quase não existia, conta Laura. Havia um único rabino e uma sinagoga ainda localizada no antigo gueto. O avô, Geremia Foà, deveria ter estudado para ser rabino, mas depois tornou-se médico e dedicou-se à sua profissão. A avó, Laura Schwarz, era de Viena. Seus dois filhos homens também se tornaram médicos e sempre exerceram sua profissão em Ancona.*

*Seu avô não era religioso, mas um contestador, e Laura Salmoni conta que uma vez uma velha senhora, que discutia com ele sobre religião, no fim do diálogo lhe disse, “Dr. Geremia, o senhor faria até um rabino perder a fé com estes argumentos”. Ele ia à sinagoga, que chamava de escola, só uma vez por ano, no aniversário da morte de seu pai. Seus pais também não eram religiosos, porque haviam igualmente crescido em famílias muito liberais.*

*Voltando para Ancona, Laura também parou de freqüentar a escola pública, continuando a estudar em casa... Aprendi tudo que uma jovem de boa família devia saber...*

*Em Ancona, todos os seus amigos eram judeus. Eram muito ligados, mas não pela religião, somente pelas lembranças. Em Ancona, segundo Laura, não se sentia nenhum tipo de anti-semitismo, mesmo durante a guerra. Seus avós foram para o campo, onde tinham terras, e os próprios carabinieri iam avisá-los quando patrulhas de alemães passavam pela área.*

*Em 1935 casou-se com o advogado Giuseppe Levi e foi morar em Turim, onde ele trabalhava na Assicurazioni Generali, e onde nasceu sua primeira filha, Silvana. Ela também não percebeu nenhum tipo de anti-semitismo em Turim, só quando vieram as leis raciais precisaram despedir a empregada. Um carabinieri que devia verificar se realmente não existiam empregadas católicas, desculpou-se, dizendo: “Veja, senhora, veja meu uniforme, não posso falar porque estou vestido com ele, mas espero que entenda o que eu penso, o que eu gostaria de dizer...”*

*Em 1938, em consequência das leis raciais, o marido foi demitido do trabalho, a filha expulsa da escola, e então decidiram refugiar-se no Brasil.*

*Em janeiro de 1939 embarcaram no navio Augustus rumo a Santos, junto com a família Levi, de Trieste, parentes do marido.*

*Dos vistos para o Brasil ocupou-se Carlo Alberto Levi, que já havia trabalhado no Brasil como diretor da Assicurazioni Generali e, ajudado pela própria firma, voltava para lá após as leis raciais.*

*Em Santos, muitas das coisas que haviam levado e que, segundo os guardas aduaneiros, poderiam ser vendidas, foram confiscadas.*

*Em São Paulo, onde todos os Levi moravam, ficaram por cerca de um ano. Giuseppe Levi encontrou trabalho através de Raffaele Mayer, no primeiro momento em uma das fábricas de propriedade do Banco Ítalo-Brasileiro, a Bombonière Hollywood, onde aprendeu a falar português, e depois como diretor de uma agência do próprio banco em Jaú (SP). Laura Levi conta que os brasileiros eram muito gentis e hospitaleiros, especialmente em Jaú, e também os italianos antifascistas.*

*Em 1941 nasceu seu segundo filho, Guido. Ficaram em Jaú por mais de três anos, voltando depois para São Paulo. Frequentaram por pouco tempo a sinagoga sefaradita da Abolição, e em 1958, quando foi inaugurada a CIP, passaram a frequentar esta nova sinagoga de rito ashkenazita, o qual, ao menos para os judeus triestinos, era mais próximo do tipo de culto ao qual estavam habituados.*

*Mas, como na Itália, continuaram a frequentar a sinagoga somente nas Grandes Festas.*

*O filho, Guido, tornou-se médico e afastou-se totalmente do judaísmo, convencendo sua esposa, uma jovem da família Arendt, religiosa, a segui-lo e também seus dois filhos. Um episódio divertido, mas que faz pensar, aconteceu com Guido Levi, quando, como médico, foi chamado a Jundiáí por um nobre italiano, algum príncipe, um nome muito antigo, conta Laura Levi. Estava muito doente, quase à morte. Ficou contente de saber que ele era filho de italianos e falava italiano. Quando lhe perguntou quando seus pais tinham chegado ao Brasil... em 1939!!! A bordo do navio Augustus!!! Pobrezinhos, ele disse, que viagem horrível deve ter sido, me contaram que o navio estava cheio de judeus!!!*

## MARIA ROMANO SCHREIBER

Depoimento de Maria Romano Schreiber concedido a Maria Luiza Tucci Carneiro. Belo Horizonte, 26 de março de 1985 e 8 de dezembro de 1989.

*Nasci em Padova (Itália) no dia 8 de março de 1913. Meus pais – Girolamo Romano e Ida Levi Romano – eram descendentes dos judeus que entraram na Itália com a leva de prisioneiros que as legiões romanas de Tito fizeram na Palestina. Quando nasci, dois cavaleiros me esperavam: meus irmãos Salvatore e Giorgio, que, durante toda a minha vida, me deram amor e apoio. O primeiro, com o diploma de contador, continuou a firma paterna de móveis e o segundo, formado em Direito, obteve o cargo de secretário da comunidade israelita de Milão, no qual permaneceu até sua emigração para Israel. Em Padova freqüentei o Grupo Escolar Hebraico e, depois, o ginásio no Liceu Tito Lívio e, finalmente, a Universidade de Pádua, da qual saí em 1934 com o título de doutora em História Natural. Lecionei esta disciplina durante quatro anos em um liceu particular e, ao mesmo tempo, trabalhei como assistente voluntária junto ao Departamento de Biologia, onde Giorgio Schreiber, meu futuro marido, lecionava Anatomia Comparada.*

*Havia na Itália cerca de 40.000 judeus reunidos nas principais cidades, sendo as comunidades mais numerosas as de Roma, Milano e Veneza. Gozávamos da mais completa liberdade desde a unificação da Itália, protegidos pelos Pactos de Laterano entre a Igreja e o governo italiano sob a égide de Mussolini. Havia uma vida comunitária bastante intensa sob a direção de um rabino liberal. Comemorávamos as festas religiosas e nacionais. As crianças tinham aulas de religião preparando-se para o Bar Mitzvá. Freqüentávamos sinagogas instaladas em belos edifícios construídos em pedra no puro estilo renascentista. Lia-se a Torá sobre manuscritos em pergaminho. Era livre a entrada nas universidades, sendo que os jovens judeus se formavam conquistando altos cargos junto ao governo e exército. Eram profissionais estimados e procurados por sua competência. Até os anos 30, os judeus viviam em plena harmonia na Itália, convivendo com os colegas católicos. Não escolhíamos nossos amigos entre os judeus e, no entanto, havia um menor número de casamentos mistos, se comparados com hoje. Não me recordo de atos de anti-semitismo. Por esta razão, a promulgação das leis raciais em 1938 nos colheu de surpresa e rompeu este equilíbrio que nunca mais se recompôs.*



*Aos judeus italianos foi proibido ter o serviço doméstico de pessoas de "raça ariana", o uso de telefone, o casamento misto, a possibilidade de fazer negócios; enfim, proibia-se aos judeus de "viver". Estes fugiam pelas mais diferentes rotas existentes por toda a península que era, aos poucos, ocupada pelos nazistas alemães. E os fascistas colaboravam indicando o paradeiro dos judeus. É verdade que o povo italiano, principalmente os mais humildes, auxiliou os judeus a se esconderem, correndo, às vezes, risco de vida.*

*Facilitava o fato de que os judeus eram fisicamente parecidos com o restante da população italiana. Muitos conventos em Roma deram abrigo a essas famílias judias ajudando-as a se esconderem dos nazistas e dos fascistas.*

*Casei-me em 1939, com meu colega de faculdade, Giorgio Schreiber, de família triestina. Chegamos a residir em Pádova onde Schreiber lecionava Zoologia, mas, como tantos outros professores judeus, perdeu seu cargo em "defesa da raça" e pela escola fascista. Resolvemos procurar trabalho mundo afora, pois, na Itália, a vida já não era mais a mesma. Nossas famílias se dispersaram pelos quatro cantos da Terra e nunca mais nos reunimos. Fomos para Trieste e de lá, tentamos emigrar para a França, Inglaterra ou Estados Unidos, o que explica os vários vistos em nossos passaportes. Havia restrição por causa do sistema de quotas que limitava a entrada segundo a nacionalidade. Tínhamos medo de deixar a Itália sem ter um trabalho certo para ficar. Muitos haviam saído assim mesmo impulsionados pelo desespero. Nós não pretendíamos emigrar sem segurança e a certeza de que teríamos condições para continuar nossos estudos. Não queríamos perder a qualidade de vida que havíamos conquistado em nosso país até o momento em que foram implementadas as leis raciais. E por que escolhemos o Brasil? Pouco conhecíamos deste grande país. Mas, por um acaso eu era amiga de uma italiana que havia se casado com um Matarazzo (Paulo) e que morava em São Paulo. Seu nome é Dora Matarazzo, cuja família era judia, de sobrenome Zukerman (do alemão Zurken). Dora estava no Brasil aguardando o término da guerra e, quando necessário, ela ia e vinha na condição de turista. Foi durante uma destas suas viagens à Itália que ela nos aconselhou:*

*- Por que vocês não tentam ir para o Brasil?*

*Isto era difícil e demorado. O Brasil tinha Getúlio Vargas como ditador e este só permitia a entrada de judeus na condição de técnicos. Demos início à tramitação dos papéis. Havia a possibilidade de conseguirmos imigrar através de um contrato técnico: técnico em pecuária. Nos exigiram uma série de documentos. Tínhamos que comprovar*

*o que não era real: a prática em pecuária. Por esta razão, Giorgio se viu obrigado a arranjar um diploma de técnico em Zootecnia, o que foi possível pois na Itália ele era um pesquisador de anatomia e fisiologia de pequenos animais. Eu não tinha condições de vir como professora universitária; desta forma, seria concedido o visto só como esposa de Schreiber. Aqueles que o conseguiram, compraram, isto é, pagaram os vistos. Na Europa, a maioria das pessoas judias sabia quem dava ou não o visto. Era uma corrida para sobreviver. Recordo-me que, como professor universitário, veio para o Brasil o Dr. Carlos Foá, um grande nome, fisiologista na Itália e que chegou contratado pela Universidade de São Paulo, assim como o Prof. Túlio Ascarelli, da Universidade de Roma, jurista de fama internacional. Parece-me que estes foram alguns casos raros; os outros vieram pelos mais diversos meios possíveis.*

*Somamos as forças. Dora ficou de intermediária aqui no Brasil. Para apressar a prática burocrática interferiu uma amiga, Anita Seppilli, conhecida antropóloga social e esposa de Alessandro Seppili, médico higienista. Anita era, também, tia de Nydia Licia Pincherle Cardoso que, nos anos 40, tornou-se uma das grandes atrizes do moderno teatro brasileiro, atuando junto ao TBC-Teatro Brasileiro de Comédia em São Paulo. Em 1939, finalmente, chegou a notícia de que havíamos obtido a concessão do visto, conforme pode-se observar no nosso passaporte. Fomos para Trieste com o objetivo de obter a autorização. Eu também deveria receber um visto permanente; entretanto, por causa de meu defeito físico, recebi, apenas, o visto provisório. O fato de eu ser judia não foi alegado em nenhum momento. Não havia razão para darem o visto ao meu marido – um "técnico" – e negá-lo a mim. Se isto foi cogitado, foi de portas fechadas.*

*Fomos dos mais afortunados pois conseguimos os vistos e um contrato de trabalho. Temíamos que a demora em conseguir o visto nos levasse a perder o navio, um dos poucos que ainda navegavam. A Itália já havia entrado na guerra, seguida, um ano mais tarde, pelo Japão. Partimos do porto de Trieste a bordo do grande transatlântico Neptunia que, com a bandeira italiana, navegava às escuras nas águas do Mediterrâneo. Paramos em Majorca e, depois, Bahia, Rio de Janeiro e Santos. A tripulação estava tensa na escuta de possíveis submarinos alemães e de minas de superfície. Não houve a bordo a costumeira festa de Capodanno, ou seja, do final do ano; aliás, pouca vontade tínhamos de festejar; estávamos preocupados com o novo país que nos esperava e angustiados pelos familiares que havíamos deixado para trás. A maioria dos passageiros eram judeus italianos que deixavam a Itália rumo à*

*Argentina e ao Brasil. Nos rostos de todos eram visíveis as marcas das preocupações, menos nas feições dos mais jovens, que aceitavam tudo como uma grande aventura. Para Giorgio, o fato de ter que se dedicar a outro tipo de atividade era muito sofrido. Ele não queria se afastar do campo de pesquisa biológica e do ensino, pois já era conhecido na Itália como pesquisador entusiasta: questão vital para ele que se viu "duplamente exilado". Eu o conhecia bem, pois havia sido sua aluna desde o primeiro ano de faculdade e, mais tarde, sua assistente.*

*Chegamos ao Brasil nos primeiros dias de 1940 carregando uma grande bagagem: pagamos só a prata. Procuramos logo pela Sra. Dora Matarazzo que teve dificuldades para encontrar um lugar para Giorgio trabalhar. Ficou acertado que iríamos para a Fazenda Amália, nas proximidades de Ribeirão Preto (SP), grande propriedade dos Matarazzo. Por questões burocráticas isto não foi possível de imediato, pois não havia lugar disponível naquela sede rural. O Matarazzo alugou-nos uma casa e, durante três anos (1939 a 1943), Giorgio trabalhou no Laboratório Químico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na Água Branca, e também no Edifício Matarazzo, localizado na Praça da República. Giorgio tinha alguns conhecimentos de Química, pois quase havia se formado nesta área. Neste sentido, o Matarazzo soube aproveitá-lo com o objetivo de realizar pesquisas industriais.*

*O nosso português, para dizer a verdade, não era dos melhores. Poucos imigrantes se deram ao trabalho de estudá-lo seriamente, pelo fato de morarmos numa cidade com grande concentração de imigrantes italianos que mantinham, por tradição, o uso da língua italiana. Todo mundo tinha, quando menos, um vizinho italiano. Bairros como o Bexiga e o Brás eram totalmente "italianos", assim como os casamentos.*

*Giorgio se mostrava profundamente entristecido por ter tido que deixar a pesquisa científica por um laboratório prático. O único consolo era às sextas-feiras, quando encontrava-se com cientistas estrangeiros e brasileiros reunidos no Instituto Biológico de São Paulo com o objetivo de fazerem relatos de suas pesquisas e trocarem idéias. Ao mesmo tempo, Giorgio entrou em contato com o Departamento de Zoologia da USP, onde conheceu os professores Ernest Marcus e Paulo Sawaia que revelaram-se colegas dedicados e compreensivos. Mais tarde, Giorgio chegou a publicar os resultados de suas pesquisas nas revistas deste departamento. Foi assim que conseguiram levantar o ânimo de Schreiber durante os três anos que permanecemos na capital paulista.*

*Ao término da guerra sentimos a necessidade de revalidarmos nossos diplomas. O Ministério da Educação e Cultura exigia exames de língua, história e geografia do*

*Brasil e todos os exames referentes aos últimos dois anos de Faculdade. Não era uma experiência agradável, mas tinha uma certa lógica para quem se dispusesse a lecionar no país. Muitos profissionais italianos o fizeram; sendo que aqueles que se dedicaram ao comércio não precisaram. Assim mesmo foi um período muito difícil para todos nós. Lembro-me de famílias que sobreviveram pelo trabalho da mulher enquanto o marido preparava a revalidação do diploma. Giorgio foi um dos primeiros a conseguir a revalidação e, depois, saiu o meu. Eu também dei continuidade às minhas pesquisas iniciadas na Itália. Mas vivíamos num país desconhecido e que passava por uma situação política incerta. Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, por exemplo, não sabíamos se seríamos considerados amigos ou inimigos. Não chegamos a vivenciar atos hostis no país; de certa maneira, nos sentíamos protegidos pelas famílias dos brasileiros aparentados com a grande colônia italiana em São Paulo. Evitávamos fazer comentários sobre a política de Mussolini, pois, na realidade, os italianos aqui radicados ignoravam o que estava acontecendo na Itália. Apenas viam o Duce como protetor dos italianos no exterior.*

*Assim que chegamos fizemos amizade com a chamada Colônia Mussolini que sempre procurou ajudar uns aos outros. Encontramos aqui um grupo de judeus antifascistas que se colocaram à nossa disposição com seus conhecimentos e experiência técnica adquirida após alguns meses de permanência em terras brasileiras; além do carinho dos companheiros de infortúnio. Assim, trocávamos notícias sobre os parentes que havíamos deixado na Itália, pois os meios de comunicação estavam praticamente interrompidos. A Cruz Vermelha Internacional fornecia formulários standard que eram encaminhados aos países envolvidos na guerra e ao Vaticano, onde contávamos com a ajuda de um colega biólogo, o Pe. Reverberi. Este encaminhava para o Brasil, com diligência e carinho, toda a nossa correspondência. Da Suíça minha mãe escrevia diretamente para o Brasil e, sempre que possível, nós respondíamos enviando-lhe algum dinheiro.*

*Neste tempo, muitos outros judeus italianos chegaram ao Brasil. A vida era difícil, dadas as circunstâncias de estarmos vivendo um "tempo de guerra". Como judeus não sofriamos nenhuma discriminação; se existia eram casos isolados. Acredito que esta foi a primeira imigração intelectual italiana que o Brasil conheceu, pois, até 1940, a maioria dos imigrantes italianos era de agricultores; com exceção de alguns poucos políticos. E, desta vez, a maioria eram judeus. A Colônia Mussolini reunia-se nas casas, ou então nas sinagogas às sextas-feiras. Como não havia ainda uma sinagoga*

dos judeus italianos íamos à CIP - Congregação Israelita Paulista, a mais próxima culturalmente. Participávamos de algumas festas judaicas tendo o Rabino Pinkuss como intermediário. Entre os italianos residentes aqui no Brasil circulava o jornal *Fanfulla* que, sempre que podia, transmitia notícias fascistas e anti-semitas. Depois desapareceu de circulação, pois "caiu de moda". Quando o Brasil entrou na guerra ao lado dos aliados, nós – italianos – passamos a ser vistos como "cidadãos inimigos", razão pela qual deveríamos só falar português nos lugares públicos. Uma vez, um de nós foi levado até a polícia por ter comentado em voz alta que em São Paulo "c'è um tempo schifoso", ou seja, "um tempo horroroso". Lá tivemos que explicar que naquela expressão não havia nada de ofensivo ao governo... A Itália de Mussolini sustentou, durante muito tempo, no exterior, italianos identificados com a ideologia fascista. Muitos não conheciam sequer qual era a filosofia daquele governo, mas entraram nesta por se sentirem apoiados. Em 1945, quando da escolha de um cônsul para assumir o cargo junto ao Consulado da Itália, foi necessária uma triagem. Procurava-se um italiano antifascista. Foi quando o Dr. Luigi Bogliolo foi indicado como cônsul honorário até a chegada de um cônsul de carreira. Passamos a trabalhar voluntariamente no Consulado Italiano de Belo Horizonte, pois éramos considerados como "gente bem". Posteriormente enviaram um cônsul antifascista. Na Suíça, judeus italianos e antifascistas hospedados em campos de trabalho sobreviviam com escassas calorias. Muitos se salvaram às custas do sacrifício dos suíços que fizeram milagres para ajudá-los sacrificando a comida da própria mesa. As organizações suíças estabeleceram, inicialmente, o trabalho obrigatório, seguido de aulas para os jovens ministradas por professores refugiados. Isto tinha uma dupla finalidade: mantê-los ocupados e preparar os jovens à sua volta. Assim, meu cunhado Bruno, gêmeo de Schreiber, também biólogo, foi convocado para ministrar aulas.

Preocupados com nossos parentes que haviam ficado na Itália tentávamos arranjar um jeito de trazê-los para o Brasil. O Rabino Pinkuss fazia isto através da CIP. Eu tentei, entre 1940 e 1941, via Rio de Janeiro, pois pretendia obter o visto de entrada para Ida Romano, minha mãe, que havia ficado sozinha em Padova. Em 1943, um dos meus irmãos – Salvatori – havia fugido percorrendo de bicicleta toda a Península de Pádua até Bari. Era perigoso permanecer em Padova pois, nesta época, já se procuravam por jovens judeus para levá-los para os "campos de trabalho" na Alemanha. Outra opção seria sair do país juntando-se às forças aliadas. Eu, aqui no Brasil, estava desesperada. Já havia ido ao Itamaraty várias vezes. Portas fechadas. Respondiam-me sempre:

*"Vamos ver ...!"*

*Ou então:*

*"Volta daqui a tanto tempo ....".*

*Foi quando me aconselharam a tentar trazer meu irmão como contador. Para isto precisávamos conseguir uma carta de trabalho, o que foi possível graças à ajuda de um amigo brasileiro, morador no Rio de Janeiro. Entreguei-a ao Itamaraty, mas não adiantou nada. Nenhuma explicação era dada sobre a razão da negação do visto. No final tudo se perdeu, pois eu não tinha habilidade nenhuma. Pagar? Impossível, pois não tínhamos dinheiro suficiente.*

*Felizmente, mamãe conseguiu permanecer na Itália sem ser perturbada. Até que a família Schreiber – que não quis sair sem ela – levou-a para Trieste e depois para a Suíça. Assim, ela se salvou; por acaso. Foi mais um drama dentro dos dramas.*

*Em 1943 nos mudamos para a Fazenda Amália, de propriedade dos Matarazzo, localizada no interior do estado. Assim nossa vida recomeçou num ambiente muito estranho, [pois estávamos] acostumados à vida universitária e urbana. A comunicação com a capital do estado se fazia apenas através da Estrada de Ferro Mogyana, pois, em função da guerra, havia racionamento de gasolina reservada para o exército e o governo.*

*Giorgio foi encarregado de montar uma fábrica de ácido cítrico por fermentação biológica: uma utopia, porque as fermentações em clima tropical são difíceis de controlar. E faltavam-nos condições técnicas que, somente após o término da guerra, o Brasil viria conquistar. O ácido cítrico era um produto importante para a fabricação de muitas outras substâncias que, por causa do estado de guerra, estavam escasseando no Brasil. Se esta fábrica desse certo, Matarazzo poderia contar com um produto barato e constante. Recebemos uma bela casinha para morarmos na Fazenda Amália e, aos poucos, ali fomos arrumando os móveis que havíamos comprado em São Paulo. Levamos conosco a biblioteca que havíamos trazido da Itália e que, durante as horas em que Giorgio trabalhava no laboratório, eu tentava organizar. Nesta época viviam na Fazenda Amália cerca de cinco famílias judias, contando com um técnico em agricultura, um engenheiro, dois administradores e um biólogo. Aos poucos todos votariam para São Paulo (para a civilização!) desligando-se do Matarazzo e de suas fábricas. A primeira fase havia sido superada: os profissionais italianos já não precisavam mais da caridade do Conde.*

*Assim, durante um ano e meio lutamos contra uma série de obstáculos. O único consolo de Giorgio era o trabalho noturno de estatística, aplicada à biologia, no qual foi um autodidata. Eu organizava, no arquivo, as separatas dos seus trabalhos. Nunca li tanto em minha vida. Ao final, a vida na fazenda, na sua monotonia, não era desagradável. Do ponto de vista material não nos faltava nada. Éramos bem pagos e, neste meio tempo, nasceu Laura, fruto do nosso afeto. A casa em que morávamos era típica rural: sala central, dois quartos de um lado e dois quartos do outro, mais uma cozinha. Nossa biblioteca era aconchegante, local constante de trabalho em conjunto.*

*A Fazenda Amália era muito grande, possuindo uma estrada de ferro com a extensão de 60 km. Na parte de baixo havia as casas dos colonos e, mais acima, as casas dos funcionários. No topo ficava a residência do Conde Matarazzo que, de vez em quando, vinha com a família para a fazenda. A vida mudava para pior, principalmente para aqueles que moravam permanentemente no local. Perdíamos empregada, água, etc. A vida dos funcionários descontrolava-se toda, principalmente quando um dos filhos do Conde – Ermelino – resolvia organizar times de futebol. Todos jogavam: aquele dia era "ponto facultativo".*

*O local era muito isolado, quase que sem comunicação com São Paulo. Não era fácil! E ficávamos mais isolados toda vez que um colega italiano deixava a fazenda. Tenho a impressão que éramos vistos como "os estrangeiros que apareceram por lá". Depois, não íamos à igreja. Esta separação também existia.*

*Em 1945, a fábrica de ácido cítrico da Fazenda Amália ainda não funcionava e o conde Matarazzo rescindiu o contrato de Giorgio. Felizmente a guerra estava no fim e resolvemos voltar para São Paulo. Muitos judeus italianos encontraram emprego nas Indústrias Matarazzo: acredito que mais de 100 judeus. Primeiro, porque éramos italianos e, segundo, porque quase todos possuíam nível universitário e muita cultura, fruto de uma vida livre e integrada à sociedade italiana. E os filhos de judeus sempre estudam. Muitos eram médicos, advogados, engenheiros.*

*Com relação ao comércio aqui no Brasil, muitos eram obrigados a trabalhar junto com um "presta nome", ou seja, dependendo de uma pessoa que dava o nome para a firma. O responsável apenas assinava, sem olhar o que estava assinando. Os judeus não podiam assinar porque não possuíam títulos, ou seja, seus títulos haviam sido invalidados na Itália e aqui, também, não tinham valor. O Brasil exigia novos exames para fazer a revalidação. Mas neste meio não havia condições. Conheci médicos judeus que clinicavam tendo um brasileiro que lhes "emprestava o nome". Assim, muitos*

*abandonaram suas verdadeiras profissões e acabaram se dedicando ao comércio, pois não tinham outra opção. A legislação brasileira, neste sentido, era muito severa; mas isto com relação aos imigrantes em geral.*

*Assim, em 1945, Giorgio foi contratado para trabalhar junto ao Instituto Butantã, em São Paulo, onde desenvolveu uma pesquisa sobre o sexo das cobras. Ministrava, também, aulas de biologia na Escola de Sociologia do Largo São Francisco. Estávamos preocupados que o Instituto Butantã não confirmasse o nosso contrato, pois, em dois anos, já haviam passado 31 diretores por aquela instituição. A recém-criada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Belo Horizonte ofereceu a Giorgio um contrato como docente de Biologia e que aceitamos logo. Fomos chamados pelo Dr. Bogliolo, professor de Patologia, e por Brás Pellegrino, da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte – para implantar um laboratório, ganhando 6 mil réis por mês, em tempo integral. Foi uma decisão difícil: mais uma vez tínhamos que partir para um outro local desconhecido e fazer novos amigos. Em lugar dos paulistas italianados entrariam os mineiros montanhese desconfiados de tudo o que vinha de fora. Chegando em Belo Horizonte assumi o ensino de italiano como assistente do titular Prof. Spinelli. Após dois semestres passei a lecionar Botânica e, finalmente, Zoologia (Biologia Marinha). Em 1947 minha mãe, que havia perdido nossa casa em Pádua e se refugiado na Suíça, nos alcançou em Belo Horizonte. Enquanto isso, na Itália, as casas-matrizes de Trieste e de Padova, vazias de tudo, voltaram a ser ocupadas. A vida, aos poucos, retornava ao seu normal: ofereciam-se empregos e as universidades reabriam. Havia falta de gêneros alimentícios e os sapatos eram de papel e pano. O problema da habitação era muito grave, sendo que muitas [moradias] haviam sido destruídas durante a guerra.*

*Muitos chegavam ao sul da Itália como refugiados. Criou-se, então, a "coabitação", ou seja, conforme o número de habitantes de uma família eram-lhes atribuídos os quartos. Formaram-se comitês de ajuda religiosos e leigos.*

*Em Trieste, porto de passagem para a Palestina e Américas, a comunidade judaica ajudada pela Brigada Britânica (formada por judeus da Palestina) com o objetivo de ajudar os que haviam saído de campo de concentração na Europa.*

*No Brasil, Giorgio passou a ser convidado para participar de todos os congressos relacionados com as disciplinas em que havia se especializado. Em novembro de 1951 organizou em Belo Horizonte a 3ª Reunião da SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Giorgio faleceu em 1977.*



*Após a minha aposentadoria comecei a ministrar aulas de italiano, em casa. Trabalhei, também, durante muitos anos, junto ao Instituto Israelita Mineiro organizando atividades culturais e tentando incentivar a pesquisa histórica sobre a comunidade judaica em Belo Horizonte. Hoje penso com gratidão naqueles que nos ajudaram e nos estimularam durante o nosso "recomeço" no Brasil. Na colônia judaica de Belo Horizonte, onde trabalhamos como voluntários, fizemos amizades que persistem até os dias de hoje. De minha parte sinto-me satisfeita de ter colaborado com Schreiber em seu trabalho científico e de ter substituído, ao menos em parte, seu irmão gêmeo.*

## NOEMI CAMERINI

Depoimento de Noemi Camerini à autora. São Paulo, 24 de março de 2007.

[À época da partida de sua família para o Brasil, Noemi tinha apenas um ano de idade]

*Quando as leis raciais foram proclamadas, eu era muito pequena. Por ter ouvido contar muitas vezes, confirmo o que disse meu irmão, Enrico: a estadia no hospital devido à escarlatina, papai que mostrava a página do Corriere della Sera com o texto das leis raciais através do vidro que os separava dos visitantes, para não transmitir a infecção, e o seu gesto para fazê-los entender que os levaria embora da Itália.*

*Meu pai, Oscar Camerini, e seu irmão Vittorio eram comerciantes de tecidos. Tinham um escritório de importação/exportação, faziam negócios especialmente com a Áustria. Mamãe, Lívia dal Seno, era filha de um casamento misto, o pai não era judeu, a mãe sim, mas Lívia e seus irmãos haviam sido educados como católicos. Meus pais eram casados somente no civil. Com a proclamação das leis raciais, mamãe, temendo que os judeus tivessem um destino diverso dos católicos, quis assumir a identidade judaica materna e tomou o banho ritual. Demonstrou com isto a sua solidariedade para com o marido, e casou-se novamente com ele no rito judaico. Marido e filhos ficaram muito felizes e a presentearam com um livro de receitas judaicas italianas com uma bela dedicatória por seu retorno ao judaísmo... (e isto Noemi conta ainda com muita emoção.)*

Quando sua família partiu para o Brasil, não sabiam nada sobre este país e não falavam absolutamente nada de português.

No início a idéia era ir morar em Recife, mas depois escolheram São Paulo. Não tinham grandes expectativas do Brasil porque não o conheciam, mas ficaram surpresos com a gentileza dos brasileiros e com as belezas naturais.

Também no Brasil papai e meu tio continuaram no comércio, eram atacadistas, vendiam tecidos e, mais tarde, também meias, nas pequenas cidades próximas a São Paulo. Não era fácil... às vezes se reencontravam para dormir em hotéis cheios de baratas!!!

*Mamãe, por outro lado, começou a dar aulas de italiano no Istituto di Cultura Italo Brasileiro e, anos depois, começou a trabalhar no jornal O Estado de São Paulo, fazendo crítica literária sobre os livros escritos no pós-guerra. Além disso escrevia*

*poesias onde derramava sua nostalgia pela Itália. Também escreveu um texto de gramática italiana que foi adotado pelo Colégio Dante Alighieri.*

Não tiveram nenhum bem confiscado na Itália... até porque não tinham nenhum!!! Apenas propriedades pessoais de valor, como prataria, tapetes e quadros, que foram escondidos em uma adega e entregues à guarda de uma secretária de grande confiança que, depois da guerra, mandou tudo para o Brasil. No Brasil não havia uma comissão de ajuda para os judeus italianos, mesmo porque não havia necessidade, eles se ajudavam mutuamente.

Os irmãos de Noemi, Ugo e Enrico, estudaram em escolas brasileiras. Ugo era muito inteligente, e depois de ter se formado em física, foi especializar-se na Inglaterra, onde teve como colega Cesare Lattes, um famoso físico de Campinas que foi indicado para um prêmio Nobel. Noemi foi matriculada na Escola Americana, onde estudou dos 5 aos 18 anos, indo depois estudar na Itália, em Perugia, onde fez mil cursos diferentes!!! Literatura, História da Arte e, acima de tudo, aprendeu o amor pela liberdade!!! A escolha da cidade de Perugia deveu-se ao fato de que amigos de seus pais, da Colônia Mussolini (Giorgio e Anita Swarkoff Seppilli), tinham voltado para a Itália depois da guerra e Giorgio, eterno socialista, havia se tornado prefeito (comunista) de Perugia.

Não eram religiosos, mas no *Shabat* faziam o *kidush* em casa. Frequentavam a sinagoga da Abolição nas Grandes Festas, quando a sinagoga alugava um teatro, o Odeon, que ficava entre a rua Bela Cintra e o Colégio São Luiz.

Tinham muitas saudades da Itália e se adaptaram ao Brasil aos poucos, ficando sempre unidos aos outros judeus italianos da Colônia Mussolini. A mãe de Noemi, especialmente, que tinha deixado os irmãos e irmãs, sentia muita falta da família.

No final da guerra não voltaram para a Itália por falta de dinheiro e também porque o pai tinha um grande sentimento de lealdade para com o Brasil, que o tinha acolhido quando teve necessidade.

*Durante o Holocausto, perderam dois parentes próximos, a irmã de meu pai, Jole Camerini, e seu marido, Giorgio Goldschmiedt, os quais, não querendo refugiar-se no Brasil com a família, haviam permanecido na Itália mesmo tendo mandado o filho,*

*Sergio, estudar em Londres. No momento das perseguições, porém, decidiram refugiar-se na Suíça, mas foram traídos pelas próprias pessoas que haviam oferecido ajuda a eles e os levado até a fronteira. De lá foram reconduzidos a Milão, internados na prisão de San Vittore por um ano, e depois deportados para Auschwitz, de onde não voltaram.*

*Como me contou meu irmão, não recebiam notícias precisas, mas se sabia que as perseguições eram impiedosas.*

Noemi se sente muito mais italiana que judia. Adora a Itália e vai para lá com frequência. No Brasil, nunca teve contato com os italianos fascistas, não os suportava. É divorciada, mas teve três filhos com o marido, ??? Tavares: Maurício, que vive praticamente trabalhando e viajando pela Europa; Lúcia, que atualmente vive com ela e tem uma filha, Giada, mas não quis se casar; Livia, infelizmente, faleceu em um acidente de carro na Itália. Maurício, o mais velho, nunca voltou definitivamente.

Noemi conta que alguns judeus italianos no Brasil receberam os cheques de benefício do governo italiano... Ela não, porque, quando fez o pedido, as leis haviam mudado. Os possíveis beneficiários recebiam esses cheques somente após o rigoroso exame de um médico do consulado italiano, que devia reconhecê-los como incapazes para o trabalho.

## RODOLFO REICHHARDT

Depoimento de Rodolfo Reichhardt <sup>329</sup>à autora. São Paulo, 17 de abril de 2007.

Meu pai, Giuliano Reichhardt, nascido em Magonza, emigrou da Alemanha ainda jovem, casando-se depois na Itália, em Udine. Em seguida fixou-se em Trieste, naturalizando-se cidadão italiano.

Com as Leis raciais publicadas em 1938, pelas quais, entre outras disposições, todos os judeus italianos deviam assinar uma Declaração de Raça; todos os alunos judeus matriculados nas escolas públicas estavam proibidos de renovar a matrícula para o próximo período escolar; os judeus não podiam ocupar postos de administração pública ou privada; as graças reais recebidas pelos judeus foram canceladas; as naturalizações de estrangeiros, como o caso de meu pai, eram “concessões recebidas” e por isso foram canceladas as dos judeus, que passaram a ser considerados estrangeiros e os judeus estrangeiros deviam “deixar o Reino”... Meu pai, que era diretor da sucursal italiana de uma multinacional, precisou se demitir para salvar a firma, e sair da Itália. Acompanhado da mulher e filhos, mudou-se para Lugano, na Suíça, onde ficou de 1938 a 1939.

Em Lugano nós nos estabelecemos muito modestamente, porque as leis suíças não permitiam, na época, que estrangeiros trabalhassem no país. As transferências de valores da Itália para outros países eram proibidas, a não ser que se destinassem ao pagamento de “educação no exterior”. Assim, para poder sobreviver na Suíça, tivemos ajuda de duas escolas católicas que, muito generosamente, nos matricularam (minha irmã e eu) e nos davam recibos de valores consideráveis como “mensalidades

---

<sup>329</sup> *Origens da família.*

*Avós paternos*

*Ruben Reichhardt – Magonza (1850-1913)*

*Jannette Rosenfelder – Magonza (1855-1935)*

*Avós maternos*

*Raffaele Gentilli – San Daniele del Friuli (1880-1952)*

*Dorina Ghiron – Casale Monferrato (1882-1972)*

*País*

*Giuliano Reichhardt – Magonza (1899-1993)*

*Egle Gentilli – San Daniele del Friuli (1902-1999)*

*Filhos*

*Dorina – Trieste (1925)*

*Rodolfo – Trieste (1927)*

escolares”. Com os recibos, podia-se transferir “legalmente” as somas necessárias para viver, ainda que muito modestamente, no exterior.

Em fevereiro de 1939, meu pai foi encarregado de abrir, no Brasil, uma nova sucursal da mesma firma da qual havia se demitido em Milão.

O consulado brasileiro em Gênova, naquela época, não concedia visto para os judeus. Os consulados brasileiros em outros países davam vistos somente a quem tivesse morado por mais de um ano na circunscrição do próprio consulado. Assim, em fevereiro de 1939, não tendo conseguido obter o visto para o Brasil, meu pai, para poder ir ao Brasil, conseguiu, através de amizades, obter um para a Bolívia. Quando o navio chegou a Santos, no Brasil, ele desembarcou, não continuou a viagem, mas se dirigiu a São Paulo. Ele havia nos deixado em Lugano, para poder cumprir o período de um ano pedido pelo consulado brasileiro de Zurique. Assim a família precisou separar-se. Em setembro de 1939, minha mãe conseguiu obter, em Zurique, o visto de turista para o Brasil.

Minha mãe conseguiu comprar as passagens da Companhia Italiana de Navegação, para viajar no navio Neptunia de Trieste para Santos. Naquele momento, a bandeira italiana ainda era “neutra” e assim os navios italianos ainda podiam passar pelo estreito de Gibraltar livremente. Para ter uma idéia de como a Companhia de Navegação e as autoridades italianas se aproveitavam da ocasião, basta dizer que: os preços das passagens em dólares foram duplicados; a quem tinha visto de turista, vendiam somente passagens de ida e volta, em cabine de 2ª classe (turística). Mesmo tendo pago passagens de 2ª classe, a cabine designada foi de 3ª. A firma que havia readmitido meu pai pagou as passagens, e o valor pago foi depois restituído, no Brasil, em módicas prestações mensais.

Para partir de Trieste, era preciso voltar para a Itália, o que era perigoso, dado o momento político. Mas minha mãe decidiu tentar. Afinal, ela era italiana nata, o que diminuiria possíveis riscos. Chegamos finalmente ao porto de Trieste; quando já estávamos a bordo com nossos poucos pertences e depois de nos termos despedido com muita comoção de meus avós (não sabíamos se e quando poderíamos revê-los), na entrada da ponte para subir ao navio, um miliciano fascista uniformizado examinou o passaporte de minha mãe e disse:

*“Desculpe, mas a senhora não pode embarcar. Como estamos na iminência de uma guerra, nenhum cidadão italiano pode sair da Itália. Desculpe, mas é uma ordem do Duce, que foi assinada esta manhã. Não, não posso fazer nada!”*

Naquele momento, qualquer pessoa que tivesse esperado sete meses para poder reunir a família e passado momentos tão difíceis no exterior e, no último momento, se encontrasse diante de tal situação, teria se desesperado, chorado, ou lamentado... Mas minha mãe, talvez movida por uma força interior que a empurrava para a frente, apesar de tudo, ou talvez por inspiração divina (quem sabe), teve uma reação diferente e disse: *“Mas eu sou judia!”*. O miliciano, pouco convencido, respondeu: *“Prove-o”*.

Mamãe abriu a bolsa e pegou uma carta que levava, conforme as famigeradas “leis raciais”, a não menos famigerada “Declaração da raça” que todos os judeus italianos foram obrigados a assinar e levar sempre com eles. Naquele momento, ela salvou nossas vidas. O miliciano fez um gesto de permissão e disse: PODE SUBIR!

*Ao passar pelo estreito de Gibraltar, dois destróieres ingleses detiveram o navio e dois oficiais britânicos examinaram os documentos de todos os passageiros, encontrando dois clandestinos alemães escondidos no compartimento de carga. Mandaram-nos descer e nos autorizaram a continuar a viagem. Foi, também aquele, um momento de grande ansiedade! Quinze dias depois chegamos sãos e salvos a Santos.*

No porto, finalmente, o reencontro com meu pai foi de grandíssima emoção: ele com um enorme buquê de flores, e nós quatro chorando silenciosamente, de felicidade!

Os primeiros meses foram difíceis em vários sentidos. A sucursal que meu pai havia fundado tinha iniciado as atividades comerciais, mas ele ainda não tinha conseguido a permanência definitiva no Brasil. Os documentos pessoais brasileiros que tinha conseguido eram: um passaporte brasileiro de apátrida e uma carteira de identidade provisória de turista. Mas o ambiente social tinha sido favorável a ele. Enquanto estávamos ausentes, ele havia conhecido diversos judeus alemães e italianos, estabelecidos em São Paulo já há algum tempo, e todos, sem exceção, o ajudaram a encontrar a maneira de legalizar a sucursal e obter os documentos necessários para isso.

Eu, por meu lado, sem querer causei uma grande preocupação a toda a família. Adoeci em dezembro de 1939, com uma apendicite supurada.

Nenhum de nós falava português e meu pai teve a ajuda de um velho médico alemão, que usou seu prestígio e influência junto ao hospital alemão para que me acolhessem e operassem. Fiquei no hospital por 40 dias, sem saber falar português nem alemão, mas onde as freiras alemãs me trataram com muito amor e simpatia. Ainda me lembro do Natal que passei no hospital, e da canção “Noite Feliz” que as freiras vinham cantar para mim, na enfermaria.

Em fevereiro de 1940, eu completava 13 anos. Era o período do meu Bar Mitzvah.

Minha avó, quando ainda estava em Milão, tinha me ensinado todas as rezas e as partes da Torá que eu deveria recitar naquele momento. E assim foi feito. Na mais antiga sinagoga sefaradita de São Paulo eu fui acolhido e cantei as minhas melodias rituais italianas, em meu hebraico com sotaque italiano, e fiz um discurso em português, preparado pelo rabino. Por gratidão, continuei a freqüentar aquela sinagoga e, mais tarde, casei-me lá. Meus filhos, por sua vez, fizeram seu Bar Mitzvah na mesma sinagoga, da qual hoje sou um dos diretores.

Minha irmã e eu, após ter aprendido o português, conseguimos nos matricular em escolas públicas, e assim pudemos nos formar, ela em medicina e eu em engenharia.

As melhores lembranças de quando eu era menino são as relativas aos meus queridos e inesquecíveis avós, dos quais sempre recebi muito amor, atenção e exemplos de ética, trabalho, honestidade, bondade e correção.

Raffaele, meu avô – antifascista de primeira hora – era friulano, um atacadista de vinhos. Fundou duas sinagogas em Údine e se encarregava de manter em ordem e funcionando a sinagoga e o cemitério judaico de San Daniele. Eu sempre o admirei e amei muito. Quando menino, eu não entendia por que às vezes ia para a prisão. Ele nunca aceitou a ditadura. Lembro-me de muitos acontecimentos que espelhavam a sua personalidade. Foi um dos chefes friulanos do “Liberio Pensiero”, e presidente da comunidade judaica de Údine. Isso pode parecer incompatível, mas para ele era simples, sincero e natural, como o seu próprio modo de ser.

Dorina, minha avó, sofria com os riscos que meu avô sempre corria, sempre pedia para ele não fazer seus comentários antifascistas em público. Em todos os momentos de sua vida esteve sempre junto ao seu marido, orgulhava-se dele, amava-o e o protegia, ajudando-o em seu comércio de vinhos, visitando-o quando estava na prisão e até mesmo no campo de prisioneiros, no sul da Itália, em 1943, do qual ele só saiu



quando chegaram os americanos. Minha avó, quando menina, tinha recebido uma educação judaica religiosa muito completa, sabia todas as rezas e cantos rituais, o que era muito raro entre as mulheres judias, na sua juventude. Fazia e conservava as vestes e as faixas para os pergaminhos da Torá das três sinagogas e foi ela que me preparou para o meu Bar Mitzvah. Minha avó me alfabetizou tanto em italiano como em hebraico. Sempre foi uma verdadeira dama, uma mulher dedicada, atenciosa e sempre pronta para ajudar e consolar seu marido, e outros que precisassem. Uma mãe exemplar e uma avó que amava muito e era muito admirada e amada por todos os seus filhos e netos.

## SERGIO CAMERINI GOLDSCHMIEDT

Depoimento de Sergio Camerini Goldschmiedt à autora e a Miriam Chamsky, do AHJB/SP. Rio de Janeiro, dia 16 de maio de 2007.

Sergio Goldschmiedt está entre os judeus italianos que emigraram para o Brasil logo após o fim da guerra, mas, como a história dele é particular, achei interessante incluí-la porque mostra bem de perto a terrível situação vivida pelos judeus na Itália depois das leis raciais. Chegamos até Sergio através de uma entrevista concedida por Noemi Camerini.

*Sou filho de Giorgio Goldschmiedt (Trieste 10/03/1890 – Auschwitz 1944) e Iole Camerini Goldschmiedt (Trieste 10/01/1894-Auschwitz 1944). Minha mãe Iole Camerini era filha de Isacco Camerini e Ancona Elena. Ela tinha duas irmãs e três irmãos: Rita, que viveu a New York, casada com Arturo Coen; Irene, casada com Bruno Lugnani, e três irmãos, Giorgio, Vittorio e Oscar. Os dois últimos se refugiaram no Brasil em 1939.*

*Meus pais nasceram em Trieste e, casados, transferiram-se para Milão em 1919. Eu nasci em 21 de março de 1920 em Milão, em Via Panizza 5. Depois que meu avô materno, Isacco Camerini, ficou viúvo, fomos morar na residência dele, em Piazza Piemonte. Meu pai tinha uma profissão livre, não preenchia nenhum cargo e conseguiu manter seu trabalho até depois da proclamação das leis raciais de 1938.*

*Minha família não era religiosa. Meu pai ia à sinagoga pelo aniversário da morte da mãe dele e por Yom Kipur. Eu me tornei agnóstico; para mim a religião tem que ser principalmente civil.*

*Estava freqüentando o 3º ano do colegial quando, devido às leis raciais, fui expulso, em um primeiro tempo, da escola pública e em um segundo tempo da escola particular. Meus pais decidiram me mandar para a Inglaterra a fim de continuar os estudos. Minha mãe, que era muito protetora comigo, me acompanhou até Londres, onde me hospedei na casa de uma parenta, mia tia Lili, de nome Eva Budmani, casada com Giorgio Camerini, que morava no bairro de Camden-Town, no norte da cidade de Londres.*

*No início foi estudar no colégio Pitmans School, onde aprendi o inglês comercial, estenografia e datilografia. Logo depois freqüentei um curso pré-*

*universitário de engenharia, Battersea Polytechnic, que foi interrompido por meu internamento, em junho de 1940.*

*Meus pais vieram me visitar em agosto de 1939, logo antes do deflagrar da Segunda Guerra Mundial. Não ficaram por muito tempo porque meu pai ainda trabalhava e, devido a seus empenhos, tiveram que voltar para Milão. Escrevia e recebia cartas. A última... está ainda comigo!! (Sergio fica muito comovido... silencioso e chorando devagarzinho ao lembrar a carta dos pais.)*

*Em 1939, na Itália a situação era muito tensa, mas a maioria pensava que a guerra poderia ser evitada. Pelo contrário, em junho de 1940 a Itália entrou no conflito mundial. Por isso, come italiano, fui considerado inimigo e internado, junto a outros italianos, a Linfield Park (um lugar onde, em tempo de paz, eram feitas as corridas de cavalos) ... tinha muita gente e o campo era mal organizado ... passamos até fome por uma semana (minhas pernas tremiam ) ... depois os alimentos chegaram.*

*Fui transferido em um campo de prisioneiros para italianos, em uma pequena ilha entre a Irlanda e a Inglaterra, Isle of Man. Nesta, fiz amizade com um médico, Paolo Polani, que estudou a Síndrome de Down; mais tarde ele chegou a chefiar a fundação para o estudo desta doença genética fundada pela Casa Real Inglesa. Fiz amizade também com Paul Samengo Turner, cujo pai era banqueiro. Durante e logo depois da guerra, passava meus fins de semana nas casas de campo deles onde chegava de trem. A última foi em Maiden Head sobre o Tamis. O pai de Paul morreu em 1968 e ele em 2002. Tinham ficado famosos porque depois da guerra patrocinaram a Fórmula 1 com Colin Chapman.*

*Fiz um pedido para emigrar nos Estados Unidos onde morava mio tio Arthur Coen, casado com tia Rita, uma das duas irmãs de minha mãe. Fiz também um pedido para obter um visto para o Brasil.*

*Em 1945 teve notícias dos meus pais por meio de um tio paterno, Oscar Goldschmiedt (italianizado em Orefici): eles tinham sido feitos prisioneiros depois de ter tentado escapar para a Suíça, deleitados por guias italianas em Luino (confino com a Suíça); e depois de ter passado um mês de prisão no cárcere de San Vittore em Milão, foram enviados a Auschwitz. Meu tio enviou cartas por todos os campos de concentração e só um deles mandou de volta o pedido de informações com a assinatura*

do comandante do campo, sem outros informes. Soube que morreram depois de ter lido o livro de Liliana Picciotto, *Il Libro della Memoria*<sup>330</sup>.

Ao meu regresso a Londres, em maio de 1941, me alistei no curso War-Work onde fiz meu aprendizado de mecânico e comecei a trabalhar em várias firmas bélicas. A última foi a Renault, onde fabricavam motores por barcos anfíbios, e, já no fim das hostilidades, em uma firma italiana onde eram fabricadas máquinas para fazer sorvetes.

Dos vistos pedidos para emigrar, chegou primeiro o do Brasil, em 31 de junho de 1946. Embarquei no navio “Jamaique” da companhia francesa Charge Reunis em uma das suas primeiras viagens depois da guerra. Lembro que havia vários ex-prisioneiros dos lager com o número tatuado nos braços. A viagem foi terrível, passei, a bordo do navio, 25 dias piores daqueles passados nos campos de internamento na Inglaterra. Não havia água potável para beber... bebia-se vinho!! E para lavar-se usávamos água salgada. Dormíamos em beliches em dois salões ... um para os homens e outro para mulheres.

Cheguei no Rio de Janeiro de noite. Tio Vittorio veio ao encontro do navio em um pequeno barquinho a remo que havia contratado. Passei a primeira noite a Niterói, na Praia Icaraí, o único lugar onde encontramos acomodações. Achei Rio de Janeiro maravilhoso!!! Viajamos para São Paulo de avião, um DC3!!!

Fiquei doente pelo choque de ter passado da triste Inglaterra ao alegre Brasil!!!!

Soube, pelos meus tios, que meus pais tinham enviado dinheiro para eles, dinheiro que foi utilizado para iniciar seu trabalho. Dinheiro que eles me devolveram. Meus pais não quiseram seguir os irmãos Camerini no Brasil .... pois, como muitos, não acreditavam ainda na entrada da Itália na guerra...

Em setembro de 1947 tornei-me agente dos tios em Rio de Janeiro. Estes trabalhavam no comércio de tecidos para alfaiatarias e fiquei com eles até 1953. Depois, como não via futuro com eles, saí do emprego. Eu fiz uma outra tentativa em uma casa de tecidos concorrente à dos meus tios. Mas, como o ramo de tecidos estava

---

<sup>330</sup> PICCIOTTO, Liliana. *Il Libro della Memoria. Gli ebrei deportati dall'Italia (1943-1945)*. Milano, Ed. Mursia, 2001 (2ª edição: 2002), pp. 176 e 326.

*em decadência, decidi entrar no ramo das confecções, onde trabalhei até 1996, quando me aposentei.*

*Passei a maior parte de minha vida sozinho. Em Londres havia conhecido uma mulher separada do marido e, sentindo-me só, convidei-a a vir no Brasil. Ela veio e ficou de 1948 até 1956, ... mas não deu certo. Assim, fechei a relação e voltei a viver sozinho.*

*Em 1963, tinha pensado em regressar para Itália... mas não havia uma qualificação profissional... não havia acabado os estudos... algo havia-se rompido... sentia um grande ressentimento para com os italianos devido ao tratamento feito aos meus pais... sei que todas as generalizações são absurdas... mas não conseguia mais identificar-me com a Itália. Decidi ficar no Brasil.*

*Casei com 73 anos... com uma moça com trinta anos a menos do que eu ... uma mulher exemplar, que tem comigo uma grande solidariedade, cuida de mim... é uma santa!!! Agora estou feliz, embora sofrendo de várias mazelas devido à idade, pois tenho 87 anos.*

## SERGIO SONNINO

Depoimento de Sergio Sonnino a Marilia Levi Freidenson e Gaby Becker. São Paulo, 3 de junho de 1998.

*Sergio Sonnino (1909-2007) nasceu em Reggio Calábria, filho de um professor de Letras, Guido Sonnino, e de Berta de Paz Sonnino, e tinha um irmão, Aldo, doze anos mais velho. O pai, alguns anos após seu nascimento, foi transferido para Livorno, onde Sergio passou sua juventude. Coursou a universidade em Pisa e laureou-se em matemática, durante o período racial.*

*Foi aluno de um grande matemático italiano, o prof. Tullio Levi Civita, o qual, após Sergio ter conseguido a láurea, devido às leis raciais aconselhou-o a fugir para o Brasil, onde ele próprio havia dado uma série de conferências. Conseguiu obter facilmente o visto para o Brasil, pois era amigo do cônsul brasileiro em Livorno, com o qual jogava tênis.*

*Deixou a família na Itália, os pais eram ligados demais à terra natal para partir, e foi sozinho; tinha apenas 22 anos.*

*O irmão Aldo não quis segui-lo e, infelizmente, foi preso durante a perseguição racial e enviado a um campo (?). Aldo voltou, salvou-se durante a retirada alemã, escondendo-se sob uma pilha de cadáveres. Mas nunca mais teve uma vida normal. Ele havia se casado com uma católica, havia feito o serviço militar, mas tudo isto não bastou para ser poupado pelos alemães.*

*Sergio começou a trabalhar em uma seguradora, mas não gostava do trabalho. Ficou por três meses e depois, por sorte, foi contratado como professor em uma escola técnica do Exército no Rio de Janeiro (hoje INE – Instituto Nacional de Especialização), onde ficou por quatro anos.*

*Em 1942, quando o Brasil se aliou aos Estados Unidos, foi demitido por ser italiano e, como tal, súdito do Eixo. Voltou para São Paulo, e foi contratado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie, onde permaneceu por mais de 30 anos.*

*Na Itália, havia recebido uma boa educação religiosa do pai, Guido Sonnino, que era formado em Letras e havia sido rabino por algum tempo. Sergio era sionista,*

*participando em Livorno de conferências e reuniões, porém os sionistas achavam que ir para a Palestina era mais para os russos que para os italianos.*

*O que era o nazismo na Alemanha ele descobriu através dos refugiados judeus alemães que vieram para a Itália enquanto Mussolini permitiu.*

*Em São Paulo freqüentou a sinagoga da Abolição.*

*Sergio Sonnino é um dos fundadores da Faculdade de Engenharia e de outros cursos da FAAP (Faculdade de Arquitetura e Arte Paulista), onde trabalhou até 1972. Casou-se com Rolande Sassoon, de origem egípcia, e teve três filhos (Bruno, Marina e Guido). Sua família continua com as tradições judaicas até hoje.*

*Ele faleceu em 2007, aos 97 anos.*

## VITTORIO TERNI

Entrevista feita por Gaby Becker e Marília Levi Freidenson, em 4 de novembro de 1991, no AHJB.

*Vittorio Terni nasceu em Ancona em 22 de junho de 1904. Era filho de Vito (Chaim) Terni e Elena (Lea) Almagià. Todos de Ancona havia no mínimo 3 ou 4 gerações. Ancona fez parte do Estado Pontifício até a Unificação da Itália e o pai de Vittorio Terni nasceu em 1840, quando ainda existia o gueto. Seus avós paternos eram muito religiosos e os filhos também recebiam educação religiosa, estudando no Talmud Torá. Seu avô, Sansone di Benedetto Terni, recebeu um grande presente, uma belíssima Bíblia (que depois Vittorio Terni deu ao filho, Arrigo), datada de 5653 (1893), mais de cem anos atrás. Era escrita em hebraico e tinha a frase “Com licença dos superiores” gravada. Naquele tempo era necessária a permissão do papa para imprimir em hebraico.*

*Na época em que Vittorio Terni vivia em Ancona, a comunidade judaica era composta por cerca de 1.000 pessoas, em 60 mil habitantes.*

*Vittorio Terni tinha uma irmã, que era a mais velha, e dois irmãos, ele era o mais jovem. O irmão do meio morreu na África, durante as guerras pela conquista do Império italiano, em decorrência da infecção de um ferimento.*

*Freqüentavam a sinagoga nas Grandes Festas e festejavam o Shabat em casa dos avós paternos. Quando o avô ia almoçar na casa deles, mandava a governanta lhe trazer comida kasher de casa.*

*Seu pai era advogado, chegou a ser presidente da Ordem dos Advogados, mas quando veio o fascismo ele se demitiu.*

*Vittorio Terni havia começado a estudar direito quando descobriu que sua verdadeira paixão era a agricultura. Assim, alugou terrenos próximos a Ancona, na província de Sinigallia, e começou a trabalhar como agricultor. Terni lembra aquele período com muita nostalgia. Mais tarde, seus pais e um tio compraram terrenos que foram vendidos quando Terni, refugiado no Brasil em consequência das leis raciais, decidiu não voltar a viver na Itália.*

*Em 1935 fez uma viagem à Palestina, preparada pela Organizzazione Sionista Italiana. Durante essa viagem conheceu pessoas importantes, como Enzo Sereni, em um*



kibutz, e Chaim Weitzman, na viagem de retorno. Weitzman lhe pediu para entrar em contato com o prof. Dante Lattes (que era o dirigente do sionismo italiano), anunciando a sua chegada e pedindo que fizesse reserva em um hotel.

Terni casou-se em 1937, com Augusta Levi, filha de Giuseppe Levi, que por anos foi presidente da comunidade judaica de Gênova, uma comunidade de cerca de 4.000 pessoas. A mãe de Augusta era Margherita Tedeschi.

(Também Giuseppe e Margherita Levi conseguiram refugiar-se no Brasil, como havia feito também a irmã de Margherita, Ermínia Levi Beer.)

Vittorio Terni havia tentado, em 1938, obter um visto para a Palestina, então um protetorado inglês, mas não conseguiu, como não conseguiu para os Estados Unidos e outros países. Então, através de uma ex-colega de escola de sua esposa, cujo pai era secretário do consulado brasileiro em Gênova (um tal Sr. Agnese), conseguiram obter um visto de turista. Não foi fácil, porque o Brasil também não queria mais judeus. Tanto ele como a esposa, após tantas peregrinações por vários consulados, perceberam que havia um anti-semitismo generalizado, em toda parte. No Brasil, por causa do Estado Novo e de Filinto Müller.

Embarcaram para o Brasil em julho de 1939, no navio Augustus, e já tinham uma filha, Adriana (nascida em novembro de 1938). Viajaram com muitas coisas, mas com pouco dinheiro, 6.000 liras os três!!! Pouco para começar uma nova vida.

Desembarcaram em Santos e foram para São Paulo, onde viveram por cerca de um mês em uma pensão no centro da cidade (Av. Brigadeiro Luís Antônio, esquina com Rua 13 de maio).

Alguém disse a eles que para obter um visto permanente deviam comprar um selo que custava um conto de réis (cerca de R\$ 1.000 em 1991) e enviá-lo a um certo Ministério, mas perderam o dinheiro e nada de visto permanente, até que conseguiram ter informações mais corretas e o suspirado visto.

Freqüentaram a sinagoga da Abolição, sefaradita, e depois passaram para a CIP, como fez a maior parte dos judeus italianos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correspondência diplomática trocada entre a diplomacia brasileira na Itália e a italiana no Brasil, com os seus respectivos Ministérios dos Negócios Exteriores, comprova, sem dúvida nenhuma, que o anti-semitismo serviu ao poder de ambos os países. Se a Itália, a partir de 1938, expulsou de seu território os cidadãos judeus estrangeiros, o Brasil colaborou com essa mesma política ao fechar suas portas aos refugiados semitas impondo-lhes restrições em nome de uma raça pura e da segurança nacional.

Entre setembro de 1939, início da guerra européia, e janeiro de 1942, momento em que o Brasil rompeu as relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, o governo de Getúlio Vargas procurou acobertar seu fascínio pelos regimes nazi-fascistas sob a máscara da neutralidade, conveniente aos interesses que perseguia no exterior: o comércio, o aparelhamento das Forças Armadas e a colaboração para a implantação da indústria pesada. Manobrou politicamente enquanto foi necessário, de forma a se apresentar junto à Liga das Nações como um país dedicado a ações humanitárias, como por exemplo o salvamento de milhares de judeus fugitivos do nazismo. Pressionado pelos Estados Unidos e Inglaterra, principalmente, Vargas valeu-se da postura americanófila de Oswaldo Aranha para fortalecer a imagem positiva do Brasil diante dos Estados Unidos. Interessava ao Estado Novo distanciar-se – ainda que apenas na fachada – da postura anti-semita adotada pela Alemanha e Itália fascistas.

Indiferente ao drama e às angústias vivenciadas pelos judeus apátridas – que tentavam vencer as dificuldades impostas para a concessão de vistos de entrada para o país – o governo brasileiro colocou em prática as circulares secretas até 1949. O anti-semitismo que se manifestou desde a edição da primeira Circular Secreta em 1937 pode ser caracterizado como político e xenófobo, camuflado sob a máscara do nacionalismo. Não nos restam dúvidas a respeito do posicionamento do Brasil contra os judeus, questão que ilustra vexatoriamente a nossa literatura e a nossa documentação diplomática. Através das charges políticas, fazia-se do riso uma forma de doutrinação sutil.

Com relação aos judeus italianos expulsos pelas leis raciais adotadas por Mussolini, o governo brasileiro não se comportou de forma diferente. Ao contrário, indeferiu centenas de vistos, dos quais a totalidade somente poderá ser conhecida após anos de pesquisa nos arquivos diplomáticos do Brasil e da Itália. No entanto, através dos testemunhos e documentos pessoais daqueles que para cá emigraram, fica evidente que sua entrada no país só foi possível por serem portadores de um visto de turista com passagem de "ida e volta", de um (falso) atestado de batismo católico, de um visto de trânsito para um lugar qualquer ou de uma carta de chamada enviada por um salvador voluntário. Dentro da diplomacia italiana e brasileira em missão no exterior raríssimos foram aqueles que se solidarizaram com os judeus, assumindo uma atitude crítica, independente de interesses políticos ou particulares. Se na Embaixada do Brasil na França havia Luís Martins de Souza Dantas, aposentado a "bem do serviço público" por ter ajudado a salvar centenas de judeus, na Legação Brasileira em Varsóvia havia o secretário Orlando Arruda, cujas ações humanitárias merecem ainda uma investigação sistemática, conforme já foi sugerido pela historiadora Tucci Carneiro.

O fato de terem ingressado oficialmente no Brasil cerca de 9.391 judeus (dos quais 800 eram italianos) significa que apenas uma ínfima parcela das quotas prometidas junto às comissões de salvamento na Liga das Nações foi preenchida. Ainda que as quotas tenham sido maiores para as nacionalidades mais carentes, elas jamais corresponderam ao perfil de nação humanitária com o qual procurava se apresentar o Brasil no Comitê Internacional dos Refugiados Políticos. A persistência desta (falsa) posição não autoriza portanto a considerar Aranha como um filo-semita, como pretende parte da comunidade judaica brasileira e internacional. Tanto do lado italiano como do lado brasileiro, os documentos oficiais demonstram que os dois governos eram profundamente racistas e anti-semitas. Daí o silêncio imposto aos arquivos diplomáticos e do Vaticano ser conveniente para ambos os lados, que tiveram a Igreja Católica como uma sábia colaboradora.

Hoje, felizmente, com a recente historiografia que vem investindo contra os guardiões da memória, estas versões – ainda secularizadas pelos dogmas políticos – estão sendo revistas. Na Itália, assim como no Brasil, o acesso aos documentos do período nazi-fascista ainda se faz controlado pelos homens do poder aos quais interessam as versões oficiais. Mesmo assim, o Holocausto e o anti-semitismo vêm sendo objeto de rigorosas pesquisas que, diante de cada documento descoberto, abalam o pretendido mito do “não-racismo” de Mussolini, sustentado por

Renzo De Felice, assim como a negação de “colaboracionismo entre italianos e alemães”. A sobrevivência destas versões pode ser constatada até mesmo em algumas entrevistas que realizamos com os mesmos judeus que saíram da Itália, forçados pelo anti-semitismo das leis raciais de 1938. Ainda existe quem fala de um Mussolini que “não era absolutamente anti-semita”, negando-se até mesmo sua aproximação com Hitler: “*Os italianos ajudaram os judeus a se esconder, a se expatriar...*”, dizem alguns. É verdade, mas quantos não foram aqueles que os delataram? Quantos e quem foram aqueles que endossaram a política anti-semita assumida “em nome de *la Razza*”? Este estudo apenas começa a desvendar uma ponta do iceberg que é muito maior do que aparenta ser.

Quantos delataram amigos e conhecidos por algumas poucas liras? Muitos. Havia na Itália cerca de 40.000 judeus reunidos nas principais cidades. Para onde foram? O “não querer ver” é um problema tanto dos judeus italianos quanto dos judeus brasileiros, definidos aqui como adeptos da teoria da cegueira; uns por desconhecimento, outros por conveniência ou por negociações com as partes comprometidas com o mito. Mas é assim mesmo: assim como caiu o Muro de Berlim, um dia cairá o Memorial dos Falsos Heróis, o que, certamente, abrirá mais espaço para ampliarmos o Memorial em homenagem aos Justos entre as Nações.

---

## FONTES

### LISTAS

- Relação dos nomes dos chefes de família expatriados italianos judeus da Itália para o Brasil, entre 1938 e 1942*, encontrados na Pasta nº 71 na Biblioteca do Instituto Bibliográfico Judaico de Roma. Encontra-se, junto com os nomes dos chefes de família, a indicação do número dos componentes da mesma
- *Relação de passageiros italianos judeus dos navios que chegaram no Brasil entre 1938 e 1941.*
- *Relação de Vistos concedidos a judeus italianos nos Consulados brasileiros na Itália entre 1938 e 1941.*
- *Relação de Vistos indeferidos a judeus italianos nos Consulados brasileiros na Itália no mesmo período.*
- *Relação dos nomes dos judeus italianos expatriados para o Brasil até 1940. Arquivo nº. 71. Instituto Bibliográfico dell'UCEI, antiga UCII.*
- *Elenco dos Estados em guerra, ruptura ou suspensão das Relações diplomáticas com a Itália.*
- *Listas dos censos de 1938/1942, contendo os nomes dos israelitas que expatriaram da Itália para o Brasil. As listas contêm somente os nomes dos que avisaram as próprias comunidades de seu expatrio.*
- *Listas com os nomes de judeus italianos sepultados nos Cemitérios israelitas de São Paulo: Vila Mariana e Butantã, a partir de 1928.*

### CARTAS

- *Protocolo n. 693-40 expedido pela Comunità Israelitica di Milano em 21.05.1940 e recebido em 22.5.40 da UCII de Roma. Este protocolo, como todos os que foram enviados a Roma por parte de todas as Comunidades israelitas italianas, transmite o elenco dos chefes de família que se transferiram no exterior, com a indicação dos componentes da família que os seguiram.*
- *Protocolo. N. 704 S/G enviado pela UCII di Roma ao Ministério do Interior em data 10/7/1941, com os dados relativos à emigração dos Judeus no período que vai de 13.6 até 10.7 1941. Com anexada uma atualização até o dia 12.6 1941 das saídas dos judeus da Itália.*
- *Protocollo 63—1 S/G, idem em 29.8.1941*
- *Protocollo 22/02 S/G, idem em 24.9.1941*
- *Protocolo 178/02 S/G, idem em 2.10.1941*
- *Protocolo 428/02 S/G. Carta enviada pela UCII ao Ministério do Interior de Roma avisando a impossibilidade, por parte dos israelitas, de deixar a Itália seja com serviços ferroviários que aéreos.*

## OFICIOS – RELATÓRIOS - TELEGRAMAS - CARTAS-TELEGRAMA

INVENTÁRIO DELLA SERIE AFFARI POLITICI (1931-1945)  
ARCHIVIO STORICO DIPLOMATICO ROMA – 1976.

-*Telespresso* 3080/121. Enviado pela R. Ambasciata d'Italia di Rio de Janeiro em 10.11.1933 e endereçado ao Ministero degli Affari Esteri in Roma. Oggetto: Nazionalismo o Patriottismo. Com alegados dois trechos com fostos sobre o Integraliasmo do Jornal "O Globo" de 5.4.1933 e 8.11.1933. Busta 6.

-*Telespresso* n° 3289/1189 *Riservato*. Enviado, em 30.7.1933, pelo *Embaixador Italiano Cantalupo a S.E. Ministro degli Affari Esteri in Roma*. Oggetto: Considerazioni sul suo viaggio attraverso lo Stato di San Paolo.

-*Telespresso* n° ?. enviado pelo *embaixador Cantalupo ao R. Ministero degli Affari Esteri in Roma*. Azione Integralista Brasileira. Com anexos trechos dos jornais de Rio de Janeiro: "Diário Carioca" de 26.4.1933; "Diário de Noticias" de 25.4.1933; Jornal do Brasil de 26.4.1933 e "O Globo" de 24.4.1933.

-*Telespresso* n° 2067/833 enviado pelo *Embaixador Cantalupo a S.E. Ministro degli Affari Esteri in Roma, em 20.7.1934*. Oggetto: *Situazione Política e Nuova Costituzione*.

-*Telespresso* 316537/574 enviado em 1.10.1937  
*Complotto Comunista nel Brasile. Firmato Cohen*  
Busta 21.

-*Telegramma in arrivo. Cifra 1 N. 8069 P.R.* enviado dall'ambasciatore italiano no Rio de Janeiro, Ugo Sola no dia 11.5.39. Assegnazione D.I.E. Trans. A.G. Oggetto: Università Federale (Professori italiani). Richiesta di professori (al limite anche israeliti... uno o due).

*Telespresso* n° 1575/452 enviado, em 17 de junhp de 1938, pela *Ambasciata d'Italia no Rio de Janeiro endereçado ao R. Ministero degli Affari Esteri in Roma*. Oggetto Decreto-legge regolante l'espulsione degli stranieri.

-*Telegramma in arrivo. Cifra 1 N. 9786 P. R.* Enviado pelo *embaixador italiano Ugo Sola para D.I.E. Trans A.G. relativo á amissão na Universiddade federal de Rio de Janeiro do professor de química Dottor Guido Tedeschi*

-*Telegramma in Partenza. Filo Cifra 1 N. 10996/69 P.R.* enviado pela *D.I.E. Trans, em 6.6.1939 para a R. Ambasciata Italiana di Rio de Janeiro*. Oggetto: Università Federale: "Impossibile indicare professori non appartenenti allá razza italiana".

-*Telegramma e Telespresso encontrados na Bustas 29 (1944) e 30(1945)* relativos aos pedidos de repatriação dos Professores Tullio Ascarelli, Carlo Foà, Giorgio Renato Levi e Franco Levi, interessados a reassumir seus lugares nas Universidades Italianas .

-*Telespresso* N. 46/C enviado pelo *Ministéro della Cultura popolare para o R, Ministero degli Affari Esteri di Roma em 15.4.1939*, com alegado, entre outros, um artigo do *Jornal da Manha* de 11.3.1939, com o artigo "Abolida a Saudação Romana" no Instituto "Dante Alighieri".

-*Telespresso* n° 267/15 enviado pela *R.Embaixada da Itália no Rio de Janeiro, para o Ministro dos Negócios Exteriores em Roma*. Objeto: Associação "Italiani Liberi del Brasile". 27 de fevereiro de 1942. Busta n° 28 fascicolo n° 7.

-*Telespresso* n° 3063/119 enviado pela *R. Embaixada da Itália no Rio de Janeiro ao R. Ministério dos Negócios Exteriores* , "Ufficio Stampa" em 10.11.1933, tendo por Objeto a *Viagem de Goring a Roma*.

-*Telespresso* n°3254/493. Enviado pela *Embaixada da Itália em Washington ao R. Ministério dos Negócios Exteriores em Roma em 11 de março de 1938*. Objeto

nomeação do ex-embaixador Aranha a Ministro dos negócios Exteriores do Brasil. Assinatura ilegível. Busta Nº 27.

-*Telespresso* nº 1960/575 enviado pela R. Embaixada italiana no Rio de Janeiro, em 28.7.1938, ao R. Ministério dos Negócios Exteriores em Roma. Tendo como objeto a Doutrina Ariana. Assinado pelo Embaixador Lojacono. Busta 15.

-“Carta Secreta” enviada, em 10.7.1937, a S.E. Ministro Affari Esteri in Roma por parte da Embaixada Italiana no Rio de Janeiro. Assinado Lojacono. Objeto: Integralismo, Plínio Salgado, Hermes da Fonseca, Jorge Latour. Busta 21. Fascicolo 1(?).

-“Carta Riservata” enviada, em 1º de outubro de 1934, pelo Embaixador Lojacono a S.E. Ministro dos Negócios Exteriores, Roma. Objeto: Movimento Integralista in Brasile. Busta 6.

Pedido de prisão para o oficial Rm/N “Oceania” Zuchi Guglielmo enquanto teria favorecido a entrada clandestina a grupo de emigrantes judeus no Brasil. Busta 24 (1940).

## **PROMEMORIA**

- *Promemoria riservatissimo sulle tendenze della política interna brasiliana*. Escrito a bordo do navio Oceania em 3 de outubro de 1936; assinado por Guido Zecchin. Busta 15.

## **FASCÍCULOS - PARTES DE LIVROS – TEXTOS INTERNET-**

- MEDAGLIE AL VALORE DI EBRI ITALIANI

RMI – N.580 del 26 luglio 1962

- IN ATTESA DI MIRACOLI: GLI EBREI ITALIANI DAL 1938 AL 1940 – Alberto Mortara

RMI – vol. Liv n. 1-2 1988

- L’EBRAISMO ITALIANO DALLO STATUTO ALBERTINO ALLA LEGISLAZIONE RAZZIALE – Meir Michaelis

In Saggi sull’ebraismo italiano, numero unico della rivista Israel : “Un Decennio 1974-1984”. A cura di Francesco del Caneto.

- MUSSOLINI E LA QUESTIONE EBRAICA. LE RELAZIONI ITALO-TEDESCHE E LA POLÍTICA RAZZIALE IN ITALIA- Meir Michaelis – Edizioni Comunita – 1982

- LE LEGGI RAZZIALI QUAR’ANTANNI FA – Augusto Segre. RMI Vol. XLIV.

- IL CENSIMENTO DEGLI EBREI DEL 1938. RMI Vol. XLVII N. 1-2-3

- L’ATTEGGIAMENTO DEGLI EBREI DAVANTI ALLA LORO SECONDA EMANCIPAZIONE: PREMESSE E ANALISI – Andrew M. Canepa – RMI Vol. XLIII N. 9 1977.

- COMITATO ITALIANO DI ASSISTENZA AGLI EMIGRANTI EBREI – TRIESTE – VENEZIA – Giuseppe Fano. RMI Vol. XXXI N. 10-11 1985.

- GLI UFFICIALI SUPERIORI EBREI NELL’ESERCITO ITALIANO DAL RISORGIMENTO ALLA MARCIA SU ROMA – Meir Michaelis  
RMI Vol. XXX N. 4 1964.

- ATTIVITÁ SVOLTA DAL CONSIGLIO DELLE COMUNITÀ ISRAELITICHE ITALIANE DAL 13 NOVEMBRE 1939 AL 17 NOVEMBRE 1944 – Dante Almansi  
RMI Vol. XLIII N.10 1977

- GLI EBREI ITALIANI SOTTO IL REGIME FASCISTA (1922-1945) –

- Meir Michaelis. RMI Vol. XII gennaio 1966.
- GLI EBREI ITALIANI SOTTO IL REGIME FASCISTA DALLA MARCIA SU ROMA ALLA CADUTA DEL FASCISMO (1922-1945). Meir Michaelis.RMI.
  - GLI EBREI E IL FASCISMO – Giorgio Romano. RMI
  - STAMPA E PROPAGANDA ANTI-SEMITA DEL REGIME FASCISTA PRIMA DELLE LEGGI RAZZIALI (1936-1938) – Anselmo Calò.
  - THE JEWS OF EUROPE FROM THE PERSPECTIVE OF THE BRASILIAN FOREIGN SERVICE 1933-1941 – Avraham Milgram  
Holocaust e Genocide Studies, V 9 N 1, Spring 1995, pp 94-120.
  - ORIGINI E ANALISI DELLA LEGISLAZIONE ANTIRAZZISTA IN ITALIA DALLE LEGGI RAZZISTE DEL '38 ALLA LEGGE 25 GIUGNO '93, N. 205 “MISURE URGENTI IN MATERIA DI DISCRIMINAZIONE RAZZIALE, ÉTNICA O RELIGIOSA” – Davide Jona Falco
  - RMI V. LX N. 3 1994.
  - L'EMIGRAZIONE EBRAICA ITALIANA DOPO IL 1938 – Mario Toscano  
Storia contemporanea / a. XIX, N. 6, dicembre 1988.
  - LIBERTÀ E SOCIALISMO NELL'EMIGRAZIONE INTELLETTUALE ITALIANA E SPAGNOLA – Renato Treves  
“Libertá politica e verità” – Saggi di cultura contemporânea – Edizioni di comunità.
  - BRASIL: OS JUDEUS EM BUSCA DE UM FUTURO. (Tesi USP).
  - A IMIGRAZIONE ITALIANA NO BRASIL E ALGUMAS CARACTERISTICAS DEMOGRAFICAS DO GRUPO ITALIANO DE SÃO PAULO – Giorgio Mortara -  
Revista Brasileira de Estatística. Vol. 11, N. 42 - abril/junho 1950. pp. 323-336.
  - STORIA: tradução de artigos achados no: Giornale :*Israel* (XXIV- 4), 3 novembre 1938
  - OD JUDEUS ITALIANOS E ESQUEMA CRONOLOGICO DA HISTÓRIA DOS JUDEUS NA ITALIA;;
  - NORME LEGISLATIVE SUGLI EBREI D'ITALIA;
  - SCUOLE ELEMENTARI PER EBREI;
  - DISPOSIZIONI VALUTARIE PER GLI EBREI CHE LASCIANO L'ITALIA;
  - GLI IMPIEGATI EBREI DI CITTADINANZA STRANIERA E I LORO CONTRATTI D'IMPIEGO.
  - TERRA DO BRASIL – Margherita G. Sarfatti  
In NUOVA ANTOLOGIA *Rivista di Lettere – Scienze e Arti*  
Anno 66° - Fascicolo 1422- 16 giugno 1931 – IX pp. 436-458.
  - MIGRATION: LOSS AND MEMORY – Jacqueline Amati Mehler  
(traumas da emigração).
  - INTERVISTA A MICHELE SARFATTI, AUTORE DE *GLI EBREI NELL'ITALIA FASCISTA*, DI FIAMMA NIRENSTEIN – giornale LA REPUBBLICA, 5.4.2000.
  - FOGLI SPARSI DELLA “DIFESA DELLA RAZZA”
  - METODOLOGIA RAZZISTA – I TRE GRADI DEL PROBLEMA DELLA RAZZA
  - L'INTERNAZIONALE EBRAICA E L'ITALIA
  - IL PROBLEMA RAZZIALE BRASILIANO – Roberto Ranieri.
  - MEDAGLIE AL VALORE DI EBREI ITALIANI. RMI – N.580 del 26 luglio 1962



## ARQUIVO HISTÓRICO ITAMATARY

*Ofício nº 203 do Embaixador brasileiro em Roma, Adalberto Guerra Duval, para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Campanha racista. 16.8.1938. Lata 640.16 (96) B6.*

*Ofício nº 225 do Embaixador A. Guerra Duval, para Oswaldo Aranha. A política racista na Itália. 20.9.1938. Lata 640.16(96) B6. Anexado trecho do jornal “Il Popolo di Roma”.13.9.1938 com o texto do Decreto lei n. 1381 para o afastamento dos judeus estrangeiros da Itália.*

*Ofício nº 229 do Embaixador A. Guerra Duval, para Oswaldo Aranha. A questão racial na Itália. 20.9.1938. Lata 640.16(96) B6.*

*Ofício nº 239 do Embaixador A. Guerra Duval, para Oswaldo Aranha. Reunião do Grande Conselho Fascista. Lata 640.16 (96). Anexado trecho do jornal “Il Messaggero” Com a Reunião noturna do Grande conselho Fascista.*

*Ofício nº 272 do Embaixador A. Guerra Duval, para Oswaldo Aranha. Reservado. A questão racial na Itália. Lata 640.16(96)*

*1º Relatório do Secretário da Embaixada brasileira em Roma, Senhor Jorge Latour, sobre a “Questão Racial na Itália”. Relatório escrito em 29 de agosto de 1938 e registrado no Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1938.*

*Ofício nº 272. Reservado. A questão racial na Itália. Enviado pelo Embaixador A. Guerra Duval para o Ministro das Relações exteriores Oswaldo Aranha. Roma, 27 de novembro de 1938. Lata 640.16 (96). Com anexado o:*

*2º Relatório sobre a questão racial na Itália, organizado pelo Senhor Secretário Jorge Latour por determinação do Embaixador. Roma, 23.11.1938. Anexados: Atos e documentação de caráter oficial relativos à raça e rápido golpe de vista pelas colunas da imprensa italiana.*

*Ofício nº 24 do Embaixador A. de Souza Quartin ao Ministro do Estado, interino, das Relações Exteriores, Cyro de Freitas Valle. Texto do decreto-lei sobre a defesa da raça italiana. Roma 24 de fevereiro de 1939. Com anexado os textos das leis sobre casamentos, escolas, definição de judeu aos efeitos das leis raciais, encargos de agentes de cambio, etc. Lata 640.16 (96).*

*Ofício nº 27 do Embaixador A. de Souza Quartin ao Ministro do Estado, interino, das Relações Exteriores, Cyro de Freitas Valle. Dispensa, das forças armadas, do pessoal de raça hebraica. Roma 25 de fevereiro de 1939. Com anexado o texto do decreto n. 70 relativo a esta dispensa.*

*Ofício nº 67 do Embaixador A. de Souza Quartin ao Ministro do Estado, interino, das Relações Exteriores, Cyro de Freitas Valle. Limite da propriedade imobiliária para os cidadãos de raça hebraica. Roma, 20 de março de 1939*

*Ofício nº 68. do Embaixador brasileiro em Roma, A. De Sousa Quartin, para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Criação do Conselho Superior para a demografia e a raça. Roma, 21 de março de 1939. Anexado Régio Decreto-Legge 5.9.1938. n. 1539. Lata 650.121 (96); 640.16 (96).*

*Ofício nº 91 do Embaixador brasileiro em Roma, A. De Sousa Quartin, para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Textos de lei sobre a defesa da raça nas escolas fascistas. Roma 7 de abril de 1939. Lata 640.16 (96).*

*Ofício nº 112, do Embaixador brasileiro em Roma, A. De Sousa Quartin, para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Reservado. A questão racial na Itália. Roma 20 de abril de 1939. Lata 640,16 (96). Atribuição ao “hebreu” da culpa para a criação e desenvolvimento das internacionais comunistas e das campanhas antifascistas.*

*Ofício nº 269 do Embaixador brasileiro em Roma, A. De Sousa Quartin para Oswaldo Aranha. Reservado. A questão racial na Itália. Roma 20 de abril de 1939. Anexada a lei n, 1055 de 13 de julho de 1939, com alegadas as disposições em matéria testamentária e sobre a disciplina dos sobrenomes, para com os pertencentes à raça hebraica.*

*Ofício nº79 enviado para Secretaria do Estado do Rio de Janeiro, pelo embaixador do Brasil em Roma em 26 de fevereiro de 1940, tendo como objeto o envio do nº 7 da Revista “La difesa della Razza” que contém um artigo importante, “Il problema razziale” (non assinado). Lata 640. 16 (96).*

## **MEMORANDUM**

Ref.505/ AS in 9 august 1944. Memorandum to: Royal Italian Ministry of Foreign Affairs to be transmitted to “Carlo Scialoia, sottosegretario Guerra Governo Italiano” assinado pelo Professor Tullio Ascarelli. Com os pedidos de repatriação na Itália e arrolamento nas forças armadas aliadas.

## **LEGISLAÇÃO**

### **Brasileira**

#### **LEX – Coletânea de legislação**

Com notas coordenadas e índices sistemáticos, organizada pelo plano de autoria do advogado Dr. Pedro Vicente Bobbio- LEX LTDA. Editora São Paulo. Depº DIR. CIVIL –

BIBLIOTECA ESPINOLA

### **Circulares**

*Circular Secreta nº1.127, de 7.06.1937, emitida pelo MRE para as Missões Diplomáticas Brasileiras e Consulados de Carreiras. “Entrada de estrangeiros no território nacional”. Assinada por Mario Pimentel Brandão, ministro interino. Maço 29.653 a 29.655. AHI/RJ – Revocada em 19.01.1951.*

*Circular Secreta nº1.249 de 27 de setembro de 1939. “Entrada de israelita em território nacional”. Assinada por Oswaldo Aranha.*

*Circulares Secretas nº 1.1498 e 1.499 de 6 de janeiro de 1941. Sendo respectivamente Suspensão do visto em passaporte de israelitas e Normas para a entrada de estrangeiros no Brasil. Emitidas e assinadas por Oswaldo Aranha, enviadas às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira. Lata 899, Maço 13858. AHI/RJ.*

### **Decretos**

*Decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938. Diário Oficial nº 102. Lei da nacionalidade do ensino.*

*Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. Sobre entrada de estrangeiros em território nacional*

*Decreto-lei nº 1545 de 25 de abril de 1939. Campanha pela nacionalização da vida cultural nas colônias.*

## **Constituições**

### **Brasileira**

Constituição de julho de 1934, que instituiu o regime de quotas imigratórias refletindo uma orientação direcionada para defesa dos interesses da nacionalidade.

### **Italiana**

-Conjuntos de documentos e impressos contendo os decretos-leis sobre as determinações das leis raciais em 1938.

## **TESTEMUNHOS**

ADA SEGRE PESCE - Resumo de uma entrevista feita, em 15 de agosto de 1999, por Ariella Segre, em ocasião de sua dissertação de mestrado, sobre a imigração judaica italiana em São Paulo, USP.

ANNA MARIA FUNARO - Depoimento de Anna Maria Funaro Sadun, escrito pela autora tendo como base uma entrevista feita pelo Núcleo de História Oral do AHJB realizadas por Adriana Terni Jacobsberg e Marília Levi Freidenson, em junho de 1996.

BIANCA MASSARANI - Depoimento de Bianca Massarani à Mirella Levi e Marília Levi Freidenson. São Paulo, 5 de setembro de 1996. Versão resumida pela autora tendo como base a entrevista realizada pelo Núcleo de História Oral do AHJB.

BRUNO LEVI - Depoimento de Bruno Levi à Silvia Levi Moreira. São Paulo. B'nai B'rith. Agosto de 2007.

CARLA MONDOLFO MIELI - Depoimento de Carla Mondolfo Mieli à autora. São Paulo, 3 de abril de 2007.

CARLOS ALBERTO LEVI - Who's Who in Brazil (RJ, 1924); pp. 959-960

EDDA BERGMANN – Revista Shalom nº 461 – 18 de março de 2007

ENRICO CAMERINI - Testemunho, que ele mesmo enviou à autora via e-mail em São Paulo.

ETTORE BAROCAS - Depoimento de Ettore Barocas à autora. São Paulo, 12 de abril de 2007.

GIUSEPPE SADUN - Biografia de Giuseppe Sadun escrita pela autora tendo como base uma entrevista direta com ele, em 1996, e uma entrevista feita pelo Núcleo de História Oral da AHJB, realizada por Adriana Terni Jacobsberg e Marília Levi Freidenson, em junho do mesmo ano.

LAURA SALMONI LEVI - Projeto Memória da CIP. Depoimento de Laura Salmoni Levi à Marília Levi Freidenson e Gaby Becker. São Paulo 2 de dezembro de 1991.

MARIA ROMANO SCHREIBER - Depoimento de Maria Romano Schreiber concedido à Maria Luiza Tucci Carneiro. Belo Horizonte, 26 de março de 1985 e 8 de dezembro de 1989.

NOEMI CAMERINI- Depoimento de Noemi Camerini à autora. São Paulo, 24 de março de 2007.

SERGIO CAMERINI GOLDSCHMIEDT - Depoimento de Sergio Camerini Goldschmiedt à autora e à Miriam Chamsky do AHJB/SP. Rio de Janeiro, dia 16 de maio de 2007.

SERGIO SONNINO - Depoimento de Sergio Sonnino à Marília Levi Freidenson e Gaby Becker. São Paulo 3 de junho de 1998.

RODOLFO REICHHARDT - Depoimento de Rodolfo Reichhardt <sup>331</sup>à autora. São Paulo, 17 de abril de 2007.

VITTORIO TERNI - Entrevista concedida a Gaby Becker e Marília Levi Freidenson Em 4 de novembro de 1991 – AHJB

## BIBLIOGRAFIA

Bibliografia relativa ao argumento tratado nesta tese e que pode ser encontrada no Brasil:

CAMPAGNANO, Anna Rosa/PETRAGNANI, Sema.

*Milenária presença de Judeus na Itália*. São Paulo. Atheneu, 2007.

CAMPAGNANO Anna Rosa. Revista Vertice da FFLCH-USP. Ed. Humanitas:

Volume nº 2 de 2001: *Os campos de concentração na Itália*. p. 93

Volume nº 6 de 2004: *Mussolini e os judeus*. p. 21

Volume nº 8 de 2006: *Intolerância contra os judeus italianos entre a emancipação e as leis raciais fascistas*. p. 39

CIVIDALLI SALMONI, Anita: “Lembranças de uma judia italiana”

WINDMÜLLER, Käte.: “Aspectos da imigração Judaica Italiana”.

In Revista *Herança Judaica*, nº 83. julho de 1992. Publicação B’nai B’rith

MIZRACHI, Rachel. *Imigrantes judeus do Oriente médio*. São Paulo, Ed. Athelié cultural, 2003. pp.112-138

PARDO SEGRE, Ariella. Dissertação de Mestrado. *Migração Judaica italiana* (Genova, janeiro de 1939). São Paulo. USP. 2000.

PINCHERLE, Livio Túlio. *Meus dois Mundos*. Ed. Roswitha Kempf/ Editores São Paulo

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Ed. Nobel. 1980. pp. 383-387.

---

ACADEMIA UNIVERSAL DE CULTURA. AAVV. A Intolerância.

Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 2001.

ALMEIDA, M.G.A. A. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo, Humanitas, 2001.

“A Recristianização da política: Pactos e Tramas entre o Estado e a Igreja no Brasil (1937-1945)”. In *Revista de História das idéias. História e Verdade(s)*. V. 23 (2002).

ALATRI, Paolo; GRASSI, Silvia. *La Questione ebraica dall’Illuminismo all’Impero* (1700-1815). Napoli, Edizioni scientifiche italiane. 1954.

ALBUQUERQUE, Guilhon e outros (coords.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, V.1. Rio de Janeiro, Ed. Lúmen Júris, 2006.

- ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comedia. Paraíso*. Tradução e notas Italo, Eugenio Mauro. São Paulo, ed. 34. 1999.
- ALMEIDA, M.G.A.A. *A construção da Verdade Autoritária*. São Paulo. Humanitas, 2001.
- AMENDOLA, Eva Paola; Iaccio, Pasquale. *Gli anni del regime 1925-1939*. Editori Riuniti – Roma, 1999
- ARENDRT, Hanna. *As Origens do Totalitarismo*. Rio de Janeiro, Ed. Documentári, 1975.
- ARTOM, Emanuele – *Principi di storia e cultura ebraica*. Ed. Fondazione per la gioventú ebraica – Roma, 1993.
- ARUFFO, Alessandro – *La Chiesa e gli Ebrei*. Ed. Datanews – Roma, 1998.
- ASCARELLI, Tullio. *Sguardo sul Brasile*. Milano, Ed. Giuffrè, 1940.
- BACHI, Riccardo. “Gli ebrei delle Colonie italiane. Note statistiche sul censimento del 1931. In *R.M.I.* Gennaio-febbraio, 1936.
- BARRET DUCROQ, Françoise. *A Intolerância*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2000.
- BASSANEZI, Maria Silvia. “Imigrações internacionais no Brasil, um panorama histórico.”. In PATATTA, Neide (org), *Emigrações e Imigrações internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo. FNUAP/NESUR/NEPO.
- BERTONHA, Fabio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre, EDIPUC RS, 2001.
- \_\_\_\_\_ *Sob a Sombra de Mussolini. Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. Ed. Anna Blume, 1999.
- BIAGINI, Furio. *Mussolini e il sionismo 1919-1938*. Milano, Ed. M&B Publishing, 1998.
- BON, Silvia – *Gli Ebrei a Trieste, 1930-1945. Identità, persecuzioni, risposte*. Libreria Editrice Goriziana, LEG– Gorizia, 2000.
- BOSI, Eclêa. *Memoria e Sociedade. Lembranças de velhos*. 2ª edição. vol. I. São Paulo, T. A Queiroz, Ed. – EDUSP, 2004.
- BORIS, Fausto *Getúlio Vargas. O Poder do Sorriso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- BROGGINI, Renata – *La frontiera della speranza*. Ed. E. Mondadori – Milano, 1998
- CAFFAZ, Ugo – *Discriminazione e persecuzione degli ebrei nell'Italia fascista* Firenze, Ed. Giuntina, Consiglio regionale della toscana, 1998
- \_\_\_\_\_ *L'antisemitismo italiano sotto il fascismo*. Ed. La nuova Italia, Firenze, 1975.
- \_\_\_\_\_ *Le nazionalità ebraiche*. Editora Vallecchi – Firenze, 1974.
- CALIMANI, Dario. “L'esilio e la ferita della memória.” In *L'ombra lunga dell'esilio. Hebraismo e Memória*. Ed. Giuntina, Firenze, 2002.
- CALIMANI, Riccardo – *Ebrei e pregiudizio*. Milano, Ed. Rusconi, 1991.
- \_\_\_\_\_ *Storia del ghetto di Venezia*. Milano, Ed. Rusconi, 1989.
- \_\_\_\_\_ *Storia dell'ebreo errante*. Milano, Ed. Rusconi, 1987.
- CAMPAGNANO, Anna Rosa/PETRAGNANI, Sema. *Milenária presença de Judeus na Itália*. São Paulo. Atheneu, 2007.
- CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito*. ed.3ª. São Paulo, Editora Palas Athena, 1992.
- CANDELORO, Giorgio; LO CURTO Vito. *Corso di storia*. v.1-2-3. Firenze, Ed. Paradigma, 1991.

CANETTI, Elias. *A Consciência das Palavras. Ensaios*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. São Paulo, FAPESP, Papirus. 1998.

CAPRISTO, Annalisa. *L'espulsione degli ebrei dalle accademie italiane*. Editore Zamorani, Turim, 2003.

CARACCILOLO, Nicola - *Gli ebrei e l'Italia durante la guerra 1940-45* Ed. Bonacci – Roma, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas*. Perspectiva, São Paulo SP.20

\_\_\_\_\_ *O racismo na História do Brasil. Mito e Realidade* - São Paulo, Editora Ática. 1999

\_\_\_\_\_ *O veneno da Serpente – Perspectiva*. S.P. 2

\_\_\_\_\_ “Sob a Mascara do Nacionalismo. Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)”. *E.I.A.L.* Vol. 1. Nº 1. Janeiro-Julho de 1990.

\_\_\_\_\_ “aparecimento do preconceito racial no Brasil-colônia” In *Shalom*. Junho 1983.

\_\_\_\_\_ *Preconceito racial. Portugal e Brasil-Colônia*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988.

\_\_\_\_\_ *Brasil, um refugio nos trópicos*. S.P., Ed. Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_ “Cumplidades Secretas. O governo brasileiro diante da questão dos refugiados judeus (1933-1945)”. In *Caderno Lingua Hebraica*. nº. 3. São Paulo, Humanitas, 2001.

CARONE, Edgar. *A Segunda Republica (1930-1937) Corpo e Alma do Brasil*. SP/RJ, Ed.Difel, 1978.

CATTANEO, Carlo, a cura di. *Sulle inerdizioni israelitiche*. Ed. Sestante – Roma, 1944.

CAVIGLIA, Stefano. *L'identitá salvata.Gli ebrei di Roma tra fede e nazione. 1870-1938* .Ed. Laterza – Roma-Bari, 1996.

CECHELLI, Carlo. *La questione ebraica e il sionismo*.Istituto Nazionale di Cultura Fascista – Roma, 1939.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil “Andiamo in Merica”*. 3ª ed. São Paulo, Edusp, 2003.

CERVO, Amado Luiz. *O Brasil e a Itália, o papel da diplomacia*. Brasília, Editora Universidade de Brasília (UnB), Fond. Giovanni Agnelli, Turim. 1991.

CITRYNOWIC, Roney. “As 90+1 vidas de Heranças e Lembranças” In. *Shalom* 34. Agosto de 1991.

COEN, Edoardo. *Era guerra... e eu um menino*. São Paulo, Cte editora, 2004.

COEN, Fausto. *16 de ottobre 1943 – La grande razzia degli ebrei di Roma*. Firenze, Ed. Giuntina,1994.

\_\_\_\_\_ *Italiani ed ebrei: come eravamo – Le leggi razziali del 1938*.Genova, Ed. Marietti,1998.

COLLOTTI, Enzo a cura di. *Razza e Fascismo. La persecuzione contro gli ebrei in Toscana (1938-1943)*.vol. 2. *Documenti*. Roma, Ed.Carocci, 1999.

\_\_\_\_\_ *Fascismo e Fascismi*. Firenze, Sansoni, 2004.

\_\_\_\_\_ *Il fascismo e gli Ebrei*. Roma/Bari. Ed. Laterza e figli. Spa. 2003.

COLOMBO, Eduardo. *El Imaginário Social*. Buenos Aires, Editorial Altamira Nordan Comunidade. 1993.

CORSETTI, Berenice. “O Crime de ser italiano: a perseguição do Estano Novo”. In DE

BONI Luis Alberto (org.). A Presença italiana no Brasil. Porto Alegre (esgotado).

COSTA, Rovilio; De BONI, L. Alberto. *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*. Torino, Ed. Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

COUTRIN, Gilberto. *História e Consciência do Brasil*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mussolini il Duce. Gli anni del consenso 1929-1936*. Torino, Ed. Einaudi, 1996.

CUNHA, LEITÃO DA, Vasco. *Diplomacia em Alto-mar*. Depoimento ao CPDOC. 2ª ed. Rio de Janeiro, FUNAG. FGV. 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina. *A ERA VARGAS*. 2ª ed. São Paulo, ed. Moderna, 2004.

DE FELICE, Renzo. *Storia degli ebrei italiani sotto il fascismo*. Torino, Ed. Einaudi, 1993.

\_\_\_\_\_. *Mussolini il Duce. Gli anni del consenso 1929-1936*. Torino, Ed. Einaudi, 1996.

DE GRAND, Alexandre J. *L'Italia fascista e la Germania nazista*. Bologna, Ed. Il Mulino, 1995.

DELLA PERGOLA, S. "Precursori, Convergenti, Emarginati. Trasformazioni demografiche degli ebrei in Italia, 1870-1945" in *Italia Judaica IV. Gli ebrei nell'Italia unita*. Roma, Ediprint Service srl. Di Città di Castello. 1993.

\_\_\_\_\_. *Anatomia dell'ebraismo italiano*. Assisi/Roma. Ed. Carucci, 1976.

DE SOUZA BRANDÃO, Junito. *Mitologia Grega*. RJ Petrópolis, Editora Vozes. 1988.

DINES, Alberto. "O caso Oswaldo Aranha". In *Shalom*. Novembro 1987.

DI PORTO, Valerio. *Le leggi della vergogna*. Firenze, Ed. Le Monnier, 2000.

ECO, Umberto. "O Conceito de Intolerância. Definições." In AAVV. *A Intolerância*. Rio de Janeiro, BB (Bertrand Brasil) 1997.

FALBEL, Nachman, *Estudos sobre a comunidade judaica do Brasil*. São Paulo, Ed. FIESP, 1984.

FALCO, Davide Jona. "Origini e Analisi della Legislazione Antirazzista in Itália, dalle Leggi Razziste del 1938 alla legge 25 giugno 1993, N. 25" *RMI. Vol. LX n. 3*.

FANESI, Pietro Rinaldo. *El Antifascismo italiano in Argentina*. Buenos Aires, CEAL, 1994.

FANO, Giuseppe. "Comitato Italiano di assistenza agli Emigranti Ebrei – Trieste – Venezia". In *RMI. Vol. XXXI – N. 10-11*. 1965.

FOLINO, Francesco. *Ebrei destinazione Calabria (1940-43)*. Palermo, Ed. Sellerio, 1988.

FORD, Henry. *O Judeu internacional*. 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Revisão. 1989.

FOUCAULT, Michel. *El discurso del Poder*. Folios Ediciones. Xerox. \_\_\_\_\_ *A ordem do Discurso* – Edições Loyola – S.P. 1996

FREITAS, Sonia Maria de. *História Oral*. Humanitas. SP. 2002.

FREUD, Sigmund. *O mal estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Vol. XXI. \_\_\_\_\_ *Moises, o Monoteísmo e Outros trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, 2006.

FRIGESSI C., Delio; RISSO, Michele. *A mezza Parete. Emigrazione, Nostalgia, Malattia Mentale*. Torino, Einaudi, 1982.

GASPARRI, Antonio. *Gli ebrei salvati da Pio XII*. Roma, Ed. Loghos, 2001.

GLIOZZI, Giuliano; PIAZZA, Ada Ruata. *Tutto storia*. Vols. 1-2-3. Torino, Petrini Editore, 1994.

- GENTILE, E.; DE FELICE, R. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo, Ícone editora Ltda. 1998.
- GIRARDOT, Raoul. *Mitos e Mitologia Políticas*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.
- GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO Mária Luiza Tucci(organizadoras). *Ensaio sobre a Intolerância, Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo*. São Paulo, Humanitas e FAPESP. 2002.
- GOULART, Silvana. *A Verdade Oficial*. Ed. Marco Zero (esgotado)
- GRAZZI, Umberto. “Ordem e Progresso: Il Brasile ed il Conflitto”. In *Nuova Antologia*. N° 427. 16 maggio 1943. pp. 91-98.
- GRAVES, R.; ATAI, R. *I miti Ebraici*. 2ª edição. Milano: TEA, editori associati. 1990.
- GRIMBERG, Leon. GRIMBERG, Rebeca. *Psicanalisis de la migracion y Del exílio*. Madrid. Alianza editorial, 1984.
- HASENBALG, C.A.; MUNANGA, K.; MORITZ SCHWARTZ, L. *Estudos & Pesquisas. Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói, RJ . EDUFF- 1998.
- HEHL NEIVA, Artur. *Estudos Sobre a Imigração Semita no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945.
- HIRSCHBERG, Alice Irene. *Desafio e Resposta: A História da Congregação Israelita*. Paulista. São Paulo, Ed CIP, 1976.
- HOUBSBAMM, M Eric, J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Paz e Terra, R. .J. 2001.
- \_\_\_\_\_ *A Invenção das tradições*. Paz e terra, R. J. 2002.
- IBGE. *Brasil 500 Anos de povoamento*. IBGE, 2000
- IOTTI, Luiza Horn (org). *Imigração e colonização. Legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul, EDUCS, 2001.
- JESURUM, Stefano. *Essere ebrei in Itália*. Milano, Ed. Longanesi, 1987.
- JUNG, G.G. *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. São Paulo, Vozes
- KERTZER, David I. *Prigioniero Del Papa Re*. Milano, Rizzoli, 1996.
- \_\_\_\_\_ *I Papi contro gli ebrei*. Ed. Rizzoli. Milano, 2001.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: Estrutura e Processo*. 2ª edição. São Paulo, Editora Perspectiva. 1978.
- \_\_\_\_\_ CARNEIRO, M.L.Tucci. *Judeus e Judaísmo na obra de Lasar Segall*. Ateliê Cultural, 2004.
- LASCH, C. *O mínimo EU*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LIPPI OLIVEIRA, L.; e outros. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1982.
- LOMBARDI, Giorgio. “Lo Stato totalitário tra aspirazioni e realtà. Alcune riflessioni” prefazione al libro di AQUARONE, Alberto. *L’organizzazione dello Stato Totalitario*. Torino, Giulio Einaudi editore. 2003.
- MAZZEO BARBOSA, Renata. *Escola Superior de Teologia*, 1987.
- MENEZ DE OLIVEIRA E PAIVA, Vera Lúcia. *Metáforas do Cotidiano*. Minas Gerais, ed. da Univ. Federal de Minas Gerais, 1998.
- MEREU, Italo. In *A Intolleranza*. Livro Citado.
- MILANO, Atilio. *Storia degli Ebrei in Italia*. Torino, Einaudi, 1963.
- MIRCEA, Eliade. *O MITO DO ETERNO RITORNO*, Lisboa, ed. 70, 1969.



- MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes judeus do Oriente Medio*. São Paulo, ed. Atelié cultural, 2003.
- MELLINA, S. – *La nostalgia nella valigia*. Venezia, Ed. Marsilio, 1987.
- MOLINARI, Maurizio. *Ebrei in Itália: um problema di identità (1870-1938)*. Firenze, Ed. Giuntina, 1991.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Alerta contra o perigo vermelho*. São Paulo, Perspectiva, 2003.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*. Rio de Janeiro, Editora Imago 1995.
- MATTA, Tristano. *Un percorso della memoria*. Ed. Electa, Milano, 1996.
- MATTIOLI, Vitaliano. *Gli Ebrei e la Chiesa*. Ed. Mursia, 1997.
- MELLINA, S. *La nostalgia nella valigia*. Venezia, Ed. Marsilio, 1987.
- MERCADANTE, L.F. *Victor Civita*. São Paulo, Nova Cultura. 1987.
- MICHAELIS, Meir. “L’ebraismo italiano dallo Statuto Albertino Alla Legislazione Razziale” In Revista Israel, *Saggi sull’ebraismo italiano*.  
 \_\_\_\_\_ “Gli ufficiali superiori ebrei nell’esercito italiano dal Risorgimento alla marcia su Roma”. In *RMI Vol. XXX – N.4* 1964.  
 \_\_\_\_\_ *Mussolini e la questione ebraica*. Milano. Ed. di Comunità, 1982.
- MILANO, Attilio. *Storia degli ebrei in Italia*. Giulio Einaudi Editore . Torino, 1963.
- MOLINARI, Maurizio. *Ebrei in Italia: un problema d’identità (1870-1938)* Editora Giuntina, Florença, 1991.
- MONTANELLI, Indro. “Dentro la Guerra”. In *Civiltà Fascista*. Rivista mensile. Roma, Istit. Fascista di Cultura, anno II, nº1. Gennaio 1936.  
 \_\_\_\_\_ *L’Italia dell’Asse*. Rizzoli, Milano, 1981.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Pagine Ebraiche*. Torino, Einaudi, 1987.
- MORTARA, Alberto. “In attesa di miracoli. Gli ebrei in Itália dal 1938 al 1940”. In *RMI*, Vol. LIV N. 1-2, 1988.
- ORANO, Paolo. *Il Fascismo* 1 e 2 volume. Roma, Ed. Pinciana, 1939.  
 \_\_\_\_\_ *Gli ebrei in Itália*. Roma. Casa Editrice Pinciana, 1937.
- PAIVA, Aparecida. *A Voz do Veto*. Belo Horizonte, a. Autêntica, 1997
- PAPINI, Giovanni. *GOG*. 7ª ed. Firenze, ed. A. Vallecchi, 1943.
- PASSALECQ, George; Suchecky, Bernard. *A Enciclica escondida de Pio XI*. Ed. Vozes São Paulo, S.P., ano
- PAVAN, Ilaria-SCHWAEZ Guri, a cura di. *Gli ebrei in Italia tra persecuzione fascista e reintegrazione pos tbellica*. Firenze, Ed. Giuntina, 2001.
- PERAZZO, Priscila Pereira. *Prisioneiros de Guerra*. São Paulo, Humanitas, 2007.
- PEREC, Georges. Tradução Paulo Neves. *W ou a Memória da Infância*. São Paulo, Companhia das Letras. 1995.
- PIACENTINI, Mario. *I culti ammessi nello Stato Italiano*. Milano, Hoepli, 1934.
- PEREIRA, Amauri Mendes. “A construção etnocêntrica do conceito de cidadania”  
 In *Anais X Congresso da ALADAA*, Rio de Janeiro, 2000.
- PINCHERLE, Nydia Licia. *Ninguém se livra de seus fantasmas*. São Paulo, Editora Perspectiva. 2002.
- PINCHERLE, Livio Túlio. *Meus dois Mundos*. Ed. Roswitha Kempf/ Editores São Paulo.
- PINSKY, Jaime; PINSKY BASSANEZI, Carla (org). *Faces do Fanatismo*. São Paulo, Ed. Contexto, 2004.
- PINCHERLE, Livio Tullio. *Meus dois mundos*. São Paulo, ed. Roswitha Kempf, 1987.

PINCHERLE, Nydia Licia Cardoso. Ninguém se livra de seus fantasmas. São Paulo, Perspectiva, 2002.

PINKUSS, Fritz. *Estudar Ensinar Ajudar*. Ed. Livraria Cultura. São Paulo, S.P., 1989.

POLIAKOV, Léon. *A causalidade Diabólica I. Ensaio sobre a origem das perseguições*. São Paulo, Editora Perspectiva. 1991.

\_\_\_\_\_. *O Mito Ariano*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

PRETI, Luigi. *Impero Fascista, Africani e Ebrei*. Milano, Mursia, 1968.

PREZIOSI, Giovanni. *L'Internazionale Ebraica, I Protocolli dei "Savi Anziani di Sion"* Supplemento de "La vita italiana". Revista Mensile di Politica, 1938.

PREZIOSI, Giovanni; SCALIGERO Massimo; LUCHINI Alberto; EVOLA, J.;

PELLICANO, Piero. *Gli ebrei hanno voluto la guerra*.

ROLANDO, Stefano. *Brasile, Societá e Potere*. Firenze. La Nuova Itália Editrice. 1970.

ROMANO, Sergio. *Mussolini, uma biografia per immagini*. Milano, Longanesi & Company, 2000.

RODOGNO, Davide. *Il Nuovo Ordine Mediterrâneo*. Torino, Bollati Boringheri, 2003.

RODRIGUES, Cândida Moreira. *A Ordem. Uma revista de Intelectuais Católicos 1934-1945*. São Paulo, a Autentica, Fapesp, 2005.

ROSA, Enrico. "Il pericolo giudaico e gli amici d'Israele". In *Civiltà Cattolica*. II. 1928.

ROSENFELD, Anatol. *Mistificações literárias: Os protocolos dos Sábios de Sion*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1982.

SACERDOTI, Annie. *Ebrei italiani*. Venezia, Ed. Marsilio, 1997.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SALMONI, Anita. *Você Voltaria? ...* São Paulo, Ed. Shalom. 1979.

SALVADORI, Roberto, *Gli ebrei a Firenze, dalle origini ai nostri giorni*. Firenze, Ed. Giuntina,, 2000.

SANTOS, Rosely Isabel, Correa dos. *A Terra Prometida: emigração italiana, mito e realidade*. Itajaí, Ed. Univali, 1999.

SANTOS, Viviane Teresina, dos. *Os Seguidores do Duce: Os Italianos Fascistas no Estado de S. Paulo*. Modulo V. Italianos. S.Paulo. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

SARFATTI, Michele. *Mussolini contro gli ebrei. Cronaca dell'elaborazione delle leggi del 1938*. Ed. Silvio Zamorani, Turim, 1994.

\_\_\_\_\_. *Gli ebrei nell'Italia fascista*. Ed. Einaudi –Torino 2000.

\_\_\_\_\_. *La Shoah in Italia*. Torino, Einaudi, 2005.

SARFATTI, Margherita G. *Dux*. Ed. Mondadori, Milano, 1926.

SCEINMAN, M. M. *Il Vaticano tra due Guerre*. Ed. di Cultura Sociale. Roma, 1951.

SCHAERF, Samuele. *I Cognomi degli Ebrei d'Italia, con un'appendice sulle famiglie nobili ebree d'Italia*. Firenze, Casa Editrice Israele, 1925.

SEGRE, Bruno. *Gli ebrei in Italia*. Fenice 2000 s.r.l – Milano. 1993.

SESTRIERI, Lea. *Gli ebrei nella storia di tre millenni*. Roma, Ed. Carucci, Roma, 1980.

SIMONSOHN, Shlomo. *La Condizione giuridica degli ebrei in Italia Centrale e*

Settentrionale (sec.XII e XIV). In *Storia d'Italia. Annali \* 11: Gli Ebrei d'Italia*. Torino, Einaudi, 1996.

SMOLENSKY, Eleonora; Jarach Vigevani, Vera. *Tante voci una storia, italiani ebrei in Argentina 1938-1948*. Ed. Il Mulino, Bologna, 1998.

SORANI, Settimio. *L'assistenza ai profughi ebrei in Italia (1933-41)*. Ed. Carucci, Roma, 1983.

STEFANI, Piero. *Chiesa, ebraismo e altre religioni*. Padova, Ed. Messaggero, 1998.

STILLE, Alexander. *Uno su Mille. Cinque famiglie ebraiche durante il fascismo*. Milano, Editore Arnoldo Mondadori, 1992.

STOCK, Mario. *Nel segno di Geremia. Storia della Comunità Israelitica di Trieste dal 1200*. Udine, Ed. Istituto per l'Enciclopedia Italiana, 1979.

SONTAG, Susan. *A Doença como Metáfora e a Sida e as suas Metáforas*. Lisboa, Quetzal Editores. 1999.

SUNDFELD, R. A.; RODRIGUES, M.(cord). FISESP, 50 ANOS *Uma Trajetória coletiva*. São Paulo,1996.

TAGLIACOZZO, Franca; MIGLIAU, Bice. *Gli ebrei nella storia e nella società contemporanea*. Firenze, La Nuova Italia, 1993

TARADEL, R.; RAGGI, B. *La Segregazione amichevole*. Roma, Ed. Riuniti, 2000.

TAS, Luciano. *Storia degli ebrei italiani*. Roma, Ed. Newton Compton, 1987.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX*. São Paulo, ARX, 2002.

TOSCANO, M. a cura di. *Integrazione e Identità. L'esperienza ebraica in Germania e Italia dall'Illuminismo al fascismo*. Milano, ed. Franco Angeli,1998.

\_\_\_\_\_ *Ebraismo e Antisemitismo in Italia*. Milano, ed. Franco Angeli, 2003.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Ed. Nobel.1989.

\_\_\_\_\_ *Fascismo Italiano* – Editora Ática- S. P. 1986.

TRAVERSO, Enzo. "Introduzione". In SULLAM, Simon Levi e AAVV. *Storia della Shoah. La Crisi dell'Europa, lo Sterminio degli Ebrei e la Memória del XX secolo*. Torino, UTET,2005

VILELLA, João Babtista. Von Koseritz nas Arcadas. In *KLEINHEISTER*. Kamp Jan.

VOLLI, Gemma. *Breve storia degli ebrei in Italia*. Milano, Histadderuth há-morim 1961.

WAAGENAAR, Sam. *Il ghetto sul Tevere. Storia degli ebrei di Roma*. Ed. Mondadori – Milano, 1972.

ZAZZU, Guido Nathan. *E andammo dove il vento ci spinse*. Genova, Ed. Marietti, 1992.

ZUCCOTTO, Susan. *L'Olocausto in Italia*. Milano, Ed. Mondadori, 1988.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. "Metamorphoses du racisme et de l'antisémitisme. L'antisemitisme racial est-il apparu au XX siècle?". In *ESPRIT*. Paris, mars-avril 1993.

\_\_\_\_\_ *História Judaica e Memória Judaica*. R. J. Imago, 1992.

YATES, Frances A. *L'arte della memória*. Torino. Einaudi.

XIBERRAS, Martins. *As Teorias da Exclusão para uma construção do imaginário do desvio*. Xerox.

WEINNINGER, Otto. *Eebraísmo e odio di sé*. Pordenone, Ed. Studio Tesi, EST, 1994.

WIAZOUSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo. A comunidade judaica sob o olhar Do DEOPS, Modulo VI. Comunistas*.

## AUTOBIOGRAFIAS INEDITAS DE REFUGIADOS JUDEUS ITALIANOS

- CALÒ, Franco, *a quarta tarefa*
- CORINALDI, Alberto. *Ricordanze*.
- DI SEGNI, JESI Fulvia. *La lunga strada azzurra*.
- MORPURGO Rosenthal, Liliana. *Pequena e resumida biografia*.
- CONSARELLI, Piero. *Il nonno Piero racconta di se e dei suoi*.
- BEER, Umberto. *Va' Fuori d'Italia. Dodici pennellate di Umberto Beer*.
- MASSARANI, Lino. *O Erro Original*.

## DEPOIMENTOS DE REFUGIADOS JUDEUS ITALIANOS.

- de *Baroccas, Ettore à Autora*. São Paulo, 12. 4. 2007.
- de *Carla Mondolfo Mieli, à Autora*. São Paulo, de 2007
- de *Camerini Enrico à Autora*. Milano
- de *Camerini Noemi à Autora*. São Paulo
- de *Reichhardt Rodolfo à Autora*. São Paulo
- de *Goldscmiedt Sergio à Autora*. Rio de Janeiro
- de *Sadun Giuseppe à Autora*. São Paulo
- de *Schreiber Maria Romano à Maria Luiza Tucci Carneiro*. Belo Horizonte, 26.3.1985 e 8.12. 1989.

## DEPOIMENTOS

- de LATOUR, Maria Teresa à autora. Novembro de 2005.
- depoimento escrito por ARAÚJO LATOUR, Renato (primo de Jorge Latour) e consignado à autora em novembro de 2005.

## CARTAS DOS LEITORES

- Jornal "O Globo" – Rio de Janeiro 2.10.85. Carta do Embaixador Álvaro Teixeira Soares em ocasião do falecimento de Jorge Latour.

## PERIODICOS, REVISTAS, FASCÍCULOS, PARTES DE LIVROS

- MEDAGLIE AL VALORE DI EBRI ITALIANI  
RMI – N.580 del 26 luglio 1962
- IN ATTESA DI MIRACOLI: GLI EBREI ITALIANI DAL 1938 AL 1940 – Alberto Mortara  
RMI – vol. Liv n. 1-2 1988
- L'EBRAISMO ITALIANO DALLO STATUTO ALBERTINO ALLA LEGISLAZIONE RAZZIALE – Meir Michaelis  
In Saggi sull'ebraismo italiano, numero unico della rivista Israel : "Un Decennio 1974-1984". A cura di Francesco del Caneto.
- MUSSOLINI E LA QUESTIONE EBRAICA. LE RELAZIONI ITALO-TEDESCHE E LA POLÍTICA RAZZIALE IN ITALIA- Meir Michaelis – Edizioni Comunita – 1982
- LE LEGGI RAZZIALI QUAR'ANTANNI FA – Augusto Segre. RMI Vol. XLIV.
- IL CENSIMENTO DEGLI EBREI DEL 1938. RMI Vol. XLVII N. 1-2-3

- L'ATTEGGIAMENTO DEGLI EBREI DAVANTI ALLA LORO SECONDA EMANCIPAZIONE: PREMESSE E ANALISI – Andrew M. Canepa – RMI Vol. XLIII N. 9 1977.
- COMITATO ITALIANO DI ASSISTENZA AGLI EMIGRANTI EBREI – TRIESTE – VENEZIA – Giuseppe Fano. RMI Vol. XXXI N. 10-11 1985.
- GLI UFFICIALI SUPERIORI EBREI NELL'ESERCITO ITALIANO DAL RISORGIMENTO ALLA MARCIA SU ROMA – Meir Michaelis RMI Vol. XXX N. 4 1964.
- ATTIVITÀ SVOLTA DAL CONSIGLIO DELLE COMUNITÀ ISRAELITICHE ITALIANE DAL 13 NOVEMBRE 1939 AL 17 NOVEMBRE 1944 – Dante Almansi RMI Vol. XLIII N.10 1977
- GLI EBREI ITALIANI SOTTO IL REGIME FASCISTA (1922-1945) – Meir Michaelis. RMI Vol. XII gennaio 1966.
- GLI EBREI ITALIANI SOTTO IL REGIME FASCISTA DALLA MARCIA SU ROMA ALLA CADUTA DEL FASCISMO (1922-1945). Meir Michaelis. RMI.
- GLI EBREI E IL FASCISMO – Giorgio Romano. RMI
- STAMPA E PROPAGANDA ANTI-SEMITA DEL REGIME FASCISTA PRIMA DELLE LEGGI RAZZIALI (1936-1938) – Anselmo Calò.
- THE JEWS OF EUROPE FROM THE PERSPECTIVE OF THE BRASILIAN FOREIGN SERVICE 1933-1941 – Avraham Milgram Holocaust e Genocide Studies, V 9 N 1, Spring 1995, pp 94-120.
- ORIGINI E ANALISI DELLA LEGISLAZIONE ANTIRAZZISTA IN ITALIA DALLE LEGGI RAZZISTE DEL '38 ALLA LEGGE 25 GIUGNO '93, N. 205 “MISURE URGENTI IN MATERIA DI DISCRIMINAZIONE RAZZIALE, ÉTNICA O RELIGIOSA” – Davide Jona Falco
- RMI V. LX N. 3 1994.
- L'EMIGRAZIONE EBRAICA ITALIANA DOPO IL 1938 – Mario Toscano Storia contemporanea / a. XIX, N. 6, dicembre 1988.
- LIBERTÀ E SOCIALISMO NELL'EMIGRAZIONE INTELLETTUALE ITALIANA E SPAGNOLA – Renato Treves “Libertá politica e verità” – Saggi di cultura contemporânea – Edizioni di comunità.
- BRASIL: OS JUDEUS EM BUSCA DE UM FUTURO. (Tesi USP).
- A IMIGRAZIONE ITALIANA NO BRASIL E ALGUMAS CARACTERISTICAS DEMOGRAFICAS DO GRUPO ITALIANO DE SÃO PAULO – Giorgio Mortara - Revista Brasileira de Estatística. Vol. 11, N. 42 - abril/junho 1950. pp. 323-336.
- STORIA: tradução de artigos achados no: Giornale :*Israel* (XXIV- 4), 3 novembre 1938
- OD JUDEUS ITALIANOS E ESQUEMA CRONOLOGICO DA HISTÓRIA DOS JUDEUS NA ITALIA;;
- NORME LEGISLATIVE SUGLI EBREI D'ITALIA;
- SCUOLE ELEMENTARI PER EBREI;
- DISPOSIZIONI VALUTARIE PER GLI EBREI CHE LASCIANO L'ITALIA;
- GLI IMPIEGATI EBREI DI CITTADINANZA STRANIERA E I LORO CONTRATTI D'IMPIEGO.
- TERRA DO BRASIL – Margherita G. Sarfatti In NUOVA ANTOLOGIA *Rivista di Lettere – Scienze e Arti* Anno 66° - Fascicolo 1422- 16 giugno 1931 – IX pp. 436-458.

- MIGRATION: LOSS AND MEMORY – Jacqueline Amati Mehler (traumas da emigração).
- INTERVISTA A MICHELE SARFATTI, AUTORE DE *GLI EBREI NELL'ITALIA FASCISTA*, DI FIAMMA NIRENSTEIN – giornale LA REPUBBLICA, 5.4.2000.
- FOGLI SPARSI DELLA “DIFESA DELLA RAZZA”
- METODOLOGIA RAZZISTA – I TRE GRADI DEL PROBLEMA DELLA RAZZA
- L'INTERNAZIONALE EBRAICA E L'ITALIA
- IL PROBLEMA RAZZIALE BRASILIANO – Roberto Ranieri.
- MEDAGLIE AL VALORE DI EBRI ITALIANI. RMI – N.580 del 26 luglio 1962

**- ABRIL. Os Primeiros 50 anos. Maio, 2000.**

- *CRONACHE D'ALTRI TEMPI*. Anno XXIII, 1976. n.269.
- *E.I.A.L.* Vol. 1. Nº 1. Janeiro-Julho de 1990.
- *ESPRIT*. Paris, Mars-avril 1993.
- Herança Judaica, b'nai b'rith. N. 83, Julho de 1922.
- NUOVA ANTOLOGIA Rivista di Lettere Scienze e Arti Anno 66º- Fascicolo 1422 16 giugno 1931 – A IX.
- *Nuova Antologia*. Nº 427. 16 maggio 1943.
- Revista de História das Idéias 23 – 2002.
- RMI. Volume LIV, n. 1-2 Gennaio-Agosto, 1988.
- SHALOM. Junho 1983.
- SHALOM Agosto de 1991.

**DIÁRIOS**

Diário de Getulio Vargas. vol. 1 e 2. São Paulo, Siciliano, 1995.

**PALESTRA**

TRENTO Ângelo. *A emigração judia italiana no Brasil depois das Leis Raciais: “A colônia Mussolini”*. Universidade de Macerata (Campânia-Italia).

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cidadão do Mundo. O Brasil e a questão dos refugiados judeus (1930-1948). Tese de Livre Docência. São Paulo. USP 2001. Em prelo na ed. Perspectiva.**

PARDO SEGRE, Ariella. Dissertação de Mestrado. Migração judaica Italiana (Genova, janeiro de 1939). São Paulo. USP. 2000.  
WIAZOVISKI, Taciana. Dissertação de Mestrado.

*ARTIGOS CARNEIRO Maria Luiza Tucci- O Discurso da Intolerância – Fontes para o estudo do Racismo - Em Fontes Históricas: Abordagens e Métodos.*

---

- *Origens da intolerância* – Revista Shalom/junho/1983.

\_\_\_\_\_ - “O SANGUE COMO METÁFORA: DO ANTI-SEMITISMO TRADICIONAL AO ANTI-SEMITISMO MODERNO”. In GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Ensaio sobre a Intolerância. Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. São Paulo Humanitas-FAPESP. 2002.  
MUNANGA, Kabengele. “Teorias sobre Racismo”. In HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Estudos e Pesquisas. RACISMO: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niteroi RJ. EDUFF, 1998

## **OBRAS DE REFERENCIA**

1938 – *Le leggi contro gli ebrei – In collaborazione con il CDEC*. R.M.I., edita dall'Unione delle comunità israelitiche italiane (UCII): Volume LIV – N. 1-2 Gennaio- Agosto 1988  
BORIS, Fausto. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1999.  
*DICIONARIO HISTORICO E BIOGRAFICO BRASILEIRO*, sob a coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; Finep: FGV/CPDOC, 1984  
*DICIONÁRIO DE POLÍTICA*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino. São Paulo, Editora UnB / Imprensa Oficial, 2004. dois volumes.  
*DIZIONARIO DELLE DIVERSITÀ*. BOLAFFI, Guido e outros. Firenze, ed. Liberal Libri, 1998.  
*DIZIONARIO DEL FASCISMO*. Victoria De Grazia e Sergio Luzzatto (A cura di). Torino, Einaudi, 2005. 2 volumes.  
*DIZIONARIO DELL'OLOCAUSTO*. Walter Laquer e Alberto Cavaglion (a cura di). Torino, Einaudi, 2007.  
*Italia Judaica IV. Gli ebrei nell'Italia unita*. Roma, Ediprint Service srl. Di Città di Castello. 1993.  
JESI, Furio (organizador). *LA MENZOGNA DELLA RAZZA*. Documenti e immagini del razzismo e dell'anti-semitismo fascista. Catalogo Mostra. Bologna, Ed. Grafis, 1994.  
JOHNSON, Paul – *História dos Judeus*. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1995.  
PICCIOTTO, Liliana. *IL LIBRO DELLA MEMORIA*. Milano, Ed. Mursia 2ª ed. 2002..

## **INTERNET**

**Lembro que os endereços de URL abaixo relacionados são fontes dinâmicas e não estáticas, ou seja, seu conteúdo pode não estar disponíveis no futuro.**

[www.laciviltacattolica.it](http://www.laciviltacattolica.it)  
[www.scielo.br/pdf/rbcsoc](http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc)  
[www.didaweb.net/fuoriregistro/leggi](http://www.didaweb.net/fuoriregistro/leggi)  
[www.anpi.it/cronol/1938.htm](http://www.anpi.it/cronol/1938.htm)  
[www.cronoçogia.it/storia/tabella/tabel1545.htm](http://www.cronoçogia.it/storia/tabella/tabel1545.htm)  
[www.2.mre.gov.BR/ipri/Pj](http://www.2.mre.gov.BR/ipri/Pj)  
[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)  
[www.tesionline.it/news/cronologia.jsp?evid=1881](http://www.tesionline.it/news/cronologia.jsp?evid=1881)  
[nautilus.ashmm.com/9905it/cultura/cultura/ebrei.htm](http://nautilus.ashmm.com/9905it/cultura/cultura/ebrei.htm)  
[www.usp.br/agen/bols/2004/rede1363.htm](http://www.usp.br/agen/bols/2004/rede1363.htm)  
[www.abep.nepo.unicamp.br/does/anais/PDF/1998/a154.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/does/anais/PDF/1998/a154.pdf)  
[www.controistoria.it/documenti/carta\\_lavoro.htm](http://www.controistoria.it/documenti/carta_lavoro.htm)

- SHOAH sul filo della memória  
[www.quotidianiespresso.it/iltirreno/speciali/olocausto/top.html](http://www.quotidianiespresso.it/iltirreno/speciali/olocausto/top.html)
- ANTISEMITISMO: UM ODIO INSENSATO CHE NON FINISCE MAI  
EBREI CALUNNIATI, DISPREZZATI, SFRUTTATI, GHETTIZZATI,  
MASSACRATI PER 2000 ANNI – Marco Paganoni  
[www.cronologia.it/mondo23r.htm](http://www.cronologia.it/mondo23r.htm)
- EVOLUZIONE DELL'ASSETTO GIURIDICO DEGLI EBREI IN ITALIA  
[www.ucei.it/ebreinitalia/quadrostorico.htm](http://www.ucei.it/ebreinitalia/quadrostorico.htm)
- GLI EBREI IN ITALIA ALLA VIGILIA DELLA DEPORTAZIONE  
[www.romacivica.net/anpiroma/deportazione/deportazioneebrei1.htm](http://www.romacivica.net/anpiroma/deportazione/deportazioneebrei1.htm).
- MUSSOLINI, IL FASCISMO E LA SHOAH  
[www.bdp.it/~copc001/ebraismo/fascismo.htm](http://www.bdp.it/~copc001/ebraismo/fascismo.htm)
- EBREI E FASCISMO, STORIA DELLA PERSECUZIONE a cura di Mario  
Avagliano  
<http://www.romacivica.net/anpiroma/fascismo/fascismo18.htm>.
- IL POPOLO D'ITALIA FONDATA DA BENITO MUSSOLINI  
<http://www.popoloditalia.it/La%20storia/La%20storia.html>
- IL RAZZISMO? É MADE IN ITALY  
<http://nautilus.ashmm.com/9905it/cultura/cultura/ebrei.htm>
- L'AVVENTO DEL NAZISMO  
[http://gyuide.supereva.it/fisica\\_applicata/interventi/2000/09/11399.shtml](http://gyuide.supereva.it/fisica_applicata/interventi/2000/09/11399.shtml)
- LA CIVILTÁ CATÓLICA  
[http://www.alleanzacattolica.org/idis\\_dpf/voci/c\\_civilta\\_cattolica.htm](http://www.alleanzacattolica.org/idis_dpf/voci/c_civilta_cattolica.htm)

### **PERIODICOS e REVISTAS**

- HERANÇA JUDAICA* , N. 83 – Julho 1992
- Publicação B'nai B'rith – Calle de la juderia Vieja
- “Aspectos da imigração judaica italiana” – Käthe Windmüller
- “Lembranças de uma judia italiana – Anita Cividalli Salmoni.
- LA VITA ITALIANA- *La Revista Mensile di Política*, 1938
- RIVISTA DI STUDI PORTOGHESI E BRASILIANI